

Tempos de “nunca-mais”

as graves violações dos
direitos humanos nas
universidades públicas do Ceará
(1964-1985)



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Camilo Sobreira de Santana



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

Reitor

Prof. Custódio Luís Silva de Almeida

Vice-Reitora

Prof.^a Diana Cristina Silva de Azevedo

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Prof. João Guilherme Nogueira Matias

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof.^a Regina Célia Monteiro de Paula



IMPRENSA UNIVERSITÁRIA DA UFC

Diretor

Francisco Charles Rocha e Silva Ribeiro

Tempos de “nunca-mais”
as graves violações dos
direitos humanos nas
universidades públicas do Ceará
(1964-1985)

César Barreira
Helena Serra Azul Monteiro
Geovani Jacó de Freitas
Virgínia Bentes Pinto
José Eudes Baima Bezerra
Maria Glaucéria Mota Brasil



Fortaleza
2024

Tempos de “nunca-mais”: as graves violações dos direitos humanos nas universidades públicas do Ceará (1964-1985)

Copyright © 2024 by César Barreira, Helena Serra Azul Monteiro, Geovani Jacó de Freitas, Virgínia Bentes Pinto, José Eudes Baima Bezerra, Maria Glaucéria Mota Brasil

Todos os direitos reservados

PUBLICADO NO BRASIL / PUBLISHED IN BRAZIL

Imprensa Universitária – Universidade Federal do Ceará
Av. da Universidade, 2932, Benfica, Fortaleza – Ceará, Brasil

Coordenação editorial

Ivanaldo Maciel de Lima

Revisão de texto

Leidyane Viana Nogueira

Normalização bibliográfica

Marilzete Melo Nascimento

Layout gráfico, correção de imagens, diagramação

Sandro Vasconcellos

Capa

Heron Cruz

Imagem da capa

Tibico Brasil / Acervo TBI



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Imprensa Universitária – Universidade Federal do Ceará

B271t Barreira, César.

Tempos de “nunca-mais” [livro eletrônico] : as graves violações dos direitos humanos nas universidades públicas do Ceará (1964-1985) / César Barreira *et al.* - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2024.

15.603 kb : il. color ; PDF.

ISBN: 978-85-7485-527-1

1. Ditadura militar. 2. Tortura – prisões. 3. Direitos humanos. I. Barreira, César. II. Monteiro, Helena Serra Azul. III. Freitas, Geovani Jacó de. IV. Pinto, Virgínia Bentes. V. Bezerra, José Eudes Baima. VI. Brasil, Maria Glaucéria Mota. VII. Título.

CDD 981.063

Elaborada por: Marilzete Melo Nascimento – CRB 3/1135

Dedicamos este livro a todas as pessoas que
contribuíram com suas histórias e memórias,
sem as quais não seria possível a
elaboração desta obra.

Externamos nossos agradecimentos:

À Comissão Especial da Anistia Wanda Sidou, pelo envio das fotografias de seu acervo, bem como de outros textos.

A Luiz Allan Silvestre de Oliveira, Lucas Rodrigues, Joeliton Pereira dos Santos e Adrya Alexandra Tavares, estudantes do curso de Biblioteconomia da UFC, pela colaboração nas buscas, organização dos arquivos fotográficos, textos do Arquivo Nacional e Arquivo Público do Estado do Ceará.

Enfim, agradecemos a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram com essa valorosa publicação.

Retrato Marrom

Fausto Nilo e Rodger Rogério

*Ai, meu coração sem natureza
Vê se estanca essa tristeza que ilumina o escuro bar
O nosso amor é um escuro bar
Suspiro azul das bocas presas*

*O medo em minha mão que faz tremer a tua mão
Sacode o coração, joga fumaça em meu pulmão
Silente esquina no Brasil
Nos verdes mares, calma lama, num desespero sem canção*

*Guarda o teu olhar de ave presa
Na toalha de uma mesa
Sem mirar a luz do Sol
Não há calor na luz do Sol
O fim da festa é uma certeza*

*Te vejo em minha vida como um retrato marrom
São lembranças perdidas de um passado, e tudo bom
Brilha um punhal em teu olhar
Sinto o veneno do teu beijo
Era moderno o meu batom.*

“Essa canção foi feita em parceria com Rodger Rogério, no ano de 1974. Hoje percebo o quanto ela resumiu nossos sentimentos diante do ambiente repressivo típico de tristeza e desencanto que ocorreu na vida brasileira, com amigos mortos, desaparecidos e torturados.”

Fausto Nilo

Sumário

Prefácio	13
Apresentação	16
Introdução	19
Capítulo I - Conhecer para não esquecer	25
Ilegalidades e resistências	25
Criação e extinção da Assessoria de Segurança e Informação (ASI)	154
Documentos oficiais em revista	156
Controle militar e resistências (1964-1985)	157
<i>Estratégias de vigilância militar</i>	158
<i>Estratégias de resistência estudantil</i>	167
Capítulo II - Linha do tempo	171
Capítulo III - Vidas mutiladas	189
Casos emblemáticos	189
Primeiro caso: <i>Bergson Gurjão Farias</i>	190
Segundo caso: <i>histórias de famílias em tempos de ditadura militar – família Serra Azul/Fonseca</i>	192
Terceiro caso: <i>Instituto de Medicina Preventiva (IMEP)</i>	198
“Advogados da liberdade”	200
<i>Wanda Rita Othon Sidou</i>	200
<i>Antônio de Pádua Barroso</i>	202

Capítulo IV - Terminologia nos túneis da ditadura civil-militar brasileira	204
Capítulo V - Considerações finais	220
Posfácio	225
Referências	228
Anexos	233
Sobre os autores	258

Prefácio

Prefaciar uma publicação é sempre uma tarefa de grande responsabilidade, sobretudo quando se trata de um documento que mexe com a vida de tantas pessoas, com a vida de um país; que remove lembranças e joga luz num passado não tão distante, mas que ainda hoje bate à nossa porta. Foi uma noite de 21 anos que se abateu sobre o Brasil desde o golpe que depôs o presidente João Goulart em 1964, até o seu esgotamento em 1985.

Estamos diante de uma leitura que, embora em alguns momentos difícil, é absolutamente oportuna e imprescindível a todos aqueles e aquelas que sentem necessidade de compreender melhor o regime ditatorial civil-militar que se instalou em nosso país e de entender a ação estratégica do sistema ditatorial contra a inteligência albergada no mundo acadêmico, que tinha uma visão crítica e se opunha ao regime militar, seus arbítrios e perseguições.

Trata-se de uma publicação necessária ainda para aqueles que não viveram esse período adjetivado como “anos de chumbo”; para muitos que são levados, por desinformação e manipulação de *fake news* disseminadas nas redes sociais, em especial a juventude, a se somarem aos movimentos que defendem intervenção militar, a volta do regime ditatorial, o fechamento do STF e de instituições pilares do Estado democrático de direito.

Para o poder militar, era imprescindível uma ação de aniquilamento de lideranças estudantis, que, na sua juventude e em busca de utopias mais generosas, faziam acontecer não só dentro dos *campi* universitários, mas nas ruas e praças da cidade, o grito de protesto contra a censura e em defesa do livre debate de ideias e, em especial, da democracia.

Todos os corajosos depoimentos feitos pelos companheiros e companheiras que estão aqui registrados mostram o quão persecutório e desigual foi o embate para os que defendiam a autonomia universitária, o direito de organização dos docentes e discentes, como também do corpo de funcionários, que resistiam à força militar fincada nos atos institucionais.

Foram tempos em que sequer nos era permitido permanecer nas salas nos intervalos das aulas, as conversas em grupos de 3-4 pessoas eram consideradas atitudes suspeitas, portanto também proibidas. Convivíamos com a suspeita e depois certeza de agentes infiltrados (dedos-duros) que eram matriculados nos cursos, geralmente transferidos de outros estados, para colher informações e apontar alunos considerados subversivos.

A publicação nos traz registros de uma realidade sofrida e que se abateu sobre a vida de inúmeros colegas das universidades. As abruptas interrupções de brilhantes carreiras e demissões do corpo docente foi uma prática frequente. Alguns buscaram reorganizar suas vidas ensinando em cursinhos de preparação para vestibular, outros, em busca de proteção e preservação, partiram para o exílio noutros países. Uma frase no convite de formatura da turma de 1972 traduz bem essa triste situação: “aos que buscando uma universidade melhor trilharam outros caminhos”. Seguramente era uma maneira de externar essa despedida no meio a tantas incertezas e insegurança.

O cerceamento da liberdade causou ao povo brasileiro irreparável perda intelectual em todas as áreas de atividade de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Resgatar esse momento, a partir das falas daqueles que viveram a universidade, professores, alunos ou servidores, constitui-se um recorte fundamental, pois traz para o centro desse debate as instituições públicas de ensino que foram violadas por esse regime ditatorial.

Muitos dos companheiros e companheiras que expõem suas histórias de dor e sofrimento conseguiram encontrar cami-

nhos de superação diante de tamanhas adversidades e reconstruíram suas vidas profissionalmente e suas relações familiares, sem que isso signifique que não convivam com as sequelas do que lhes aconteceu.

Certamente esse esforço para trilhar novos caminhos buscando uma reinserção social sem abandonarem suas convicções e seus ideários não foi fácil. Somente foi possível por uma enorme vontade política e compromisso com sua busca utópica, que continua com a mesma firmeza e determinação na construção de uma sociedade mais justa, com oportunidades iguais para todas as pessoas, respeito à diversidade e garantia dos direitos de cidadania.

Viver a vida acadêmica e a formação universitária àquela época sem que houvesse atrição e confronto com o poder militar só poderia acontecer se as universidades se curvassem à vontade do poder do Estado de exceção e se submetessem à condição de não pensar, não questionar, não criticar, não ter ideias próprias que causassem incômodo ao ditador de plantão, renunciando aos princípios fundamentais que estruturam o Estado democrático de direito.

Não foi isso que aconteceu! As atitudes de rebeldia, de mobilização e de resistência no ambiente universitário (*lato sensu*) e em particular no movimento estudantil são marcos importantes da luta política que não se dobrou ao autoritarismo do regime militar... muito embora as consequências para alguns tenham sido muito duras.

Mário Mamede

Médico, militante dos direitos humanos

Apresentação

Comemorar: trazer à memória.

Resgatar algo que nunca poderá ser esquecido. E há casos em que o esquecimento, assim como a omissão, é crime. É nosso dever transmitir às gerações atuais e futuras essa memória. Porque lembrar é resistir.

Frei Tito de Alencar Lima

Este livro baseia-se no relatório da Comissão da Verdade UFC e UECE, que foi elaborado em 2014 e enviado no mesmo ano para a Comissão Nacional da Verdade, constando de 28 depoimentos de vítimas da ditadura que sofreram graves violações dos direitos humanos durante o período do regime militar de 1964 a 1985.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instituída pela Lei n.º 12.528, de 18 de novembro de 2011, e instalada oficialmente em 16 de maio de 2012, no governo Dilma Roussef, ex-presa política no período da Ditadura Militar. Consta em seu artigo 1º que a comissão tem a “finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição de 1988 (art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias)”, com a finalidade de “efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”.

No período da Ditadura Militar (1964-1985), as violações atingiram, principalmente, o campo político, excluindo opositores por meio de prisões/sequestros, fora de qualquer base legal. A ditadura violou corpos por meio de torturas e assassi-

natos. No campo universitário, especificamente, incidiu ainda na liberdade de discentes prosseguirem suas carreiras e no exercício das funções de docentes/pesquisadores nas universidades públicas.

A Comissão da Verdade UFC e UECE trata de tais violações. Nesse sentido, este livro mantém, de maneira geral, com adaptações necessárias, a estrutura do relatório enviado para a Comissão Nacional da Verdade, acrescentando-se quinze depoimentos comentados que não foram incluídos no documento original. A presente publicação contempla todos os 28 depoimentos, agregando ainda algumas informações retiradas de documentos oficiais dos órgãos de segurança nacional. Também foram escolhidos “dois casos considerados emblemáticos” pela comissão que elaborou o documento. O critério de escolha envolveu os efeitos da ditadura em uma linhagem familiar, assim como a existência de uma situação trágica que repercutiu na tortura e morte de Bergson Gurjão, estudante militante da UFC, durante a Guerrilha do Araguaia. Foi ainda incluída uma seção sobre dois dos principais advogados de presos políticos que tiveram destacadas e importantes atuações na defesa de vítimas da repressão.

A estruturação deste livro está constituída por cinco capítulos. No primeiro, intitulado “Conhecer para não esquecer”, abordam-se: ilegalidades e resistências; criação e extinção da Agência de Serviço de Informação (ASI); documentos oficiais em revista; estratégias de vigilância militar e da resistência estudantil no período da Ditadura Civil-Militar. O segundo traz uma exposição detalhada da linha do tempo evidenciando acontecimentos ocorridos nesse período, tanto dos dispositivos da repressão quanto das ações de resistência. No terceiro, intitulado “Vidas mutiladas”, abordamos dois casos classificados como emblemáticos e expomos as bionotas intituladas “Advogados da liberdade”. No quarto capítulo, evidenciamos uma análise das terminologias empregadas no período da ditadura, tanto pelos agentes da repressão quanto pelas pessoas militantes dos movi-

mentos de resistência ao regime. Ainda nesse capítulo trazemos uma pequena análise iconológica de algumas fotografias representativas desse período de violências e, no quinto e último capítulo, trazemos as considerações finais.

O documento que fez parte do relatório da Comissão Nacional da Verdade vem à tona em um momento oportuno: os setenta anos da UFC, 49 anos da UECE e sessenta anos da Ditadura Civil-Militar. Este livro pretende manter uma memória dos danos pessoais e intelectuais que acompanham a história da instituição e das universidades públicas brasileiras, cuja missão primeira deve estar pautada na produção e transmissão do saber.

Nessa perspectiva, a memória permite repetir a máxima “ditadura nunca mais”.

Prof. César Barreira

Presidente da Comissão da Verdade UFC/UECE

Introdução

Os agentes da ditadura perpetraram crimes contra a humanidade – tortura, estupro, assassinato, desaparecimento – que vitimaram opositores do regime e implantaram um clima de terror que marcou profundamente a geração que viveu o período mais duro do regime militar.

Atila Roque
Diretor-executivo da Anistia
Internacional Brasil

Em 2013 foi criada, em comum acordo entre os reitores da UFC e UECE, uma Comissão da Verdade das universidades do estado do Ceará. O artigo 1º da portaria conjunta – UECE-UFC nº 01, de 9 de julho de 2013, diz que:

Fica criada, na Universidade Estadual do Ceará e na Universidade Federal do Ceará-UECE/UFC, a Comissão da Verdade, destinada a examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos, praticadas durante a Ditadura Militar, com apoio de setores civis, que vigorou no País de 31 de março de 1964 a 15 de março de 1985, contra docentes, alunos e funcionários não docentes das duas Universidades (Anexo 1).

Essa comissão foi nomeada de forma paritária envolvendo professores, estudantes e funcionários de ambas as instituições. As suas contribuições subsidiaram a Comissão Nacional da Verdade no que se refere, fundamentalmente, à identificação e a informações sobre professores, alunos e funcionários presos, que sofreram torturas, desapareceram ou foram mortos, bem como os

docentes que foram banidos e os alunos impedidos de frequentar as universidades. Nesse sentido, é importante descrever o cenário político e acadêmico com origem no golpe militar de 1964, que possibilitou as graves violações dos direitos humanos, como também o desvendar de fatos e circunstâncias dessas violações.

Nesse processo de resgate de memórias, é importante ressaltar a quantidade de informações que ainda não havia sido registrada, oficialmente, por conta da proposta de *esquecimento* engendrada pelo projeto de anistia. Esse fato dá esteio e relevância não apenas à criação da Comissão Nacional da Verdade, como à criação das comissões setoriais, a exemplo desta comissão, cujo foco de investigação foi, como já explicitado, as violações aos direitos humanos praticadas contra estudantes, funcionários e professores no âmbito das universidades públicas no Ceará.

Como demonstrado por Oliveira Filho (2017), as comissões das universidades receberam destaque justamente pela importância que as universidades tinham no período da Ditadura Civil-Militar, por dois motivos: por serem espaços destacados da luta de jovens universitários, principalmente do movimento estudantil; e pela relevância estratégica da “modernização” do Ensino Superior no país, proposta pelo regime. Como impactos dessa reforma do ensino universitário proposta pela ditadura, citamos a influência do modelo de ensino norte-americano, a abertura da educação superior para o sistema privado, além de um viés autoritário na escolha dos reitores:

A tradição autoritária estava presente no artigo 16 que não reconhecia a legitimidade das eleições diretas. A nomeação de Reitores e Vice-Reitores de universidades e Diretores e Vice-Diretores de unidades universitárias ou estabelecimentos isolados oficiais se dava a partir da indicação pelo respectivo Governo e escolhidos de listas de nomes indicados pelo Conselho Universitário ou colegiado equivalente (Lira, 2012, p. 5).

A comissão da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE) trabalhou, principalmente, com as seguintes fontes de informação: documentos oficiais dos órgãos de segurança, livros, trabalhos acadêmicos, vídeos e filmes que retratam esse período. Também foram colhidos pela comissão depoimentos de professores, estudantes e funcionários vítimas dos órgãos de repressão, com duração de uma hora e meia, em média, totalizando quase 45 horas de gravações em áudio e vídeo.

Essas fontes ocupam e possuem lugares diferenciados na montagem dos dados sobre as graves violações dos direitos humanos nas universidades públicas do estado do Ceará. Os documentos oficiais enviados pela universidade aos órgãos de segurança foram elaborados e montados pelos próprios servidores, à época, sob demanda da ASI, com suporte em procedimentos de investigação e denúncias obtidas de forma clandestina, tendo como base uma prática ilegal de infiltração no cotidiano das universidades.

Também nos fundamentamos em análises de livros, teses acadêmicas, filmes, vídeos e artigos, bem como relatórios, correspondências, informes e outras fontes elaborados pelos próprios órgãos de repressão, obtidos por intermédio das próprias vítimas e fornecidos à Comissão da Verdade UFC-UECE.

Os depoimentos de pessoas que passaram por violações dos direitos humanos ocupam lugar central nas configurações de reconstituição da memória de uma verdade ainda em grande parte negada ou não conhecida. Os depoentes, em um total de 28, foram escolhidos ou selecionados com amparo de uma pesquisa exploratória, com pessoas que vivenciaram os momentos mais intensos de repressão nas duas universidades e que conheciam professores, estudantes e funcionários que haviam sido expulsos da vida acadêmica, presos ou submetidos à vida clandestina. Preparada uma lista inicial de nomes, esta foi sendo acrescida de novas indicações. Sabemos que poderíamos ter en-

trevistado um número bem superior ao que foi alcançado na pesquisa, porém isso não foi possível devido à exiguidade do tempo para um trabalho dessa envergadura. O critério do rol de pessoas convidadas foi elaborado da maneira mais ampla possível, buscando cobrir um conjunto plenamente representativo em termos de momentos históricos vividos, inserções políticas e gravidades das violações sofridas.

As entrevistas foram estruturadas a partir de três abordagens: 1) identificação e formação estudantil; 2) início e desenvolvimento da militância política de cada entrevistado no ambiente universitário, as interações com os outros estudantes (em entidades estudantis, partidos etc.), com os professores (apoios ou perseguições), com os outros militantes e com os apoiadores do regime dentro e fora das universidades; e 3) as lembranças mobilizadas durante o momento do golpe (para os mais velhos) e no período de instauração do AI-5, tanto na perspectiva individual quanto coletiva, e os processos desencadeados após esses atos, com as narrativas de perseguições sofridas e o fim do governo autoritário. Na conclusão da entrevista, tendo o depoente considerado finalizada sua narrativa, perguntava-se quais seriam as consequências da Ditadura Militar para a universidade e para si próprio, havendo um momento de reflexão retrospectiva sobre os prejuízos para a instituição e sobre o que poderia ter sido diferente se não existisse a ditadura.

O critério adotado para o convite aos depoentes, além de terem pertencido à universidade, foi o de terem sido presos ou presas nos moldes da ditadura. Foram prisões efetuadas por meio de sequestro, sem direito à defesa, o que constitui, como referência ao Estado democrático de direito, uma evidente violação aos direitos humanos. Esse componente, por si só, confere à vítima a legitimidade de falar sobre sua história e as violações sofridas.

A comissão proporcionou também a oportunidade de serem ouvidas outras narrativas, histórias não tão conhecidas pela me-

mória em comum dos ex-estudantes. Assim, foram abertos espaços para outros depoimentos memorialísticos, de modo que outros casos, diferentemente daqueles de grande repercussão que se tornaram emblemas de resistências e lutas, fossem considerados e divulgados, com experiências que ainda não haviam sido consideradas pelas investigações acadêmicas anteriores.

Analisar a documentação relativa à Ditadura Militar no âmbito das universidades públicas do estado do Ceará, no período de 1964 a 1985, implica adentrar o terreno de uma violência política cometida contra a comunidade acadêmica dessas instituições e abordar as práticas adotadas pelos órgãos de repressão do Estado brasileiro. Essa realidade tenta privilegiar alguns aspectos envolvidos nas práticas da ditadura, atentando para as ações e práticas dos órgãos repressores. Nessa perspectiva, buscamos desvendar e revelar o lado encoberto, como revela expressão que ganhou notoriedade: **os porões da ditadura**. Como uma testemunha expressou,

no primeiro momento não queria prestar este depoimento, mas depois pensei, enquanto tiver uma pessoa defendendo a volta da ditadura, prestarei estes depoimentos para mostrar o lado cruel deste regime.¹

Assim, consideramos que o povo brasileiro e, no caso, o cearense têm direito a conhecer a verdade, para que as reparações dos prejuízos sejam concretizadas – mesmo que não de modo integral, pois as sequelas são indizíveis e infindáveis – e os responsáveis pelas violações dos direitos humanos sejam punidos com as mais altas penas, embora se saiba que isso jamais se efetivará a contento.

É, pois, sob esse prisma de escancarar a verdade das torturas e violências dos corredores da repressão, que a comissão

¹ (Depoimento de ex-aluno de Medicina, exilado no Chile e Alemanha, membro do PCdoB).

estabeleceu as estratégias de análise e tratamento da documentação, observando os discursos próprios desse contexto, que se configura como um ambiente rico de sentidos e significados, não somente para quem viveu esse período, mas também para aqueles que buscam estudá-lo e compreendê-lo, com o escopo de chegar a uma possível verdade dos fatos. Mais do que nunca, em tempos de desinformação (Volkoff, 2004), precisamos trazer a possibilidade da verdade sobre os meandros da Ditadura Militar. Na compreensão de Volkoff (2004, p. 20), “Desinformar não significa privar de informação, mas sim, fornecer uma informação falsificada”, que pressupõe ao menos três sentidos: “manipulação de opinião pública, entendida como intoxicação; meios desviados de tratamento da informação; e fins políticos, internos ou externos”. Para ele, a desinformação é entendida como sendo uma

forma psicológica da subversão; visa desestabilizar um Estado ou uma sociedade, minar sua capacidade de resistência sem a necessidade de acionar as forças armadas; pelo menos para se preparar para sua entrada no jogo, se necessário [...].

Essa prática foi utilizada pela ditadura militar na tentativa de influenciar a sociedade contra o movimento, fazendo com que a sociedade acreditasse em seus discursos em todas as mídias. Nesse sentido, trazemos a reflexão de Sêneca (2012, p. 92) para alertar que

nada é mais importante, portanto, que não seguir como ovelhas o rebanho dos que nos precederam, indo assim não aonde querem que se vá, senão aonde se deseja ir. A saída é nos separarmos da massa e ficarmos a salvo.

É isto: a verdade sobre as violências cometidas pela ditadura não pode ser apagada. Precisa mesmo ser escancarada para que tal fato nunca mais se repita na sociedade.

Capítulo I

Conhecer para não esquecer

Ilegalidades e resistências

*A democracia é um valor universal,
mas não é um valor permanente.
Devemos estar sempre atentos.*

Maria Rute Cavalcante Barreto
Ex-presa política

O presente capítulo está dedicado a sintetizar as ações ilegais exercidas pelo aparelho policial-militar da ditadura no âmbito da repressão praticada contra estudantes, professores e funcionários das universidades públicas cearenses.

Quanto a esse universo, vale lembrar que, no período examinado pela Comissão da Verdade UFC-UECE, a Universidade Federal do Ceará (UFC) já estava constituída como tal (criada em 1954 e instalada em 1955), mas o que hoje é a Universidade Estadual do Ceará (UECE) se configurava como um conjunto de instituições isoladas (faculdades), de dependência estadual, algumas com administrações laicas e outras sob a administração da Igreja Católica, como era o caso daquelas situadas nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixadá. Fica, assim, entendido que a UECE, na maioria dos depoimentos, aparece na forma de instituições, então isoladas, que viriam a participar de sua constituição como universidade, em 1975.

Particularmente, a Comissão da Verdade UFC-UECE se debruçou sobre as manifestações de resistência encarnadas no

movimento estudantil universitário cearense, do qual fez parte a totalidade dos depoentes ouvidos por ela. Ressaltamos, contudo, que a repressão policial se abateu sobre o conjunto da comunidade universitária e afetou, além de estudantes, vários professores e funcionários das instituições. Em decorrência, deu-se uma ruptura na vida acadêmica, que cobra, ainda hoje, um pesado tributo quanto à ciência e à tecnologia, cujo desenvolvimento foi interrompido, sem falar, como lembrou um de nossos depoentes, no corte sofrido por toda uma geração de dirigentes políticos forjados na vida universitária, que não pôde se desenvolver e florescer.

Ao contrário do que se possa imaginar, malgrado o fato de que os atos institucionais baixados entre 1964 e 1968, com destaque para o AI-5, e a própria Constituição outorgada pela ditadura, em 1967, configurem um aparato jurídico de exceção, incluindo a cassação dos direitos humanos mais básicos, a julgar pelos depoimentos, a esmagadora maioria das ações repressivas foi praticada de maneira ilegal e/ou clandestina, mesmo em relação à legislação autoritária em vigor. No caso específico das universidades, esses atos foram amparados pelo Decreto-Lei 477, aprovado pelo regime militar. Obviamente que tais ações, à margem mesmo do aparato judicial então vigorante, se combinavam com o uso da legislação ditatorial, de forma que sequestros, torturas e assassinatos, não raro, se desdobravam em processos judiciais que frequentemente conduziam a uma condenação formal e cumprimento de pena de privação de liberdade.

Essa situação resultou em muitas vítimas nas universidades, incluindo professores, funcionários e estudantes, que tiveram cassados seus direitos de exercer a prática docente ou de estudarem. Especificamente na UFC, constatamos, nessa situação, as seguintes vítimas que foram cassadas ou expulsas:²

² Para maior aprofundamento dessa questão, confira a dissertação de José Ivan de Oliveira, intitulada "A geração que não deve ser esquecida: a construção da memória estudantil cearense".

1. Marco Antônio de Holanda Penaforte
2. Antônio de Matos Brito
3. Bergson Gurjão Farias
4. Francisco de Assis Costa Aderaldo
5. Francisco Horácio da Silva Frota
6. Hélio Monteiro Nóbrega
7. Inocência Rodrigues Uchoa
8. João de Paula Monteiro Ferreira
9. José Arlindo Soares
10. José Genoíno Neto
11. José Machado Bezerra
12. Maria Nadja Leite de Oliveira
13. Maria Ruth Barreto Cavalcante
14. Newton Gurgel Barreto
15. Pedro Albuquerque Neto
16. Raimundo Oswald Cavalcante Barroso
17. Sérgio Miranda de Matos Brito

Os estudantes da UFC abaixo foram impedidos de realizar a matrícula:

18. Francisco das Chagas Dias Monteiro
19. Helena Serra Azul Monteiro
20. Rosa da Fonseca

Além da comunidade de estudantes, a ditadura também se voltou com violência contra os seguintes professores:

21. Joaquim Eduardo de Alencar
22. José dos Santos Serra
23. Milton Ferreira
24. Miguel Cunha Filho

rense na resistência à ditadura civil-militar”.

25. Dóriam Sampaio
26. Osvaldo Evandro Carneiro Martins
27. Pontes Neto
28. Olavo Sampaio
29. Padre Arquimedes Bruno

Praticamente a totalidade dos depoentes vitimada pela repressão foi detida e presa ilegalmente, com encarceramentos de variadas durações, sem obedecer a qualquer norma legal. A seguir, resumimos alguns casos que ilustram essa situação e que vêm emergindo nos depoimentos prestados pelas vítimas das graves violações dos direitos humanos no período de março de 1964 a janeiro de 1985, quando o regime ditatorial foi formalmente encerrado, mesmo que tenha deixado atrás de si um conjunto de salvaguardas autoritárias que constituem o que se convencionou chamar de entulho, em parte não removido pela Constituição Federal de 1988.

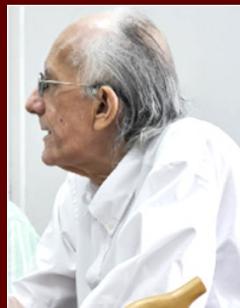
1 – Francisco Edson Pereira

Natural de Tianguá (CE), nasceu no dia 30 de outubro de 1942. Começou sua atividade política no Liceu do Ceará, estudante do curso noturno na turma conhecida como “Moscouzinho”, porque era frequentada por muitos militantes do PCB, destacando-se Claudio, “que foi o primeiro sequestrador de avião do Brasil, que sequestrou o *Caravelle*”, Oswaldo de Duarte e o musicólogo Cristiano Câmara. Conhecendo esse pessoal, foi conduzido no PCB e fez uma

série de cursos preparatórios. Começou a militar no PCB nessa época, participando da campanha do candidato a prefeito José de Moura Beleza, do advogado Tarciso Leitão e de outras pessoas ligadas ao partido. Posteriormente, passou a militar no PC.

Edson Pereira, que depois se tornou farmacêutico, foi um dos primeiros a prestar depoimento à comissão. Ele teve participação intensa no movimento estudantil do curso de Farmácia da UFC, entre 1968 e 1972, mas, salvo a repressão desencadeada em atividades públicas, não sofreu prisões nesse período. Ele desenvolveu atividades políticas a partir de 1968, não apenas no âmbito do movimento estudantil, mas também com sindicatos de trabalhadores, como o dos comerciários, dos bancários e o dos trabalhadores da construção civil. Seu engajamento se consolidou no ano de 1968, com sua participação no II Congresso de Estudantes de Farmácia, evento que não voltou a se repetir devido à decretação do AI-5. Daí em diante, se integrou ao trabalho clandestino, indo da distribuição de panfletos e pichações até ações de expropriação.

Ainda estudante, Edson assumiu tarefas de grandes responsabilidades no PCdoB, como o de alojar em Fortaleza o im-



Fonte: Arquivo das entrevistas da Comissão da Verdade UFC e UECE.

portante dirigente partidário Pedro Pomar, que, em 1977, foi uma das vítimas do chamado Massacre da Lapa, quando a repressão invadiu uma reunião do comitê central do partido num aparelho naquele bairro paulistano, eliminando parte dos dirigentes.

Um traço bastante peculiar no depoimento de Edson é a referência que faz à colaboração entre estudantes do movimento estudantil e professores. No conjunto dos depoimentos é bastante rara a citação à participação dos professores nesse período, o que aparecerá nos registros feitos pela Comissão da Verdade UFC-UECE apenas a partir de 1977, quando a rearticulação das entidades estudantis contará com o apoio de alguns docentes (ver linha do tempo).

Sua prisão, com características de sequestro, só se processou quando já tinha concluído o curso de Farmácia, em 1972, logo após a formatura. A prisão, realizada por elementos que se diziam do DOI-CODI, se deu no contexto de uma série de quedas que atingiu o PCdoB. Edson, preso na volta de um jogo de futebol do qual participava, ficou encarcerado inicialmente na Polícia Federal. Sua prisão ocorreu mediante maus-tratos tortura e choque elétrico, conforme o depoente, “de praxe”.

Ao ser preso, logo foi encapuzado, característica de ação repressiva clandestina e ilegal, e levado ao centro de torturas chamado de “inferno verde”, de natureza clandestina. Torturado por métodos que voltarão a ser referidos por praticamente todos os depoimentos, sendo o espancamento e o choque elétrico recorrentes. Ele permaneceu 45 dias preso na sede da Polícia Federal (PF), onde foi reconhecido por um visitante e, por isso, transferido para o Quartel da 10ª Região Militar, para depois ser devolvido à PF. Edson não chegou a cumprir pena, como outros presos políticos, no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS).

Depois da prisão, ele permaneceu em outras condições da militância e acabou não indo para o Araguaia, por ter sido acometido de uma tuberculose. Com muita dificuldade, com a proibição de se afastar de Fortaleza, conseguiu trabalhar como

farmacêutico, categoria na qual exerceu durante muitos anos a representação classista no Conselho de Farmácia e no Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Ceará. Faleceu em 3 de outubro de 2016.

2 – Helena Serra Azul Monteiro

Nasceu em Fortaleza (CE), em 24 de novembro de 1947. Hoje professora da Faculdade de Medicina da UFC. Foi presa duas vezes durante o regime militar.

[Após] a decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, fui para a clandestinidade. Estive na Zona da Mata de Pernambuco até a prisão no dia 04.10.1969, sendo levada para o DOPS do Recife, onde fiquei quarenta dias incommunicável. Transferida para a Colônia Penal Feminina do Bom Pastor, onde fiquei após condenação de dois anos. Estava com dois meses de gravidez, e meu filho nasceu quando estava presa. Meus depoimentos sobre as torturas estão no livro *Brasil: nunca mais*. Posteriormente, em abril de 1972, fui presa e sequestrada novamente com o Chico e levada para o 23º BC juntamente com vários companheiros, [...] ocorreram muitas torturas nas dependências desta instituição militar.



Fonte: Arquivo pessoal.

A prisão de Helena se deu dentro da legislação arbitrária da ditadura. Com alvará de soltura em mãos, ela e seu marido retornaram a Fortaleza com o fim de retomar o curso de Medicina, quando ocorreu sua segunda “queda”, em 1972, que, segundo

ela, foi “um sequestro”. Em seu depoimento, Helena denuncia um fato que corrobora fortemente a ideia que se extrai dos testemunhos: a ilegalidade como característica essencial da repressão do regime militar.

Eles estavam estruturando o DOI-CODI no Brasil todo e aqui o centro deles era 23º BCGO, que na época não tinha aquela divisão, havia comunicação interna, era uma coisa só, que vinha desde a avenida Treze de Maio até a avenida do Canal, aí lá dentro tinha centro de tortura, tinha tudo.

Nesse ponto, o depoimento de Helena indica a forte referência da repressão à sua história familiar ligada aos movimentos de esquerda, fato utilizado como pressão no ato da tortura (esse aspecto está mais bem analisado no capítulo III deste livro, na seção “Casos emblemáticos”. Ela relata ainda, o uso de cães bravos para a intimidação dos presos no período em que se desenvolveram as sessões de tortura (duas ou três semanas, segundo ela). Nesse momento, os torturadores contavam com supervisão médica, dentre eles, um era identificado nas sessões com o nome de “Gurjão”, para assegurar que os torturados se guissem sendo seviciados sem o risco de entrarem em óbito.

Helena relata ainda que, mesmo sob tortura, apesar das pressões, se negou a assinar qualquer documento ou dar depoimento à imprensa que negasse sua posição contra a ditadura, o que dificultou a sua volta à universidade. Um elemento central do seu depoimento, que reaparecerá frequentemente nos demais, é o uso, também ao arrepio da lei, de militantes que passaram para o lado da repressão (“cachorros”, no jargão policial), entre os quais ela cita o nome de Gilberto Telmo Sidney Marques.

Como nos casos das prisões ilegais, Helena e outros presos, depois de serem restituídos do centro de tortura do DOI-CODI nas instalações do 23º BC para a Polícia Federal, foi solta no meio da rua, não sem ter no futuro graves problemas acadêmicos e profissionais por conta da prisão.

3 – Lourival Aguiar, o Zito

Nasceu em Fortaleza (CE), em 26 de maio de 1946. É administrador egresso da então Escola de Administração do Ceará (hoje curso de Administração da UECE). Ligado ao Partido Operário Revolucionário Trotskista – PORT, depois à Fração Bolchevique Trotskista (dissidência saída dessa agremiação), foi participante do movimento secundarista desde o início dos anos de 1960, integrou o movimento estudantil de sua faculdade no período mencionado.

Em 1970, quando era funcionário da empresa norte-americana ESSO, Zito foi preso no seu local de trabalho, visto que, a par da atividade política clandestina, tinha conseguido manter até ali uma vida na legalidade. Sem mandado de prisão, foi levado ao DOPS, conseguindo, no trajeto, avistar uma companheira de militância e avisar que estava sendo preso. O depoente foi levado depois para a PF e, então, para o centro de tortura do DOI-CODI, no 23º BC, já mencionado no testemunho de Helena Serra Azul; também foi imediatamente submetido a interrogatório semelhante aos já descritos, inclusive com a utilização de ameaças a familiares, no caso, a seu pai. Como outros depoentes, Zito cita o major Azambuja e o delegado Laudelino Coelho como comandantes de interrogatórios acompanhados de atos de tortura. Identifica ainda um oficial da Aeronáutica que, descaracterizado, participou dos interrogatórios.

Todo esse período, de mais ou menos um ano, ocorreu sem abertura de processo, portanto, em regime de completa clandestinidade e ilegalidade. Um processo na Auditoria Militar só foi



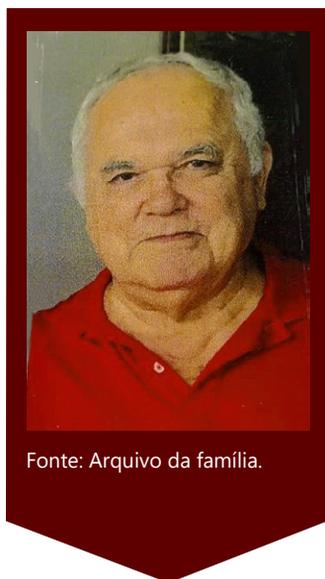
Fonte: Arquivo pessoal.

aberto já ao final, próximo da liberação do depoente. Julgado e condenado a um ano de prisão, cumpriu a sentença no IPPS, sendo o primeiro preso político recebido (Ficha 001), de onde saiu sob liberdade condicional no ano de 1971.

Ao longo dos anos, Zito foi retomando tanto sua vida profissional quanto a sua vida política. Após a sua formatura em Administração de Empresas, trabalhou em várias firmas comerciais de Fortaleza e, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, participou ativamente da criação do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo sido membro de seu primeiro Diretório Estadual, seguindo sua militância nessa agremiação até os dias de hoje.

4 – Vicente Walmick Almeida Vieira

É natural de Canindé (CE), nasceu na Serra do Machado, em 31 de agosto de 1942. Professor da UFC, cursou Física entre 1965 e 1968. Ativo militante do movimento estudantil desse período, foi preso depois dessa fase, já como professor da Universidade Federal do Ceará, em 1973. Preso em casa, quando retornava de suas férias, e depois detido no quartel da Marinha, Walmick corrobora uma importante informação colhida nos relatos e que é emblemática do caráter não apenas arbitrário da repressão, mas completamente ilegal: a existência da Casa dos Horrores no município de Maranguape, na Região Metropolitana de Fortaleza:



Fonte: Arquivo da família.

[...] eu fiquei uns dois dias numa casa de tortura que eles tinham na antiga BR 020, depois de Maranguape, perto da Manaria. Ainda hoje tem essa casa lá. O terreno do Exército era de paiol. Eles tinham uma casa de dois pavimentos, que eu me lembro. Sempre estava de olhos fechados, mas sabia que havia dois pavimentos porque subia e descia escada.

A descrição desse centro de tortura reaparece em muitos depoimentos, com perturbadora coincidência de dados. Apesar de objeto de várias denúncias, a Casa dos Horrores não foi reconhecida pelos poderes públicos, até aqui, como imóvel utilizado pela repressão ilegal (Figura 1).

Figura 1 – Ex-presos políticos entram na “Casa dos Horrores”, usada como local de tortura



Fonte: *Jornal El País*, São Paulo, 10 dez. 2014.

Recolhido ao Instituto Penal Paulo Sarasate – IPPS, o depoente, como outros, só teve processo aberto contra ele depois de ter vivenciado uma série de violação de seus direitos. No IPPS, terminou de cumprir onze meses de prisão sem sentença judicial, que só foi emitida em 1977, em que consta como “absolvido”. Walmick faleceu em 12 de junho de 2022.

5 – José Machado Bezerra

Nasceu em Camocim (CE), em 11 de março de 1947. Começou sua militância política como estudante de Física da UFC. Machado foi preso antes da decretação do AI-5, na fábrica Brasil Oiticica, durante panfletagem em solidariedade às castanheiras em greve da fábrica de beneficiamento de castanha de caju – Cione. Na ocasião, Machado era beneficiário de bolsa de pesquisa e trabalho na universidade. Nessa panfletagem, foi detido à mão armada, junto com o funcionário da UFC conhecido como

Dantas. Machado ficou incomunicável na Polícia Civil, sendo depois transferido para a Polícia Federal, onde sofreu intimidação com ameaça de morte. Em seguida, passou dois meses preso em instalações da Polícia Militar (PM), até que recebeu atendimento da advogada Wanda Sidou, que conseguiu relaxamento da sua prisão. Como em outros casos, a prisão ilegal resultou num processo judicial, com julgamento na Auditoria Militar, sendo condenado a seis meses de prisão, dos quais já havia cumprido dois, pagando os meses restantes no então prédio da Academia de Polícia, sem rigor carcerário.

O depoimento de Machado, assim como o de José Francisco Rufino, ex-estudante de Engenharia da UFC, preso em 1972, registram a presença do delegado Fleury e de sua equipe nas ações repressivas em Fortaleza. Da mesma forma, o depoimento de Rufino volta a esclarecer o uso do 23º BC como lugar onde se instalou o centro de tortura do DOI-CODI. Rufino assinala que, nesse período, essa instalação militar estava sob o comando do



Fonte: Arquivo pessoal.

coronel Farias. De passagem, Rufino é outro cuja prisão e detenção se deram sem processo, o qual só foi aberto depois de consumados os fatos.

Machado também foi preso em 1972, em condições diferentes da prisão de 1968. No 23º BC, segundo declara, foi entregue à equipe de Fleury,³ sendo recebido já com tortura, enquanto era apresentado a membros de grupos de repressão Movimento Anticomunista (MAC) e Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Logo foi submetido a choques elétricos, pau-de-arara, afofamentos etc. Ele relata que, enquanto estava no pau-de-arara, foi submetido a choque e golpes na palma da mão e na planta dos pés, além de uma técnica de tortura chamada banho chinês. Machado atribui esta prisão à denúncia de Gilberto Telmo,⁴ sob a acusação de falsificar placa de carros para ações, ser líder de “grupo de fogo” e ter feito treinamento para luta armada. Muito machucado e debilitado, foi confinado em posição de tortura numa solitária. Foi ainda suspenso de ponta-cabeça, sendo espetado com uma agulha no peito. Nessa ocasião, testemunhou a tortura do médico Roberto Bruno, acusado de atender um militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Também foi ameaçado de morte. Ainda durante esta prisão, foi, segundo assevera, interrogado na presença de Gilberto Telmo e Edna Veras, apresentados como convidados, não como presos. Mantido sob prisão e maus-

³ Sérgio Paranhos Fleury, temido chefe da Operação Bandeirantes, braço ilegal do DOI-CODI paulista, celebrado pela selvageria particular como conduzia os interrogatórios de militantes de grupos de esquerda. Para saber mais sobre o *modus operandi* das torturas praticadas por Fleury, ver: *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*, de autoria do jornalista Percival de Sousa.

⁴ Gilberto Telmo, antigo militante da Ação Libertadora Nacional – ALN, foi um dos chamados “arrepentidos” que se pronunciaram nos meios de comunicação aderindo ao regime e estigmatizando os grupos da resistência antiditatorial. Prestou conhecido depoimento, nesse sentido, ao programa Fantástico, da Rede Globo (Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=CRanvTtoCk4>. Acesso em: 22 mar. 2024). Vários depoentes reconhecem nele, uma vez reconvertido em aderente à ditadura, um agente da repressão a quem se deve a “queda” de vários militantes, enquanto outros reconhecem sua presença nos interrogatórios e sessões de tortura.

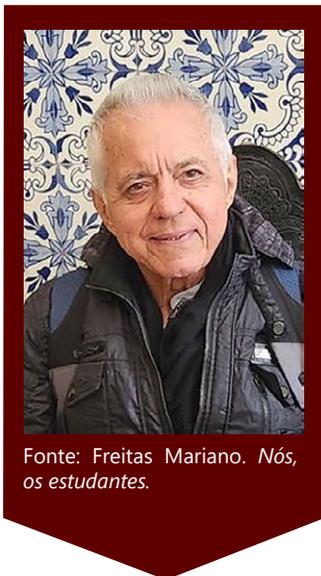
-tratos durante quatro meses, cumpriu pena, em seguida foi encaminhado para o Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS).

José Machado foi novamente preso em 1974, mais uma vez sem qualquer mandado judicial, quando se empenhava em angariar solidariedade a presos políticos mantidos no IPPS que se encontravam em greve de fome. Curiosamente, foi detido enquanto lanchava num tradicional bar do bairro Parangaba (Bar Avião), em Fortaleza, e onde, coincidentemente, se reuniam militantes do PCdoB. Reconhecido pela repressão, foi detido para que revelasse o paradeiro de Rui Frazão, dirigente do PCdoB. Dessa vez, foi transferido para Recife, em avião do Correio Aéreo. Em Recife, foi imediatamente transportado para a sede do 4º Exército, onde foi submetido à tortura da argola, e passou nove dias sem comer. Interrogado durante todo o dia, foi submetido a todas as torturas já descritas acima. No nono dia, a tortura parou e lhe foi dado, após os nove dias sem se alimentar, café com sal, o que provocou “agonia” no preso. Finalmente, conseguindo enviar um bilhete à mãe dizendo onde estava, e tendo Dom Helder Câmara tido conhecimento da mensagem, foi providenciada a ida de sua família a Recife. Nesse momento, no entanto, Machado já estava de volta a Fortaleza, tendo sido solto num terreno baldio próximo à Av. Sargento Hermínio. Essa prisão se caracterizou por total ilegalidade em todas as etapas, não gerando, entretanto, nenhum processo.

Machado se manteve na militância, integrando, como professor da rede privada de ensino em Fortaleza, o movimento de oposição sindical no Simpro-CE e tendo, nos últimos anos, importante presença no movimento Memória, Verdade, Justiça, de ex-presos políticos da ditadura.

6 – Pedro Albuquerque Neto

Nasceu em Jaguaribe (CE), em 19 de junho de 1944. Seu depoimento é muito ilustrativo do caráter absolutamente arbitrário das ações repressivas. No momento do Golpe de 1964, Pedro era presidente da entidade estudantil da então Escola Industrial do Ceará (ancestral do atual Instituto Federal do Ceará). Ele declarou à Comissão da Verdade UFC-UECE:



Fonte: Freitas Mariano. *Nós, os estudantes.*

Passei um tempo fora, escondido, e logo quando eu retorno aí eu estou na aula e chega o Exército; eles me levam pra sala do diretor José Roberto de Melo Barreto, que morreu recentemente, e o pedido era pra que eu renunciasse à presidência da entidade. Eu disse que não renunciaria, que eu tinha sido eleito. Na verdade, eu não fazia isso pra afrontar não, era mais na ingenuidade achar que eu poderia realmente fazer aquilo. Eu disse que não renunciaria, que eu tinha sido eleito, portanto, não tinha razão para renunciar. Aí eu sou levado para a 10ª Região Militar na presença do coronel Perboyre. E ele então insiste pra que eu renuncie. Aí eu digo pra ele: “Coronel, eu não vou renunciar, eu fui eleito. Eu proponho pro senhor então que vocês façam um plebiscito na escola. Se os estudantes quiserem que eu renuncie, eu renuncio. Se não quiserem, eu não renuncio”.

O agente da repressão explicita então o real conteúdo da situação, como relata Albuquerque:

Aí ele [o Cel. Perboyre] disse: “olhe, Pedro, isso que você está propondo aí é pra a democracia, nós estamos agora

numa fase, eu vou usar aqui uma palavra, de ditadura, fascista, então você tem que compreender a situação agora". Aí eu digo: "não, eu não vou renunciar".

Ainda segundo Albuquerque, um elemento importante em relação ao contraste entre 1964 e 1968 (AI-5) foi o caráter ilegal e brutal da repressão. Essa característica, ilustrada fortemente pela prática do sequestro, já estava presente nos acontecimentos de 1964. Ele relata: "Foi em 64. Eles me arrastaram de casa e me levaram para os prostíbulos. Eu morava no Porangabussu, ali perto do campo do Ceará, e eles me levaram para todos os prostíbulos na área". Posteriormente, o sequestro é, por assim dizer, "legalizado", sendo ele incluído num inquérito policial que investigava as atividades do PCB.

Anos depois, com prisão preventiva decretada em função da prisão em Ibiúna (SP), Albuquerque mais uma vez testemunha o caráter completamente discricionário das perseguições:

Eu, Inocêncio e o José Arlindo fomos os únicos estudantes da universidade a ser punidos com a negação da matrícula antes da existência do Decreto 477, de fevereiro. Nós fomos punidos em janeiro [...]. A satisfação que eles deram para a Regina, que foi me matricular, era que a minha matrícula estava proibida. Sem mais.

Albuquerque se tornou professor do Ensino Superior, tendo exercido o magistério por muitos anos na Universidade de Fortaleza (Unifor), onde foi dirigente do sindicato da categoria, a Adunifor.

7 – Geraldo Magela Monteiro de Mello

Natural do Amazonas, nascido em 1947, permaneceu em Fortaleza até os 21 anos. Sua participação política inicia com a renúncia do Jânio Quadros, em 1962, participando de uma passeata do Liceu do Ceará até o Colégio Cearense dos Maristas, onde estudava no ginásial (equivalente ao Ensino Fundamental de hoje). Nessa época, ganhou um concurso de oratória e começou a participar do grêmio do Colégio Cearense.

Entrou na Juventude Estudantil Católica (JEC) em 1962 e se tornou amigo do frei Tito Alencar, religioso dominicano. Por conta de sua atuação política no Colégio Cearense, seu pai o matricula no Colégio Christus, estabelecimento de ensino católico, com regras rígidas de comportamento, onde permanece por um ano, na quarta série ginásial. De lá foi transferido para o Colégio Castelo, onde se tornou presidente do grêmio, participando também da equipe diocesana. Dom Delgado à época criou o Conselho Diocesano com a participação da JEC, da Juventude Operária Católica (JOC) e da Juventude Independente Católica (JIC). Magela permaneceu na Ação Católica até sua dissolução, entre 1965 e 1966.

Em 1967, passa no vestibular para Agronomia e participa ativamente do movimento estudantil universitário.

O grupo político chamado Ação Popular foi criado em 1962, por setores da Igreja progressista ligados à Teoria da Libertação. Nessa época, Magela tomou conhecimento do documento básico de criação da AP pelo Pe. Vaz e aderiu à sua proposta. Houve uma reunião na Ponte Metálica para organização da Ação Popular no Ceará.



Fonte: Arquivo pessoal.

Geraldo Magela menciona, no seu depoimento, que na época foi aluno do Prof. Leopoldino, que tinha posições de extrema direita. Nessa época, o diretor da Agronomia era o Prof. Prisco Bezerra. Em 1968, houve eleição para o DCE e ele apoiou a chapa encabeçada por Mariano Freitas, aluno da Medicina, sendo vitoriosa a outra chapa presidida por José Genuíno. Foi nesse período que Magela se afastou do movimento estudantil com a perspectiva de participação no movimento operário, por orientação da Ação Popular.

Em outubro de 1968, Magela trancou matrícula, casou-se e foi para Pernambuco a fim de participar do movimento operário. Também, nessa época, fez parte da Comissão Militar da Ação Popular, que montou uma estratégia bem-sucedida para tirar da delegacia, em Maceió, o militante Aldo Arante. Magela foi trabalhar como tecelão numa fábrica do setor têxtil, na cidade de Paulista, na Região Metropolitana de Recife.

Magela morou em uma casa onde estiveram hospedados outros membros da AP que eram perseguidos pelos órgãos de repressão e estavam clandestinos, como o presidente do DCE de João Pessoa e o de Campina Grande. Duas das pessoas que moravam juntas foram presas no DOPS, cujo diretor era Moacir Sales, quando distribuíam panfletos na porta da fábrica, sendo soltas posteriormente. Geraldo Magela sofreu muitas torturas, palmatória, simulação de fuzilamento, telefone. Miranda e Varejão eram os torturadores e levaram-no para o mesmo local onde haviam assassinado o Pe. Henrique. Foi interrogado pelo vice-consulado dos EUA e ameaçado de ser levado para prisão, o que fez com que o DOPS fosse até a casa dele e o prendesse, juntamente com a sua esposa. No início de 1969, foram presos e levados para Fernando de Noronha. No DOPS, conseguiu avisar seu pai de sua prisão, através de um peruano que estava preso e foi solto. Com influência entre o alto escalão da ditadura, seu pai consegue localizá-los na prisão.

Após ser solto, Magela foi para o Pará, onde permaneceu na clandestinidade em um sítio, por vários anos, com a mulher e, posteriormente, com as suas duas filhas, até 1973. Passados cinco anos, consegue sua transferência para a Faculdade de Agronomia em Belém, onde concluiu o curso.

Sua esposa Rosa era aluna da Geografia. Em Belém, fez novo vestibular para Administração de Empresas, vindo a concluir a sua graduação. Sua companheira ficou muito marcada e com sequelas decorrentes das violências sofridas nesse terrível período.

Magela foi coordenador da Cooperativa de Leite de Belém durante dois anos e sempre trabalhou por conta própria. Após alguns anos em Belém, depois da morte de Paulo Fonteles, advogado dos movimentos sociais, passou a colaborar mais intensamente nas atividades políticas com os movimentos progressistas, de forma independente. Faleceu em 26 de abril de 2021, em Fortaleza.

8 – Valter Pinheiro

Nasceu em 12 de dezembro de 1944, em Fortaleza (CE). Estudante de Letras da antiga Faculdade de Filosofia do Ceará, hoje Centro de Humanidades da UECE, também dá conta da ilegalidade das prisões e, obviamente, da prática de tortura. Sua primeira prisão, em 1971, seguiu o molde da ilegalidade e da clandestinidade. Em março ou abril desse ano (o depoente não pôde precisar o mês), após um comício relâmpago promovido pela organi-



Fonte: Arquivo pessoal.

zação de que fazia parte na época, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), uma onda de “quedas” se abateu sobre o grupo.

Alguns dias depois da citada ação, a polícia política invadiu a casa de seus pais com violência. O depoente estava dormindo e acordou com a chegada dos agentes de polícia. Perguntaram por “Valter Pinheiro”, e o depoente se apresentou, enquanto vasculhavam sua casa em busca de “material subversivo”. A única coisa que os policiais puderam levar, na sua prisão, foram as publicações legais. Ficou em isolamento, sendo depois chamado a interrogatórios que duraram vários dias, na sede do 23º BC, onde os interrogadores não lançaram mão da tortura. Alguns dias depois, foi encapuzado e levado para outro ambiente por pessoas que não conhecia, onde foi espancado. Valter apenas repetiu que não era militante e que não conhecia o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Depois de trinta dias, foi liberado.

Em 1973, quando não estava mais exercendo militância em organização política e exercia o magistério na Faculdade de Filosofia D. Aureliano Matos, em Limoeiro do Norte (CE), depois convertido em unidade da UECE, teve a casa onde morava com sua esposa invadida e vasculhada, o que resultou em nova prisão, sob pretexto de ter um cartaz da Revolução Cultural Chinesa em seu poder. Na noite da prisão, foi levado para uma cela no subsolo da sede da PF. No trajeto, reconheceu José Osvaldo Bezerra, antigo estudante de Letras, companheiro da época em que militava no Movimento Comunista Internacionalista (MCI), do qual se desligara havia quatro anos, o que levou o depoente a concluir que houvera uma “queda” no MCI.

Pinheiro seguiu incomunicável até ser chamado para o primeiro interrogatório. Perante um agente, mostrava-se tranquilo. O conteúdo das perguntas era sobre a localização de “aparelhos” e, principalmente, sobre o destino de Gilvan Rocha, do MCI, que, de fato, o depoente não via desde seu desligamento do movimento.

Entrou em cena, então, o Dr. Xavier, que determinou que os interrogatórios passassem para a noite. À noite, encapuzado, foi transferido para local não identificado e distante. Valter percebeu que trafegaram por estrada carroçável, que atravessaram um riacho e uma cancela, que foi mencionada pelos seus captores. Chegando ao local, foi totalmente despido, teve as mãos amarradas e foi deitado no chão.

Segundo ele, tinha abandonado a esperança de sair vivo do lugar. Depois de ser preparado para a tortura com choque elétrico, voltou a ser interrogado sobre o paradeiro de Clovis Tavares Pinheiro (Gilvan Rocha). A partir daí, cada negativa era retribuída por uma descarga elétrica, que aumentava de intensidade a cada pergunta. As descargas não permitiam sequer gritar e reagir convulsivamente, conforme declarou Pinheiro. Ele não soube quanto tempo durou essa primeira sessão, nem em que compartimento da edificação se encontrava. Sentia como se houvesse milhares de agulhas penetrando seu corpo, fruto de um gerador de corrente contínua. Depois soube que a máquina de choques – “pianeto” – fora inventada pelo empresário Albert Boilesen.⁵

Nos dias seguintes, Pinheiro foi levado novamente pelo mesmo trajeto, provavelmente para a mesma casa, onde foi submetido às mesmas torturas. Numa terceira viagem, convencido de que não sairia vivo, ele decidiu não falar mais nada, o que ocasionou nova sessão de tortura. Também dessa vez identificou a voz e os modos de tortura do Dr. Xavier, identificado depois, pelo torturado, como chefe da tortura. Após isso, os agentes de segurança foram orientados a levá-lo para “um andar superior da casa, onde foi colocado, conforme supõe, sobre uma mesa úmida.

⁵ Empresário dinamarquês radicado no Brasil, presidente da Ultragas e fundador do Centro de Integração Empresa Escola, identificado como um dos financiadores da tortura no Brasil, e mesmo como participante das sessões de martírio. Cf. o filme *Cidadão Boilesen*. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=yGxIA90xXeY>. Acesso em: 19 mar. 2024.

Jogaram gelo e água gelada nos órgãos genitais para, conforme informação de Xavier, ser castrado.” Não sabe se sugestionado, ficou sem sentir seus órgãos genitais. Dada a ordem para a castração, desmaiou, só acordando na sede da PF, onde hesitou muito até verificar que não haviam praticado a castração.

Depois de sua última libertação, Valter não conseguiu sua readmissão na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, depois *campus* da UECE em Limoeiro do Norte, explicitamente por força de sua história militante. Foi professor das redes privada e estadual de ensino do Ceará, onde se aposentou. Valter seguiu militando tanto no plano sindical como na esfera partidária (foi militante do PT por vários anos) e, hoje, anima o Comitê Memória, Verdade, Justiça.

9 – Maria Ruth Barreto Cavalcante (Ruth Cavalcante)

Nasceu em Pedra Branca (CE), em 16 de abril de 1946. Estudante de Pedagogia na UFC, à época, foi a primeira dirigente mulher do DCE dessa universidade e a primeira presa no Ceará na Ditadura Militar. Ruth também testemunha a ação da ditadura ao completo arrepio até mesmo do ordenamento jurídico ditatorial que se estabeleceu a partir de abril de 1964.

Logo após o AI-5, nas férias escolares de fim do ano de 1968, a entrevistada se encarregou de um curso sobre o método Paulo Freire a ser ministrado a quadros do movi-



Fonte: Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2016/08/26/cearadeatitudespecial-ruth-cavalcante-o-protagonismo-feminino-na-luta-contra-a-ditadura/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

mento estudantil com vistas à militância na periferia de Fortaleza e no interior do estado. O curso, porém, não pôde se completar. Conta Ruth:

Na segunda-feira, que eu estava na casa dessa amiga, eu disse: “olhe, eu vou ter que dar uma satisfação para o grupo lá, dizer que não vai poder mais ter o curso e tal”. E fui. Eu estava dando ele aqui nos institutos básicos. Quando eu cheguei, estava a sala cheia de gente: “minha gente, eu vim somente dizer que não podemos continuar com esse curso, porque houve o ato e ele proíbe qualquer reunião dos estudantes, vamos suspender e depois que a situação se estabilizar a gente volta a conversar.” Quando eu estava nessa conversa, chegou a polícia, cinco policiais sem farda da Polícia Federal, disseram: “Você está presa!”, “Cadê a ordem de prisão?” “Não tem ordem de prisão, a senhora não tomou conhecimento desse ato institucional número 5? Não precisa de nada, basta eu dar voz de prisão que a senhora está presa”.

Ruth acabou protagonizando uma fuga espetacular do Hospital Militar onde passou 5 meses presa. Depois, contudo, em função da legislação cada vez mais especializada que a ditadura foi afinando ao longo dos anos, foi atingida pelo Decreto 477 e impedida de dar seguimento à sua formação universitária. A partir desses eventos, Ruth passa a viver clandestinamente no Brasil até sair para o Chile e conseguir viver como exilada na Alemanha. Ruth viria a completar um curso universitário na Alemanha, Psicopedagogia. Retornando a Fortaleza, Ruth tem exercido o magistério.

10 – Aimberê Botelho do Amaral

Nasceu em Teresina (PI), em 31 de dezembro de 1947. Outro caso de prisão totalmente ilegal e com marcas da clandestinidade, como no episódio anterior, foi o do estudante de Agronomia. Ingresso em 1969 na UFC, militava no PCdoB quando foi flagrado numa pichação. Foi levado numa radiopatrulha para o 23º BC. Foram 33 dias de interrogatório, no 10º GO, com torturas, como choque elétrico, mas o espancamento mais duro foi o realizado por agentes da Polícia Federal. Eram dois interrogadores: um que conduzia as perguntas e outro encarregado do espancamento. Tinham cuidado para não deixar provas dos maus-tratos.

No fim dos 33 dias, em que ficou ilegalmente isolado, teve acesso a um advogado. O comandante do inquérito, aberto depois de tanto tempo de detenção, foi o major João Alfredo, o mesmo que conduziu vários interrogatórios e torturas. Nesse caso, o depoente relatou a presença de médico do Exército que assessorava as sessões de tortura.

Depois da visita da advogada Wanda Sidou, as torturas foram amenizadas. A advogada o instruiu sobre como responder ao interrogatório. Encerradas as sessões de tortura, foi levado de volta ao 23º BC, aonde chegaram muitos militantes presos, entre os quais os prisioneiros da famosa ação de São Benedito (ALN). Houve, nesse momento, muita tortura psicológica para quebrar os prisioneiros, conforme declara o depoente.

Por essas razões, Aimberê passou a ter companhia, o que melhorou a situação, mas as pressões e humilhações prosse-



Fonte: Arquivo pessoal.

guiram, inclusive com a proibição de entrada de produtos, como cigarro. Tudo era tratado com o ritual da intimidação armada.

Finalmente, Aimberê Amaral e outros presos foram transferidos para o Instituto Penal Paulo Oliveira (IPPO). A transferência foi uma operação de guerra que fechou a avenida 13 de maio e a BR-116. Foi transferido sem ser julgado, sendo julgado oito meses depois, quando foi absolvido e solto imediatamente.

Mais uma vez, a ilegalidade da prisão passa por um processo de legalização, resultando numa ação judicial formal que gerou uma pena de oito meses de confinamento.

11 – Rosa Maria Ferreira da Fonseca Nascimento

Nasceu no dia 24 de abril de 1949, em Quixadá (CE). Desde muito jovem, despertou seu compromisso político e social por meio de seu engajamento e militância em diferentes frentes de lutas coletivas por justiça, direitos sociais e democracia. Assim se declara ao afirmar que, em Quixadá, desde cedo, teve a influência da Igreja Católica, sob as orientações da Teologia da Libertação, de “uma igreja comprometida”.

Sua vinda para Fortaleza se deu em 1969, para dar continuidade aos seus estudos na Universidade Federal do Ceará, quando ingressou no curso de Ciências Sociais. Sua chegada à universidade, entretanto, aconteceu em uma conjuntura de recrudescimento da ditadura militar no país, quando, no ano anterior, foi decretado o AI-5, o que resultou na intensificação da repressão,



Fonte: Arquivo da família.

seguida de perseguição, sequestros, prisão, tortura e desaparecimento de pessoas consideradas “perigosas” ao regime.

A universidade foi um dos locais mais visados pela ditadura. Docentes, discentes e servidores técnico-administrativos foram alvos da ditadura, como demonstrado neste livro. Entre esses discentes estava Rosa da Fonseca, juntamente com muitos de seus companheiros da universidade.

Recuperar a trajetória de Rosa e de sua geração de militantes remete, de fato, às memórias individuais e coletivas de um contexto paradoxal marcado, de um lado, por lutas e resistências sociais, políticas e culturais da sociedade civil e, de outro, pelo autoritarismo político do regime militar e das elites políticas que o apoiaram. São memórias de perseguição, estratégias de resistência e de como tais agenciamentos foram vividos entre os que sobreviveram e os que se tornaram vítimas fatais do regime.

Rosa da Fonseca, em Fortaleza, participou intensamente, em sua fase de estudante universitária, do movimento estudantil, atuando no DCE. Uma de suas inserções foi como representante dos estudantes no Conselho Universitário da UFC, em 1971. Faziam parte do grupo os então discentes Júlio César Penaforte, Auto Filho, Paulo Petrola, entre outros.

Um dos acontecimentos marcantes na trajetória da Rosa da Fonseca, a partir do qual se tornou conhecida e passou a ser perseguida pela ditadura foi, conforme relata, a sua participação, como representante do DCE da UFC, em uma solenidade com o então ministro da educação Jarbas Passarinho, que veio a Fortaleza a convite de Edson Queiroz, para lançar a pedra fundamental da Unifor. O evento foi transmitido ao vivo, pela TV Verdes Mares, para todo o Nordeste. O que seria um acontecimento de promoção e propaganda política do governo militar sobre a educação transformou-se em um espaço de denúncia contra o próprio governo, quando Rosa, em seu discurso para o ministro, pontuou a repressão e a violência cometidas contra os estudantes universitários e os movimentos estudantis, além do

descaso do próprio governo com a educação e com a universidade, especificamente. Na ocasião, convidou o próprio ministro para ver *in loco* a situação das instalações e para dialogar com os estudantes na assembleia estudantil que haveria à tarde na universidade. Foi um momento de forte tensionamento, transmitido para todo o Nordeste.

Foi nesse período, conforme aponta a depoente, ainda como representante do Consuni, que as perseguições se iniciaram contra ela. Nesse contexto, Rosa da Fonseca, Manuel Domingos e Júlio Alcântara concorrem pela direção da comissão de representação estudantil junto à Diretoria do Restaurante Universitário (RU), disputando com outra chapa encabeçada por Jorge Acário, que teve o apoio do então reitor Valter Cantídio. Embora a chapa encabeçada por Rosa e companheiros tenha vencido a eleição, foi impedida de assumir, por ordem do próprio reitor, conforme ela declarou, pelo fato de os três membros da chapa vencedora terem sido presos logo em seguida ao momento da eleição.

A prisão de Rosa se deu no auge das manifestações dos estudantes no RU em protesto ao impedimento da chapa eleita. Nesse período, foram retomados os comícios relâmpagos em diferentes espaços da universidade e da cidade.

Interessante pontuar que a prisão de Rosa da Fonseca foi realizada de maneira ilegal, como fora a maioria das demais prisões das lideranças estudantis, políticas e comunitárias à época, configurando-se em suas características de sequestro, como bem demonstra este livro. Nesse período, Rosa morava na residência universitária, para onde a polícia se dirigiu para sequestrá-la. Com ajuda dos estudantes residentes, ela conseguiu fugir e abrigar-se na casa de uma amiga que morava nas proximidades; em seguida, foi para Quixadá, onde ficou escondida em casa de amigos. Manuel Domingos foi preso e levado para a Polícia Federal, enquanto Júlio Alcântara foi preso e logo em seguida liberado.

Rosa da Fonseca foi presa em setembro de 1971 nas dependências da Polícia Federal. Em seu relato, ela lembra que o entendimento coletivo do DCE, naquele momento, era o de que, sendo ela do Conselho Universitário, não havia sentido se manter escondida, pois se encontrava na legalidade e, portanto, deveria apresentar-se à PF, o que foi feito, em companhia do Prof. Paulo Elpídio, então diretor de Faculdade da UFC.

Foi nesse ato de apresentação que Rosa foi presa e, após julgamento, condenada a dois anos de prisão. Foram três meses detida na PF, um ano no Hospital Militar, onde também se encontrava preso Manuel Domingos e outros companheiros; após esse período, foi transferida para o presídio Paulo Sarasate, após serem construídas celas para presas políticas no presídio localizado na BR 116.

Durante sua prisão na Polícia Federal, Rosa da Fonseca relata que recebeu “porrada mesmo, eram interrogatórios por cima de interrogatórios”:

O que eles queriam saber era justamente quem tinha participado do congresso da UNE clandestino. Por isso que eu fico indignada com essa história porque foi um esforço tão grande no Brasil todo pra fazer esse congresso e eles queriam saber quem era. Eles encontraram nas minhas coisas, lá na residência, um papel que foi divulgado na época falando sobre esse congresso, as resoluções do congresso. Se não me engano, tinham as iniciais do pessoal que participou e eles queriam saber quem eram as pessoas. Eu dizia que não sabia e eles começaram a chamar na faculdade todo mundo que tinha o nome com aquelas iniciais. Chamaram um monte de gente. Como eles não sabiam quem era, foram pela letra. Quem tinha aquelas iniciais foi chamado.⁶

⁶ Rosa da Fonseca, entrevista em 16 maio 2014.

Na Polícia Federal, esses interrogatórios eram feitos em uma sala com parede de vidro, de modo que o interrogado não enxergava quem estava do lado de fora da sala:

Foi nessa parte que o Manuel [Domingos] fez o depoimento que saiu no *Brasil: nunca mais*. Eles tinham uma sala onde havia um vidro e quem estava dentro não via quem estava fora, mas quem estava fora via quem estava dentro. Então eles ficavam me torturando e colocaram o Manuel pra me assistir, pra pressioná-lo.⁷

A tortura foi um dos dispositivos mais frequentemente utilizados como método de obtenção de informações e/ou de forjamento de provas contra os desafetos da ditadura militar, como bem demonstrado no depoimento de Helena Serra Azul. Por meio de torturas, foram praticadas atrocidades nas dimensões físicas e psicológicas, como mostram as memórias de Rosa da Fonseca:

Além da tortura psicológica, que era isso de ficar horas e horas interrogando e que se eu falasse eu seria solta, que meu pai estava muito mal e ia morrer e que eu ficaria com isso na cabeça, uma coisa horrível. Vieram inclusive pessoas de fora [...] lembro que um que se dizia doutor Martineli, não sei se era nome fictício ou verdadeiro, mas eram dois que vinham e faziam as pancadas. Depois os delegados, o Laudelino, o doutor Hugo, aquele Armando também, que faziam os interrogatórios. Em um momento vendaram meus olhos, colocaram minhas mãos para trás e me levaram pra um local que eu identifiquei que era um quartel do Exército e que depois um soldado do Exército, que foi fazer a guarda lá no Hospital Militar, me disse que era na 10ª Companhia de Guarda, onde é hoje a Secretaria de Saúde do Estado. Ali era um quartel, fui levada pra lá e fiquei três dias sendo espancada permanentemente.

⁷ Rosa da Fonseca, entrevista em 16 maio 2014.

Aquele telefone no ouvido, pancada no rosto e jogavam no chão. Teve um momento em que eu desmaiei e colocaram alguma coisa pra eu retornar e quando abri os olhos, estava um militar me olhando. Acho que era o general Eyder, estava identificado.

As arbitrariedades do regime de exceção são claramente identificadas nas trajetórias e memórias das vítimas diretas da ditadura, também analisadas pela produção historiográfica e sociológica da contemporaneidade brasileira. No que tange a esse estado da arte, relata Rosa da Fonseca que a sua permanência por um período de três meses na PF, durante o qual permaneceu incomunicável, era, por si só, uma arbitrariedade flagrante do autoritarismo da ditadura. Já no término desse período, foi-lhe concedida a sua transferência para outra unidade prisional, isto em decorrência da mediação da advogada Wanda Sidou, que requereu à instituição a sua transferência para o presídio feminino.

A eliminação de muitas vidas e trajetórias estudantis e de professores na ditadura se deu, sobretudo, após a promulgação do AI-5, com suporte no Decreto-Lei 477, ao proibir manifestações de natureza política e classificadas de subversivas nas universidades. Como evidenciado ao longo dos relatos, essa conjugação teve como corolário expulsões de estudantes, professores e pessoal administrativo de escolas e universidades. Rosa da Fonseca foi uma dessas vítimas do efeito do decreto. Ao ser enquadrada, foi suspensa da universidade por três anos e ficou presa pelo mesmo período, quando a sua condenação foi de dois anos de detenção.

Interessante destacar que, ao cumprir o seu período de condenação e do tempo excedente à condenação, tornou-se livre, mas como ela bem pontuou, “sem poder entrar na universidade”, cujo retorno só se efetivou em 1975, no curso de Enfermagem, por meio de vestibular. Transfere-se depois para o curso de Fisiologia, retornando finalmente ao seu curso de origem, Ciências Sociais, e concluindo-o, apesar dos percalços.

O retorno à universidade marca, também, a sua volta ao movimento estudantil, período de lutas pautadas pela anistia, a partir das quais Rosa atua no Movimento Feminino pela Anistia, tendo sido uma de suas fundadoras. Esse período, segundo relata, foi marcado por momentos de rearticulações e refazimentos das articulações políticas, de fusões de movimentos, a exemplo da passagem da AP para o PCdoB. No Ceará, especificamente, segundo Rosa, é o período de organização local do PCdoB, articulado por Mana e Jorge Paiva, aqui apontados na clandestinidade por constarem, em São Paulo, da lista de pessoas marcadas para morrer, elaborada pelo regime militar.

Foi a partir desse período que Rosa da Fonseca passou a intensificar a sua ação na articulação entre o espaço do partido, a reestruturação do movimento estudantil e o movimento pela anistia. Já graduada, como socióloga, e inserida nas atividades culturais, a exemplo da Semana de Arte e Cultura, contribuiu na fundação da Associação dos Sociólogos do Ceará.

O período da ditadura entre 1968 e 1974, sob a presidência do governo Médici, foi historicamente marcado pelo aumento das barbáries devido à implantação do AI-5, como demonstrado. Rosa da Fonseca fez-se atuante sob os efeitos do AI-5, já no final desse governo e no de seus sucessores.

Atuou no partido em atividades clandestinas, como na elaboração e divulgação de cartas de denúncias, em visitas a presos políticos, entre outras ações. Rosa aponta que o aumento da repressão política com o presidente Médici, sobretudo no período 1973/74, trouxe consequências sobre o partido e sobre os movimentos políticos. Após a queda do partido, que atingiu a sua estruturação e formas de atuação, seus membros passaram a adotar a tática de “se fingir de morto”, em função da forte repressão e como forma de se manterem a salvo do sistema de morte do regime, enquanto não fossem criadas situações mais favoráveis para a militância política.

As mortes de companheiros ativistas, a exemplo de Zé Carlos, Mota Machado, Rui Frazão, Nina e Rodrigues, foram, no período aqui referido por Rosa, fortemente denunciadas. São eventos tristes aos quais Rosa da Fonseca se refere como “tempos terríveis”.

Para ela, o golpe militar e seu regime autoritário, de repressão, resultou em prejuízos imensuráveis às trajetórias profissionais e intelectuais da inteligência nacional. Essa situação é exemplificada pela caça a professores, estudantes e suas expulsões da universidade:

O pensamento crítico que estava em plena ebulição foi cerceado. A própria questão da Reforma Universitária foi um prejuízo que acho que até hoje não recompôs. Do ponto de vista do ensino secundário também, a questão da OSPB, moral e cívica.⁸

Por fim, Rosa da Fonseca pontua a Reforma Universitária como um legado trágico da Ditadura Militar, cuja consequência foi a fragmentação total dos cursos ao dispersar os estudantes em cada semestre, comprometendo os diversos vínculos de solidariedade permanentes.

Rosa se tornou professora da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, tendo sido por anos dirigente do sindicato da categoria e, no último período de sua vida, animou o movimento Crítica Radical. Rosa da Fonseca faleceu em Fortaleza, no dia 1º de junho de 2022.

⁸ Rosa da Fonseca, entrevista em 16 maio 2014.

12 – Inocêncio Rodrigues Uchôa

Nasceu em Aracati (CE), no dia 31 de dezembro de 1944. Ao chegar a Fortaleza, já tinha uma noção clara do que estava acontecendo no Brasil. Ao entrar na Universidade Federal do Ceará, em 1965:

[...] a Faculdade de Direito já era um centro de muita efervescência política; sempre, é histórico isso, no mundo inteiro [...]. Aqui, a faculdade, na sua formulação política interna, tinha três partidos, partidos políticos na faculdade. Tinha a direita, tinha o centro e a esquerda; uma característica importante [...], não sei se em outras faculdades de Direito do Brasil tinha, mas aqui tinha, e muito antigo. Então a direita se nucleava na Vanguarda Universitária, a chamada VUN, o centro se nucleava na FAN – Frente Acadêmica Nacionalista –, e a esquerda se nucleava na Frente Libertadora Acadêmica, a FLA. E, claro, como as minhas ideias já eram na direção da luta popular, [...] eu me nucleei também na Frente Libertadora Acadêmica. Esses partidos políticos, eles eram oficiais na faculdade, oficiais no sentido formal, eles existiam formalmente. Cada partido fazia a sua convenção e elegia então um candidato a presidente; havia um debate público na faculdade, lá no anfiteatro – debate que movimentava toda a universidade – com os candidatos, tinha os debates das próprias tendências, de modo que, nesse quadro, eu me filiei à Frente Libertadora Acadêmica, que era a frente que nucleava os estudantes que tinham uma linha esquerda.



Fonte: Arquivo pessoal.

Logo em 1966, houve eleição para a UEE – União Estadual dos Estudantes. Estudantes do Ceará e do Brasil inteiro estavam tentando reorganizar a União Nacional dos Estudantes, que tinha sido golpeada fortemente pela ditadura militar. Em 1964, o prédio da UNE foi queimado no Rio de Janeiro. Todos os estudantes daquela época de alguma forma sofreram intervenção. De acordo com Inocêncio, era momento de reorganização da UEE. Nesse processo de reorganização, houve uma repressão exercida pela ditadura, por meio da Secretária de Segurança Pública e da Polícia Federal. Houve, inclusive, prisões, como a de Renê Barreira, que foi reitor da Universidade Federal do Ceará, e de outros estudantes, os líderes que naquele momento estavam tentando reorganizar a UEE, já em 1966. O processo se agudiza, as lutas estudantis crescem no Brasil: “é claro que as nossas lutas se iniciavam a partir das reivindicações específicas de cada faculdade, para que o professor desse mais aula na sala de aula, para que tivesse mais livros na biblioteca, para que o Restaurante Universitário oferecesse uma alimentação melhor e mais completa, enfim, as lutas estudantis”, pontua Inocêncio.

Os estudantes se mobilizavam, inicialmente, por essas reivindicações locais. De acordo com Inocêncio, os estudantes logo perceberam que essas reivindicações estudantis não eram só do Ceará, eram de todo o Brasil. Portanto, não se poderia resolver no âmbito apenas da faculdade, da universidade. Eram questões de políticas públicas mesmo, e o movimento estudantil tinha que mudar o governo – e o governo era a ditadura. No período, a conclusão a que chegaram os estudantes, de acordo com Inocêncio, era a de que tinham que derrubar a ditadura, fazer mudanças para retomar o governo democrático a fim de que essas reivindicações pudessem ter canais de expressão, por meio dos congressos e outras formas democráticas de participação:

O movimento cresceu bastante porque a gente viu então que a única reivindicação específica era apenas uma parte,

ela não se resolveria ali na universidade, era num campo mais político, e essa coisa foi então criando uma certa consciência nacional de que nós tínhamos que enfrentar mesmo o regime militar, nós tínhamos que redemocratizar o país.

Em seu depoimento, demonstra Inocêncio Uchoa:

Eu tenho aqui a cópia da transferência do meu curso [de Direito da UFC] para o Rio de Janeiro que diz o seguinte: “em 1969 teve a sua matrícula trancada por determinação expressa do magnífico reitor da Universidade Federal do Ceará”. Havia na época um ato do reitor, um ato administrativo [...] cassando a matrícula dos estudantes Inocêncio Uchôa, José Arlindo Soares e Pedro Albuquerque. Quando ele se refere aqui “em 1969 teve a matrícula trancada”, significa o seguinte, por determinação, porque na verdade foi em 1968 a determinação [do reitor], em 1969, eu não pude mais me matricular, entendeu? [...]. Então um ato monocrático do reitor; por quê? [...] Esse ato do reitor, na verdade, tem duas características: primeiro, um ato de subserviência total, a universidade agindo de forma extremamente discricionária, utilizando os instrumentos da ditadura, [...] que é a superioridade política, indiscutível, ideológica, para reprimir os estudantes; e a segunda característica, que é importante nesse ato, [...] é a [...] vontade de se alinhar [...], a subserviência, também, porque o reitor [na época era Leite] ganharia ponto com isso junto à repartição, ele poderia garantir mais um mandado ou coisa que o valha. Fazia questão de ser subserviente, foi o que aconteceu, lamentavelmente. E a outra característica é que ele inspirou, no meu entendimento, [...] o Decreto 477.⁹ O ato do reitor Leite – eu não conheço para dizer que

⁹ Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, do Governo Costa e Silva – Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. O 477 foi considerado o AI-5 para os estudantes. Ele proibiu manifestações de caráter político e atividades declaradas subversivas nas universidades. O documento previa a expulsão de estudantes das escolas e demissões sumárias de professores e funcionários.

este pudesse suspender matrículas de estudantes quando achasse conveniente. Bastava o estudante demonstrar uma irresignação qualquer que poderia ser suspenso.

Ainda em seu depoimento à comissão, Inocêncio Uchôa, num misto de desabafo, revolta e perplexidade pela injustiça sofrida com a decisão monocrática do então reitor da Universidade Federal do Ceará, que proibiu sua matrícula em 1969, declara que a UFC foi a primeira universidade no Brasil com esse tipo de decisão, a partir da qual

[...] os estudantes Inocêncio Uchôa, Pedro Albuquerque e José Arlindo Soares [tiveram suas matrículas suspensas], sem processo algum administrativo – pelo menos eu não tenho conhecimento, se teve foi internamente, não sei, e também não fomos chamados para nos defender.

De acordo com ele, que considera o Decreto-lei 477 como o “AI-5 para os estudantes”, “aí realmente não tinha mais jeito, nós tivemos a prisão preventiva e de outros nove estudantes”. E afirma, com a mesma convicção, que havia entre os estudantes que participavam do movimento estudantil durante a Ditadura Militar no Brasil: “nós éramos a política dos estudantes, continuávamos envolvidos do mesmo jeito e eles não nos conseguiam prender”. Ao mesmo tempo afirma que, com o AI-5, “houve um total fechamento e todo mundo foi para a clandestinidade. Salve-se quem puder”, e, segundo relata,

[...] eles, os estudantes, não estavam preparados para um golpe! E, mesmo desarticulados, o DCE, se não todo, pelo menos uma parte decidiu que no retorno das aulas, em março de 1969, seriam feitas manifestações na faculdade. Contra o quê? Contra o AI-5, contra o fechamento dos diretórios, contra a repressão, e no nosso caso, da faculdade de Direito, contra a cassação da matrícula do Inocêncio Uchôa, José Arlindo e do Pedro Albuquerque, fazia parte naturalmente das pautas.

Em todo esse processo, Inocêncio Uchôa destaca a existência de professores que deram apoio aos estudantes, como Roberto Martins Rodrigues, Aderbal Freire, e os que escolheram perseguir e punir os estudantes que se posicionavam contra o golpe, a exemplo de Fávila Ribeiro, que

[...] era procurador da república do estado, ele tinha esse cargo de procurador da república [...]. Ele era o dono do estado, literalmente. Ele era mais importante [...], ele era mais poderoso, na verdade, do que o governador. Se ele dissesse: “10ª Região, tira aquele governador ali”, o cara saía mesmo. Então, ele era terrível e era muito forte. Todo mundo tinha medo dele. Direitista terrível, nazista, todas as teorias antipopulares.

O depoente afirma que essa luta os transformou rapidamente e, como exemplo, cita sua própria trajetória, que se inicia em 1965, quando entrou na Faculdade de Direito; nesse momento, já trazia a certeza de que seria advogado, mas, em 1966, já não tinha tanta certeza. Em 1967, afirmava: “eu estava pouco preocupado em ser advogado, eu não queria ser advogado, eu queria fazer a revolução”. Ao recordar a diversidade das tendências políticas no movimento estudantil daquele período, ele pergunta e responde: “o que é que nos unia? É que nós queríamos fazer a revolução. A diferença era a forma, o processo...”.

Em determinado momento do seu depoimento, recorda alguns momentos vivenciados após sua prisão:

[...] nós éramos literalmente sequestrados, ficávamos nas mãos dos caras. Quando nós fomos presos, a família não sabia. Todo mundo ali estava na clandestinidade, não tinha contatos; então, se você fosse fuzilado ali ninguém ia saber. Como tem tantos e tantos desaparecidos.

Inocêncio relata ainda um momento dramático vivenciado quando estava preso no Recife, ocorrido poucos dias depois do

sequestro do cônsul alemão, e explica que, na prisão política, as coisas endurecem dependendo do que acontece do lado de fora:

Você fica o tempo todo, literalmente, à disposição dos caras. E, nesse dia, o jipão do Exército chegou e os homens me levaram, alguns colegas ficaram chorando, porque tinham certeza de que eu ia sumir; de madrugada, o jipão do Exército com militares fardados de coturno [...]. Nós estávamos algemados com a mão pra trás, com a cabeça enfiada entre as pernas (tenta demonstrar como era), os presos ficavam sentados no meio dos bancos laterais do jipão enquanto os policiais armados de metralhadoras ficavam sentados nas pontas laterais dos bancos. Num determinado momento, chegaram e deixaram o Arueira no quartel de Olinda. E eu continuei a viagem. E, por fim, me deixaram no forte, no décimo quartel de cavalaria. Só que, antes de chegar lá, eles pararam numa praia e simularam um fuzilamento... comigo. Acho que em Olinda também. Então botaram um pelotão armado, em pé, de frente para o mar, e eu de costas para o mar, de frente pra terra, as balas iam em direção ao mar. “Atenção! Preparar!” [...], se sumisse, ninguém ia saber. Mas... “Para, para, para!” [...] Era uma encenação na verdade. Depois o deixaram... onde ele pensou que seria o fim, não foi. Porque não era nem quartel e nem prisão de polícia; era um quartel que tinha uma cela para prender policial militar por insubordinação. E tinha um preso lá, tinha um soldado preso lá, e o cara... portanto, era um preso comum. E o cara, como era um preso comum, ele recebia visita, e ele tinha um radinho de pilha. Pronto. E aí beleza, porque a gente se comunicava com o mundo, ouvia as notícias e tal. Isso foi muito importante. E a cela onde ficou... eles diziam que naquela cela tinha sido preso frei Caneca.

Em outro momento, já próximo à anistia e à redemocratização do Brasil, relembra Inocêncio que o professor Horácio Frota, ex-estudante de Física da UFC, que também foi proibido de se matricular, em 1969, punido pelo Decreto-Lei 477, convida-o para retornar ao Ceará e trabalhar como advogado com os

movimentos sociais. Então, “Eu volto, e aí foi ótimo pra mim, porque eu vim com um emprego garantido, aqui no Ceará”.

Em determinado momento de seu depoimento, Inocêncio se questiona como poderia ter sido sua trajetória de vida se a ditadura não tivesse violentamente interrompido a normalidade democrática no país e, como numa viagem, pergunta-se, ao mesmo tempo que registra suas perdas, como teria sido a trajetória de

[...] um cara de classe média, como eu, digamos assim, que deveria se formar em 1969, no auge da liderança política do movimento estudantil, que, logo em 1970, primeira eleição, poderia se eleger vereador em Fortaleza. Sem falar que, na universidade, teria se eleito com facilidade. Que poderia ser deputado estadual, senador, governador do Estado.

E completa:

Essa nossa geração foi cassada, foi retirada do processo. [...] Os caras que conseguiram voltar, tomaram cacetada ainda, foi com dificuldade muita. Sem falar na profissão. Eu passei quanto tempo sem advogar? Quanto tempo da minha vida eu deixei de ser advogado. Então, quer dizer, é incontável, é inimaginável. É impossível contar. Eu queria fazer só esse registro aqui, para análise; porque não é fácil, é assim.

Diante desse mergulho psicossociográfico, a professora Virgínia Bentes, que ouvia atentamente, pontua: “... ele não é indizível”, ao que o depoente acrescenta:

[...] você tem que ter realmente a alma de um escritor muito refinado para traduzir esse tipo de sofrimento material, intelectual, físico. Enfim, de cada uma das pessoas. Você passar anos tendo pesadelos, quase todas as noites, sendo torturado, vendo torturar, outros torturadores, encontrando torturador na rua. Eu me en-

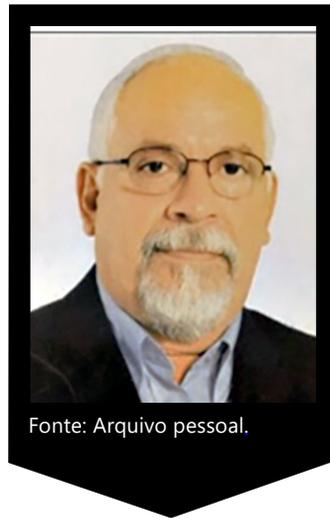
contrava com o sargento Batista na rua, lá no Rio de Janeiro. Minha prisão tinha sido em Recife. Me encontrava com ele. Tinha medo. Qualquer negro militar que tivesse armado, e ele era negro... Ficava apavorado! Então é inimaginável!

Ao final de seu depoimento, Inocêncio acrescenta o trabalho realizado pelo filho Pablo Uchôa, jornalista da BBC Brasil, intitulado “Meu pai transformou esse rancor em consciência política”, e afirma: “todo esse processo eu transformei em consciência política pros meus filhos. Se quiserem ver, fala sobre *A mesa vermelha*, tá divulgando pro mundo inteiro”.

13 – Horácio da Silva Frota

Nasceu em Sobral (CE), em 30 de março de 1948. Estudou no Liceu do Ceará no 1º e 2º científicos e depois ingressou no cursinho do Colégio Castelo, um dos primeiros cursinhos de Fortaleza, organizado por professores que haviam sido afastados da universidade em 1964. Esse fato o aproximou das discussões sobre a importância da ciência e o compromisso do cientista com os problemas nacionais, o que motivou o seu interesse pela

Física, e, não por acaso, o curso de Física da Universidade Federal do Ceará foi sua primeira opção. Ele ingressou no ano de 1968 para cursar Física nos Institutos Básicos. Na época, havia um Centro Acadêmico Único formado por Química, Física e Matemática, mas ainda sem Biologia. Ele relembra como foi sua chegada à universidade:



Fonte: Arquivo pessoal.

[...] nosso batismo na universidade foi a própria manifestação [...]. A greve geral da universidade como decorrência da punição do João de Paula [...] porque na aula inaugural ele havia feito um protesto e foi punido em função disso, e nós, antes mesmo de iniciarmos o curso, nós tivemos todo um processo de articulação, de vivência no DCE, porque a universidade estava naquele processo [da ditadura pós-AI-5] e foi aí a possibilidade que nos deu de aproximação e conhecimento [...] [de lideranças estudantis como] Helena Concentração e Chico Passeata [...], Bergson, Sérgio, Arlindo [...], passamos a conviver [com o movimento estudantil], antes de começar o dia a dia na universidade [...].

A entrada de Horácio Frota na universidade o conduz imediatamente ao movimento estudantil, passando de mero espectador – antes ele não havia tido nenhuma vivência com os movimentos políticos – a ativista engajado no movimento estudantil efervescente daquela época. O engajamento “no primeiro dia”, confotme relata, rapidamente virou participação ativa no movimento estudantil, tornando-se ele vice-presidente e Sergio Miranda presidente do Centro Acadêmico João XXIII, após a saída de Bergson para a presidência do DCE. Na época, segundo Horácio Frota, havia grandes disputas pelo cargo, mas ele entrou no diretório, “que era particularmente estruturado com militantes do PCdoB”, não pertencendo a nenhum partido, e sua aceitação deu-se, acredita, pelo seu

[...] trabalho de envolvimento na militância, e a militância era decorrente de algo que foi assim, um desdobramento [...] das manifestações [...]. Foi quando houve a mudança de DCE e tudo. O DCE passa para presidência do Genuíno, o João de Paula vai para UNE [...]. E o Bergson sai para o DCE.

Horácio ressalta que o curso de Física, apesar de ser um curso pequeno, tinha aproximadamente 80 alunos no total: “e só tinham 1º, 2º e 3º anos, o 4º era em São Paulo [...]. E nós tínhamos

uma história da origem da Física, então nós tínhamos [...] professores como [...] o Milton Ferreira, o famoso Miltofe, que era uma lenda [...], quer dizer, professores comunistas que estiveram na criação do curso e foram afastados” em decorrência da ditadura.

Ele relata ainda:

Havia toda uma discussão de ciência comprometida com a nacionalidade, e os grandes nomes da Física, todos, estavam vitimados [...]. Era o Mário... Leite Lopes, Dione, todos punidos [...]. [Havia] uma discussão: pra quê Física? Se a Física está sendo mutilada, seus principais representantes, então nos impunha diretamente uma luta política, dentro da minha análise é por isso que a Física ficou um curso pequeno dividido entre os diversos partidos, mas quase todos militantes de esquerda, professores, alunos e funcionários... Uma força tamanha que, [na época], três pessoas que se posicionaram contrárias foi motivo de assembleia, de ser declarados inimigos da... Quase que saía placa, mas felizmente teve alguém lúcido que disse que não precisava de tanto... Mas era o contexto do qual vivia a Física, uma simples manifestação de desentendimento entre alunos e professores, como o que aconteceu com a professora Celita [...], ocasionou [...] o fechamento da Física, ocupação da Física e retorno somente quando foi implantado uma comissão paritária. Então, o Instituto de Física tinha essa característica... Quer dizer, um... um movimento político muito forte, muito pulsante, um curso pequeno e muito politizado...

Foi nesse contexto que Horácio Frota se inseriu ao entrar no curso de Física da UFC. Ele afirma, em seu depoimento, que só decidiu

entrar na militância política, em termos de organização política, um dia após o AI-5, então [...] foi decisão de tomada de consciência, foi decisão minha, particular, que eu fiz exatamente depois do AI-5, que eu pedi para, realmente, me integrar à Ação Popular.

Sobre a participação política dos estudantes na vida universitária, ele faz as seguintes ponderações:

- Quando nós na Física discutíamos comissão paritária, os estudantes todos discutiam todos os níveis da administração universitária, porque o que nós pretendíamos era discutir em pé de igualdade com os professores... Isso daí, eu acredito, que, de uma certa forma, foi perdido, foi se perdendo e eu acho que está muito distanciado hoje quando se fala... para os estudantes se organizarem... Eu tenho usado muito isso como exemplo, quando falo em sala de aula, quando converso com eles, eu digo que não dá para você ser uma liderança, querer ser, realmente, reconhecido se você não se prepara para tal, isso acontecia... E isso era muito importante e não é por acaso que você verifica que as pessoas que foram punidas todas apontavam como possíveis profissionais bem-sucedidos e acabam se transformando logo depois em professores, em profissionais nesse sentido... Eu acho que essa leitura, essa visão era muito importante. Você combinava as duas coisas, combinava a ação política, que às vezes ia a ações, que, na leitura de hoje, [eram] mais radicais do que a conjuntura permitia, mas sem esquecer esse aspecto.

- Uma das coisas que temos como exemplo que a gente se recorda, eu digo a gente porque estamos falando é... pessoas, grupos, que vivenciaram isso, como era importante para nós... saíamos às vezes, que ficávamos praticamente morando também no instituto, ficava o dia todo, saíamos para ir ao diretório da Arquitetura, ouvir, porque ficava disponibilizado para todos, o grande repertório que tinha lá, os discos disponíveis para se ouvir, discutir, discutir música, discutir arte, da mesma forma nós não tínhamos uma aproximação por conta do distanciamento físico, mas sabíamos que era importante; o da Medicina fazia coisas importantes, tinha também o da Faculdade de Direito... Então tínhamos diretórios acadêmicos que reuniam, realmente, os estudantes, o que era específico, realmente, na vida dos estudantes naquele curso, então era uma coisa importante que existia e que aproximava os alunos, não era apenas uma caracterização, por que isso já era... Estamos falando de 1969, já é... a violência já estava,

realmente, bastante forte... Mas era a forma que ainda fazia com que houvesse inserção.

Em suas análises sobre a radicalização do movimento estudantil, a partir de sua participação, Horácio Frota destaca:

– A Física ... radicalizou muito e... hoje a gente percebe, até com distanciamento, o fato de ter uma faculdade menor com grupos de menos alunos e mais ideologizados, mais politizados, isso fez com que nos radicalizássemos mais e pudéssemos inovar em situações que depois repercutiam nas passeatas [...]. Por exemplo, o aperfeiçoamento do *molotov*... o *molotov* que não precisava acender, que conseguia as fórmulas de fora, testar isso daí... Mas tudo foi possível... Depois disso teve repercussões, claro, porque a primeira prisão do Bergson, inclusive, decorreu disso, porque os *molotovs* estavam queimando [usados pelos estudantes nos confrontos com as forças policiais em suas manifestações de rua] e ele tentou apagar e foi preso.

Após a radicalização do movimento estudantil, Horácio Frota entra para a Ação Popular¹⁰ e, segundo ele, mesmo com a criação do Decreto-Lei 477 e a UNE proibida, o DCE decidiu que deveríamos começar o ano com manifestações em todas as instituições, em todas as faculdades. Afirmando principalmente que a UNE somos nós, o grande *slogan* era esse “A UNE somos nós, não adianta impedir que ela vai continuar existindo”.

Ao colocarem em prática as decisões do DCE por meio de participação ativa nessas manifestações, acabaram sendo identi-

¹⁰ A Ação Popular – AP era um partido que passou por “... diversos momentos, por aqui deve ter passado militantes de AP de diversos momentos... Você vai encontrar militantes de AP de antes de 1964, que era fortíssima no movimento estudantil, aliás era o partido mais forte do movimento estudantil, que era ligado a todas JEC, JOC, JUC... Que era um processo de avanços dessas organizações cristãs, mas tinha marcas ainda do movimento cristã. E tem AP que vai se assumindo marxista-leninista, que vai (...) depois passar por uma cisão interna, boa parte vai entrar no PC do B e outra parte vai continuar ainda como Ação Popular...” Horácio Frota em depoimento à Comissão da Verdade UFC/UECE, 2013.

ficados. Ele relembra de um episódio em que o Sérgio Miranda estava explicando a decisão do DCE aos demais alunos, num pátio das cantinas, e

o professor Ventura, que era diretor da Química, foi informado e desceu para impedir que o Sérgio continuasse falando e avisou que, caso a manifestação continuasse, ele chamaria a polícia, porque estava proibido e... aí o Sérgio desce e, quando ele desceu, eu subi, aí continuei, dizendo que não adiantava porque nós iríamos impedir permanentemente... Aí claro que ele depois... caracteriza os dois.

Vai ser a partir desse episódio que a Polícia Federal toma conhecimento da manifestação, e é aberto um processo contra os dois. Horácio registra que, embora tudo tenha começado pela intervenção inicial do professor Ventura, e mesmo sendo ele um professor rigoroso, acredita que ele tenha sido forçado pelo cargo, pois tinha uma história progressista e, ao final, acaba se manifestando contrário à punição dos alunos, que, segundo Horácio, tiveram

apoio que foi muito importante da grande maioria dos funcionários, nos desdobramentos dessas questões, por exemplo, quando vinha polícia, quando vinha... Por diversas vezes teve que procurar endereço, coisa desse tipo, nunca encontraram nada, nunca encontraram nada, porque, realmente, vários funcionários retiravam toda a documentação e nos informavam.

Após o episódio, vão ocorrer duas situações: eles ficaram na “linha de massa”, ou seja, “agitação e propaganda”. Contudo, dentro de um curto espaço de tempo, Horácio seria convocado para participar da logística do movimento e explica:

[era] uma função que eu tinha que ficar “desqueimado”, usando uma terminologia da época, quer dizer, eu não podia transparecer que estava envolvido para poder desempe-

nhar no partido (AP) uma tarefa que era... de cuidar da infraestrutura do partido... Receber os companheiros que estavam vindo para o processo de integração... [...] Foi um processo que tinha que receber o pessoal de fora, era o responsável para garantir a feira do pessoal, porque tinha um pessoal que não trabalhava... E tinha que saber [onde ficavam] todas as casas, como também tinha que cuidar dos que estavam passando pra zona... Os clandestinos, e os que estavam indo para clandestinidade.

O fato de ter sido desligado da universidade e de ter conseguido um trabalho na SANDOZ ajudou muito o desenvolvimento da sua nova atividade de logística na AP, porque, na função de representante comercial dessa empresa multinacional, ele trabalhava o dia todo de paletó e gravata e entrava em todos os cantos sem ser observado, o que facilitava a realização das suas atividades de logística, que foi responsável por garantir ajuda/proteção e moradia a muita gente que estava na clandestinidade e não tinha onde ficar em segurança. Segundo Horácio, “muitos foram depois assassinados” e muitos conseguiram sobreviver. Um exemplo foi o caso de José Carlos Mota Machado, que era vice-presidente da UNE, sua mulher e um filho que moraram durante um bom tempo na sua casa e da sua mãe.

Horácio também foi punido pelo Decreto-Lei 477 por envolvimento em “agitação política e propaganda”. Ele nunca viu a ficha; seu nome, como outros mais, saiu numa relação nacional. Na verdade, eram poucos do Brasil. Foram afastados por três anos professores, alunos e funcionários. Ele foi afastado da universidade e do local onde ministrava aula como professor; foi substituído.

Eu perdi tudo... então só tinha um caminho mesmo, partir para a briga, não tinha o que fazer. E quando terminaram os três anos, mesmo sem querer voltar, eu procurei o diretor do Instituto de Física, o professor Braga e ele disse: “Tudo bem, mas você precisa ter uma declaração da polícia de que não tem problema”.

Em princípio, ele poderia ter retornado, em 1972, ao curso de Física na UFC, mas, diante desse condicionamento, desiste. Ele menciona que quem foi afastado pelo 477 teve problema no retorno, mas aquele que teve punição fora da universidade, não teve, porque não tinha sido punido na universidade. O processo, em decorrência do 477, ocorreu na Polícia Federal, e tanto Horácio Frota como Sérgio Miranda foram defendidos pelo advogado Antônio Carlos. Ao final, o processo foi arquivado na Polícia Federal por falta de provas, e o motivo foi que:

[...] o professor Ventura se recusou a dar as provas, então ele provocou [o evento que leva à punição pelo 477], mas, por outro lado, ele também é responsável por não ter havido nada na Federal, só que o 477 vem como exemplo. O processo da Federal acabou sendo arquivado, e foi publicada uma relação nacional com os nomes, que não é grande, assinada pelos ministros militares.

Como foi impedido de concluir seu curso de Física na UFC, Horácio acabou perdendo o interesse e, após o arquivamento do processo na Federal, por causa da punição do 477, só retorna à universidade depois de cursar Ciências Sociais na Universidade de Fortaleza, iniciado em 1974, em sua primeira turma. Ele lembra que não teve nenhum problema para cursar Ciências Sociais na Unifor, mas só depois, quando concluiu o curso. Na época, já trabalhava na ONG FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Educacional), na zona rural e na periferia de Fortaleza. Fausto Arruda Filho, que era professor da Unifor e estava saindo da universidade, o indicou para ser professor.

Eu digo que não quero, que não estou podendo. Ele e Magno insistem. Eu tenho um problema de ajustar horário, eles pedem pra eu ajustar. Então, aceito e estou no primeiro mês [de 1978] dando aula. [Chega] o Magno mais branco do que papel e me comunica: "Horácio, eu estou com um problema seríssimo. O Plínio [que era diretor de centro, todo mundo tinha medo dele porque era

muito conservador] disse que você não pode dar aula aqui". "Bom, eu não vim me oferecer, não mandei currículo, vocês insistiram, inclusive me fizeram mudar o meu horário de trabalho para poder atender... E vai me dizer só isso agora?".

Após a informação, o professor Horácio vai falar com o então reitor da Unifor, Antero Coelho Neto. Segundo Horácio, o reitor

[...] vinha saindo de uma reunião, aí eu: "Professor!" Falei alto... alto para que todos ouvissem, os alunos estavam perto... "O que está ocorrendo?" E ele me olhou e disse: "não sei, professor", eu não esperei [ele concluir]: "por acaso é por conta da minha atuação no Comitê Brasileiro pela Anistia?" Aí ele disse: "a anistia pode ser em qualquer canto, aqui não". Eu acrescentei: "ironia, quando nós estamos conseguindo anistia, a Unifor tá punindo". Terminou a história aí, eu não sei se ele estava transmitindo o que a direção tinha dito, não sei se era a favor ou contra... Mas alguns alunos ainda tentaram fazer movimento, mas o momento não era [favorável].

Ao ser perguntado sobre o assassinato do José Carlos da Mata Machado, liderança do movimento estudantil, da UNE, que tinha vínculos muito fortes com algumas pessoas do Ceará, Horácio relembra que esteve com ele, antes de ele ir a São Paulo: "ele saiu achando que era muito difícil, mas ele tinha que cumprir aquela tarefa". Antes, eles conversaram no antigo Cristino, na Praia do Futuro, local escuro. Segundo Horácio, aquele era um momento muito difícil, era um período de transição entre os partidos. Havia naquele momento uma luta interna na AP, e uma ocorreu em um determinado período, que era de transição. Houve rompimento interno entre os militantes da Ação Popular, uma parte foi para o PCdoB e outra continuou na AP.

Era difícil, porque estávamos vendo as quedas de todo mundo, era difícil porque não se podia confiar em todos,

porque algumas coisas tinham acontecido e eram graves, como, por exemplo, tinham pessoas da Matemática, como o Araruna, e Cândida, do Serviço Social, que eram pessoas que comungavam conosco, mas que foram denunciar... Não é só o denunciar, não nos avisaram... A queda do Machado foi isso, pegou desprevenido, ninguém sabia, e podia ter sido minimizado. Então, essas coisas aconteciam e a gente tinha que sobreviver nesse meio e tinham pessoas que gozavam da amizade de um lado e de outro, com todos os elementos enfraquecidos. Eu, por força do trabalho que eu desenvolvia antes, eu tinha aliados, colaboradores, mas cada vez diminuía mais. Isso era muito importante... E acho que nem convém ficar dizendo nomes, mas esse movimento, todo ele, foi muito importante, porque muitos professores colaboraram, muitos... Tivemos problemas? Tivemos. Mas muito professores cederam suas casas, corriam riscos, ajudaram financeiramente... E isso é que dava sustentação... Agora é claro que numa situação de muita dificuldade com a repressão, ... no primeiro processo quem eram o advogado? O Antônio Carlos, mas o grande problema do Antônio Carlos era "O que falaram de mim?" Ele não podia ser envolvido, porque era presidente do Centro Acadêmico da Comunicação e do Jornalismo. O DOI-CODI estava querendo me pegar, e eu fui buscar um dos antigos aliados que tinha hospedado muita gente, mas vi o temor dele com o histórico também dele... Eu tive que sair no outro dia da casa dele. Então, a situação era muito difícil, porque estavam diminuindo os apoiadores. [...] Nós estávamos vivendo uma situação [de total insegurança], por exemplo, o caso do médico Bruno... No caso do Telmo, o Telmo começa a falar e diz que... quando ele foi baleado no assalto, ele foi levado ... e a cirurgia foi feita na casa do Virgílio Távora [um dos três coronéis que governaram o Ceará durante a ditadura civil-militar] [...]. Foi a Moema Santiago que levou o médico que era o Dr. Bruno, ortopedista... [O que acontece depois?] Levaram o Dr. Bruno e o torturaram de todo jeito.

E era esse o contexto que nós sabíamos que estava acontecendo... E as pessoas sabiam e os apoios diminuíram. Nesse contexto é que chegou situações como a do Zé, que

eu não conhecia, mas chega ele, a mulher e filho, sem ter para onde ir, acabado de romper, politicamente, onde todos os contatos tinham sido encerrados... Ele era de AP, numa briga interna ele fica na PML... Aqui estava praticamente sem ninguém... Então é uma amizade que começa por força do desespero total de falta de possibilidade... Então, foram coisas que foram acontecendo... que uma coisa é o esquema racional e outra é como eles vão se dando no cotidiano... De madrugada, por exemplo, o noivo da Rosa... que está preso... Um belo dia sem ter por que sai, chega em casa de madrugada, e qual a diferença? Eu não só era conhecido, como eu estava casado com endereço estabelecido aí era fácil chegar na minha casa, essas pessoas... [...] aí chega de madrugada, o Bosco [namorado da Rosa] chega fugido, quer dizer... fugido não, foi solto [pela repressão], mas vem apavorado e numa seguinte situação... A Rosa, na verdade, não confiou nele [e ele diz que ela não confiou nele e, que se cair de novo, iria entregar tudo]... Aí o que tinha que fazer, pegar esse homem e esconder o mais rápido possível, não tem o que fazer, mas como, se não tinha aparelho, correr de madrugada e nem tinha carro... Ir a pé de madrugada pro Mondubim pra o deixar escondido lá em casa, pra poder dentro de um dia ou dois, pra poder tirá-lo daqui do estado... Quer dizer, essas coisas aconteciam porque você não tinha como resolver... Então, elas vão se dando dessa forma!

Eu já estava casado e tinha o Odijas com um ano e morava em frente, perto do CPOR, que hoje é a Secretaria de Segurança Pública, na José Cândido... E estava na casa da minha sogra, eu, Helena e o menino... E Dona Júlia, que eu não conhecia, depois virou aluna da Sociologia, e morava em frente, tinha chegado há pouco tempo... Aí, ela liga pra casa da minha sogra, e minha sogra me diz: "Olhe, tem uma pessoa que trabalhava com você que quer falar". E ela me falou: "Tem uma situação muito estranha, eu fui entrar na casa e não me deixaram entrar, tem uma caminhonete em frente de casa e disseram que são amigos seus, que vieram lhe pegar pra uma viagem". "E aí você não entrou?". "Não, eles foram muito grosseiros comigo aí eu não disse nada". "Deixa eu falar com eles". "Olhe, a

situação tá muito estranha, se você tem algum envolvimento político, cuidado, porque eu olhei e vi as metralhadoras no piso do carro [...], quando o meu marido veio pra cá, eu vi a mesma caminhonete no pátio da 10ª Região Militar”. Pronto, estavam dados todos os indícios. Agradei e não voltei mais. Essa casa eu passei dois meses sem ir. Depois, alguns amigos fizeram a mudança de madrugada, mas a partir daí eu não fui mais. Mas aí estava a seguinte situação: não tinha mais contato, não tinha para onde ir... E... o que estava acontecendo no momento? Era sequestro, tinha havido o do Machado recentemente, e aí você ficava sem saber o que fazer. Dos males, o menor era você ser preso pela Polícia Federal se responsabilizando, mas eu não vou me entregar assim. O que acontece, era um final de semana, sexta, sábado e domingo... Eu cheguei e fui no diretor regional da SANDOZ, e falei: “Olha, está acontecendo uma coisa estranha”, disse o que estava acontecendo. “E eu quero avisar para vocês que isso pode ser alguma coisa. Eu fui estudante, tive um processo antes, mas vocês sabem que eu não tinha nada a ver com isso”. Aí ele disse: “Não, eu sei, eu vou com você”. Pedi para ele esperar e deixamos para segunda-feira. Aí eu saí avisando as pessoas, fui à Dra. Wanda Sidou e disse: “Dra. Wanda, eu vou na segunda-feira na Polícia Federal me apresentar. Estou indo acompanhado, mas não vou com advogado”.

[Essa situação aconteceu] logo depois da queda do Telmo... foi um desdobramento. Aí eu fui e avisei. Quando eu fui dormir da sexta para o sábado, a pessoa na casa de quem eu estava, ficou apavorada. Então, fui dormir lá no meu colega de trabalho. O pessoal sem ter a dimensão. “Não, venha pra cá, não tem problema”. Na manhã seguinte, fui na PF e me apresentei, e disse a seguinte história: “Olhe, o que acontece é o seguinte, eu tive um processo aqui, vocês arquivaram porque não tinha problema nenhum. Depois disso, eu estou trabalhando, agora eu trabalho com muito dinheiro, em uma empresa suíça, faço cobrança em todo o estado, são milhões. Aconteceu uma coisa muito estranha, pessoas que vieram em uma caminhonete com metralhadora, estavam lá me esperando para uma viagem que eu não ia fazer. Mas aí eu deixei

passar o final de semana, mas estou aqui para saber. Das duas uma: se são vocês, eu estou aqui para saber logo e, se não são vocês, deve ser algum assaltante que tá querendo me pegar e eu quero a proteção de vocês”. Me levaram para uma sala, que depois eu soube que era espelhada, e estavam o Telmo, a Edna, a Cacau... Aí qual foi o meu esquema, eu não tinha segurança. Aí eu fiquei numa casa legal, saía todo dia e ia para o Instituto Acadêmico de Psicanálise do Brasil – IAPB. Eu passava o dia no IAPB e depois saía pra casa e, se me pegassem, eu digo: “Estou tendo uma vida legal”. Era a única coisa que eu podia dizer. Como o DOI-CODI não era federal e ele agiam independentemente, a coisa não andou. Eles ficaram um período, ficaram mais de um mês. Era Dona Júlia, a vizinha que me passava as informações. Depois fiquei sabendo que o cunhado dela era aluno da Odontologia, era trotskista e tinha sido preso.

Depois desse episódio, Horácio passou a morar em outro bairro e, algum tempo depois, deixou a SANDOZ, onde ganhava três vezes mais, para ir trabalhar na FASE. Isso foi quase no final da década de 1970 [1977- 1978].

Voltando à questão das delações que aconteceram durante as perseguições e prisões de companheiros seus na ditadura, Horácio relata que José Carlos morreu sob tortura e não entregou ninguém e que, após sua “queda”, “[por] muito tempo ficou parecendo que ele tivesse entregado o pessoal. Se ele tivesse falado, todos teriam sido presos. Ele morava comigo, eu saberia”. Helena Serra Azul corrobora esse fato: “ele morreu sob tortura e não falou nada”.

Horácio faz reverência a algumas pessoas importantes durante os anos de chumbo, com quem conviveu, pela integridade moral, “como Machado, que pode ter tido seus equívocos, meu compadre... ele nunca denunciou ninguém. A Cacau, do mesmo jeito e você [Helena Serra Azul]”. Afirmo que foram poucas as pessoas presas que falaram e colocaram em risco a vida dos companheiros e acrescenta: “a indignação maior não é nem pelo fato só de entregar, é depois não dizer o que vem pela frente, poxa...

Tá aqui e faz de conta que não está vendo nada, sabendo que vem. O caso da Cândida e do Araruna”, como já tinha mencionado antes no seu depoimento. “Não é por conta do processo, não é por conta da coisa, é que depois tivemos que conviver com eles, eles voltaram e não avisaram”.

Menciona ainda como o golpe de 1964 afetou profundamente a universidade e como ela ainda padece

[...] pela perda de nomes importantes, de professores, de pesquisadores que atuavam na universidade e foram obrigados a abandoná-la, a ditadura trouxe um prejuízo também para estudantes e possíveis nomes importantes para a vida intelectual do país, por exemplo, como o José Carlos Machado, um excelente estudante de Direito, terminando... De uma família de jurista, que provavelmente estaria se destacando... E que deixou de atuar... No entanto, na minha leitura, é isso que caracteriza a universidade, ela é esse espaço de conflitos de ideias, vem há séculos sendo assim, onde ao mesmo tempo ela se caracteriza por ser muito estruturada e conservadora, mas também ser palco das grandes inovações. E as mudanças de paradigmas se dão exatamente na confluência disso. Então, da mesma forma que a ditadura trouxe esse prejuízo, ela também promoveu o desafio de pensar na sua superação... E outras coisas aconteceram também muito positivas. No sentido de repensar, de reconstruir, de tentar entender a democracia... esse movimento permanente. Na minha leitura eu acho que é isso... uma mudança da própria natureza da instituição, onde ela vai sofrendo marcas pelo conservadorismo... pelas visões retrógradadas... Que se cede, no sentido da repressão, mas, por outro lado, ela abre as possibilidades, e o novo está sempre presente. Eu acho que a gente vivencia isso... o fato de vocês estarem hoje discutindo e tentando resgatar isso, a meu ver, isso só tem significado por conta disso... Porque eu sou muito partidário. Eu costumeu dizer uma citação que eu vi... o Tancredo Neves, que eu levo muito a sério, que política não se faz olhando para trás, por que se ficar olhando para trás vira estátua de sal. Então, nada pode ser feito com rancor. Eu não posso ficar amarrado ao que aconteceu, eu tenho que

dar um salto para a frente. Se eu pego o que aconteceu apenas como um instrumento para poder avançar, ótimo, excelente, que eu acho que é isso que está acontecendo.

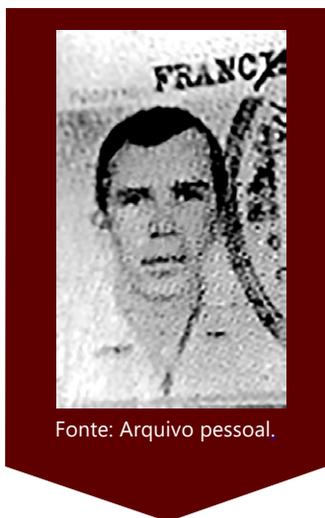
Conclui seu depoimento afirmando:

eu não sou muito de ficar remoendo o passado por conta disso. Agora eu acho que é importante para dar um salto. Hoje eu acho que é importante resgatar os institutos de pesquisa que havia antes, em 1964, por quê? Porque eles estão sendo reconstruídos. E para não cometermos os mesmos erros. Então, nesse sentido... eu acho que esse trabalho que vocês tão fazendo é mais do que um levantamento histórico.

Horácio se tornou professor da Universidade Estadual do Ceará, estando na origem do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Planejamento. Mesmo aposentado, segue participando de pesquisas e orientações.

14 – Francisco Assis Costa Aderaldo

Nasceu em Fortaleza (CE), em 2 de junho de 1945. Iniciou sua militância política fora da universidade. Entre os anos 1962 e 1963, começou a participar de congressos estudantis, época em que conheceu René Barreira, que foi aluno e anos depois professor e reitor da UFC, assim como outros militantes do movimento estudantil. Por volta de 1963, quando ainda era aluno do Colégio São João, Aderaldo ingressou no PCB (Partidão), em Fortaleza. No ano do golpe, já fazia parte do movimento estudantil e do Partidão. Em 1965, faz vestibular e



ingressa na Faculdade de Direito, mas tranca a matrícula no meio do ano porque tinha conseguido uma bolsa para estudar na Tchecoslováquia, juntamente com Chico Arruda, irmão de João Arruda. Entretanto, quando chegaram ao Rio de Janeiro, “a coisa furou”, e acabaram ficando para participar da campanha eleitoral do Rio e, logo depois, voltaram ao Ceará. Nessa época, no ano de 1966, houve a diáspora do Partidão, e boa parte dos filados foi para o PCdoB, tanto Aderaldo, quanto Sérgio Miranda, João de Paula, Oséias e outros. Entre 1966 e 1967, o PCdoB se reestruturou muito em volta do movimento estudantil e da universidade.

Nessa mesma época, Aderaldo retornou à Faculdade de Direito e à militância na universidade e, em 1967, fez vestibular para Faculdade de Filosofia do Ceará (Fafice), ingressando na turma de Filosofia de 1967. De acordo com Aderaldo, essa turma era formada por pessoas bastante interessantes, como Oscar Dalva, Noilson Noca, Bráulio e José Genoíno. Naquele ano, deu-se a inauguração do prédio da avenida Luciano Carneiro, que abrigou a primeira turma do primeiro ano do curso de Filosofia da Fafice. Logo no primeiro ano, os novatos disputaram e ganharam o diretório porque os calouros eram muito mais numerosos que os veteranos. Para Aderaldo,

os caras não queriam deixar a gente pegar porque estavam cheirando que já tinha negócio de comunismo ali pelo meio. Disputaram, mas a gente ganhou o Centro Acadêmico São Tomás de Aquino [...]. O Genoíno foi o primeiro presidente, e no ano seguinte foi o Bráulio. Eu era representante do DCE.

Nessa época, houve uma greve famosa dos professores da Fafice pela estadualização e pelo pagamento dos salários atrasados, com apoio dos estudantes que também lutavam pelo término das obras do novo prédio.

Não tinha nada, só um prédio grande. E teve muitas greves, muitas lutas nesse ano de 1967. Em 1968, basicamente, a luta foi dos professores pela estadualização da

Fafice [era a Faculdade Católica dos Irmãos Maristas que funcionava no antigo e já extinto Colégio Cearense], que nós apoiávamos, e de regularização profissional deles. E depois era a nossa para que a Fafice terminasse a obra lá, nós só paramos quando os caminhões pararam.

Aderaldo declara em seu depoimento à Comissão da Verdade que na época não teve nenhuma informação sobre a sua punição pelo 477 e que só veio tomar conhecimento que tinha sido incluído no Decreto-Lei 477 anos depois. Ele foi punido como aluno e como professor:

[na época] eu nem me preocupei em voltar. Eu trabalhava em dois lugares, no cursinho da Fafice que o centro acadêmico mantinha, e em um colégio. Não tinha pra onde voltar a essa altura, o colégio já disse “olha, pelo amor de Deus, dou todas as referências, mas aqui não pode” [...]. E eu fui embora, fui para a Bahia. Entrei em outra profissão, me dei bem nela e fiquei.

Cabe aqui acrescentar que Aderaldo era estudante do curso de Filosofia da UECE e do curso de Direito da UFC, mas o DCE era o mesmo e, de acordo com ele, o único problema era o reitor da UFC que não reconhecia José Genoíno:

[...] naquela época em que a gente se falava por telefone, que ele tinha muita raiva do Genoíno, ele chamava de Gesuíno. “O Gesuíno não recebo, não falo, ele não é aluno nosso, é da outra faculdade. Eu falo com o De Paula”. No movimento estudantil em si, nunca senti nenhuma discriminação pelo fato da gente não ser da universidade federal. No meu caso, eu era das duas, então não houve isso.

Ele relata que, durante o Congresso da UNE, em 12 de outubro de 1968, em Ibiúna:

[...] todo mundo foi preso e processado e tal, mas teve um grupo maior pra o qual foi decretada a prisão preventiva. Tinham dez e eu estava entre esses dez, mas nós conse-

guimos um *habeas corpus* do ministro Nogueira, do Supremo Tribunal de Justiça. Só que o AI-5 acabou com *habeas corpus* e acabou com tudo.

[Em 16/12/1968] Eu fui preso na casa onde eu morava, que era a casa da minha avó. Ali na Clarindo de Queiroz. Eles cercaram minha casa de madrugada e me trouxeram pro 23º [BCPM], onde eu fiquei até 29 de junho de 69. Fiquei preso no 23º BCPM. E saí só pra ser interrogado duas vezes na Polícia Federal e foi lá onde apanhei, com o Laudelino. Me lembro como se fosse hoje do tarado que o cara era. Isso era dia 24 de dezembro. Nove e meia, dez horas da noite, os caras olhando pro relógio e ele lá animado atrás de informação, até que eu dei um toque e os outros olhando pro relógio, ele ficou furioso e foi embora. Depois me chamou de novo, nessa segunda vez não teve cascudo não. Queria saber coisas [...]. Coisa do PCdoB, eles sabiam tudo. Eles queriam saber onde eram os aparelhos, se tinha algum sítio. Eles já sabiam do sítio do Miguel Cunha. Eles queriam saber o que tinha no sítio, se tinha treinamento, o que tinha pro lado de Crateús. E como eu morava pertinho do Tarcísio Leitão, perguntavam também pelo Tarcísio. Eles queriam saber principalmente do sítio do Miguel. Eles achavam que lá poderia ter negócio de armas, essas coisas. Saí e não tinha mais emprego. Estava casado e tinha que arranjar um jeito de sobreviver. Eu tinha um cunhado que morava em Salvador e disse para ir embora pra lá, começar de novo. A gente foi pra lá, passei um ano sem emprego fixo. Aí me virei, fui motorista de táxi, botei barraca de jornal, fiz um bocado de coisa pra sobreviver. Até que apareceu um concurso para a IBM, programador de computadores. Quem me indicou esse concurso foi a Delbi, que foi presa em Ibiúna também. Aí entraram o irmão dela também, esse que foi deputado, o Avelino, entraram os dois no mesmo dia. Eu entrei na área de processamento de dados, comecei a me dar bem, pagavam bem na época. E eu fiquei anos nisso aí. Fim de 1970, eu entrei na IBM. Trabalhei em algumas empresas lá, depois fui a Aracaju. Passei um tempo afastado do partido, mais ou menos em 1970. Não que eu tivesse divergência, porque ajudava, quando precisava de muita coisa, mas problemas da clandestinidade e de falta de perspectiva polí-

tica mesmo. Abandonei um pouco a militância, mas sempre ajudava, quando precisava eu estava lá, minha casa era aparelho. Mas passei um tempo, como o pessoal dizia antigamente, “desbundou”.

A IBM foi uma empresa em que gostei de trabalhar. Eu fui trabalhar em outra empresa, na COELBA, porque eles venderam. Tinham poucos computadores naquela época. Se alguém me dissesse naquela época “um dia ainda vou ter um computador em casa” com a capacidade que tem hoje, eu dizia “você tá louco”. Era ainda cartão perfurado, trocentas fitas pra você colocar em ordem, organizar. Quando entrei na COELBA, Companhia de Eletricidade da Bahia, ainda era CEB e depois mudou pra COELBA, e eu fui vendido junto com o computador. A COELBA comprou e não tinha técnicos, então a IBM fechou os olhos, e a COELBA veio em cima da gente, programadores e analistas. Eu não queria ir. O gerente da IBM, que era gente muito boa, disse: “vai, mas cobra o dobro do que você ganha aqui. Você vai continuar trabalhando pra a gente, o computador é da IBM”. E era. Passei uns anos lá e depois fui para Aracaju. Mas durante esse tempo eu não fiz política a não ser ajudar o partido com esse negócio de aparelho. O João passava muito por lá, o Daniele, muita gente. E retornei a São Paulo, entrei no movimento sindical nessa época, nas Associações dos Profissionais de Processamento de Dados (APPDs). Nessa época era difícil porque essa área ainda hoje não está muito definida porque ela tem todos os segmentos sociais dentro dela. Desde digitador, um negócio braçal, a programadores, analistas, que hoje já não tem todo o prestígio que tinha porque hoje é caixa-preta e naquela época não, programava. Ganhava bem por causa disso. Hoje está tudo automatizado, pacotes todos fechados. Isso tudo ocorreu também por causa da lei de informática.

Estava em São Paulo desde 1975. Aí voltei, comecei a trabalhar, mas a área de informática aqui não tinha o meu perfil e a minha reputação também me precedeu. Tive algumas portas fechadas para retornar. Eu sempre tive vontade de retornar pro Direito e advogar, voltei, passei dois anos na Faculdade de Direito, fiz não sei quantas cadeiras e me formei, em 2001. Voltei em 1999, 2000, e me formei em junho de 2001.

Eu voltei com um processo de anistia de reparação meu também. E um dos direitos que me dá é terminar o meu curso de Filosofia aqui na UECE. A minha mulher ficava me gozando, “vá lá porque a gente vai e volta toda noite junto”. Eu fui anistiado no rebolo da lei. Voltei, me formei, comecei a trabalhar com advocacia, peguei muitos processos de anistia e fui advogado de muita gente tanto na comissão local como na federal. Hoje tem alguns processos aí rolando do pessoal.

Fui advogado do Walmick, Rufino, ex-aluno, Gil também, do pessoal do PCdoB, do Prata, do Machado e de vários outros. Eu tenho a relação, eu tirei cópia dos processos, eu pedia para o pessoal fazer um memorial deles mesmos. Reescrevia ou não, ou alguns, como eram muito contundentes, eu tirava só a cópia e jogava dentro do processo e tal. E depois o Papito pegou isso lá na Comissão, condensou e fez o livro – *Memórias silenciadas*. Aliás, sem pedir licença às pessoas. Tem gente que não quer contar o que contém suas dores. Tem coisas interessantes de pessoas contando como aconteceu. Tem momentos terríveis, o caso de um companheiro nosso que foi preso naquela época e correu naquela época, e naquela época corria tudo, muita bobajada, que ele tinha aberto tudo, demonizaram o cara. O cara se escondeu, não aparecia em canto nenhum e marcou umas três vezes... na anistia e não aparecia. Um dia ele foi. Eu já estava com o depoimento dele do processo aqui da auditoria. Ele prestou esse depoimento, preso ainda no Paulo Sarasate. O Magela trabalha aqui, é livreiro e foi aluno da UFC. Em seu desabafo, ele disse: “olha Assis, essa é a primeira vez em que eu estou falando o assunto desde aquela data”. Nem com a mulher ele falava, e ninguém perguntava porque sabia que aquilo ia arrebentar com o cara. O que era a tortura e a incompreensão.

Ao ser perguntado se a ditadura lhe deixou alguma sequela, disse não ter nenhuma e que a perda de trabalho que teve na época foi devido à vida sindical.

Eu não tinha emprego estável e ficou difícil porque quando saí do sindicato eu fui muito perseguido inclusive

pelo PT, porque eu trabalhava na empresa de processamento de dados da Prefeitura de São Paulo.

Com relação aos danos causados pelo golpe militar nas universidades, diz que:

[...] além de cortar as cabeças de uma ou várias gerações, que não tiveram a oportunidade de uma formação política... Você pegou também essa época, fomos contemporâneos, se discutia muita política, tudo. Essa animação de participação e o culto à discussão, à palavra, valorização da militância. Eu vejo esse como o maior prejuízo, porque o desmantelamento de estruturas eles não conseguiram sair muito vitoriosos porque você vê que os quadros que foram assumindo a universidade eram os quadros bons da época. Eles não conseguiram repor ou formar uma direita competente para assumir a universidade. E vejo o aspecto da militância, da formação dessa meninada em termos de contestar, discutir. Há uns anos eu entrei no mestrado na UECE de políticas públicas e [...] uma das coisas que me impressionou no começo [era que, em muitas discussões, se ouvia] “mas isso é ideológico, essa é uma posição ideológica”. Isso é uma posição que me tá encucada, se você coloca uma posição por ideologia é falsa?

Perdas eu tive, mas isso não me impediu nem de viver alegremente nem de conseguir sobreviver até razoavelmente. Eu estou satisfeito, consegui ser feliz à minha maneira. Tenho as sequelas da idade, das doenças, problemas de depressão, mas de resto vou levando.

Ao responder se ele achava que esses problemas eram consequência da ditadura, ele responde que não. “Depressão é coisa que às vezes olho pra trás e talvez eu já tivesse na juventude, só que eu não tinha tempo, no meio da militância, da paixão, não tinha tempo”.

Ainda sobre as perdas que foram impostas pela ditadura, ele diz que, no caso da Faculdade de Direito, houve uma grande perda, porque o que aconteceu ali, não atingiu apenas uma geração e explica:

[...] em 1964 houve um inquérito em que professores e estudantes foram interrogados na Faculdade de Odontologia. Um dos interrogadores era o Fávila Ribeiro [foi professor da Faculdade de Direito da UFC e procurador geral da República]. Ele sentado, um militar armado aqui, outro ali, e o estudante lá. Quem passou por esse interrogatório foi o Oséias Duarte de Oliveira. Ele não gosta muito de falar [sobre o que aconteceu]. O Fávila Ribeiro foi um elemento dentro da Faculdade de Direito de articular a perseguição [delação] a outros professores e alunos. Usaram a universidade como lugar de interrogatório, com militares armados, na faculdade de Odontologia. Acho que não me lembro mais de nada não.

Os casos de estudantes que entraram para a clandestinidade foram bastante recorrentes. Um caso paradigmático foi de Carlos Augusto Diógenes, estudante de Engenharia Civil da UFC, ingresso em 1964, que, tendo concluído o curso em 1969, não teve condições de ser diplomado em razão de já ser procurado pelas forças repressivas. Exercendo mesmo sem certificação sua profissão, Carlos Augusto se tornou clandestino sem ter passado pela prisão. Mesmo assim, teve sua atividade de dirigente do PCdoB registrada no estado da Bahia, o que gerou um processo criminal no qual foi condenado, à revelia, a quatro anos de prisão não cumprida e revogada pela Lei de Anistia de 1979.

Outro caso marcante foi de Fonseca, estudante de Medicina da UFC, ingresso em 1967. Já havia sido punido com base no Decreto-Lei 477, com a prisão da irmã, Rosa da Fonseca, militante da Ação Popular (AP) como ele, sua foto saiu no jornal *O Povo*, passando a ser perseguido, o que o obrigou a ir para a clandestinidade, indo morar em Campina Grande (PB), com nome falso, onde ingressou como operário na fábrica de fogões Wallig, enquanto a esposa se empregou na Springer, de ar-condicionado. Mas nem chegaram a oito meses de trabalho, veio orientação da direção da AP para saírem de Campina Grande, por razão de segurança. Foram então para a cidade de Abreu e

Lima, Região Metropolitana de Recife, onde trabalharam na indústria têxtil, em Paulista, depois de fazer curso no Senai. Em seguida, Fonseca foi para uma fábrica de alumínio em Goiana (PE), mantendo-se distante de Fortaleza porque já estava condenado à revelia na Justiça Militar. A essa altura, 1970-1971, a AP estava sendo desmantelada, e ele não queria saber o que se passava no partido, pois já previa a prisão, o que fez com que ficasse à parte da vida partidária, inclusive no momento da integração parcial da AP ao PCdoB.

Na fábrica de alumínio, certo dia, foi chamado à diretoria, de onde já saiu preso e encapuzado. Em seguida, procedeu-se à detenção de sua esposa e filhos. Fonseca não sabe dizer o ano exato em que ocorreram as prisões, estimando que devam ter ocorrido em 1972. Não lembra onde ficou preso, mas sabe que ficou em cubículo individual. Logo foi submetido à tortura, sendo questionado sobre seus contatos com membros da AP, mas como não tinha muitas informações, o que, após certo tempo, ficou claro para os suplicidores, teve a sevícia interrompida.

Nesse período de prisão clandestina e ilegal, foi separado de seus dois filhos, sendo que um ficou aparentemente internado, e outro em poder de um dos torturadores, ação sem fundamento legal. Após sua prisão, foi transferido para o quartel dos bombeiros de Pernambuco e, em seguida, para o IPPO, no Ceará, por conta de sua primeira condenação na capital cearense. Nesse momento, se iniciou um segundo processo decorrente da prisão em Pernambuco. Nesse período, cumpriu a primeira pena e voltou para a Faculdade de Medicina, sendo aceito pelo coordenador do curso.

O depoimento de Fonseca aporta um elemento muito importante na caracterização da atividade da repressão como ilegal e operada de forma clandestina, pois considera que seus filhos foram sequestrados durante os quarenta dias em que durou sua prisão e a de sua esposa, também presa e torturada.

Como resultado desse segundo processo, foi novamente condenado a um ano, e voltou a ser preso, interrompendo mais uma vez o curso de Medicina, que tinha retomado após a sua primeira prisão.

15 – Marcos Costa Sampaio

Nasceu na cidade de Icó (CE), em 8 de março de 1946. Um caso particularmente interessante no que tange à atividade ilegal do aparelho policial-militar é a do estudante de Engenharia da UFC, ingresso em 1966. Ele completou sua formação na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1972, para onde se transferiu em função de seu engajamento no movimento estudantil, na qualidade de militante do PCdoB, sob ameaça de processo com base no Decreto 477.

Afastado há vários anos de atividade política, exercia sua profissão na empresa *Burroughs* (atual Unisys), de São Paulo. Na empresa, o gerente norte-americano lhe informou que venderam um “supercomputador” para o setor de inteligência do Exército, CIEX, em São José dos Campos, e que ele seria o funcionário com qualificação suficiente para o treinamento dos militares no manuseio do equipamento.

No período de treinamento nas instalações do Centro de Informações do Exterior (CIEX), um dia, foi solicitado a comparecer à diretoria para falar com alguém. Já era a Operação Bandeirante (OBAN), de São Paulo, que o toma por infiltrado nas instalações militares, e o sequestra. Seu transporte para a



Fonte: Acervo da família.

capital foi em si mesmo um episódio de tortura psicológica e física dentro do veículo. Lembra particularmente de uma técnica de espancamento do joelho especialmente dolorosa, mas que deixava os ossos intactos. Passou quinze dias incomunicável na OBAN, onde foi submetido a todo tipo de tortura, inclusive choques elétricos. Todo interrogatório se deu em torno de sua militância no PCdoB em Fortaleza, mas o problema estava ligado à sua presença no CIEX. Marcos Sampaio relatou à comissão que, nesse momento, presenciou a saída do cadáver de Alexandre Vannuchi Leme da OBAN, fato já declarado no dia do seu julgamento.

Depois que constataram que o preso não tinha informações, transferiram-no para uma cela com vários presos políticos, até que foi levado para o Campo de Marte (SP), onde foi embarcado – sempre sob ameaça de morte – para o Ceará. Ficou encarcerado no IPPS, onde cumpriu prisão preventiva por um ano. Utilizou seu julgamento para denunciar o caráter ilegal de sua prisão, bem como de sua retenção no IPPS.

Marcos Sampaio foi absolvido, conseguiu voltar para o trabalho, mas perdeu todos os benefícios da carreira, além dos salários do período em que permaneceu preso.

Todos os presos de Ibiúna, em 1968, tiveram suas prisões preventivas decretadas na volta ao Ceará, depois de ficarem presos no presídio Tiradentes, em São Paulo. Nessa condição, já retornaram praticamente numa clandestinidade sem volta. Lideranças ainda com vida semilegal ou legal foram chamados a tomar a frente do movimento. Marcos faleceu em Fortaleza, em dia 13 de junho de 2017.

16 – José Francisco Rufino

Nasceu em Ipiranga (PI), em 10 de julho de 1947. Rufino é personagem protagonista da resistência clandestina das entidades estudantis depois da decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Rufino nos conta:

Aí saiu o Genuíno, o Bergson, o pessoal todo teve que ir para a clandestinidade, e a gente começa a criar uma comissão de rearticulação

do DCE que tinha um representante de cada faculdade. Eu era o representante da Engenharia, nessa comissão de rearticulação do DCE [...], na reestruturação, depois do congresso de Ibiúna, que já era em 69, que eu fui para o congresso que foi em Petrópolis, ou Nova Friburgo, eu sei que era na serra do Rio. Eu fiquei de tentar coordenar o Piauí e o Maranhão. A gente brincava dizendo que o movimento estudantil tinha sido preso dentro de um fusquinha. No Maranhão, a gente ainda estabeleceu alguns contatos, eu me lembro de uma menina da Medicina, e depois eu vim saber que a mãe dela era comunista antiga, era um nome diferente... No Pará, não se conseguiu praticamente nada e, no Amazonas, nem se foi [...]. Tinha uma comissão de representantes e tinha uma estrutura semiclandestina que a gente fazia reuniões nas faculdades. [...] eu acho que até 71 a gente manteve uma coisa ainda clandestina. Foi na época em que a gente ainda fazia algumas manifestações, pichação [...].



Fonte: Arquivo pessoal.

Apesar da extrema clandestinidade, o movimento estudantil buscava novas formas de atuação adaptadas ao momento. Rufino nos informa: “Em 71, continuou a mesma estrutura, mas

a gente procurava abrir um pouco mais com os movimentos culturais. Essa estrutura clandestina tentava produzir coisas que ampliassem”. O depoente retém, entretanto, uma visão crítica dessas iniciativas:

Até nisso a gente tinha uma visão estreita e queria coisas que tivesse uma conotação política. Porque, na verdade, o que a gente queria era fazer manifestação política e queria usar a cultura. E não o contrário, de procurar as coisas legítimas da cultura.

Segundo Rufino, outra forma de existência do movimento estudantil naquelas condições foi a entrada nas estruturas que seguiam existindo legalmente na universidade, como as associações atléticas:

Porque quando começou a tomar as associações atléticas... FUCE, Federação Universitária Cearense, que eram as associações atléticas, a gente começou e assumimos a Medicina, a Engenharia, a gente começou a entrar com algumas pessoas conhecidas e aliadas.

Rufino foi preso em 1972 duas vezes, no contexto do cerco ao PCdoB, e passou por toda a *via crucis* da tortura. Na primeira, foi preso dentro do gabinete do diretor do curso de Engenharia. Libertado, conseguiu se formar e arrumou emprego no DAER do Piauí, mas voltou a ser encarcerado, ficando retido e torturado no 23 BC e em instalações da temida Marinha, por um período de um ano.

17 – Inácio Carvalho de Arruda Coelho

Nasceu em Sobral (CE), no 11 de junho de 1963. Tinha 50 anos à época do depoimento à Comissão da Verdade UFC-UECE. Teve atuação no grêmio do Colégio Sobralense, ficou responsável pelo Festival de Música em 1979, quando ainda tinha 15 anos, e participou da reestruturação do CESC. Apresentou à comissão documento da repressão recomendando a não entrada do Prof. Diatahy nos quadros

de professores da UFC e como vice de Humanidade (a UNE contra o SNI). Nessa época, teve conhecimento de documentos sobre a guerrilha do Araguaia e do jornal *A classe operária*. Estudou no Colégio Cearense e participou do movimento secundarista e teve contato com a comissão de reorganização do CESC, em 1980 e 1981. O Vevéu, seu irmão, foi presidente do DCE em 1981. Ingressou na UFC em 1982, na Faculdade de Direito, e, no PCdoB, participou de lutas específicas e gerais. Fez parte, em maio de 1983, da diretoria do DCE “Viração”, com o presidente Gustavo. Atuou na luta pela meia passagem (dos estudantes) nos cinemas, na luta pelas “Diretas Já” e nos órgãos colegiados. Em 1984, Luís Antônio assume a presidência do DCE.

No seu depoimento, Inácio Arruda destaca a luta contra a presença da Assessoria de Segurança e Informação dentro da universidade (ASI) e o episódio da invasão pelos estudantes da sala contendo os documentos. Na manifestação, o jornal fotografou Inácio, Márthir e Liduina, o que resultou, no dia 29 de agosto, na invasão do DCE pela Polícia Federal, levando os três algemados e presos (numa cela, as meninas, e ele em outra, a cela



Fonte: Arquivo pessoal.

14). Ele lembra do delegado César Nunes, que fora muito truculento. Logo depois do depoimento, foram levados para o presídio Olavo Oliveira, permanecendo por mais de 24 horas. Prestaram depoimentos, e foi aberto inquérito que durou um ano, quando o juiz arquivou o processo. Várias personalidades, advogado e muitos estudantes compareceram à Polícia Federal em solidariedade.

18 – Luís Carlos Paes de Castro

Nasceu em Fortaleza (CE), em 1956. Teve a influência política inicial do pai, estudou no Colégio Cearense, teve um professor de Física, José Machado Bezerra, que repentinamente sumiu, depois soube pela imprensa que ele tinha sido preso. Entrou na universidade em 1974, final do governo Médici, momento em que imperava um clima de medo na universidade.

No seu depoimento, Luís Carlos destacou a repressão com o fechamento das entidades estudantis. Em contrapartida, os estudantes criaram a associação atlética e a representação estudantil com nova estrutura na universidade, refletindo um sentimento da juventude de participação. Em 1975, tem-se a iniciativa de alguns jornais no meio dos estudantes, como forma de resistência contra a ditadura. Em 1976, teve contato com a representação estudantil, participou da calourada; no segundo semestre, encontrou Luís Carlos Antero, que era jornalista. Destaca a importância do jornal *Movimento*, que passou a apoiar e divulgar, ajudando na aglutinação dos estudantes, e da IAB, Associação dos Sociólogos.



Entre junho e julho de 1975 até 1981, o jornal contribuiu para a articulação de uma corrente de opinião na UFC. Nessa época, as entidades estudantis DCE, diretórios acadêmicos e centros acadêmicos estavam fechados pelo AI-5, sendo criadas as representações estudantis e as associações atléticas que eram filiadas à FUCE, que tinha como função apenas organizar os jogos universitários. A articulação da reestruturação do DCE se inicia mediante a participação na representação estudantil, quando foi presidente da associação atlética. Além da participação na representação estudantil, no início de 1977, Luiz Carlos foi presidente da Associação Atlética do Centro de Tecnologia, momento em que também ocorreu uma articulação em vários centros com a organização da infraestrutura. Nesse momento, participou da chapa vitoriosa “Unidade”, que foi a base para a reorganização do DCE, em 1979, sendo o primeiro presidente após a reorganização da entidade. Foi nesse período que Luiz Carlos teve contato com o PCdoB, por intermédio de Gilse Avelar.

No seu depoimento, relembra a luta pela fixação de um mural que havia sido retirado em 1977, destaca a pressão do general Rui Nogueira (ASI) nesse episódio. Esse mural ficava vizinho à cantina, onde eram fixadas notícias de vários jornais, *Mutirão, Folha, Jornal do Brasil*. Ocorreu a retirada do mural, o que ensejou uma luta com muita participação dos estudantes, sendo o depoente pressionado pelo general Rui Nogueira, representante da ASI na UFC, que ficava na Reitoria. Essa luta foi vitoriosa com a recolocação do mural, fortalecendo muito o movimento. Em 1978, acontece a prisão de Daniel Colares e a perseguição a Auto Filho, que também teve que comparecer à Polícia Federal para depoimento. Na época do episódio da Bomba do Rio Centro, teve sua casa invadida pela Polícia Federal por causa do jornal *Movimento*. Nessa época, ele estava casado e a esposa grávida.

Na gestão do DCE 1979-1980, houve um atentado com explosão de uma bomba no estacionamento do DCE. Ele também

cita prisões de estudantes no início da reorganização da UNE, em 1976, refere a grande importância da SBPC na luta em defesa da democracia, destaca a reunião anual, em 1977, na PUC, e, em 1979, a reunião em Fortaleza. Também foram muito importantes os encontros de área, Medicina, Engenharia e outras para a reorganização da UNE no congresso em Salvador, em 1979. Relata uma reunião no ginásio do Pici, ainda em construção, preparatória para o congresso da UNE. Destaca também o restaurante universitário no Pici como de grande importância pela presença dos estudantes e como local de encontro. Menciona um forró que ocorreu na quadra do CEU para arrecadar recursos, com o *slogan* “A UNE somos nós, nossa força, nossa voz”, para participação no congresso. Foram inscritas cinco chapas para a UNE. A eleição direta definida no congresso ocorreu nos dias 2, 3 e 4 de outubro. No DCE, a chapa na qual era o presidente foi vitoriosa e se chamava “Pé no Chão”, com a presença de muitas forças políticas. Ficou muito dedicado ao jornal *Movimento* e ao movimento estudantil. Entrou na Engenharia Mecânica em 1974 e colou grau no primeiro semestre de 1985. Tinha uma boa interlocução com o pró-reitor estudantil, que atendia à reivindicação para a sede do DCE. Refere a primeira manifestação na Reitoria, com passeata após a reorganização do DCE, com a presença numerosa de estudantes e da ADUFC, em defesa da educação e contra o “projeto Portela”. A posse do DCE ocorre na Concha Acústica, com a presença de José Genoíno (ex-presidente do DCE) e de Rui César (presidente da UNE), com a presença de 1.500 estudantes.

Coloca como prejuízo a desestruturação do projeto de educação Darcy Ribeiro, a perseguição, prisão e assassinatos de professores e estudantes, bem como o cerceamento das discussões, medidas ditatoriais com os atos 477, presença da ASI e clima de terror e medo na universidade.

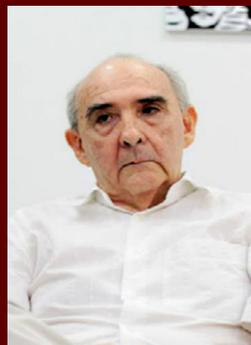
19 – Valton Miranda Leitão

Nasceu em Teresina (PI), no dia 10 de novembro de 1939, e ainda criança veio para Fortaleza (CE). Ingressou na Faculdade de Medicina da UFC em 1957, firmando-se na área da Psiquiatria.

A trajetória de vida de Valton Miranda se deu no campo da esquerda. No segundo ano de faculdade, em 1959, entrou no Partido Comunista Brasileiro, que tinha à época Pedro Leda como secretário-geral no Ceará. Em seguida, torna-se presidente do Centro Acadêmico 12 de Maio, do curso de Medicina. Conforme pontua, esse período foi de muita efervescência política, ocorrendo a greve por um terço de representação estudantil nas universidades.

No ano de 1963, Valton Miranda visitou a Rússia, por uma temporada de aproximadamente oito meses, a partir da qual visitou vários países do Leste europeu. Na Rússia, realizou conferências e participou de encontros com estudantes de todo lugar do mundo. O seu discurso feito em Moscou, no dia 7 de setembro, naquele ano, na Casa da Amizade dos Povos, tratou do golpe que estava sendo preparado no Brasil. Conforme declara Valton Miranda, Vasco Leitão da Cunha, então embaixador do Brasil na Rússia, chama-o e lhe diz: “olha, roupa suja se lava em casa”, ao que Valton replica: “não, roupa suja se lava em qualquer lugar, eu não ando sujo em lugar nenhum do mundo”. E reporta-se ao embaixador: “eu estou falando metaforicamente, e você entendeu”.

Ao retornar ao Brasil, assumiu mais uma vez a direção do Diretório Central dos Estudantes, até o golpe militar de 1964.



Fonte: Arquivo pessoal.

Nesse período, fez críticas severas ao regime militar, razão pela qual passou a ser perseguido e preso, por duas vezes, pelas forças repressoras do regime.

No período em que voltou à direção do diretório acadêmico do curso de Medicina, Valton, juntamente com os colegas Albino Verçosa Magalhães e Lúcio Alcântara, fundaram a revista *Pesquisa Médica*, dirigida por Albino Magalhães e vinculada diretamente ao Diretório Acadêmico 12 de Maio. Também fundaram o jornal *Frente Universitária Revolucionária* (FUR), veículo ligado aos estudantes mais à esquerda: “era uma espécie de organização acima dos partidos e que reunia todos os estudantes mais radicais”.

Antes de assumir a presidência do DCE, pontua Valton, durante a greve do terço, os estudantes precisavam fechar todas as faculdades da universidade visando a acabar as aulas que estavam acontecendo. Um dos atos de pressão a favor da greve do qual participou foi a derrubada dos fios que forneciam energia elétrica para a Faculdade de Agronomia, porque um dos professores “tinha se entocado lá e não permitia que as aulas fossem canceladas”.

Valton Miranda foi preso por militares, na própria Faculdade de Medicina e, na sequência, levado para responder a um Inquérito Policial-Militar (IPM). Queriam saber dele se havia trazido dinheiro de Moscou para financiar atividades no Brasil, ideia completamente sem fundamento real, segundo afirma o próprio Valton.

Além das memórias de perseguições sofridas, das torturas, desaparecimentos e assassinatos praticados contra seus companheiros, levando muitos ao adoecimento mental ou até a práticas de suicídios, decorrentes da ação dos aparelhos de repressão da ditadura de 1964, Valton Miranda também se refere, vivamente, às restrições feitas a todos os órgãos de comunicação dos estudantes: “Os diretórios centrais de estudantes viraram grêmios literomusicais, os diretórios acadêmicos.

Já em relação às mudanças estruturais no ensino universitário, reporta-se à Reforma Universitária promovida pelo governo militar:

Fizeram a mudança de que não tinha mais turma, naquela mudança do processo do ensino que vigora até hoje, que aquilo realmente acabava com os grupos de amizade, eles não se constituíam mais, era mais um grupo de interesse.

Refere-se, também, ao sentimento de humilhação:

Eu não pude colar grau junto com meus companheiros, fui colar grau numa cerimônia reservada na Faculdade de Medicina, numa salinha e ali me permitiram fazer um discurso e eu de novo denunciei o golpe, denunciei a ditadura, que eu estava sendo humilhado, estava sendo tratado de uma forma indigna, que eu não tinha cometido nenhuma indignidade, que eu defendia ideias e nunca defendi atrocidades, ou matar alguém.

Ao revisitarmos as memórias de cada depoente, percebemos o quanto elas são coletivas (Halbwachs, 1990). São registros históricos, documentos vivos, relatos de experiências de um contexto social, político e cultural dos que sobreviveram ao regime militar e de todas as famílias afetadas diretamente pela ditadura, seja pelas lembranças das incertezas e sofrimentos no acompanhamento dos seus parentes e entes queridos, sob prisões, torturas, sequestros, ameaças e ou exílio, seja na memória do luto infindo dos seus que se foram, vítimas de desaparecimentos forçados e da violência praticada pelo Estado autoritário, ainda hoje sem esclarecimentos devidos.

Valton Miranda é hoje em dia, uma das mais importantes referências na área da Psicanálise no país e segue exercendo uma militância de esquerda no Partido dos Trabalhadores.

20 – Lincoln Moraes de Souza

Nasceu em 10 de março de 1949, em um sítio situado em Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza (CE). Estudou no colégio Rui Barbosa, mas foi no Liceu do Ceará onde concluiu os seus estudos do Científico, equivalente ao Ensino Médio. Em 1968, fez vestibular na UFC para o curso de Ciências Sociais, integrando, desse modo, a turma do curso iniciada no ano de 1969.



Fonte: Tribuna do Norte.

O despertar de sua inserção no movimento estudantil deu-se, inicialmente, por simpatizar pela luta dos estudantes, sobretudo, como afirma, diante dos confrontos que, em seu meio estudantil, se davam entre estudantes e os bombeiros, porque estes se localizavam em frente ao Liceu, onde estudava: “eu torcia, mas não tinha grandes participações não. Eu apoiava, achava legal e tal”. Entretanto, Lincoln transformou-se em alvo do regime militar mesmo sem sua inserção efetiva no movimento estudantil.

O que é destacado, porém, é o fato de ele, antes de ingressar na universidade, ter participado do curso de formação sobre Paulo Freire, na própria universidade, ministrado pela professora Ruth Cavalcante e por Oswald Barroso. Após a conclusão desse curso, um grupo de estudantes, entre os quais Lincoln, viajou para o Crato para replicar o conteúdo estudado. Para sobreviver, Lincoln vendia livros doados pela livraria Anibal, cuja renda destinava-se ao sustento do grupo.

De acordo com Lincoln, um dos estudantes da Casa dos Estudantes do Crato era um dedo-duro e delatou tanto ele quanto Honório, o seu parceiro de atuação no curso, o que resultou na

prisão de Honório, apenas, já que Lincoln tinha retornado a Fortaleza naquele momento:

Eu não fui preso nesse período e sim o Honório. E foi aí que eu, visitando o Honório, foi onde eu conheci o Glênio. Depois foi quando eu entrei na faculdade. Sim, antes, eu me lembro de que uma vez em umas passeatas, bem antes desse curso do Paulo Freire...

Em suas memórias, Lincoln deixa claro que a sua militância se deu após ingressar na universidade, mesmo que tivesse experimentado ameaças iniciais do regime militar, como também quando apoiava a passeata dos estudantes na praça do Ferreira; lembra que ele e outro companheiro tiveram as carteiras de identidade confiscadas pela Polícia Militar e que foram encaminhados a depor na delegacia sobre o porquê estavam lá, entre outras questões.

Lincoln considera, desse modo, que, ao entrar na universidade, já conhecia Oswald Barroso desde o curso sobre Paulo Freire, e foi a partir daí que começou a ter uma militância mais sistemática no movimento estudantil. Pontua que estava na faculdade, junto com vários outros estudantes que tinham participação nos movimentos. Afirma que o curso de Ciências Sociais tinha um peso no movimento estudantil, além da Química, da Física e de outros cursos.

Lincoln relata outra ocasião em que teve problema com a repressão militar, quando o então diretor do Centro de Humanidades, João Alfredo Montenegro, “um capataz dos militares” proibiu os estudantes de fazerem assembleia:

[...] ainda hoje eu não sei o que é que houve, é como tivesse caído água na sala dele... O fato é que ele apontou vários estudantes como tendo sido os baderneiros ou coisa desse tipo. Eu fui incluído nessa lista, eu acho que de seis alunos, aí nós fomos processados, mas foi arquivado...

Tinha a Maria Francisca, a Linda, a Ada... E logo depois é que eu tive a prisão mais complicada.

A prisão de “verdade”, conforme define Lincoln, ocorreu em fevereiro de 1970, quando ele foi distribuir panfletos, com outros militantes da antiga Ação Popular, na UECE. Naquela ocasião,

Eu, como não podia nem andar direito porque tinha jogado futebol no dia anterior e estava todo quebrado, fiquei de vigia, com a “bereta” como arma, com o berro né? Então era pra vigiar... O fato era que a gente tinha sido dedurado por um professor e eu tentei correr, mas o cara que me pegou, era treinador de judô, então ele facilmente me deteve.

Relata que foi levado para o DOPS, numa passagem por lá relativamente rápida, em seguida, foi encaminhado para a Polícia Federal, localizada, à época, perto da igreja da Sé:

Logo que eu cheguei, começou a sessão. Fui bastante esmurado pelo delegado Laudelino e o Pires... Só que era uma coisa, vamos dizer assim, estudada, (que) não deixa marcas. O que me consta essa foi uma das lições que o professor americano, Dan Mitrione, quando deu um curso de tortura no Brasil, uma das coisas que ele ensinava no Brasil é como torturar sem deixar marcas. Aí fui esmurado e tal e, evidentemente, que eles queriam saber dos outros e eu disse que eu não sabia dos outros, que eu conhecia um pseudônimo só.

Após essa sessão inicial de tortura, Lincoln foi preso na Polícia Militar, localizada na Av. Domingos Olímpio com a rua Assunção, permanecendo por mais ou menos um mês. Entretanto, relata que, com uns quatro ou cinco dias detido, foi levado para a Polícia Federal, novamente:

Aí eu fui torturado com pau de arara. No pau de arara é aquela imagem que se pendura galinhas né? Ele é horrível porque se você fizer esforço pra se livrar da

frente, os braços doem bastante. Se você fizer um esforço pra ir pra trás, dói a batata das pernas, o cara não tem saída. Os caras foram bons alunos dos torturadores americanos.

Nas sessões de torturas sofridas, conta Lincoln, os torturadores queriam saber quem estava com ele e quem compunha o núcleo central das atividades realizadas:

Eu tava disposto a não abrir. Eu pensava que eu até me suicidaria, pularia desse prédio, mas não abro... E na época eu tinha preocupação muito grande porque se falava que existia um comprimido que lhe davam e que você falava toda verdade. E eu tinha muito medo deles me darem esse comprimido.

Relata ainda que, em uma das sessões, os torturadores cometeram um erro:

Sim, aí eu usei um mecanismo de fazer força no pulso... porque quando eles botaram o fio... eu botei força e o fio ficou frouxo e aí eu forjei como se tivesse levado uma grande queda e fiquei gritando lá e eles ficaram um pouco preocupados.

Lincoln, dessa maneira, conseguiu, nas brechas dos próprios dispositivos de tortura utilizados pelo sistema, driblar o controle e, com isso, aproveitar uma oportunidade que teve para tornar públicas e visíveis as marcas das torturas praticadas nos “porões da ditadura”, trazendo, no seu corpo, os registros escamoteados em tantos outros corpos mutilados e silenciados.

Na verdade, eu caí de propósito. Eles cometeram um erro porque ficou uma mancha muito grande aqui nos meus braços e aí foi quando eu cheguei na Polícia Militar e passei a denunciar pra tudo que é canto... Como eu fui um dos primeiros presos no período da ditadura, tinha o apoio do movimento estudantil, obviamente.

De acordo com Lincoln, crescia o número de denúncias sobre torturas praticadas contra os perseguidos políticos da ditadura, tanto em Fortaleza quanto em todo o país, fatos que colaboraram para que a sua denúncia tivesse repercussão muito grande, o que o salvou da morte, afirma o depoente.

Pelo fato de ter denunciado as torturas sofridas na Polícia Federal, Lincoln afirma que fora chamado lá ameaçado por Laudelino. Este perguntou a Lincoln o porquê da denúncia: “Eu disse, porque vocês me torturaram, é claro. [Ele] Bateu na minha cara”. Afirma que foi preso com Zito, líder trotskista, que era da administração, e Petrúcio. Segundo o entrevistado, esse período foi marcado por vários estudantes das Ciências Sociais prestando depoimentos.

Lincoln passou dois meses e meio preso no 23º BC. Houve alguns militares e um major, de cujo nome não mais recorda, que queria saber quem eram as pessoas, também:

Me lembro de um dia que ele veio me perguntar se eu conhecia fulaninha e eu levei na galhofa, disse o seguinte: “Major, eu cantei todas as mulheres de Fortaleza, então seguramente eu devo ter conhecido também”. Aí ele deixou de me perguntar. Alguns dos militares procuravam exercer uma censura nas leituras. Lá tentaram censurar os livros do Graciliano Ramos, o Exército... Não chegava a ser uma coisa muito forte, mas eram piadinhas e tal. Então eu passei dois meses e meio no 23º BC. Depois do 23º BC, eu fui pro GO. Em 70, no primeiro semestre. Lá no GO, era diferente. Eles não tinham a mesma concepção de máquina azeitada, não. Lá eles tinham uma concepção acho que de escravo pra baixo. Porque eu ficava numa cela sozinho de 2 por 3 metros. Mal dava pra me locomover. A comida era boa, tipo de oficial. O GO funcionava ali perto da rodoviária, por trás do 23º BC.

Lincoln Moraes permaneceu preso por quatro meses, entre a Polícia Militar, Polícia Federal, 23º BC e GO (Grupo de Operações). Foi julgado e condenado a um ano de prisão. Teve pena

reduzida a um terço do tempo por não ter maioria penal. Teve como advogada de defesa a doutora Wanda Sidou, considerada por ele como “excelente, uma mulher extremamente corajosa, admirável. Nunca me esqueço da mecha branca no cabelo. Ela acusava os militares na frente dele: ‘Vocês deviam era respeitar os estudantes’”.

Depois do cumprimento de sua pena, Lincoln retorna à faculdade e enfrenta dificuldades no processo de reintegração. Afirma que perdeu praticamente quase um ano de curso, e havia o temor dos próprios professores, “porque uma coisa é uma boa aula e outra é a prática”. Entretanto, afirma que os professores em geral o acolheram bem. Foi nesse retorno que passou a militar, de forma discreta, na Ação Popular.

Em função da retomada de suas ações, Lincoln volta a ser perseguido pela ditadura e é preso pela segunda vez, no ano de 1972/73, não precisa exatamente quando. O motivo da prisão foi o fato de ele realizar reuniões no sítio de seus pais, onde articulava o movimento estudantil geral, outros setores de grupos políticos com os quais tinha ligações, sobretudo os militantes da Ação Popular. Foi alegado pela PF que ele queria reorganizar a Ação Popular no sítio dos seus pais. Nesse período, haviam sido presos e torturados militantes, a exemplo de Araruna e a sua namorada. Segundo narra Lincoln, tendo como fonte de informação a PF, foi o próprio Araruna que teria dito que Lincoln era o responsável pela promoção das reuniões no sítio.

Importante destacar que, de acordo com Lincoln, ele não foi torturado dessa vez, ou seja, ao ser preso, ele não prestou depoimento para os torturadores, mas a dois agentes, que queriam saber quem tinha ido lá para o sítio:

[...] eu dizia que não me lembrava, porque ia todo mundo. Porque é o seguinte: eu passava nas sedes do DCE e dizia que tinha festival de canjica lá no sítio. Enfim, consegui... Então passei dez dias... Sim, eles foram me prender dessa vez e eu morava com uma irmã, mas dava o endereço de

outra. Eu morava com a Gina e dava o endereço da Telma e aí eles foram me prender lá. Aí eu procurei a doutora Wanda e ela foi comigo se apresentar.

Após livrar-se dessa segunda prisão, afirma Lincoln que pensava estar livre, quando, já na fase de conclusão do curso, em 1973, foi enquadrado pelo Decreto-Lei 477, conforme relata:

Fui premiado de novo. Da faculdade, eu me lembro bem que tinha eu, a Maria Francisca e acho que a Tereza Helena. Como era final do ano, faltando mais ou menos um mês para terminar a faculdade, uma das coisas que a gente fazia era retardar os depoimentos, quem colhia os depoimentos era o secretário, o Ítalo. Então a ideia era retardar pra dar tempo de terminar o curso. Eu não sei se foi só isso, mas o fato é que funcionou e conseguimos terminar o curso.

Destaca-se nas memórias de Lincoln a importância de não ter citado o nome de ninguém dos seus companheiros de movimento, apesar das torturas sofridas. Atribui essa perseverança e resistência à formação moral recebida da sua família, citando o seu pai como referência. Também, nessa mesma direção, cita um documento escrito por Marighella, que orientava como a pessoa, em situações de ameaças e torturas, deveria se comportar. O texto

descrevia todos os papéis, tipo: esse cara vai dar uma de bonzinho, esse cara vai te torturar, esse cara não sei o quê... E eu, eventualmente, pra um ou outro, dizia: "Olha, eu posso contar pra você, mas pra ele eu não conto".

O ato de resistir e suportar as dores das torturas físicas e psicológicas, associado à integridade de não ter delatado companheiros do movimento, é motivo de orgulho para o depoente:

[...] eu não abri o nome de ninguém. Eu converso muito isso com as pessoas em dizer que fui torturado e não abri, mas eu gosto de dizer, também, que não é fácil e você não

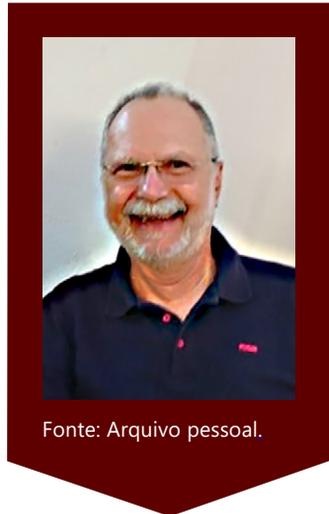
pode condenar as pessoas que abriram... Eu acho que há uma diferença entre você não aguentar e abrir e de ser dedo-duro, porque as pessoas confundem muito isso, eu acho que é uma questão importante.

A partir desse sentimento, também afirma a importância e o cuidado de não criminalizar quem, de algum modo, sob a dilacerante dor dessas torturas, rompera o silêncio. Para Lincoln, essa questão é delicada porque, quando a pessoa é levada à situação de liminaridade entre vida e morte, diferenciava-se da condição de ser “dedo-duro”. Lincoln faleceu em 8 de setembro de 2019.

21 – Paulo Lincoln Carneiro Mourão Matos

Nasceu no dia 29 de dezembro de 1945, na cidade de Fortaleza (CE). Filho do professor Lincoln Mourão Matos, da Universidade Federal do Ceará. Seu pai, pontua o depoente, é uma referência para ele desde criança.

Paulo Lincoln nos traz testemunho do caráter alheio a qualquer controle legal da repressão do aparelho estatal sob a ditadura militar, mas também da persistência da resistência no âmbito da UFC. Paulo Lincoln vinha de uma família ligada fortemente à universidade, já que seu pai era docente da instituição, atuando nos cursos de Direito e Economia. Sua atividade política também vinha de mais longe, iniciando-se quando estudante do Colégio Marista Cearense, onde já integrava o movimento dos estudantes secundaristas, inclusive tendo sido diri-



Fonte: Arquivo pessoal.

gente da União Cearense dos Estudantes Secundaristas (UCES), entidade resultante da fusão de várias entidades dos estudantes do nível secundário, em 1963.

Paulo Lincoln entra no curso de Engenharia Mecânica da UFC em 1965, depois de uma estadia em Recife, em 1964, de onde assistiu o golpe militar. Rapidamente, ele se integra ao movimento estudantil, tornando-se, em seguida, dirigente do diretório acadêmico da Engenharia e, a seguir, 1967-68 e 1968-69, dirigente do DCE, sob as presidências de João de Paula e José Genoíno. Mesmo depois do AI-5, em 1969, ocupa a função de representante estudantil do Centro de Tecnologia no Conselho Universitário (Consuni), que não se efetivou porque a representação estudantil se recusou a tomar posse.

Formado em 1969, logo depois Paulo Lincoln é preso, como também sua esposa Ângela Figueiredo de Albuquerque. Um fato que demonstra a arbitrariedade e ilegalidade da ação repressiva é que, depois de presa, Ângela foi demitida, mas Paulo jamais conseguiu qualquer evidência documental dessa demissão. Embora, no percurso de sua militância até ali, Paulo Lincoln não tenha se filiado a alguma das organizações que atuavam na universidade, ele e sua companheira foram presos sob a acusação de pertencerem ao PCBR, uma das várias dissidências do PCB daquela época. Passou um mês preso, sem processo. Segundo Paulo Lincoln, a ação indiscriminada e ilegal da repressão se intensificou depois do AI-5:

Então, a universidade foi o foco da repressão para desbaratar... A ditadura sabia que dentro das universidades estavam os núcleos... Que começavam a mostrar a resistência, inclusive fora da universidade, mas que eles tinham consciência que era aqui que as coisas aconteciam. Era, realmente, um desbaratar, era pegar gente de todo jeito e... e um desaparecimento das lideranças, algumas delas vinham sendo presas aqui e acolá, a gente sabia que em uma passeata a pessoa era presa, depois de uma passeata prendiam algumas pessoas e assim por diante. Mas, a partir de 68, quaisquer manifestações davam origem a muitas prisões.

Paulo Lincoln reporta também que a repressão atingiu não apenas o corpo discente, mas também os docentes: “Ângela, minha mulher, ela era professora da universidade, e ela me reportava as coisas que estavam acontecendo dentro da universidade, na época. Então ela me falava da repressão que tava acontecendo com os professores”. Da mesma forma, testemunha como foram se generalizando a espionagem e a infiltração de agentes policiais na universidade: “nominalmente o que é que aconteceu à época, sabia que existiam pessoas que eram consideradas dedos-duros, [...] dentro dos cursos”.

A tortura também é reportada pelo entrevistado, embora ele pessoalmente não tenha sido submetido aos maus-tratos.

Eu fui preso na época com uma pessoa que tinha participado de uma mobilização lá pros lados da serra... em São Benedito... Então, eles sofreram mais [...]. Final de 70 a tortura ainda não tinha chegado tão forte aqui em Fortaleza, o que havia era pancada, chute. Eu não tinha noção de pau de arara aqui. Não sabia se tinha existido, agora sabia que existia brutalidade, essa coisa toda... e que passou a existir mais intensamente em 71 e 72. Por outro lado, uma das coisas que motivou a minha saída do país foi a morte do Odjas, a pessoa que era mais perguntada durante a minha prisão era o Odjas, que era um dos dirigentes do PCBR. E o Odjas foi morto sob tortura exatamente no final de 1970, começo de 71.

A repressão também não distinguia as mulheres nos processos de interrogatório e tortura: “Uma vez eles tentaram fazer um... uma acareação entre nós e ele bateu na Ângela na minha frente, tá certo? E eu reagi, esse negócio todo, mas...”.

Embora tenha sido reintegrado ao seu emprego na antiga Conefor, passou a viver sob forte vigilância e discriminação, o que foi tornando impossível a continuidade normal de sua vida:

Minha vida pessoal, profissional, tudo isso, tava acabada, né, ou eu saio daqui e vou ter uma vida clandestina em outro lugar, ou eu vou pra fora do país. Foi quando eu soube então da morte do Odjas, que aí então acendeu a luz vermelha e a gente resolveu sair daqui.

Paulo e Ângela saíram do país pelo Uruguai e, como tantos outros, ficaram no Chile até o golpe de setembro de 1973, quando foram acolhidos num acampamento da ONU e do Conselho Mundial de Igrejas; em seguida, depois de passarem por vários países, estabeleceram-se na Alemanha até 1977, quando retornaram ao país. Paulo Lincoln faz um balanço dos prejuízos trazidos pela perseguição:

Do ponto de vista profissional, eu perdi o período da minha turma, a turma que se formou em 69, eu vim me encontrar com ela em 80, então eu não tinha mais como retomar a vida profissional, eu perdi o caminho da vida acadêmica também... Em 80, dez anos depois de formado, recomeçar a fazer curso de mestrado, doutorado isso não existia mais pra mim. Então, isso aí desestruturou. Eu tive que tomar um outro caminho, um outro caminho que me satisfaz profissionalmente, mas eu tenho certeza que eu poderia ter feito muito mais, eu poderia ter dado muito mais e crescido muito mais se não fossem essas dificuldades que teve aí pelo caminho. A terceira questão é em relação à minha família, eu tenho certeza de que os meus dois primeiros filhos sofreram muito, não é? Eles sofreram porque os pais estavam inseguros, porque não é brincadeira você do dia pra noite pegar duas malas, sair de casa e não voltar nunca mais, que é o que aconteceu conosco diversas vezes... Então esses dois filhos, tanto a Daniela quanto o Adriano, foram profundamente marcados, e isso ninguém desmarca mais, isso é pro resto da vida.

As falas de Lincoln emocionam pela fortaleza dos relatos de tantas violências sofridas, que também atingiram sua esposa e, certamente, deixaram marcas tatuadas em seu corpo e espírito.

22 – João de Paula Monteiro Ferreira

Médico, nasceu em Crateús (CE), em 29 de outubro de 1945. Entrou no curso de Medicina da UFC no ano do golpe, em 1964. Vindo de um processo de conscientização política que remontava às atividades de seu pai em Crateús, desde os anos 1940, como membro do PCB, João de Paula foi lançado na política estudantil logo no dia 1º de abril de 1964, como um dos participantes da concentração que o DCE da UFC promoveu em protesto contra o movimento golpista. Ele nota que houve prisões, mas que elas ainda não estavam relacionadas com um aparato repressivo montado no âmbito da administração da UFC, como haveria de acontecer depois. Contudo, uma ação dirigida ao desmantelamento da organização estudantil logo foi colocada em marcha:



Fonte: Disponível em: <https://juniorbonfim.blogspot.com/2011/05/joao-de-paula-monteiro-ferreira.html>. Acesso em: 21 mar. 2024.

Os dois anos iniciais pós o golpe eles foram de desmantelamento do que havia. Agora eu me refiro bem especificamente à questão da vida acadêmica na universidade: era de afastamento de professores, era de afastamento desses líderes que estavam à frente das entidades estudantis, eram prisões efetuadas pelos órgãos de segurança e impedimento de qualquer ação organizativa que estivesse fora daqueles marcos definidos pelos interventores. No caso da faculdade de Medicina, [o interventor] foi o Lúcio Alcântara, que já estava, se não me engano, bem no quarto ou quinto ano da universidade. O Lúcio foi designado como o interventor do centro acadêmico, aí ficou ali não sei quanto tempo.

João de Paula se tornou presidente do DCE em 1967, num momento muito diferente da relativa paralisia que tomou conta do movimento estudantil com a intervenção das entidades que ocorreu em 1964. Depois de uma transição conduzida pelo estudante de Economia Homero Castelo Branco, João de Paula preside o DCE na retomada das lutas de rua, no âmbito das grandes mobilizações que antecederam o AI-5 e o processo de interdição completa da atividade política pública e legal.

Agora na minha gestão houve a coincidência de que a movimentação nacional estudantil na verdade pegou fogo aí, que foi no final de 67 pra começo de 68. Então quando eu cheguei ao DCE, o clima entre os estudantes já era um clima completamente diferente daquela, eu diria, pasmaqueira que ocorreu logo depois de 64, que o refluxo após a repressão tinha provocado.

Foi nessa época que ocorreu o famoso protesto em que João de Paula, como presidente do DCE, interrompeu a aula inaugural do ano de 1968, proferida pelo general Dilermano Gomes Monteiro, convidando os estudantes a se retirarem. O fato repercutiu e levou à suspensão do reconhecimento do DCE e dos diretórios acadêmicos.

Para João de Paula, a adesão consideravelmente grande dos estudantes ao movimento nesse período estava ligada ao fato de que o DCE ligava a luta contra o regime aos problemas comezinhos da vida estudantil, como a alimentação e as vagas nas residências estudantis. Ao final desse período de mobilizações, especialmente depois das prisões no Congresso de Ibiúna, a situação se agravou substancialmente:

A partir da decretação do AI-5 teve um período em que houve uma resistência. Mas aí já não era mais massiva como era, porque a repressão ficou muito mais selvagem, aí já não era mais possível você fazer uma passeata porque, após o Ato 5, eles começaram a prender, a tortura

se disseminou. Ou seja, a brutalidade da repressão se intensificou. Então, após o Ato 5, houve, aí eu já não estava tão presente, porque quando nós fomos presos no Congresso da UNE, passamos 10 dias presos... Aí todos, quase todos (ficaram muito poucos presos) daqui do Ceará foram soltos, só que depois de sermos soltos, dos 70 que foram presos, eles decretaram a prisão preventiva de 10, e eu estava incluso.

João de Paula ficou numa semiclandestinidade, com documentos falsos, condição em que participou do processo de reorganização da UNE por meio de congressos regionais. Acabou sendo preso no Congresso do Paraná, sendo julgado e condenado como Iran Vieira Dias, nome constante em seus documentos falsos, a dois anos de prisão, reduzidos depois para um ano por força de recurso.

A sua exclusão e de outros da vida acadêmica com base no Decreto 477 definiu os rumos que esses militantes iriam tomar. Ele passa à plena clandestinidade e é deslocado pelo seu partido para uma área no Vale da Ribeira, no interior de São Paulo. João de Paula e sua companheira, Ruth Cavalcante, acabam por romper com o PCdoB, embora tenham permanecido no campo por uns seis meses ainda, quando saem e começam um esforço para sair do país, já que a ofensiva da repressão não permitia que retomassem a vida no Brasil. Conseguiram exílio no Chile de Allende. Embora tenha conseguido, por meio de sua família, os documentos necessários para seguir o curso de Medicina no Chile, foi surpreendido pelo golpe de Pinochet, que obrigou o casal a um novo exílio, agora na Alemanha, onde João de Paula finalmente conseguiu concluir sua formação acadêmica em 1979.

23 – Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes

Nasceu em 28 de abril de 1935, na cidade de Fortaleza (CE), no bairro Damas, em frente ao Colégio Juvenal de Carvalho, numa casa de propriedade do seu pai. Diathay estudou no Colégio Cearense, seu pai o matriculou, juntamente com os seus três irmãos mais velhos, e, segundo ele, “o pai se sacrificava pra manter esses quatro filhos lá, porque ele dizia que todo mundo afirmava que era o melhor colégio”. No entanto, ele afirma que do Colégio Cearense só tinha lembrança



Fonte: Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/vida-e-arte/2023/11/29/eduardo-diatahy-lanca-livro-em-que-analisa-a-literatura-de-cordel.html>. Acesso em: 29 mar. 2024.

[...] de hipocrisia e de autoritarismo. Eu passei o resto do meu curso do primário e o ginásio lá, não me lembro de nada que eu tenha aprendido, a não ser aquilo que eu li por minha conta, por paixão, por gostar de Biologia, gostava de Matemática, gostava de Física. Só autoritarismo e hipocrisia...

Ele ficou no Colégio Cearense até 1950, quando foi expulso (após o 4º ano ginásial). Fez o seu primeiro ano do Científico no Colégio Castelo e, ao concluir, ingressou no Liceu do Ceará. Considera sua entrada no Liceu como seu “estágio de recuperação”, porque, segundo ele, “era um colégio liberal, a gente tinha uma ampla participação, embora tivessem diretores autoritários, e tudo isso é normal, segurar adolescentes em um colégio grande como aquele”. Enfim, aponta que:

[...] o Liceu foi um estímulo enorme pra escrever, pra ficar estudando essas outras coisas, de modo que, quando eu terminei [o Liceu], estava decidido que não ia mais fazer o que eu estava pensando, botei os meus livros... Eu tinha toda a coleção de Física, que era um conjunto de Física do MAITI, que já naquele tempo eu vivia comprando livro e me informando. E aí eu botei em uma caixa os livros de Matemática e de Física, botei na cabeça e fui até uma pensão que tinha no meio do quarteirão da casa onde eu morava, e o Birajara morava lá, e o Fausto, que era um colega e era também apaixonado por História... O Birajara nesse tempo estava redescobrimdo a Matemática e depois virou doutor em Matemática e diretor científico do CNPq... E o Birajara olhou aquela caixa e disse: “Que maluquice é essa?” Respondi que estava lhe dando de presente. “E o que você vai fazer com os seus livros?”. “Eu estou lhe dando de presente. Eu vi que estudar Matemática é puramente formal, são operações fundamentais. Olhe me dá uma folha de papel aí... eu resolvo Matemática todinha em uma tarde”. Aí ele disse: “você tá com ironia?” E eu disse “não, é que eu não me interessei mais por isso, eu vou parar... eu não vou parar de todo, mas não me interessa, eu vou fazer outra coisa, eu vou fazer ciências humanas” [...].

Diathay começou a ministrar aulas de Português e História do Brasil quando ainda estava no 3º Científico, conforme declara. O convite foi feito por Lauro de Oliveira Lima, fundador do Centro Educacional Agapito dos Santos, que foi criado em 1952. No ano de 1954, Diathay acabou impedido de fazer o vestibular, porque o fiscal federal tinha saído de férias e não assinou os documentos para ele poder se inscrever. Tendo concluído o Científico, acabou sendo convocado para o Serviço Militar no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva C.P.O.R, no período de maio de 1954 a maio de 1955, o que foi classificado por ele de dois anos perdidos. Nessa mesma época, segundo Diathay,

estava sendo criada a Universidade Federal do Ceará, já tinham conseguido o decreto, ela foi instalada em 1955, e

para instalar uma universidade era preciso uma Faculdade de Filosofia, então a faculdade foi agregada à universidade.

E acrescenta: “eu fiz Letras, eu estudei linguística, estudei uma porção de coisas em outras línguas, italiano, espanhol, latim”.

Em 1959, já no governo Jânio Quadros, ele foi para França com apoio de um programa nominado de “Escola de Preparação de Estudo de Francês dos Estrangeiros, e o governo francês investia muita coisa nisso. Era uma quantidade grande de professores”, havendo, segundo ele:

[...] oportunidade de estudar linguística, de estudar no Instituto de Fonética de Paris... E aí, independentemente desse curso, eu me matriculei nos cursos do Colégio de France, do Piaget, e depois, no final, ele me deu o certificado, e foi uma experiência muito rica de ficar assistindo as conferências dele.

Diathay esclarece que, de 1956 a 1959, ele já havia terminado o curso superior na universidade, mas faltou fazer as provas finais devido à sua viagem à França. Contudo, ele tinha o direito de fazer as provas quando voltasse e, com o seu retorno, ele se matriculou novamente e concluiu.

Já como professor da Universidade Federal do Ceará, no ano de 1964, relata alguns pontos relacionados à instalação do grupo das Ciências Sociais (o grupo de 64), muito pequeno à época, como o fato de muitos professores terem saído para Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, e ele acabou ficando sozinho dando aula por muito tempo. Isso, de certa maneira, segundo Diathay, acabou gerando atritos entre ele e o professor Fernando Leite (o então reitor da UFC), porque ele

[...] queria botar dentro da Faculdade o Teobaldo, aquele dedo-duro, horrroso... E a gente publicou uma nota no jornal dizendo que era *persona non grata* e que o reitor estava desrespeitando a autonomia do departamento. Aí ele

demitiu todo mundo, demitiu todo mundo... Quando eu soube da notícia, eu corri e fui falar com o Getúlio, que era um grande pesquisador [...] da Química, Biologia e Matemática, e aí eu disse: “Getúlio, o maluco do Fernando Leite demitiu o nosso departamento”. O Getúlio dirigia a comissão de bolsas, de pesquisa, uma pequena comissão, não tinha nada com o CNPq. E ele pertencia, fazia reuniões, discutia... E ele tinha muita admiração por aqueles jovens professores internos. Aí quando ele chegou, ele pegou o paletó aí entrou na sala do reitor, disse: “Fernando, você é louco ou é burro?” Desse jeito, e eu fiquei escondido na porta. “Como é que vai explicar amanhã pra cidade inteira um departamento inteiro demitido?” “Não, é que eles estão me desrespeitando.” “Pode refazer isso daí, senão eu mobilizo a universidade toda contra você”. Aí nessa hora também o general, pai do Hélio, ligou pro Fernando Leite e disse: “Olha, nós não estamos vendo com bons olhos essa perseguição aos professores das Ciências Sociais”, aí ele recuou, mandou desfazer o ato.

De acordo com Diathay, no final de 1964 e início de 1965, começaram as perseguições aos professores e alunos na Universidade Federal. Ele cita o famoso editorial escrito pelo professor Tarcísio Santiago, que dirigia o jornal *Nordeste*, intitulado: “Quem exerce o terrorismo cultural na Universidade”. Relata ainda a reação do Valnir Chagas, ex-diretor da Faculdade de Educação, nominado “como um educador a serviço da ditadura militar”, que teria ficado “puto”

[...] porque foram denunciados, insinuaram claramente, nesse editorial, que era ele quem estava empurrando denúncias e coisas do tipo... O fato é que um dia, eu chego em casa meio dia daqui, eu morava ali na Padre Roma, Senador Pompeu com Padre Roma, um quarteirão da 13 de Maio, eu chego em casa e tá o Jeep da DOPS parado lá em casa... E o diretor da DOPS mais dois outros: “Nós queremos falar com o senhor”. Eu botei o carro pra dentro, um fusca velho que eu tinha. “Entrem e sentem aqui”. “Não, o que a gente tem pra dizer dizemos aqui mesmo.

O Coronel fulano de tal, aqui do quartel 23^a BC, tá convocando o senhor para comparecer amanhã de manhã, sábado, às 9 horas, aí no quartel, o senhor está indiciado no processo dos estudantes...". Porque teve um grupo aqui, o Paulo Petrola, e não sei quem, eles receberam, de Paris, de um colega que estava exilado lá em Paris, um documento que era um manifesto de se organizar na luta armada contra a ditadura militar. Então me meteram nesse negócio como possível responsável intelectual e eu não tinha nada a ver...

Diathay respondeu: "Eu vou lá", e foi. Ele relata que:

[...] chegando lá, já tinha um inquérito policial armado, tinha um coronel, um capitão e um tenente lá, tomando as notas... Aí ele me entrega o documento: "o senhor leia esse documento, por favor", aí eu li todinho, quando eu terminei de ler, eu disse assim: "Quem foi que sublinhou as passagens?" Ele disse: "fui eu". "Destacou muito bem os trechos fundamentais, mas o senhor tem filhos, coronel?", ele disse "Tenho." "Bom, eu sou educador, a minha profissão é de educador, eu não sou subversivo, eu não tenho nada a ver com isso. Eu tenho opinião". E me perguntou: "o que o senhor acha da revolução?" E eu disse: "revolução não, golpe de Estado. Revolução pra mim é outra coisa, isso aí é um golpe de Estado". "Mas o que o senhor acha?" Eu disse: "antidemocrático, na minha consciência, qualquer general pode ser Presidente da República, mas não botando os tanques na rua, tem que se candidatar e ter voto, porque a soberania é do povo, não é de um setor militar, que é financiado pelo povo, então eu não concordo com isso não. Essa é uma opinião. Não significa que eu vou pegar em armas, porque quem tem as armas são vocês, eu não sou estúpido pra me meter nessa bobagem que está dita aqui, isso é coisa de adolescente. Lembra de quando era criança que a gente brincava de bandido e mocinho? Tão querendo brincar de mocinho e de bandido com o Estado Militar". E aí ele fez uma série de perguntas, perguntou pelo Lauro, pelo Evaristo... "O Evaristo é comunista?" "Eu acho que não, porque ele só bebe licores franceses no fim de semana", aí ele riu. No final de um

longo diálogo, ele disse assim: “Professor, permanentemente chega acusações aqui de mil e umas pessoas, umas cinquenta pessoas por dia vêm denunciar os outros, e a gente já percebeu que isso é briga interna dentro da universidade para tomar os lugares um dos outros. O senhor não fala nada lá fora, mas eu já percebi que o senhor não teve nada a ver com isso, e o senhor foi sincero nas suas opiniões, o meu relatório vai ser favorável ao senhor, fique sossegado em casa”. E eu fui pra casa, e fiquei aguardando. Como não deu certo, pouco tempo depois se reúne o departamento. Eu estou em casa e o secretário vai me chamar lá em casa. “Tem uma reunião no departamento, uma reunião extraordinária, o senhor está sendo convocado”, e perguntei: “o quê que tá havendo lá?” “É contra o senhor”. Aí eu cheguei pra reunião do departamento. [...] o Valnir Chagas tinha feito uma reunião no dia anterior na casa dele e ameaçou os professores, que iria embora pra Estados Unidos e que iria fechar o departamento, pra você ver o que era patrimonialista, era ele quem decidia quem entrava, quem saía... E botou a Zélia Camurça para dirigir a reunião, que leu um relatório contra mim... todo mundo calado, meio de cabeça baixa... e ela diz: “nós estamos reunidos aqui meus senhores, pra decidir por voto aberto a expulsão do professor Eduardo Diathay Bezerra de Menezes”, dizendo assim cinicamente, fazendo o papel que o Valnir tinha passado.

O motivo alegado para a expulsão, segundo o professor Diathay, era “discordância na orientação didática”.

A única voz que se levantou foi do Marcio Lair Cordeiro Leite. Ele se levantou e disse: “isso é um absurdo, aqui não é stalinismo, nem União Soviética, muito menos. O país é constitucionalizado, isso é um absurdo. A universidade é um lugar de debate e da discordância, das ideias, das teorias... Isso é um absurdo expulsar um professor desse jeito, sem processo, sem direito de defesa...”. Quando ele terminou, acrescentei: “eu ainda tenho o desprazer de conviver com os senhores e chego a ter pena e vergonha no que vocês estão se engajando, isso é uma

vergonha... E a covardia e falta de hombridade do Valnir Chagas, que faz reunião secreta na casa dele, ameaçando vocês e pega uma mulher pra fazer esse papel vergonhoso... E ela se presta muito bem a fazer isso. Eu vou me retirar". Aí saí, fui me embora pra casa, desempregado... No dia seguinte, marcaram uma reunião do Conselho de Centro... e aí todos do departamento se reuniram. O Conselho de Centro era uma sala mais pra cá, que é aqueles blocos ali... Que hoje é a Cultura Francesa. [...] Quem dirigia o centro era o padre Luiz, que me conhecia pessoalmente, inclusive como cristão, eu tinha contato pessoal com ele, eu visitava o Luiz Moreira e outros. Naquela época era a igreja do João XXIII, que o Conselho do Vaticano II estava se abrindo pro mundo, então havia muita simpatia ainda pela Igreja... e o padre Luiz submetido ao Valnir Chagas, convoca a reunião no dia seguinte pra confirmar a decisão do departamento e encaminhar para a Reitoria a rescisão do meu contrato... e aí a única voz que se levantou foi do Moreira Campos, essa figura maravilhosa de contista e de figura humana. Eu tenho uma saudade enorme dele, pela sua dignidade. Ele ligou pra casa do Valnir, ele foi colega do tempo de república do Valnir, e disse: "Valnir, o que você está fazendo é inominável, eu vou votar contra você". Ligou pra casa dele e contou isso, e, na reunião, ele se levantou e disse: "Isso é um absurdo que os senhores estão fazendo, esse moço é um excelente professor. Ele não é carpinteiro, não é alfaiate para ir trabalhar em outra coisa. Eu voto contra e protesto contra esse processo". O fato é que veio pra cá... O Martins Filho estava viajando e o outro, o Renato Braga, que era o vice-reitor assinou o documento e eu simplesmente sobrei... Era no fim do ano de [19]65... tinha havido antes uma intervenção ao meu favor, uns dois meses antes, do Roberto Martins Rodrigues, que foi em nome do pai dele, que estava sabendo dessas perseguições, e veio e disse: "olhe, Valnir, o papai mandou dizer que está muito aborrecido com você [...] E você está perseguindo os professores aqui na universidade". Aí ele recuou, aí veio o Ato Institucional número 5 e ele criou coragem de novo e encaminhou as coisas. Eu descobri por um coronel... um major, que era amigo, que era vi-

zinho do Cartaxo, que disse que ele foi pessoalmente ao quartel general e me denunciou. Foi a palavra dele que desencadeou todo esse processo.

Destacamos, aqui, análises críticas contidas nos longos depoimentos do professor Eduardo Diathay Bezerra de Menezes, a partir de detalhes e nuances que nos revelam como a convivência entre pessoas e grupos na universidade foi afetada durante os anos de chumbo da ditadura militar e como esse período acabou subvertendo e corrompendo relações morais e éticas entre pessoas e grupos em troca de interesses materiais e ambições pessoais vis e, muitas vezes, cruéis.

Todas as pessoas que denunciaram colegas eram pra tomar o lugar, como o... Leopoldino denunciou o Osvaldo Evandro, que foi expulso da Escola de Agronomia e ele entrou no lugar dele. Teve muita maldade, muito mau-caratismo nesse tempo... e o Teobaldo ficava no gabinete do reitor, denunciando e telefonando, ameaçando professores. Inclusive me denunciou e eu fui pra comissão de cargo, acusado, que tinha que devolver dinheiro, porque eu estaria acumulando cargo, eu não estava acumulando cargo coisa nenhuma. A gente ganhava mal que só naquele tempo.

Ao ser indagado sobre quais foram os grandes prejuízos que a universidade sentiu pela existência do golpe militar, responde dizendo que:

[Sua] análise é diferente, além dos malefícios, porque criaram as animosidades o mau-caratismo, essa coisa toda, que em condições normais de competição, vários médiocres não assumiriam os cargos. Por conta da instalação da vigilância, dessa coisa toda, contrataram alunos pela Polícia Federal, pelo SNI, que passam oito anos fazendo curso e denunciando professores. Esse clima stalinista foi insuportável para a universidade... O medo de perder o trabalho, o emprego, em uma economia pobre como a nossa. Houve muita indignidade, muita gente,

que jamais poderia ser pró-reitor de qualquer coisa... Então teve isso aí. Agora, a minha principal análise é que o grande crime da ditadura militar foi ter impedido uma, duas gerações de pensadores, de físicos, de cientistas de darem suas contribuições para o país, inclusive a eclosão de novas lideranças políticas... Você vê que quando a ditadura acabou, toda velha guarda que apoiava voltou, Sarney... toda aquela gente... Maluf e o diabo a quatro voltou. Então, que dizer, duas ou três gerações foram sufocados no momento mais honroso das suas vidas, dos 27 aos 40 e tantos anos. Quer dizer, quando você podia, você teve que silenciar. Você fazia uma piada, por exemplo, [...] “Como diz o professor Carlos Marques”, aí escrevia em português... Carlos Marques... “Quem é professor, esse sociólogo?” “Um colega meu que é advogado, que mora lá no hotel da praça José de Alencar”, aí eles acabavam percebendo que eu estava fazendo ironia e começavam a rir. É óbvio que os que estavam presentes e que eram contratados pra ficar dedurando – e houve muita gente que ficou nesse papel, inclusive colegas nossos. Você termina uma reunião no departamento, dez minutos depois, o Farias Guilherme sabia de tudo, por que saía aquele colega nosso, que foi ainda no gabinete, da Filosofia, o Ruy, ia direto contar tudo que estava ocorrendo.

Ao final, Diathay destaca que é inegável o “massacre da inteligência brasileira” pelos anos de governos ditatoriais:

[...] por outro lado, nunca houve tanto investimento em educação, inclusive, eles foram os responsáveis pela criação oficial da pós-graduação. O Brasil proporcionalmente era o país que tinha mais estudantes no exterior. Eu fiz um projeto de pesquisa sobre os efeitos da formação de pós-graduação no exterior. Acho que até a Ana Maria... Eu treinei e eles aplicaram esse questionário. A minha tristeza foi essa, foi eles terem eliminado umas duas ou três gerações, que foram silenciadas, ou expulsas do país, ou mudaram de atividade para sobreviver.

Assim como não podemos ignorar e esquecer aqueles que foram barbaramente torturados, os assassinados e os que continuam desaparecidos. Não podemos esquecer para que NUNCA MAIS ACONTEÇA.

24 – Raimundo Oswald de Cavalcante Barroso

É natural de Fortaleza(CE), nasceu no dia 23 de dezembro de 1947. Foi militante do movimento estudantil, dramaturgo, poeta, jornalista, folclorista e teatrólogo de notório reconhecimento local e nacional. Desenvolveu estudos na área de cultura popular e era, no período em que concedeu entrevista para a produção deste trabalho, professor universitário na Universidade Estadual do Ceará. Em razão de sua militância política, foi preso duas vezes pela polícia da ditadura militar e enquadrado no Decreto-Lei 477, tendo sido cassado e expulso da universidade ainda no primeiro semestre do curso de Ciências Sociais.

Ele conta que sua inserção na militância política se deu no ano de 1962, tendo a influência direta do seu pai, Antônio Girão Barroso, então candidato a vice-prefeito de Fortaleza

[...] meu pai foi candidato a vice-prefeito na chapa do Moura Beleza, e ele [...] foi fundador do Partido Socialista Brasileiro. Era uma chapa de esquerda, ele era um sindi-



calista que atuava nos movimentos dos trabalhadores e era tido como um cara avançado, radical, né, da esquerda [...] eu participei da campanha distribuindo panfletos. Meu pai foi candidato a vereador antes, perdeu todas duas, e perdeu para vice-prefeito também. Perdia sempre. Mas eu participava distribuindo umas chapas, uns panfletos etc.¹¹

Além da influência familiar em sua formação social e militante, Oswald Barroso pontua, com ênfase, sua experiência no Rio de Janeiro, no início da década de 1960, onde teve oportunidade de acompanhar, de perto, a efervescência da MPB, à época, com influências de Caetano Veloso, Gil e outros. Nessa trajetória formativa, também cita como espaços importantes o Colégio São João, onde realizou seus estudos de nível secundário e se iniciou no movimento estudantil secundarista. Também cita referências de professores que lhe possibilitaram o despertar de uma consciência política e a sua formação intelectual:

O Colégio São João é um colégio muito interessante, que era do Braveza, que era um colégio que tinha uma visão, digamos assim, mais aberta do que o Christus. No São João, eu fui me encontrar com o movimento estudantil, eu me lembro que a gente criou um grupo de estudos com Claudio Correa Lima, esse que foi secretário do Planejamento, se não me engano, que era do BNB, com Adriano Espínola e com outros estudantes. Teve também na minha formação, vamos dizer, política, o Idelbrando Espínola. Ele era um sociólogo, professor da Faculdade de Administração, marxista. Ele tinha uma biblioteca imensa, aliás a do meu pai também era imensa, mas a dele era mais em torno de artes e literatura. A biblioteca do Hidelbrando Espínola era mais de sociologia, estudava sociologia. Tinha uma biblioteca imensa na casa dele e tinha livro de tudo que era jeito, principalmente livro de esquerda, [...] e tinha Adriano, que também era meu

¹¹ Oswald Barroso. Entrevista em 24 jun. 2014.

amigo, e o Rodolfo Espínola também, que foi jornalista. Então lá era um centro de formação [risos] na casa dele, do Hidelbrando Espínola.

Barroso ingressa no curso de Ciências Sociais da UFC em 1968, compondo a primeira turma do curso. No semestre básico, comum para vários estudantes ingressos, deu-se a inserção no movimento estudantil universitário, no qual Ruth Cavalcante era grande referência. Ele já havia conhecido Ruth no curso sobre o método Paulo Freire, de que participou antes do seu ingresso na universidade. Foi nesse período que ele ingressou na Ação Popular (AP). Afirma, porém, que a sua inserção nesses espaços não era o seu objetivo em si, mas era um meio de chegar ao movimento operário, desejo que tinha devido à sua formação política sobre o papel histórico do operariado nas transformações sociais.

Relata que viveu intensamente o ano de 1968, momento em que participou das atividades de protesto contra a ditadura: as passeatas, os atos, as assembleias e discussões políticas no âmbito estudantil, além de ter conhecido todas as facções políticas de então, entrando, inclusive, nessa disputa. Cita, ainda, nesse período, o congresso da UNE em Ibiúna, do qual não participou. Pouco tempo depois, veio o golpe do AI-5. Em suas memórias, Barroso cita:

No congresso da UNE, que já estava nas preliminares do AI-5, muitos estudantes foram presos, eu não fui, fiquei na retaguarda. Mas uma das pessoas que foram presas, que veio daqui e foram presas, foi a Ruth Cavalcante, que foi presa no Hospital da Polícia Militar.

Descreve tempos efusivos de muitos enfrentamentos do movimento de protestos estudantis contra a ditadura e pelo retorno da democracia no país. A chegada do AI-5, o recrudescimento da repressão e o conseqüente aumento das prisões dos

estudantes levaram os militantes a mudar suas formas de atuação, o que o faz lembrar:

Eu sei que aí deu o AI-5, apertou, e aí a gente mudou de tática. Ainda fizemos alguns movimentos, vamos dizer assim, passeatas e comícios relâmpagos, mas aí já era uma tática já quase de guerrilha urbana, porque aparecia num lugar, desaparecia e aparecia noutra, e um subia e dizia: “Abaixo a ditadura!”, e todo mundo se juntava e fazia.

Segundo o seu relato, uma das consequências dessa repressão, após o AI-5, foi, em 1969, a intervenção no curso de Ciências Sociais, com a mudança de lugar e a consequente separação do curso do restante da universidade. Em sua opinião, as Ciências Sociais eram um espaço onde havia muita participação política de estudantes em interação com muitos dos seus professores nas diversas atividades de estudos, de grupos, de leitura e na gestão cooperada e participativa, aspecto que lhe atraía muito como aluno do curso. Entretanto, aponta que teve pouco tempo para viver essa dinâmica universitária porque, em decorrência do aumento da repressão e da violência da ditadura, no dia 1º de maio de 1969, enquanto participava das atividades em comemoração ao Dia do Trabalhador, distribuindo panfletos em alusão aos direitos trabalhistas, foi preso pela polícia:

Eu fui preso pela primeira vez. [...] era o Dia do Trabalhador e a gente ia distribuir panfletos sobre o Dia do Trabalhador. Eu me lembro que esse panfleto não era nem assinado por nenhuma organização, era um panfleto do Dia do Trabalhador, vamos dizer, sobre a questão das leis trabalhistas, dos direitos dos trabalhadores etc. É porque era uma repressão tão violenta que a gente tinha medo de tudo. Aí eu fui designado para ir ao Mucuripe, porque eu já conhecia o Mucuripe, eu fazia essa panfletagem, [...] a gente distribuía de casa em casa, uns ficavam olhando enquanto outro distribuía e tal... E eu quando fui distribuir na casa de um sujeito, era uma vilazinha po-

pular, ele era da polícia. Ele me segurou pelo braço, pegou o panfleto com a mão e com a outra mão, segurando o meu braço. “Você está preso”. Porque já tinham espalhado no bairro que estava havendo esse pessoal distribuindo panfleto, ele já sabia. Eu me lembro que aí começou a juntar gente, que a defesa da gente era a seguinte: quando você for preso, você faz maior alarme, faz denúncia, grita, faz um comício, né? Foi isso que eu fiz, eu comecei. “Estão me prendendo”, “sou um brasileiro, estou lutando pelos trabalhadores, você é um pai de família, sua família...”. [...] Eu comecei a fazer uma agitação. Juntou gente, juntou gente, aí um deles chegou e disse assim: “é, mas se você foi preso é porque fez alguma coisa”, começou a bater boca comigo, aí desmoralizou o comício relâmpago, [...] eu fiquei preso, de lá fui para a Central de Polícia ali na praça dos Voluntários.

De acordo com seu relato, ao chegar à delegacia, fora recebido por um policial militar, à época secretário de segurança, que o xingou:

[Eu] estava sentado num banco, aí ele chegou para mim: “você!”, me esculhambou, “subversivo! Querendo acabar com a pátria!” Eu comecei a achar graça, “esse cara é louco”. Aí que ele ficava furioso mesmo, eu achava graça. Nesse tempo eu não tinha medo dele não, [...] eu sei que, mesmo assim, me deixaram lá, daí me levaram para o quartel da Polícia Militar, ali na praça José Bonifácio. Era uma prisão enorme, uma cela enorme, não sei quantos beliches, cheio de preso. Já tinha uns 20 presos lá, não tinha só eu, tinha muitos. Todos presos políticos.

Por se tratar do momento em que vigorava, com muita força, o arbítrio do AI-5, muita gente estava sendo presa. Importante destacar, nas memórias de Barroso, a aplicação do Decreto-Lei 477, do qual foi vítima. Segundo declara, foi aberto inquérito contra ele na universidade, no dia 20 de maio; dia 23 de maio, foi submetido a interrogatório, estando preso na delegacia, sob a condução de Rui Aquino e Parcival Barroso:

Eu contei a seguinte história: eu ia, tinha muitos amigos lá, sempre ia lá tomar umas cervejas com eles no domingo, eu estava lá e passou um casal de estudantes distribuindo panfleto e me deu um, foram embora e, quando o cara chegou, me prendeu pensando que era eu que estava distribuindo. Eu contei essa história pro Parcival e para todo mundo. Ele ouviu vários alunos também, o Nelson, a Danícia, a Efigênia, a Maria Francisca, todos disseram que não tinham nada contra mim. Interessante que nesse inquérito que ele fez, ele fazia um interrogatório, ele e o Aquino, o secretário, [...] eles sempre perguntavam por uma manifestação que houve no dia anterior, durante a eleição para representante estudantil, eles perguntavam isso. “Que manifestação foi essa? Você estava lá? O que foi isso? Quem eram?”. Perguntando se eu não tinha nada a ver com isso.

Barroso permaneceu preso por 30 dias, findos os quais a sua prisão foi relaxada. Entretanto, como informa, nesse ínterim, foi enquadrado pelo Decreto-Lei 477, ou seja: dia 1º de maio, foi preso; dia 20, foi aberto inquérito contra ele na universidade; dia 23, submetido a interrogatório; e, dia 29, decretada a sua expulsão sumária do curso de Ciências Sociais, em decorrência do seu enquadramento no 477, com a sua cassação da condição de estudante e, conseqüentemente, a expulsão da universidade, conforme descreve abaixo:

Fui preso durante um mês, e esse processo foi durante esse mesmo mês. Quando foi relaxada a minha prisão, eu já estava cassado pelo 477. Era sumária. Rápida e ligeira. Tinha que cassar. Eu tenho um bilhete do Parcival, tenho dois bilhetes do Parcival, depois se quiser eu mostro. Um é para o reitor, para as autoridades, e outro é para o meu pai, dizendo que eu era subversivo e tal, que eu estava dando muito trabalho, que estava querendo fazer subversão na universidade, que ele me segurasse.

Em consequência da expulsão da universidade, Oswald Barroso frequentou apenas dois meses do primeiro semestre do

curso. Após sua cassação, tentou participar de algumas atividades na universidade, e, em todas as suas tentativas de retorno, a polícia era chamada para retirá-lo do espaço, pois, como afirma, ficou taxado de subversivo. Por conta disso, ficou fora da universidade por três anos, período inerente à ação do 477, o que o levou a buscar trabalho na área de publicidade, impossibilitando-o de retornar às Ciências Sociais, curso que tanto desejava concluir.

A partir da sua expulsão, Barroso passou a ser vigiado permanentemente pela polícia da ditadura. Viu amigos próximos sendo presos e torturados, a exemplo de Rosa da Fonseca e Manoel Domingos, por isso decidiu sair de casa e morar na casa de uma família operária na periferia da cidade, no início dos anos 1970: “E aí eu digo ‘não, cara, eu não fico aqui não’ e aí eu fui, eu saí de casa. Eu me lembro que nesse tempo eu chegava em casa [...] tinha um cara na frente da casa vigiando, me esperando”. Essa situação de repressão e controle sobre o seu cotidiano ordinário provocou situações insustentáveis em busca de sobrevivência, inclusive no acesso à sua residência: “Lá em casa tinha uma entrada assim pelo fundo que eles não sabiam, eu pulava o muro e entrava por trás, era assim como eu entrava em casa. Só que era insustentável viver desse jeito”. Foi a partir dessa situação que Barroso viu-se determinado a sair de casa: “Daí eu fui morar com os operários, fui realmente morar com os operários, que era o meu grande sonho, [...] na casa de uns operários [...], no Jardim Iracema e no Pirambu”.

Para sobreviver, Barroso conta que passou a vender confecção e a viver dessa atividade, de casa em casa, morando nas periferias de Fortaleza, distante da família e experimentando as limitações materiais de moradia, saúde, alimentação, entre outros aspectos inerentes à sobrevivência cotidiana das famílias operárias.

Interessante destacar, no seu depoimento, o fato de não ter sofrido perseguições da ditadura nesse período de moradia nos bairros periféricos da cidade. Vivia-se uma conjun-

tura política de refluxo das atividades políticas dos movimentos devido à intensificação da repressão, das prisões, das torturas e dos assassinatos cometidos pela ditadura contra os militantes. A estratégia era “fazer-se de morto” para manter-se vivo, além de muitas atividades de estudos e aprofundamento teórico sobre os processos de transformação em curso, conforme pontua Barroso:

[...] porque nesses lugares, nesse tempo, a gente se fazia de morto. A gente não fazia nada, a não ser tentar sobreviver e debater, porque nesse período estava passando de Ação Popular para PCdoB, então tinha muitos debates, muitas “questões teóricas”, não sei o quê...

A expressão “a gente não fazia nada” tem sentido ao ser confrontada com as atividades políticas mais evidentes antes realizadas, de mobilizações e protestos nos espaços públicos. Entretanto, as ações de resistências passaram a ser, nessa conjuntura, restritas a reuniões com no máximo três a quatro operários, de acordo com Barroso, realizadas nas periferias de Fortaleza:

Você não podia se reunir com mais de três pessoas, porque era um período muito violento, muito difícil, então você não fazia nada, você fazia de conta que não existia, e o que eu fiz lá foi conviver com esse pessoal [os operários]. Esse período foi importante para mim porque eu conheci o que era a vida da população mesmo. Foi de um ano, um ano e meio que eu passei aqui.

Essa condição de exilado em sua própria cidade, “rolando em Fortaleza por esses bairros, com esse pessoal”, permaneceu por quase dois anos, até quando as dificuldades se tornaram insustentáveis, conforme relata Barroso. Em 1972, ele decide mudar-se para Recife, onde ingressou no PCdoB e tornou-se dirigente do partido. Esse período marcou a ida de muitos militantes para aquele estado, inclusive daqui do Ceará, como Fonseca, Helena Serra Azul, entre outros. Entretanto, ele destaca

que a “perseguição lá [em Pernambuco] era muito mais pesada do que aqui em Fortaleza”.

Em Recife, Barroso, assim como os demais que por lá se refugiaram, foi forçado a levar uma vida proscria, com contatos restritos a algumas poucas pessoas do partido, sem frequentar a casa dos demais conhecidos, e toda a comunicação era codificada. Para ele, o sentido de viver em Pernambuco, na verdade, “era você se esconder, né?”, atesta.

A atividade de artesanato de couro era, para alguns, o meio de sobrevivência material nesse “novo refúgio”, inclusive para Barroso:

Lá eu trabalhei como artesão de couro, aprendi, o pessoal aprendeu, inclusive, na fábrica Teodoro Santana, aqui no Cariri, a fazer artesanato em couro, aí saíam ensinando os outros, daí todo mundo era artesão de couro. Fazia bolsa, calçado. Como eu era pintor e desenhista, eu fazia aquelas bolsas muito bacanas, vendia nas *boutiques* lá de Recife, bolsas lindas, bolsas, sacolas, sandálias, sapatos, um bocado de coisa. A gente trabalhava com isso, vendia e sobrevivia vendendo isso. Mas tinha uma vida assim muito limitada a algumas pessoas, poucas reuniões.

O ano era 1974, em Recife, período em que só aumentavam a violência, a repressão e as práticas de torturas nas prisões. Vale reafirmar que tais prisões eram realizadas de forma totalmente arbitrária e classificadas, a exemplo das outras situações já relatadas nos demais depoimentos, como verdadeiros sequestros. Foi nesse ano que Oswald Barroso foi preso pela segunda vez, no dia 19 de abril.

De acordo com ele, a sua prisão aconteceu após a visita do dirigente regional do partido, chamado Fiuza, à sua casa. Esse dirigente era a única pessoa que detinha o contato das demais pessoas do grupo. Ao ser preso, Fiuza foi submetido a torturas, não resistiu e entregou informações, o que resultou na prisão de todas as pessoas da casa em que residia Barroso:

Os caras chegaram de madrugada, primeira coisa que fizeram foi matar o cachorro, o cachorro começou a latir e eles mataram o cachorro, invadiram a casa, quebraram as portas e tudo “sai, sai, sai!” Invadiu tudo, quebrou tudo, levou todo mundo encapuzado, era DOI-CODI, DOI-CODI, era a coisa mais horrível do mundo. Enfiaram logo um capuz na cabeça, algemaram, deram logo umas porradas, tiraram a roupa, enfiaram num camburão, quando a gente apareceu [...] era o quartel da polícia do Exército, na praça 13 de Maio, ao lado do quartel da VII Região Militar, os dois quartéis são colados... onde funcionava o DOI-CODI.

Conforme descreveu, foram 47 dias de terríveis torturas, dos quais ele ainda resistiu a 23 dias:

[...] era um cubículo de 1m², fechado hermeticamente, em cima e embaixo, tudo, com a luz acesa permanentemente, o chão cimento grosso, você nu e o que tinha era um negócio para fazer xixi. Pronto, e uma vez por dia o carcereiro vinha retirar aquele negócio e voltar. A gente só via esse carcereiro. E vi também um sujeito que dizia que era, assim com traje de enfermeiro, que dava umas pílulas pra gente todo dia de manhã, dava umas pílulas, e se você tivesse com ferimento, ele fazia um curativo. Pronto, era isso que a gente via. E saí dali para a sala de tortura.

As memórias relatadas neste livro fazem emergir as crueldades da tortura, tão bem relatadas por Barroso, vitimado igualmente a tantos outros que sobreviveram a essas práticas violentas cometidas pela ditadura, as quais afetaram a saúde biopsicossocial dos sobreviventes.

Na prisão em Recife, conta Barroso, os torturadores exigiam que fossem chamados de “doutor”, pelo fato de haver uma certa divisão intelectual no trabalho da tortura. Havia “os que davam porrada” e outros que “ficavam supervisionando”, de modo a individualizar os métodos de tortura e assegurar a invisibilidade de suas marcas, a partir da avaliação de cada corpo

torturado. Na descrição de Barroso, ele foi submetido a sucessivas sessões de tortura seguindo o ritual abaixo:

Primeiro eles botavam você assim um tempo num corredor, tipo num corredor, eu sei porque ficava passando umas pessoas falando, pendurado por uma algema bem alto, você ficava de ponta de pé, você ficava sempre fazendo muito esforço para ficar na ponta de pé, e todo mundo que passava dava uma porrada em você, principalmente aqui nos rins, que eles gostavam muito de dar porrada aqui nos rins. Você ficava assim seis horas, aí depois você ia para a sala de tortura, esse era o aquecimento. Na sala de tortura [...] eu tinha esse problema na perna, se me botassem no pau de arara me acabavam, era mais choque e porrada, choque e porrada. Mas tinha uns que iam para o pau de arara, afogamento também, essas torturas aí que fazem.

Há eventos que não podem ser esquecidos e que clamam pelos efeitos das memórias individual e coletiva como dispositivo de avaliação e julgamento históricos para que não devam mais existir, principalmente quando é o próprio Estado o agente responsável pelos atos. A prática da tortura ofende, frontal e profundamente, a dignidade humana. A tortura revela-se como um dos instrumentos mais cruéis, arbitrários e violentos de negação do Estado democrático de direito em suas dimensões políticas, sociais e civis.

Após 23 dias, as sessões ininterruptas das torturas foram suspensas para Barroso, que foi chamado pelos torturadores, não para receber as torturas físicas visando à obtenção de informações, mas para receber ameaças no plano mais profundo, o psicológico, conforme relata:

Olhe, nós fizemos uma avaliação sobre seu comportamento, seu processo, as suas informações, seus depoimentos, chegamos à conclusão que você está enrolando a gente, que não disse nada e você não pode sair daqui sem dizer nada, você tem que dizer, senão você vai morrer.

Aí me botaram de novo lá dentro dessa prisão, “daqui a pouco nós vamos lhe chamar”. Cara, aí eu comecei, né? Comecei a avaliar, ouvindo coisa, entende? Tinha uma rachadura aqui, na parede lá em cima, que eu pensei que tinha uma voz lá, eu ficava ouvindo a voz dos torturadores, interrogando, dizendo coisas e mandando me torturar. Na verdade, eu enlouqueci, introjetei. Eu tinha ouvido falar que tinha um negócio de botar um chip na cabeça da pessoa, que ficava ouvindo. Eu não sei também se eles não botavam uma coisa transmitindo sons para ver se a pessoa... eu sei que eu ficava “não posso pensar, não posso pensar no nome de ninguém”. Começava a cantar e ficava assim rodando assim, cantando. “Porra, que barulho é esse?!” tacou a porrada em mim, mas não tinha jeito, eu ficava assim. Mais porrada que ele desse aí que eu endoidava mesmo, né?

Foi a partir desse momento que Barroso foi afetado em sua saúde psíquica, passando, conforme relata, a observar fissuras na parte superior da cela e a escutar as vozes dos próprios torturadores, no interior daquela fissura, em um interrogatório permanente com ele. Também passou a imaginar que os torturadores haviam inserido *dispositivo de escuta* na cabeça das pessoas para que estas fossem monitoradas e escutadas em tudo que viessem a falar. Foi aí que começou a sua tortura psicológica, a sua luta e resistência para não se entregar à loucura, traduzindo, dessa maneira, uma das facetas cruéis do seu sofrimento nas fronteiras entre a lucidez e a loucura.

Segundo relata, à época, era comum considerar que, em casos da prisão de companheiros, passados dez dias, se a prisão era mantida, os companheiros em liberdade mudavam de lugar de residência, porque, após esse período, a pessoa torturada ficaria física e mentalmente vulnerável às pressões da tortura. O estado mental de Barroso, conforme relatou, estava fora do seu controle racional:

Eu comecei a notar que eu estava respondendo às perguntas deles, que eu estava inclusive dando o nome de al-

guém. Para mim, eu não tinha respondido, no pensamento, a essas perguntas e tinha dito já, revelado, onde estava o Fonseca e a Iracema. Aí eu digo “Porra, entreguei”, aí os caras como viram que eu estava muito doido, aí foram lá, me levaram lá para cima, agora você vai ter um tratamento aqui, vamos chamar médico, não sei o quê [...]. Confirmei onde estavam essas pessoas e eles foram presos.

A partir desse período, as sessões de tortura, que duraram 23 dias, cessaram e Barroso pôde retornar à cela convencional; após mais 20 dias preso, ele foi transferido para o Corpo de Bombeiros, ainda em Recife. Ainda nesse período, ele era eventualmente convocado a interrogatórios nas dependências do DOI-CODI e foi lá que ele viu, através de uma brecha da porta, Eudoro Santana, no momento da sua saída da prisão, e aproveitando a oportunidade, disse-lhe: “Eudoro, diga a meu pai, o Antônio Girão Barroso, procure ele em Fortaleza, diga a ele que eu estou aqui”. Foi dessa maneira que os pais de Barroso o localizaram.

Ainda na prisão, Barroso teve acompanhamento da advogada doutora Mércia e se sentia em situação de perturbação mental: “eu ainda fiquei doido”. Relata que se encontrava, nos momentos de banhos de sol, com o companheiro de prisão Artur e insistia em afirmar-lhe: “‘cara, fale comigo não, porque tudo que tu tá dizendo os caras estão lendo aqui na minha cabeça, não fale não’, [...] ‘botaram um chip na minha cabeça’, ele me respondia: ‘não existe isso não’, e ‘eu já vi num livro que na China os espões botaram da CIA’”.

Barroso passou a receber tratamento médico psiquiátrico. Dizia o psiquiatra:

“Deixe de besteira, rapaz” (era um tratamento de choque), “que coisa na sua cabeça, você está é com pena de você mesmo, que negócio é esse?”. Deu um tratamento de choque, me deu uns remédios lá. Eu sei que levou uns três ou quatro meses para esse negócio diminuir na minha cabeça. E como foi que diminuiu?.

Segundo ele, o processo de recuperação se deu a partir do esforço e compreensão de que teria de vencer os próprios torturadores dentro de si. E o caminho adotado foi por meio dos sonhos, que eram constantes, passando a enfrentar os seus torturadores nos próprios repertórios sonhados. Aos poucos, durante cinco meses, com acompanhamento e tratamento psiquiátricos, as tormentas e ideias foram diminuindo, até o seu desaparecimento.

Aí eu vi “Dormir talvez sonhar”, você vai para outra esfera, a esfera do sonho, da loucura, e foi isso que me salvou. Você ir para outra esfera, sair dessa esfera da racionalidade e ir para outra. E foi nessa esfera que eu enfrentei os caras e consegui sobreviver, aí escrevi essa peça “Dormir talvez sonhar” depois, sobre esse processo.

Em 1975, a prisão de Oswald Barroso foi relaxada, após mais de um ano. Retorna a Fortaleza e, entre 1975 a 1977, atuou no Grupo Independente de Teatro Amador (Grita) e passou a atuar, também, como pesquisador de cultura popular. Em 1977, ele foi julgado e condenado a dois anos de prisão a serem cumpridos em Recife. Entretanto, ele conseguiu transferir o local de cumprimento da sua pena para o IPPS, em Fortaleza, onde permaneceu por mais nove meses detido. Fato interessante destacado por ele é que, faltando apenas dois meses para o cumprimento total da pena, ele foi absolvido pelo Superior Tribunal Militar em Pernambuco. Durante o período que passou preso em Fortaleza, conviveu com o coletivo de presos políticos, do qual participavam Mário, Genuíno, Aldo, Audemar, Gondim, entre outros.

Em 1979, Barroso tenta retornar ao curso de Ciências Sociais, mas não logrou êxito. Faz novo vestibular e ingressa no curso de Comunicação Social. Demonstrando interesse pelas Ciências Sociais desde a tentativa da graduação, fez mestrado e doutorado na Sociologia. Em suas experiências de rein-

serção no mercado de trabalho, ainda como estudante de Comunicação Social:

O editor Eliezer Rodrigues dizia: “cara, eles estão pedindo tua cabeça, eu estou segurando aqui”. Eu era repórter da área de cultura, exatamente para não entrar em assuntos polêmicos. Mas então é um estigma que permaneceu por muito tempo. Permanece até hoje. Não é uma coisa que desaparece não.

Apesar de sua absolvição, o fato a destacar é o estigma imposto pelo sistema a todos e todas que foram vítimas das perseguições e condenações impingidas pela ditadura militar. Conforme declara, quaisquer que sejam as iniciativas de retomar a vida profissional no mercado, o selo que fica impregnado é o de subversivo:

Eu tenho as fichas da ABIN. Até [19]88 eles me acompanhavam. Eu entrei no jornal, eles: “infiltrou-se no jornal O Povo para fazer subversão”; “foi trabalhar nas cooperativas, infiltrou-se”. Tudo era “infiltrado”. Tudo que eu fazia era subversão. Eles acompanhavam o dia a dia da pessoa até [19]88. Tem aqui nesses documentos da ABIN. Era um acompanhamento de perto.

Por fim, para Oswald Barroso, as consequências da ditadura militar são irreparáveis em termos de sofrimentos impostos tanto à dimensão individual das vítimas, citando o seu próprio sofrimento, como para as famílias delas:

Para mim teve uma interrupção violenta na minha vida, em termos de sofrimento terrível, principalmente para minha família, meu pai, minha mãe [...]. Meu pai andava nesse período em São Paulo, ele não sabia onde eu estava, meu irmão não dizia, não podia dizer onde eu estava. Ele ficava olhando pros lugares para ver se me encontrava no meio da rua.

Barroso, porém, dá ênfase aos prejuízos no campo da cultura, pela perda coletiva do discernimento cultural. Pontua, nesse caso, o cerceamento da universidade e do seu pensamento: “a universidade perdeu em saber, fundamentalmente, perdeu em liberdade de pensar, em criar teorias, em criar novas coisas”. Também exemplifica a liberdade de pensamento das Ciências Sociais e como essa condição inerente ao curso foi impactada negativamente:

Em Ciências Sociais, por exemplo, ninguém podia mais pensar. A gente pensava, escrevia o que era conveniente. Ora, o que é conveniente não desenvolve. Conveniente é ego, é cerceado, é a consciência controlada, não leva a nada.

Em temas de nação, pontua que os prejuízos se deram por uma interrupção no pensamento e formação cultural de país. Valores foram invertidos, a exemplo do modo como as cidades poderiam ser pensadas, voltando-se, a partir de então, a espaços para os carros e não para as pessoas:

Eu penso que o Brasil se interrompeu com o golpe. Havia uma invenção do Brasil, um pensamento brasileiro que estava em Antônio Callado, Antônio Cândido, Darcy Ribeiro, Oscar Niemeyer, Florestan Fernandes, Celso Furtado. Havia uma invenção de um Brasil, que isso foi interrompido.

O medo permanece, na atualidade, para as pessoas que sofreram nesse período histórico e aparece, nas memórias de Barroso, como uma herança da ditadura:

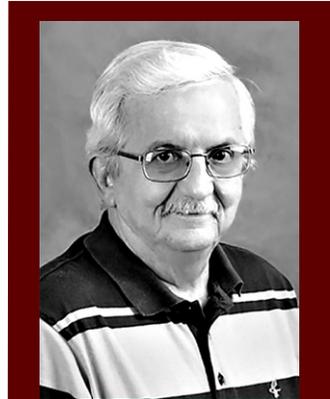
[...] hoje assim eu tenho medo, eu estou em casa eu vivo assim fechando as portas (eu moro numa casa, tem muitas portas), eu vivo fechando as portas. Eu tenho medo, o medo que eu tinha da repressão naquele tempo eu tenho hoje da marginalidade, da violência. É uma coisa que faz uma ligação com outra. Eu tenho impressão, quando tem

um barulho na rua, que vão invadir a casa. De certa forma, eu ainda acho que é herança daquele tempo. Eu sei que não é a polícia mais que vai invadir, mas eu penso que são os bandidos que vão invadir. Então essa coisa, essa loucura, esse pânico, ela fica para o resto da vida, marca violentamente. Marca o inconsciente, marca profundamente. Era uma tortura muito bem planejada para desmanchar a pessoa mesmo, desmanchar no inconsciente, na alma. A pessoa que consegue sobreviver àquilo precisa ter muita força... muito terrível, é para destroçar a pessoa para o resto da vida. Eu acho que muita gente até hoje, assim, muitos presos políticos que eu via lá era cheio de mania, de coisa de doido, é tanto que muitos nunca se apuraram na vida. É uma coisa terrível.

Oswald Barroso faleceu em 22 de março de 2024, na cidade de Fortaleza (CE).

25 – Manoel Dias da Fonseca Neto

Nasceu em Quixadá (CE), em 26 de setembro de 1946. Estudou em Canindé no Seminário dos Frades, depois no Seminário da Prainha. A sua militância começou na UFC. Ele teve contato com alguns padres que eram progressistas, como o padre Moacir, o padre Zé Maria, que defendiam a Teoria da Libertação. Formou um grupo com Chico Passeata, Helena Serra Azul, Aline, Pena Forte, que fazia reuniões para estudar marxismo e se preparar para o vestibular. Nessa época começaram os movimentos estudantis, particularmente o movimento secundarista em 1966 ou 1967. Entrou na universidade em



Fonte: Arquivo pessoal.

1967 e teve contato com a organização clandestina Ação Popular (AP), na qual Geraldo Magela, da Agronomia, era um dos dirigentes, juntamente com Pet Maia. Eles eram influenciados com uma visão um pouco mais avançada do cristianismo primitivo, com uma visão de um Cristo revolucionário. Ao entrar na universidade, também começou a militância na AP, como membro e depois dirigente local.

A AP valorizava o movimento operário e considerava importante a presença de operário na direção. Então, o operário Eusébio participava dessa organização. Pessoas conhecidas também tinham grande participação no movimento estudantil, como Chico, Helena, Ruth Cavalcante. Logo no primeiro ano (1967) do seu curso, houve uma grande manifestação no Ceará, que começou por uma reivindicação: havia um professor que dava zero a todos, então foi organizada uma revolta na Medicina, que se transformou em manifestações de rua e atingiu toda a universidade.

Nesse período, Mariano de Freitas era o presidente do Diretório Acadêmico XII de Maio, e Pena Forte era uma forte liderança na Faculdade de Medicina. Os movimentos no curso eram comandados pelo diretório acadêmico e, na universidade, pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), cujo presidente era João de Paula, da Medicina, depois, José Genuíno.

A AP contava com certo movimento operário. A grande fábrica de então era a Santa Cecília, e havia algumas fábricas têxteis. Fazia-se a distribuição de panfletos na porta das fábricas, juntamente com lideranças operárias, que tentavam fazer o movimento operário, porém de modo muito limitado. Havia também contatos no interior com camponeses, mas bastante restritos. Manoel Dias explica:

Era mais no movimento operário, tinha o operário Jaime Oscar! Era o nome que ele usava. Nas reuniões de AP se usava um codinome, o do Fonseca era Jair, depois, ao ir para a clandestinidade, mudou o nome. O Jeová Maciel,

de origem operária, se casou com a Fatinha, a Fátima Elizabeth, que é irmã mais velha do Fonseca, que tinha algum contato com o movimento operário e no movimento estudantil.

Na faculdade, a grande luta naquele momento era contra o acordo MEC-Usaid e contra a reforma universitária. Essa reforma universitária, na Medicina, teve um impacto, estratégico e violento. Porque ela destruiu as chamadas cadeiras (disciplinas) que os alunos cursavam um ano, e tinham cadeiras básicas, fundamentais, e foram transformadas em crédito, tudo foi segmentado, com uma visão de modelo da biomedicina em que a pessoa humana era uma máquina que poderia ser montada e desmontada. O movimento geral era no sentido de recuperar a possibilidade de manter, e não permitir o esfacelamento das turmas, criando o sistema de créditos.

Então, dentro da universidade, essa era a luta principal. Neste período houve a destruição do IMEP [Instituto de Medicina Preventiva], que havia sido uma idealização de alguns médicos, sendo alguns do partido comunista. Deste processo se destaca o professor Joaquim Eduardo de Alencar, médico sanitário, um grande pesquisador com livro publicado sobre a doença de Chagas no Ceará.

Outro aspecto relevante na sua fala é a menção à existência de cadeiras de Antropologia, Sociologia, História, e o destaque à prevenção, não somente à cura, no IMEP. Conforme relata, tal fato chamava a atenção do pessoal da esquerda. Essa pragmática do IMEP contribuiu de modo preliminar para o que hoje é o Programa Saúde da Família, pois “[...] eles estabeleceram um território de atuação preventiva em torno do instituto, inclusive com visitas domiciliares e entrevistas na região. Então, era uma experiência preliminar de saúde pública”.

Manoel Fonseca ressalta que a atuação desses professores era vista com desapreço pelo governo da ditadura, que logo tratou de arranjar estratégias para expulsá-los, em 1964: “Esses professores foram cassados e expulsos da UFC, alguns tiveram que ir para o exterior”. Após a expulsão, esse grupo de profes-

sores, desempregados, criou, como meio de sobrevivência, “o cursinho e pré-vestibular no colégio Castelo Branco, preparatório para o vestibular, que era do professor Serra.” O resultado foi logo percebido, pois “em 1966, vários estudantes cursaram e entraram na UFC... Pena Forte, os Serra Azul, os Fonseca passaram por esse colégio no terceiro científico e cursinho”. Ademais, ele destaca o impacto na universidade da “destruição de alguns imaginários da saúde coletiva, do humanismo e da visão do todo sobre como cuidar do corpo”, isso porque todo o processo educativo foi segmentado “através dos créditos, e não a consolidação de uma concepção conjunta dos grandes sistemas que seriam a fisiologia, a anatomia, a clínica”.

Depois do AI-5, com a prisão de Rosa da Fonseca, saiu estampado no jornal *O Povo* o retrato de Manoel com os dizeres “procura-se um subversivo”. Teve, então, que entrar na clandestinidade. Fez dois anos de Medicina (67 e 68), passando um período em Fortaleza, mas teve que sair porque não tinha alternativas a não ser se manter na clandestinidade.

Manoel Dias relata que sua esposa, Iracema Serra Azul, Iracema, que participou do movimento secundarista, também fez parte do movimento da Escola Normal, junto com Cacau e Mirtes

[ela] era do grupo de AP, participou daquele movimento, no qual a Adísia Sá era diretora da Escola Normal, um evento complicado porque ela realmente denunciou algumas pessoas e chamou a polícia civil e houve todo esse movimento.

A filha mais nova do casal nasceu exatamente no período em que estavam fugindo, numa situação muito dramática, na clandestinidade, com outro nome. Iracema teve que dar outro nome no Hospital César Cals, sua filha teve que ficar no oxigênio, sendo muito complicado a situação da mãe e da filha.

Foram, então, para Campina Grande. Fonseca tirou outra identidade com o nome Antônio Felipe dos Santos. Através de um contato em Campina, entrou como operário numa das maiores fábricas de fogão do Nordeste, a Valig Nordeste, e Iracema foi para uma fábrica de ar-condicionado, a Springer. Eles estavam com os dois filhos.

Posteriormente, foram para Recife, tendo contato com Oswald Barroso. Moraram no bairro Abreu Lima, numa casinha simples, com os dois filhos. Iracema trabalhou na Springer de Recife, enquanto Manoel foi trabalhar numa fábrica de tecido, a Paulista, e fez um curso no Senai. Ambos usavam outra identidade: Iracema era Marilene dos Santos, e Fonseca era Antônio Felipe dos Santos. Por questão de segurança, seu único contato era Oswald. Não participou do PCdoB. Ele explica que

era como se tivesse abandonado o partido clandestino, mas que continuava vinculado, porque não tinha mais nada a fazer, tinha um certo suporte, apoio um pouco restrito, porque estava por conta própria.

Tinha a sensação de que a militância ficava um pouco por conta própria, inclusive tendo que sobreviver, porque estava clandestino. Não podia voltar para Fortaleza, porque já tinha um processo com condenação; se voltasse, seria preso. Quando saiu o seu retrato no jornal, como subversivo, eles continuaram o processo à revelia, e o condenaram a dois anos.

Fonseca estava na Paulista quando foi chamado para diretoria, foi encapuzado e colocado no bagageiro de um carro. Então, ficou preso em Recife durante quarenta dias nessa prisão clandestina. Iracema também foi encarcerada na mesma prisão. Ele relata:

eram cubículos no escuro o tempo todo. E todo aquele processo da tortura. Tinha uma campainha... a tortura já começava aí, porque quando ela tocava alguém ia ser torturado. Acordava todo mundo, tocava a qualquer hora do dia ou noite.

Foi torturado durante um tempo e eles viram que não sabia de nada.

Então, durante esse período, soube que a doutora Mércia Albuquerque conseguiu contato com a repressão e teve notícia dos dois filhos. As duas crianças, uma de quatro e outra de três anos, ficaram com os agentes da repressão durante 40 dias sem entrar em contato com os familiares, o que caracteriza um sequestro. O filho foi internado porque, quando foi entregue à família, estava com a cabeça raspada: “pode ter sido por desidratação, ele tinha crise de asma”, conta. Iracema também foi bastante torturada. Durante as torturas, as perguntas eram por contatos em Fortaleza, sobre quem eram os dirigentes, quais os contatos que tinham dentro do partido. Nesse período, contaram com Mércia Albuquerque, advogada de Recife, que teve um papel fundamental com todos os presos políticos. Em Fortaleza, os advogados foram Pádua Barroso e Wanda Sidou.

“Esse período de 40 dias era completamente clandestino. Todo mundo estava lá submetido à tortura, a Fátima, o Oswald, o Luciano, que atualmente é deputado no Recife”, relata. Depois dessas sessões de torturas, como estava condenado, ficou um período no quartel dos bombeiros em Recife, preso depois dos quarenta dias de prisão clandestina. Veio para o Ceará, sendo transferido para o Instituto Penal Paulo Sarasate, para cumprir pena de dois anos. A doutora Wanda entrou com um processo. A região que decidia era de Recife, a 4ª Região Militar; era o segundo processo. No primeiro, havia sido condenado, mas, junto com esse grupo todo que foi preso em Recife, entrou o segundo processo. Terminado o tempo de cumprimento de pena, que era de um ano, saiu da prisão e voltou para a faculdade. Ele destaca a posição do doutor Zé Carlos Ribeiro, coordenador do curso de Medicina em 1976, que contrariou até o 477 e permitiu que voltasse para faculdade. Quando voltou, o pessoal o olhava com um pouco de medo, como se fosse um pária.

Ao retornar, tentou recuperar o tempo perdido e participar dos movimentos, participando e levantando alguns questionamentos das condições do ensino dentro da faculdade. Tentou organizar algumas assembleias e, nesse período, logo depois da faculdade, é que entrou no processo da fundação e criação do PT, dos diretórios, das discussões, da formação do PT desde o começo, indo para o interior organizar o diretório do partido. Foi da comissão de organização do partido, da direção.

Formou-se em 1979 e foi trabalhar como médico da Prefeitura de Fortaleza no bairro Serrinha, onde também foi residir. Organizou a associação do bairro, sendo o primeiro presidente, participou de reivindicações por iluminação, com a passeata das lamparinas. Também realizou três partos em casas de moradoras do bairro. Criou a célula de base do PT no bairro. Uma vereadora do bairro se incomodou, e ele foi transferido para trabalhar no núcleo central, indo para a Secretaria de Saúde de Fortaleza.

Em 1982, fez o concurso para o estado e foi aprovado. É médico do estado concursado, com um emprego na prefeitura e um no estado. Na secretaria, juntamente com Valdelice Mota e Samia Oliveira, discutindo os distritos sanitários, fizeram a proposta de criação de seis regionais de saúde, por causa da territorialização. O prefeito Juraci Magalhães gostou da ideia e criou as regionais.

Depois houve o movimento no qual o PT ganhou amplitude em Fortaleza. Na época dirigente do PT, ele destaca sua interferência para a entrada de Maria Luiza e Rosa no partido. Ele defendia que Maria Luiza era uma liderança; algumas correntes do partido eram contra, mas, como estava na direção, conseguiu fazer com que ela entrasse no partido, junto com Rosa e todo o pessoal ligado a ela. Posteriormente, afastou-se completamente da política partidária e resolveu se dedicar à saúde pública, exclusivamente. É na saúde pública que ocorre todo o movimento da reforma sanitária. Então participou da organização das conferências municipais e estaduais.

Era secretário de Saúde de Fortaleza quando Lúcio Alcântara resolveu não apoiar e nem financiar a conferência estadual preparatória para a conferência nacional da reforma sanitária do SUS. Através da Secretaria de Saúde, bancou o referido evento, contando como dirigente com o Dr. Paulo Marcelo, que era o presidente da conferência, com o apoio financeiro da secretaria. Como política pública, participou de todo o processo da reforma sanitária, da elaboração do documento-base que criou o programa Saúde da Família no estado do Ceará. O documento que serviu para a implantação contou com a experiência de Odorico em Quixadá. O primeiro documento sobre a criação da escola foi feito quando Guaraciara foi diretora de Recursos Humanos da Secretaria de Recursos do estado.

Fonseca conta que a relação com sua companheira, Iracema, foi fundamental para manter o equilíbrio:

Ela é uma pessoa extraordinária e conseguiu naquele período da prisão, inclusive quando estava no IPPS... tentava camuflar um pouquinho a história, diziam para as crianças que ele estava num colégio e que iam visitá-lo.

Na época, teve prisões, tolhimento do término da faculdade, clandestinidade, tortura, filhos sequestrados.

Então, talvez a sorte, o termo usado agora é a resiliência (a capacidade que a gente tem de, diante, de uma situação difícil, de soerguer), talvez a gente praticou muito isso. De superar essa situação toda e não ficar louco. Eu não gosto de falar muito da tortura, mas ela deixa a pessoa completamente vulnerável.

Você não é ninguém, você fica exposto. Durante muito tempo eu não podia ouvir um bem-te-vi cantar porque quando eu fui preso tinha um cantando próximo. Eu não podia ouvir a batida de uma porta de carro com força porque me lembrava da hora que eu fui preso. A Iracema tem um horror a telefone, ela faz tudo no computador, mas telefone... porque tinha uma campainha que tocava.

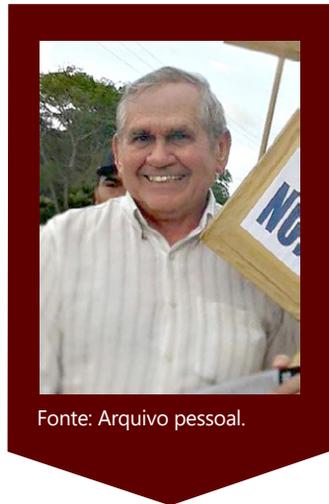
Então essas coisas ficaram por um tempo, mas depois a gente passou a resignificar essas coisas. As cartas da prisão foram importantes, foi até outro livro que saiu...
Iracema, nosso amor...

Escreveu as cartas para Iracema enquanto estava no IPPS porque ela esteve presa aqueles quarenta dias incomunicáveis, onde foi torturada, absolvida e finalmente liberada.

Considera que conseguiu superar; ele, Iracema e os filhos... Preservou muito os filhos. O Ernesto, logo depois que foi entregue à família, não queria falar com o pai, porque parece que diziam que ele queria matar a Iracema. Seu filho dizia: “Eu não quero saber de você. Você quer matar minha mãe”. O Ernesto é o mais velho. A Andrea era mais pequenininha e não percebeu. Eles fizeram o proselitismo com o mais velho. Andrea, hoje com uns 40 anos, é uma pessoa muito tranquila, de esquerda. Os nomes dos filhos são Ernesto, Andreia e Maira, que nasceu depois e não passou por nada, tem 29 anos. Fonseca já tem quatro netos, homens, “que fazem uma bagunça desgraçada”.

26 – Carlos Augusto Diógenes Pinheiro (Patinhas)

Nasceu em Jaguaribe (CE), em 17 de junho de 1946. Formou-se em Engenharia Civil na UFC, onde ingressou em 1964, concluindo em 1968. Em certa medida, Carlos Augusto, conhecido na militância como Patinhas, é um exemplo da relativa influência que a esquerda exercia nas forças armadas. Sua militância se inicia, com efeito, quando servia como cadete do Exército. A questão



política se apresentou a ele nesse período, quando estourou a crise que levaria à renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Sobre esse seu primeiro contato com a questão política, Carlos Augusto relembra:

A minha militância começou no Exército. Eu era aluno da escola de cadetes do Exército. Primeira reação que eu tive foi em 61, em 25 de agosto, quando terminou o desfile do Dia do Soldado, o corpo dos cadetes tinha a folga quando terminava o desfile, e, para a surpresa nossa, foi anunciado que nós iríamos ficar de plantão, porque o presidente da República Jânio Quadros havia renunciado. Eu fiquei pensando: “Jânio Quadros renuncia e porque é que nós temos que perder a nossa folga aqui”.

Dessa percepção ainda aproximativa da luta política, ele se deparou com uma questão concreta que suscitou uma resposta prática da parte dos cadetes:

E, depois, as três escolas de cadetes, Fortaleza, São Paulo e Porto Alegre, foram transferidas para Campinas, para um prédio ainda em construção [...]. E, então, lá em Campinas, as condições, eu cadete naquela época... em Fortaleza, eu tinha um cartaz muito grande... E, década de 60, era o início da universidade, tinha poucas universidades, não tinha nem a UECE, a criação da UFC foi em 55, então a gente tinha um certo *status* na sociedade. Os cadetes namoravam com as mocinhas da elite. Lá em Campinas, outra realidade, porque a escola ainda estava em construção, não tinha nem infraestrutura para receber aquele tanto de alunos. A alimentação era péssima e eu preferia a daqui. E decidimos fazer a primeira greve de fome. Uns cabos que articularam isso, e eu entrei nessa articulação.

Carlos Augusto foi um dos 60 cadetes que renunciaram à vida militar, de um total de 120, um fato tão inusitado que motivou uma comissão de inquérito para examinar o que tinha

acontecido. A saída do Exército o empurrou a optar pela formação universitária. Com auxílio de um cursinho de preparação para o vestibular, que funcionava anexo à faculdade de Engenharia, oferecido pela Sudene, ele obteve aprovação e ingressou na UFC em 1964. Logo incorporou-se ao PCdoB por intermédio de um dos integrantes do curso, o professor Miguel Cunha (Mistof). O ano de sua entrada na universidade coincidiu com o golpe militar, e o jovem estudante ansiou por formas e meios de resistir, diante de uma reação aparentemente aquém da magnitude do fato. Depreende-se de seu depoimento que isso foi decisivo para sua entrada no PCdoB:

Tinha uma sala grande da Engenharia que era o local das assembleias na Engenharia. E, na assembleia, a reação de revolta... Esperava uma reação por parte dos sindicatos e dos governos. O tal do dispositivo militar que o tal João Goulart falava, o próprio Prestes falou no comício na Central do Brasil no espírito militar. E não houve nada disso, então houve de uma certa forma uma frustração.

A essa questão de ordem geral se juntaram aquelas de ordem específica e cotidiana. Por exemplo, entre 1964 e 1968, a única turma da Engenharia que acolheu todos os aprovados, não havendo excedentes, foi a de Carlos Augusto. A questão dos excedentes estava intimamente ligada ao elitismo do acesso ao Ensino Superior, um problema ainda mais grave nas engenharias. No seguimento dessas movimentações, houve, ainda em 1964, a luta pelo pagamento de bolsa de estudos, que havia sido garantida pela Sudene tanto aos alunos do cursinho preparatório como aos já acadêmicos de Engenharia. Nas negociações com esse órgão, com vista à regularização do pagamento da bolsa, Carlos Augusto foi escolhido como representante dos estudantes. A luta foi vitoriosa, e ele se ligou definitivamente ao PCdoB nesse processo, ao qual aderiu formalmente em 1966, integrando o comitê universitário que teve intervenção na eleição de Homero Castelo Branco, numa chapa única que esteve à frente da enti-

dade até 1968. Carlos Augusto também reitera que desde 1964 a universidade já estava monitorada por uma rede de informantes dos órgãos de repressão do regime militar.

Corroborando outros depoimentos, ele afirma que não houve desligamento de alunos da universidade nesse momento da ocorrência do golpe, mas professores foram excluídos ou transferidos, como foi o caso do já citado Miguel Cunha (Mistof), enviado para São Carlos (SP).

Carlos Augusto não foi dirigente do DCE, mas foi eleito com esmagadora votação para o Diretório Acadêmico da Engenharia, em condição que lhe permitiu ser indicado pelo presidente do DCE, em 1968, João de Paula, como representante estudantil no Conselho Universitário. Foi dessa posição que assistiu ao conhecido discurso de João de Paula chamando os estudantes a se retirarem da sessão do Conselho Universitário em que o comandante da 10ª Região Militar, general Monteiro, pronunciaria a aula inaugural do ano de 1968 (v. Linha do tempo, neste volume). O ato rendeu a suspensão de funcionamento do DCE por seis meses. Ao longo do ano de 1968, Carlos Augusto testemunhou o aumento das mobilizações que culminou na passeata dos cem mil, em protesto contra o assassinato do secundarista Edson Luís no Rio de Janeiro. Patinhas lembra que tal manifestação se deu numa cidade que contava com uma população de 400 mil habitantes.

Apesar da suspensão, o DCE foi conservado e se manteve ativo, mas pouco a pouco as prisões, até então reduzidas a detenções provisórias após atos e manifestações, passaram a ser mais sistemáticas, recrudescendo com a prisão em massa no Congresso da UNE em Ibiúna. Carlos Augusto, cuja formatura foi vista como prioridade pelo partido, não foi delegado nesse congresso. Justamente por isso esteve no centro da passeata em protesto contra as prisões de Ibiúna. Em meio a tudo isso, com ajuda de professores progressistas, foi lhe possível concluir o curso apenas um dia depois da decretação do AI-5. A necessi-

dade de sair de Fortaleza, somada à suspensão da colação de grau coletiva, que obrigava cada formando a comparecer individualmente à secretaria do curso, impediu o novo engenheiro de receber seu diploma, o que só veio a acontecer em 1990, depois do fim da ditadura.

A partir daí, mesmo sem diploma, Patinhas trabalhou em situação legal nos projetos de expansão agrícola em Barreira, na Bahia, ao mesmo tempo que clandestinamente cumpria tarefas de implantação do PCdoB no Nordeste. Na iminência de ser preso, ele pediu demissão do emprego em agosto de 1969 e caiu na vida clandestina, na qual sobreviveu até dezembro de 1979.

Instalado clandestinamente na Bahia, Patinhas assistiu ao crescimento da repressão sobre o PCdoB, especialmente com a descoberta da área de guerrilha que o partido havia constituído no Araguaia, o que levou, em 1974, não só à liquidação do núcleo guerrilheiro, numa ação militar sem precedentes em termos de combate interno, mas também ao desmantelamento da estrutura partidária nas grandes cidades, culminando no assassinato de parte da direção do PCdoB que restava no Brasil, no episódio conhecido como Massacre da Lapa. Tendo escapado à prisão, Carlos Augusto esteve fortemente envolvido na rearticulação do PCdoB na Bahia e no Ceará.

Ao longo das décadas, Carlos Augusto foi, e ainda é, um dos principais dirigentes do PCdoB, do qual foi durante vários anos o presidente no Ceará.

27 – Francis Gomes Vale

Nasceu em Belém do Pará, em 7 de janeiro de 1945, filho de Raimundo Nonato do Vale e Expedita Gomes de Freitas do Vale. Sua militância começou na universidade, tendo vindo do Liceu do Ceará em 1962, onde se colocou muito próximo do Partido Comunista Brasileiro, o PCB. Contudo, apenas na universidade formalizou sua adesão a esse partido:

E tinha aquela proximidade, naquela coisa do Liceu do Ceará, mas ainda, como se diz, muito verde politicamente.

Mas aí quando eu entrei na universidade, diretório, UNE... Aí eu entrei no PCB, e passei a atuar no movimento que é a faculdade e também na universidade toda porque aí o partido... A gente foi organizando aquelas bases, procurando organizar em todas as faculdades. Antes de 64...

Tendo iniciado o curso de Direito em 1963, em sua memória do período, Vale reconhece grande diferença no clima da universidade antes e depois do golpe militar de 1964:

[...] antes de 64 tudo era legal. O reitor Martins Filho dava dinheiro pra gente ir para o congresso da UNE, mandava o Hélio Leite distribuir, que era o presidente do DCE na época. Quer dizer, arranjava vagão pra gente fazer arte política lá pelo interior, pela universidade, conseguia pela Refesa... Quer dizer, nós tínhamos um clima de liberdade, tudo que você queria, tinha: o CEU... Você era um pouco o dono do pedaço da univer-



Fonte: Disponível em: <https://vermelho.org.br/2017/12/08/o-cenario-cultural-brasileiro-perde-francis-vale/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

sidade, aquele pedaço ali do CEU, a quadra, o restaurante e tal... Tinha o primeiro andar, que era barbearia, engraxate, tudo a preço simbólico (cinquenta centavos, coisa assim). Em cima, no terceiro andar, tinha a residência universitária. Então aquilo ali era um clima de liberdade e discussão muito grande [...]. Bom, no dia do golpe, o CEU, o restaurante universitário, virou o centro da resistência. Tinham discursos, vinha gente de todo lugar... E foi de onde saiu uma passeata, grande, até a faculdade de Odontologia, onde o pessoal foi encurralado. Porque quando chegou a polícia, o exército, o pessoal corre pra dentro da Odontologia, isso em primeiro de abril. “Ih, vão prender todo mundo”, aí começa o pessoal a pular muro. Eu inclusive pulei uns cinco muros, fui sair na casa de Juvenal Galeno, que fica ali na General Sampaio. Por sinal, quando estávamos saindo assim, estava sentado o vice-reitor Renato Braga, tomaram um susto! [risos] Aqueles cinco ou seis estudantes entrando, invadindo lá, para sair para rua, para não ser presos. Em termo de resistência nossa, foi o que aconteceu, foi o que eu vi naquela resistência de primeiro de abril.

Ele não tem certeza de que tenham ocorrido prisões logo nos primeiros dias do golpe, mas assevera que no período que se seguiu a lista de estudantes presos foi bastante grande, ressaltando que se identificaram muitos agentes do regime infiltrados na universidade. Entre os encarcerados nesse momento estava o famoso líder estudantil Parangaba. Conforme o depoente, foi instalada uma Comissão Geral de Inquérito, presidida por Américo Gomes de Souza, mas manipulada por uma figura chamada Fávila Ribeiro.

A despeito disso, as acusações feitas aos membros do movimento estudantil, baseadas nos atos institucionais 1 e 2, sempre seguidas da identificação deles como “comunistas”, tiveram pouca sustentação jurídica e visavam mais a justificar o afastamento desses estudantes da universidade. Ainda assim, nesse primeiro momento da ditadura, as tentativas de expulsão não pros-

peraram, mas alguns professores foram desligados da instituição, como Olavo Sampaio, Miguel Cunha Filho e Milton Ferreira.

Houve ainda, já em 1964, intervenções nas entidades estudantis, como no DA de Medicina e no próprio DCE, com a finalidade de remover seus dirigentes, sendo poupadas aquelas diretorias que não eram de esquerda: “Já tava assim e foram chegando lá e tomando de conta e a intervenção era dos militares”. As intervenções duraram até 1965, quando ocorreram eleições para as entidades estudantis, e a esquerda, *grosso modo*, retoma as diretorias. Já sob a ditadura, com DAs e DCE de volta às mãos das esquerdas, houve a tentativa de organização de uma União Estadual dos Estudantes, mas, ao contrário das entidades de base e gerais das universidades, a UNE e as UEEs estavam proibidas. Nessa situação, embora a UNE seguisse ativa na ilegalidade e semiclandestinidadade, a maioria do movimento estudantil não endossou o movimento pela UEE, que acabou ficando centralizado no DCE da UFC.

Francis Vale concluiu sua graduação em 1967, como muitos outros, colando grau especial numa secretaria da Reitoria, no seu caso, por estar viajando no momento da colação coletiva. Nesse período, quando o regime recrudescera a repressão, ele, como outros, desligou-se do PCB, buscando uma organização que considerasse mais combativa, como a AP e o PCdoB. Ele se organizou neste último.

Para Vale, o interregno entre 1964 e 1968 foi um momento de reagrupamento do movimento, que desaguou nas grandes manifestações que antecederam à decretação do AI-5. Os primeiros movimentos não foram de grande expressão:

Nesse tempo era por conta de umas prisões que ocorriam em São Paulo. Não era coisa assim de muita expressão não, mas era o começo de uma movimentação sabe? Porque já tinham caído as interventorias dos diretórios... já estava um clima... houve eleição em 66 né... pra vários cargos, deputado, senador. Então, tava um clima mais assim.

Isso logo mudou, relata: “Mas é em 67 que começa mesmo a movimentação. [...] a Medicina começa uma greve, na turma da Helena”. Francis Vale se afastou do movimento estudantil por essa época, mas registra a eleição de João de Paula para presidente do DCE em 1968, numa chapa que contemplou as várias correntes do movimento.

Sua militância acabou pesando muito em sua vida profissional. Teve várias aprovações em concursos que não pôde assumir em virtude de sua “ficha no DOPS”. Além da atividade diretamente política, ele integrou o famoso movimento cultural do CPC da UNE, como relembra:

Particpei, de 63 a 64. O CPC tinha uns certos equívocos, lógico, mas ele conseguia... O que é que era? Na época, a gente tinha um grupo de teatro amador que botava em cima do caminhão e ia pro bairro Carlito Pamplona e fazia umas peças lá que falava do trabalhador, do salário, da exploração, do custo de vida e tal. O pessoal ria e tal... Deixava alguma coisa no ar. Mas a intenção do pessoal com a criação era fazer com que aquilo ali mobilizasse os trabalhadores, tinha essa intenção, mas não chega a ser isso não. Mas jogou um papel importante a ponto de vista nacional. Saíram grandes figuras de lá... Ferreira Gulart tava lá, Valdiana Filho, Francisco Guarniere, Carlos Vereza, Nelson Xavier... Vários atores, compositores... Nara Leão... Então esse pessoal todo da música, teatro, cinema... O CPC bancou um filme, “5 vezes favela”, que já tinha um filme do Joaquim Pedro e fizeram mais quatro; disco, “O povo canta”, músicas do Carlos Lira, do [inaudível]...

Bom, aqui no Ceará quando eu entrei, em 63, houve pouca coisa, mas eles já tinham feito outras coisas antes. Inclusive algumas pessoas se envolveram. Carlos Paiva, Aderbal Freire Filho, João Falcão, Lurdinha Martins... Esse pessoal todo participou de alguns momentos disso aí... Zé Alberto Cavalcante... E tinha o pessoal, os estudantes...

Francis Vale seguiu exitosa carreira como diretor e produtor cinematográfico, tendo seu nome envolvido em impor-

tantes produções, como os filmes *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, *Distante*, *Trem da Alegria – Arte, Futebol e Ofício*. Faleceu em 8 de dezembro de 2017.

Os depoimentos apresentados acima atestam que a ditadura militar ergueu um aparato jurídico próprio, em moldes alheios aos cânones democráticos elementares e ao respeito mínimo aos direitos universais da pessoa humana, mas não o considerou suficiente para o exercício do poder.

Embora a marca do autoritarismo seja o traço distintivo dos vinte anos do regime de 1964, o exercício do poder foi amparado amplamente em práticas clandestinas de repressão política, liberando o aparelho policial para o livre curso da violência e da tortura. Esse fato, contudo, não eliminou o amálgama de ações repressivas ilegais e práticas punitivas formais, de forma que prisões com todos os traços do sequestro tenham gerado processos criminais e penas de reclusão.

No conjunto, a relação promíscua entre ações clandestinas e judiciais-formais nos permitem caracterizar o próprio regime militar como ilegal em si, promotor e conivente com graves e irreversíveis violações dos direitos básicos da pessoa humana.

Os depoimentos também mostram que não chegou a haver uma interrupção completa da atividade do movimento estudantil. Sob as formas possíveis, em condições de clandestinidade, manteve-se uma resistência que emergiria em público em poucos anos, com a retomada das manifestações do movimento estudantil em 1976 e 1977, levando à retomada da UNE e das entidades por universidade, em 1979.

Criação e extinção da Assessoria de Segurança e Informação (ASI)

A Assessoria Especial de Segurança e Informação da UFC, como as demais criadas nas universidades brasileiras pela dita-

dura militar, foi implantada em 1971 e estava ligada à Divisão de Segurança e Informação (DSI) do Ministério da Educação (MEC). O processo de extinção dessa assessoria deu-se no período de 1979 a 1986. Contudo, há documentos recebidos pela ASI/UFC dos órgãos de informação com datas de 1985, como podemos constatar no livro *A UNE contra o SNI* – Nota de Serviço, informando procedimentos a serem adotados na universidade (p. 53). Em 21 de outubro de 1981, o Ofício nº 0236/81/20/DSI/MEC informava a desativação e não a extinção do órgão.

O processo de extinção da ASI iniciou com o Ofício nº 009/3000/79 – SNM/DSI/MEC, de 8 de maio de 1979, e terminou com o Decreto nº 93.314, de 30 de setembro de 1986, que dispunha sobre a extinção das ASIs/AESIs nas instituições federais de Ensino Superior vinculadas ao Ministério da Educação.

No entanto, anterior ao decreto de extinção, em consequência de informações veiculadas em julho de 1986, nos meios acadêmicos, de que o SNI e a DSI/MEC estavam planejando a reorganização das ASIs já desativadas, o governo da Nova República, frente às críticas, por meio do MEC, edita a Portaria nº 576, de 5 de agosto de 1986, extinguindo as ASIs ainda existentes nas universidades brasileiras (eram apenas seis).

No Ceará, a notícia veiculada pelo Diário do Nordeste (29/08/1986) levou a direção do DCE a convocar assembleia que acabou por deliberar a invasão da ASI (que para eles ainda estava funcionando no prédio da Reitoria, como nos anos da ditadura). Após realização da assembleia, cerca de 200 estudantes invadiram o local onde funcionou a ASI por cerca de 15 anos. O objetivo da invasão, naquele momento, segundo as lideranças estudantis, era apoderar-se dos documentos antes que os responsáveis pudessem retirá-los da universidade, uma vez que a ASI havia sido extinta.

Em decorrência desse episódio, em 29/08/1986, a PF, sem mandado judicial, invade o DCE-UFC e apreende grande parte do material levado pelos alunos, assim como prende a então

diretora do DCE, Liduína Fontenele e os estudantes Inácio Arruda Cavalcante e Francisca Márthir (Martinna). Estes foram levados para a sede da PF em Fortaleza e enquadrados no artigo 155, parágrafo 4º, inciso I do Código Penal. Antes dos advogados conseguirem *habeas corpus* para soltura dos estudantes, a PF encaminhou Liduína Fontenele e Francisca Márthir para o presídio feminino Desembargadora Auri Moura Costa e Inácio Arruda Cavalcante para o Instituto Penal Professor Olavo Oliveira (IPPO).

Importante destacar o que foi considerado um erro praticado pelo DCE, por causa da situação de ambiguidade na reformulação da ASI/UFC, que foi transformada em ASI/DEMEC/CE, mas continuou funcionando numa sala da Reitoria com os mesmos funcionários que serviam a ASI/UFC e sob a mesma chefia do general R-1 Rui Alencar Nogueira, da reserva do Exército. Assim, em 27 de agosto de 1986, o DCE invadiu um órgão federal não extinto, a ASI/DEMEC/CE e não a extinta ASI/UFC.

No referido período, foram três os chefes da ASI/UFC e ASI/DEMEC/CE, todos pertencentes ao Exército, relacionados abaixo:

- 1) Major Geraldo Nogueira Diógenes (chefe da ASI/UFC)
- 2) Ten. Cel. Alberico Barbosa de Moura Filho (chefe da ASI/UFC) e
- 3) Gal R-1 Rui Alencar Nogueira (chefe da ASI/UFC e ASI/DEMEC/CE).

Documentos oficiais em revista

Esta sessão apresenta os resultados da análise de documentos datados do período da instauração do regime militar no Brasil, do ano de 1964 à sua extinção no ano de 1985. Especi-

ficamente, centramos a investigação nas ações de repressão desse regime no âmbito das universidades públicas do estado do Ceará, a saber: Universidade Federal do Ceará e Universidade Estadual do Ceará.

Os documentos são em maioria **informes, relatórios, inquéritos e ofícios** expedidos pelos órgãos oficiais de informações na época. No primeiro item, descrevemos as estratégias de vigilância militar adotadas pela Universidade Federal do Ceará, assim como as da resistência estudantil. Nesses documentos estão enunciados não apenas os dados de identificação dos indivíduos, mas, fundamentalmente, todas as conexões ou vínculos desse sujeito, de modo a rastreá-lo em sua rede de vinculação e, dessa forma, supostamente, deter o controle dos integrantes do movimento.

A metodologia adotada para o tratamento dos dados foi estruturada observando-se as seguintes fases: inicialmente, para facilitar o manuseio dos documentos, estabelecemos uma etiqueta contendo a abreviatura DOCS, seguida pela numeração sequencial criada por nós; o segundo procedimento, para a inserção de informações no relatório, foi a abreviatura do órgão emissor do documento, o tipo de documento e a data. Ex: (SPSP/CE/ portaria: 24/02/1969) (DOCS: 0186 - 0193).

A análise aqui empreendida tem por objetivos principais: a) descrever as **estratégias de vigilância** militar nas universidades supracitadas; b) descrever as **estratégias de resistência** estudantil; e c) relatar os eventos no período da Ditadura Militar relacionados às universidades públicas do estado do Ceará em uma linha do tempo.

Controle militar e resistências (1964-1985)

Antes de iniciarmos a descrição deste tópico, convém ressaltar que a documentação tratada possui caráter fragmen-

tário. Na descrição das estratégias de vigilância militar nas universidades e das resistências estudantis aqui dispostas, observamos uma ordem cronológica abrangendo o período de 1964-1985. Embora haja intermitência, levando-nos ao movimento de *idas e voltas* durante os anos da Ditadura Militar, de modo nenhum houve comprometimento da leitura, do tratamento e análise dos arquivos. Ainda que descontínuos, os documentos oferecem-nos uma visão singular dos embates entre a ordem política e social militar vigente e as práticas de resistência estudantis.

Estratégias de vigilância militar

A análise dos arquivos da época da Ditadura Militar (1964-1985), materializados em documentos dos órgãos de Segurança Pública do período, dá-nos uma visão das estratégias de vigilância do governo militar nas universidades públicas do estado do Ceará. Um dos ardis utilizados era o registro das atividades das organizações estudantis e de seus integrantes (diretórios e centros acadêmicos na época). O registro era feito por meio da seção de Investigações e Segurança Política (SISP), sendo as informações em seguida, remetidas aos comissários e delegados de polícia (Anexos 4 e 5). Nesses arquivos, datados do ano de 1965, os principais intendentess da polícia, aos quais se destinam os registros eram:

- a) os **delegados da Ordem Política e Social (DOPS)** Luiz Coelho de Carvalho, João Quariguasi Frota Sobrinho e Laudelino Coelho;¹²

¹² O curioso é que este último, embora tenha cometido ações violentas e opressoras, é homenageado como nome de rua na cidade de Fortaleza (CE). Cf. http://www.apontador.com.br/guia_de_ruas/ce/fortaleza/r_dr_laudelino_coelho.html. Observamos, também, que a sede

- b) O **secretário de Polícia e Segurança Pública** Cel. Edilson Moreira da Rocha¹³ - (SPSP/CE/ portaria: 24/02/1969) (DOCS: 0186 - 0193);
- c) O **comissário** Aluísio Figueiredo Gomes - Chefe da Seção; e
- d) Os **agentes** Francisco Tarcísio Cruz, Adalberto Batista Menescal, José Moreira do Nascimento, Marcondes Coêlho Viana, José Arosa Amado e Valdetário Raimundo de Alencar (DOPS relatório: 08/06/1967 (DOCS: 0090-0117).

Uma lista precisa com os nomes de todos os integrantes dos órgãos de representação estudantil dos cursos da Universidade Federal do Ceará era registrada e avaliada com relação a “antecedentes contrários à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições políticas e sociais do país” (SISP/ DOPS: 07 de Abril de 1965). (DOCS: N° 0001 - 0005); (0006 - 0010). Ressaltamos que, em nenhum outro ano, aparece nos documentos outro mapeamento com menção a todos os integrantes dos centros e diretórios acadêmicos, embora sejam referidos, nos anos subsequentes, somente os nomes dos líderes e organismos de representação estudantil (Ver Anexo 2).

Podemos constatar, por meio de análise dos relatórios, que o monitoramento das atividades estudantis tinha como objetivo remeter informações sobre as ações do movimento discente ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Entre os anos de 1967 e 1968, nos documentos, há menção a três nomes: Valdetário Raimundo Alencar, José Moreira do Nascimento e Marcondes Coêlho Viana, aluno do curso de investigador da Escola de Polícia Técnica. As informações eram repassadas ao

da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal/CE situa-se no mesmo logradouro. Acesso em: 15 jun. 2014.

¹³ Também há uma rua no município de Caucaia (CE) com o nome do coronel, como é possível ver em: http://www.apontador.com.br/guia_de_ruas/ce/caucaia/r_coronel_edilson_moreira_da_rocha.html. Acesso em: 15 jun. 2014.

comissário Aluísio Figueiredo Gomes (DOPS). As ações de vigilância realizadas por esses agentes tinham como objetivo identificar “indivíduos suspeitos de atividades subversivas”, sobretudo as movimentações vinculadas à União Nacional dos Estudantes (UNE) e ao Diretório Central dos Estudantes (DCE). A busca e revista nos espaços da universidade – a saber, todas as faculdades suspeitas, com efeito, a Faculdade de Direito, Escola de Administração, Escola de Engenharia, Escola de Arquitetura, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Filosofia Federal e o Clube de Estudantes Universitários (CEU) e as Residências Universitárias – era uma das práticas realizadas com o objetivo de localizar alguma atividade “anormal” (SPSP/DOPS: 31/05/1968); (DOCS 0030 - 0045). Ressaltamos, ainda, o detalhamento das informações.

Em relatório do ano de 1968, o aluno do curso de investigador da Escola de Polícia Técnica, Marcondes Coêlho Viana, informa as ações e a forma como o movimento estudantil se organizava. Há menção a uma viagem de líderes estudantis para o interior do estado com o objetivo de realizar seminários de estudos com lideranças de entidades secundaristas, sindicatos e camponeses. Em seguida, dados de como os líderes estudantis haviam dividido o estado do Ceará em zonas para melhor viabilizarem suas incursões, conforme revela documento contendo, segundo os militares, a descrição de toda essa estratégia, inclusive com os nomes dos líderes estudantis (Ver Anexo 3).

A vigilância dos estudantes considerados como “subversivos” estendia-se também aos seus vínculos afetivos e familiares. Em relatório datado de 1969, observamos o rastreamento da vida do estudante do segundo ano da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, **Francisco Dias de Oliveira**. Além do registro de sua filiação, grafa-se o nome de sua esposa, Maria Euzanita Castro de Oliveira, juntamente com a menção a seus cinco filhos, cujos nomes não são referidos, e o nome do seu irmão, Jamil Dias de Oliveira, que foi cassado pelo regime militar,

ratificando que “foi condenado a revelia e estando o mesmo foragido” (DOPS Ceará, Relatório: 04/08/1969) (DOCS: 0067 – 0071).

Em outro documento, vemos a menção dos nomes de parentes de primeiro grau, irmão ou irmã, nas informações prestadas pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) em documento datado do ano de 1972. Versando sobre informações de “atividades terroristas no Nordeste”, o documento faz referência a estudantes da Universidade Federal do Ceará, como **José Machado Bezerra**, na época, estudante do curso de Física. No mesmo documento é feito o rastreamento de Maria do Carmo Serra Azul, apontada como sua noiva. Adiante, a referência é a Celso Serra Azul e Helena Serra Azul, respectivamente, pai e irmã de Maria do Carmo Serra Azul, militantes da Ação Popular (AP) naquele período (Ver Anexo 4).

Ainda no mesmo documento, o rastreamento abrange outros sujeitos, a exemplo de **Silvio Mota**, ex-aluno da Faculdade de Direito, cujo alcance da menção atinge seu núcleo familiar com referência à sua esposa, identificada como membro da ALN e, também, ao seu avô, o escritor cearense Leonardo Mota.

Em um dos documentos, vemos que a rede de vigilância abrangia também a própria universidade. De acordo com relatório datado do ano de 1971, mas reportando-se a um fato ocorrido em 1964, com a instauração do regime militar, observamos que uma comissão de inquérito havia sido instalada na Universidade Federal do Ceará com o objetivo de “apurar atividades subversivas de estudantes ligados a UNE e UEES” (SISP/CE/ SNI/NAFZ: informação: 1970) (DOCS: 0194- 0200). Compunham a comissão de inquérito o **reitor Antônio Martins Filho** e o então major **Antônio dos Santos Melo**. Entretanto, consoante o documento, surgiram “denúncias que empanavam a honestidade daquele Reitor que presidia a Comissão de Inquérito”. Por conseguinte, Martins Filho solicitou ao Ministério da Educação seu afastamento da comissão, sendo substituído pelo reitor da Universidade Federal do Rio Grande do

Norte, que “prosseguiu na apuração dos fatos subversivos e das denúncias contra o Reitor”. Da apuração dessas, o documento assinala que “a nenhuma conclusão chegou aquela Comissão, que incriminasse o Sr. Martins Filho”.

No ano de 1970, observamos um documento de informação que trata, novamente, sobre o estudante universitário **José Machado Bezerra**, expedido pelo “MAGNÍFICO REITOR DA UFC”, de caráter “URGENTE”. Nele consta que o referido estudante possuía ficha de antecedentes criminais na DOPS, na qual constava que havia sido “preso no dia 26 de novembro de 1968, quando distribuía folhetos subversivos na fábrica CIONE, localizada no Antônio Bezerra”. Evidencia-se a opressão do regime por intermédio dessa instituição de Ensino Superior quando informa que José Machado Bezerra “teve sua matrícula suspensa em 20 fevereiro de 1969, no Instituto de Física, de acordo com portaria do Magnífico Reitor da U.F.C”.

À esteira da vigilância no âmbito da universidade, vemos que não só discentes, mas docentes também eram objeto de diligência e sanções. Como exemplo, localizamos em documento de informação datado do ano de 1971, mas reportando-se ao ano de 1965, que trata da instalação de um inquérito pelo reitor da Universidade Federal do Ceará, para apurar denúncias de atividades subversivas contra o professor **Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes**, na época docente da Faculdade de Filosofia da UFC. Consoante o documento, o docente possuía antecedentes no DOPS: “durante as aulas que ministra e nos intervalos das mesmas prega ideias tidas como subversivas, principalmente movimentos contra a administração do Pe. Francisco Luz, diretor da Faculdade”. Como consequência, foi expedida uma portaria de rescisão de contrato, que não chegou a ser assinada, em virtude da pressão feita por estudantes e professores contra a decisão do reitor. Desse modo, ficou estabelecido que o professor Diatahy continuaria lecionando até dezembro de 1965, sendo que, passado esse limite de tempo, ele continuou com suas atividades docentes.

No ano de 1970, em documento de informação expedido pelo vice-reitor da Universidade Federal do Ceará, vemos os óbices impostos aos candidatos à vaga de professor assistente no Instituto de Biologia, na Escola de Engenharia e na Faculdade de Medicina, devido à passagem daqueles no DOPS.

Em documentos do ano de 1980, surgem referências à ASI (Assessoria de Segurança à Informação), órgão instalado pelo regime militar em instituições públicas. Há menção à “ASI/UFC”, o que evidencia a implementação e a atuação desse órgão na Universidade Federal do Ceará, tornando patente a operacionalização da vigilância estudantil por intermédio dessa instituição de Ensino Superior. Podemos observar na parte superior desses documentos: cabeçalho com o “assunto”, ou seja, o nome do indivíduo investigado; remetente e destinatário das informações sob o título de “origem” e “difusão”. No caso, **José Pereira de Oliveira**, não sendo mencionado o curso, foi enquadrado no artigo 8 do ato institucional.

Contudo, esses não eram os únicos órgãos responsáveis pelo monitoramento. Outros se encarregavam da vigilância das atividades estudantis, como a Décima Região Militar (10^a RM). As informações sobre um estudante investigado eram geralmente dispostas da seguinte forma: primeiro, o nome completo; em seguida, os dados: filiação; L.D.N (local e data de nascimento); estado civil; profissão; carteira de identidade; endereço. As classificações desses documentos com nome e dados dos estudantes vigiados eram de teor confidencial, reservado ou secreto. Posterior aos dados pessoais, podemos encontrar a seguinte informação: “Trata-se de elemento que participa ativamente dos movimentos na área estudantil”. O documento analisado traz referência a **Luiz Gonzaga Falcão e Castro**, embora não identifique o curso ao qual pertencia (SSP/ DOPS/ Serviço de informação: Informações 04/11/1980, nº 670/80). (DOCS: 0013 - 0029).

Como exemplo desse tipo de registro feito pelos militares, destacamos um documento de informação datado de 1980 (EAM/CE/Informação: 22/10/1980) (DOCS: 0118 - 0119). Nele, é possível observar os dados pessoais de estudantes e professores universitários e as ações de opressão perpetradas contra eles durante o regime. Sobre isso, vejamos:

Lourival Almeida Aguiar. Registra-se: “Preso em 04 Mai 70 e recolhido ao 23º BC por atividades subversivas. [...] em 04 JUL 70 teve sua prisão preventiva solicitada pelo delegado da DR/DPF”.

Tereza Helena de Paula Joca. Registra-se: “Processada pela Polícia Federal do Ceará, por ser uma das principais integrantes da Facção Bolchevique/ Trotskista. Presa em 04 MAI 70 ao 23º BC por exercer atividades subversivas”.

Maria Zilene Craveiro de Souza. Registra-se: “Processada pela Polícia Federal no Ceará, por ser uma das principais integrantes da Facção Bolchevique/ Trotskista no Ceará. Presa em 04 MAI 70 e recolhida ao 23º BC por exercer atividades subversivas. [...] Foi submetida, na UFC, a processo Sumário regulado pelo Dec-Lei nº 477 - 22 FEV 69. Neste processo, a epigrafada foi absolvida pelo Magnífico Reitor, das acusações que lhe foram imputadas. A decisão absolutória da autoridade Universitária foi mantida pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura, que restituiu o Processo à Universidade para cumprimento do Despacho. (..) Indiciada no Inquérito nº 10/70-DPF/CE, que apurou as atividades do Partido Operário Revolucionário Trotskista-PORT, no Ceará, da qual era militante. Já cumpriu a pena que lhe foi imposta. Integrava o grupo de elementos esquerdistas que se reuniam na Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia da UFC, em 1973”.

Bartolomeu José Gomes. Registra-se: “Processado pela Polícia Federal do Ceará, por ser um dos principais integrantes da Facção Bolchevique/trotskista no Ceará. Procurado pelas autoridades civis e militares do Estado, por exercer atividades subversivas. Encontra-se foragido. Mandado de Prisão nº 12/72 de 23 FEV 72 da Auditoria da 10º RM. Foi expedido pela 1ª Auditoria da 2ª CJM em seu favor, em virtude de o haver sido absolvido pelo

Egrégio Superior Tribunal Militar, no Processo a que respondeu naquela auditoria e já haver cumprido a pena que foi imposta na auditoria da 10º CJM. Solicita-se o cancelamento de mandados de Prisão ou Pedidos de Buscas existentes a respeito”.

Maria Francisca Sales Pinheiro. Registra-se: “Processada pela Polícia Federal do Ceará, por ser uma das principais integrantes da Facção Bolchevista/ Trotskista no Ceará. Participou do 30º Congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo, onde foi presa pelo DPF/CE, sendo identificada criminalmente e enquadrada no Art. 39, nº I e II do Dec. Lei 510 de 20 MAR 69. (...) Em 23 FEV 72 foi expedido o mandado de prisão nº 11/72, pela auditoria da 10º RM, o qual solicitavam sua prisão. 16 OUT 78 - Cogitada para o cargo de Professora Colaboradora na Universidade da Paraíba. Registro na ASI/UFC: Ex-aluna do curso de Ciências Sociais e filosofia desta UFC, respondeu ao Processo nº 33/70/10ºCJM/CE. Foi denunciada em 07 AGO 70, como incurso no Art. 43 e 45, incisos I e II da LSN. Julgada em 23 FEV 72, foi condenada à pena de 06 meses de reclusão como incurso por desclassificação no Art. 14 da LSN, tendo cumprido a pena que lhe foi imposta. Voltou a estudar na UFC, no mesmo CCSF, onde colou grau em 16 DEZ 74.

Inocêncio Rodrigues Uchôa. Registra-se: “Participou de passeata e comício proibido pelas autoridades estaduais. Presidente do Diretório Acadêmico Clóvis Beviláqua, da Faculdade de Direito da UFC. Envolvido em sequestro de policiais da DOPS. 19 AGO 68 - Participou e discursou em uma concentração no CEU, preparando o 30º Congresso da UNE; 12 OUT 68 - Participou do 30º Congresso da ex-UNE, sendo preso em Ibiúna/SP; 20 FEV 69 - Teve matrícula suspensa para o ano de 69 por portaria do Reitor da UFC. Foi decretada sua prisão preventiva pelo CPJ, ex. Auditoria da 10º RM, por crime contra a Segurança Nacional”.

Marco Antônio de Holanda Penaforte. Registra-se: “Participou da conferência do Frei Chico no CEU. Apontou um policial da DOPS que se encontrava a serviço nas dependências do CEU, inclusive tentando fazer com que seus colegas eliminassem fisicamente o policial, pois segundo frisou em sua tese no Conselho Regional da UNE reali-

zado de 09 a 10 de setembro em Fortaleza, nas dependências do CEU, com a cumplicidade do Reitor, o assassinato de um policial por estudantes não constitui crime contra um cidadão, porém uma vitória contra a ditadura. Participou do 30º Congresso da ex-UNE, realizado em São Paulo, em outubro de 1968, onde foi preso (Ibiúna-SP, 12 OUT 68). No dia 20 FEV 69 teve sua matrícula cancelada (suspensa) para o ano de 69 por portaria do Reitor da UFC.”

Simone Simões Ferreira Soares. Registra-se: “Preso em 08 MAI 70 e recolhido ao 23º BC por exercer atividades subversivas. Encontrado em sua residência farto material de orientação comunista. 03 AGO 73 - Fez requerimento ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando o cancelamento de Nota existente na DOPS e expedição em seu nome de Atestado de antecedentes Políticos, para fins de prova junto a UFC”.

Raimundo Augusto Sérgio Nogueira Carneiro. Registra-se: “Trotskista, preso em 12 JUN 70, o recolhido ao 23º BC por subversão. Foram encontrados em sua residência vários livros de orientação Marxista, além de publicações mimeografadas da 4ª Internacional Comunista”.

Ada Nícia Nogueira Diógenes. Registra-se: “Preso por agentes do Departamento de Polícia Federal, sendo identificada em 29 SET 1969, sendo incurso no Art. 39, Nº I e II do DEC. Lei 510 do 30 MAR 69. Participou da agitação interna e distribuição de panfletos na Faculdade de Cultura. Indiciada no Inquérito 07/73, sendo absolvida por unanimidade, em 27 ABR 77. Respondeu Inquérito 43/69, sendo arquivado pela Auditoria Militar”. (EAM/CE/Informação: 22/10/1980) (DOCS: 0118 - 0119)

José Arlindo Soares. Registra-se: “Estudante, universitário da Faculdade de Direito da UFC. [...] Participou do 30º Congresso da ex-UNE, em Ibiúna-SP, onde foi preso e fichado pela DOPS/SP, em 12 de outubro Quartel de 1968. Em 20/02/1969, teve sua matrícula suspensa para o ano de 1969, por portaria do Reitor da Universidade Federal do Ceará. Foi decretada sua prisão preventiva pelo C.P.J Ex. auditoria da 10ª Região Militar, por crime contra a Segurança Nacional”.

Desse modo, compreendemos que os registros eram mantidos, assim como a vigilância sobre a maioria dos indivíduos. Por qual motivo se guardariam as inscrições das ações desses sujeitos, tidos como “subversivos”, alguns anos depois? Portanto, observamos que as diligências sobre suas práticas eram mantidas mesmo após anos de cumprimento das sanções que lhes foram impostas arbitrariamente.

A presença de agentes do regime militar em movimentos de organização discente era uma estratégia comumente utilizada. Em informações datadas de 1980, observamos a infiltração de “agentes de segurança” nos “atos públicos” organizados pelo movimento estudantil. Dessa forma, podemos compreender a descrição minuciosa dos eventos, assim como dos presentes (sobretudo, dos líderes do movimento). Nesses registros, são transcritos trechos das falas, das palavras de ordem, e cópias do material impresso distribuído nos eventos são anexadas aos relatórios (SI/DOPS/SSP/CE- Informe:-05/05/ 1987- DOCS-0087/0089).

No ano de 1981, pudemos perceber o controle acirrado das atividades discentes. Nos informes da época, são assembleias, passeatas, reuniões de centro acadêmico, debates, concentrações e manifestações nos *campi* das universidades que são rastreados. Nesses documentos, notamos que as ações de vigilância são perpetradas pelo DOPS/CE, contudo espraiam-se a outros órgãos, como a ASI/UFC. Isso nos permite compreender a complexa rede de investigação, controle e produção de informações (DOPS/CE/ Informe: 26/06/1981; Informe: 01/04/1981; Informe: 16/03/1981) (DOCS: 0072 - 0082); (DOPS/CE/Informe: 18/05/1981; Informe: 15/04/1981; Informe: 03/04/1981) (DOCS: 0083- 0086); (DOPS/CE/ Informe: 29/05/1981) (DOCS: 0087 - 0089).

Estratégias de resistência estudantil

As estratégias de resistência estudantis podem ser notadas a partir da organização da própria representação discente, por

meio de seus centros e diretórios acadêmicos, conforme referido anteriormente. Em documentos datados do ano de 1968, podemos perceber as ações de resistência dos estudantes, a partir do questionamento de autoridades militares convidadas pela universidade a proferir aulas de abertura do ano letivo da instituição. Como exemplo, referimo-nos ao ato de interpelar a presença do general Dilermando, no auditório da Faculdade de Direito, onde ele proferiria a aula inaugural do semestre. Muitos estudantes, inclusive o presidente do DCE da época, João de Paula Monteiro Ferreira, da Faculdade de Medicina, retiraram-se da solenidade, em protesto.

Se, por um lado, as estratégias de vigilância e controle militar agiam se infiltrando nos movimentos estudantis, por outro, os estudantes agiam na tentativa de desarticulá-las, identificando os agentes infiltrados. Em documento de informação do ano de 1980, observamos a preocupação dos militares, pois “está em desenvolvimento no meio estudantil, principalmente na Universidade Federal do Ceará, campanha que visa identificar os policiais, ‘dedos duros’, ‘agentes da opressão’” e outras denominações, como consta no documento. O movimento discente chegou a nomear estudantes somente para esse fim (CIE/CE/10^a RM/Informação: 05/12/1980) (DOCS: 0120 - 0135).

Avançamos para o ano de 1981. No dia 13 de março, observa-se em informe outro ato público no pátio externo da Reitoria da Universidade Federal do Ceará. Com o comparecimento em massa dos estudantes, o evento tinha como objetivo principal a demanda de recursos para as instituições universitárias. Registra-se que durante o evento tomaram a palavra os representantes estudantis na época: o presidente do DCE, José Clodoveu de Arruda Coelho Neto, o secretário para Assuntos Estudantis da UNE, Francisco Danilo Bastos Forte, e Luís Carlos Paes de Castro do DCE/UFC (SI/DOPS/SSP/CE: Informe; 16 de Março de 1981) (DOCS: 0067 - 0071).

Como vemos, a representação estudantil era a forma de organização discente utilizada para resistir ao esquema de vigilância e opressão militar, mas não a única. As panfletagens, as passeatas (os cartazes exibidos e as palavras de ordem nelas proferidas), “atos-shows”, ou mesmo outras formas de interação coletivas eram comumente utilizadas como ações que interpelavam o regime militar e sua forma de gerir o país. Na década de 1980, mais precisamente, 1984, vemos a organização de um desses eventos, um “ato-show” intitulado “Arte e resistência” no Bosque da Reitoria da Universidade Federal do Ceará. Após o evento, registra-se no relatório que os presentes foram em destino à praça do Ferreira, local do comício por eleições diretas. Durante o “ato-show”, estiveram presentes os presidentes do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará (UFC), da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e da Universidade de Fortaleza (Unifor), cujos nomes são: Gustavo Alberto Pereira de Moura, Pedro Ivo de Sousa Batista e Donizeti, respectivamente (Relatório: 02/04/1984). (DOCS: 0054 - 0066). Ainda em 1984, nota-se a atividade do movimento de estudantes da UFC por meio de concentração no pátio da Reitoria da universidade, com o objetivo de dar continuidade ao movimento grevista. Consta a presença de aproximadamente 600 pessoas no informe sobre o evento (Serviço Estadual de Informações/Informe: 30 de Março de 1984). (DOCS: 0054 - 0066).

É registrada, ainda, outra concentração realizada no dia 28 de março de 1984. Estiveram presentes funcionários e estudantes em frente à Reitoria da Universidade Federal do Ceará (UFC). O evento contou com o apoio e adesão dos diretórios estudantis da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e da Universidade de Fortaleza (Unifor). A reivindicação de eleições diretas figurava como pauta principal. Anexos, no relatório, estão panfletos do evento. Desses impressos, destacamos o Manifesto aos Estudantes Cearenses, onde se lê:

Apavorados com o avanço do movimento de massa, o Regime Militar em plena crise, com o apoio da oposição burguesa que hoje formula o projeto de “conciliação nacional”, exigem a manutenção da ordem a qualquer preço. Ordem que tanto querem seja respeitada, é preciso dizer claramente, é aquela que protege um regime militar e um Estado Burguês. [...] É a ordem que mantém impune os autores dos escândalos de corrupção. É a ordem da exploração e opressão para assegurar o privilégio de uma minoria. É contra esta ordem que se revoltam e hoje se lançam as ruas, estudantes e trabalhadores exigindo o atendimento de suas reivindicações e trilhando os caminhos para a sua libertação. (...) para responder a esta situação que os estudantes tem se mobilizado e realizado, realizando boicotes, ocupando RUs, invasões de Reitorias, manifestações de massa e na UFC a deflagração da GREVE GERAL. Uma greve que vem sendo construída no dia-a-dia na luta, na resistência e na mobilização.¹⁴

Isso posto, é possível compreender que a luta e mobilização estudantil extrapola o âmbito acadêmico-universitário, visto que litiga contra as imposições da ordem político-social vigente do regime militar. Entendemos, portanto, tratar-se de uma resistência consciente contra as estratégias e estruturas de repressão militares no meio universitário, mas que, realizando também um movimento “para além dos muros” da universidade, articula-se com outros segmentos igualmente prejudicados pelo governo da ditadura militar.

¹⁴ (Serviço Estadual de Informações/ Relatório: 30 de março de 1984) (DOCS: 0054 – 0066).

Capítulo II

Linha do tempo

Nossa intenção com esta seção dedicada à linha do tempo é enunciar a verdade dos fatos ocorridos na Universidade Federal do Ceará e no cenário da educação brasileira durante o período da Ditadura Militar. Isso se faz necessário para que tais atrocidades não sejam apagadas ao longo da história, afinal, como afirma Nicole Loraux (1992, p. 67), há um caráter recorrente de “propensão democrática de esquecer o inesquecível”.

1964

1º de abril - Golpe militar que destitui o presidente João Goulart e instala um regime ditatorial, que durou até 31 de dezembro de 1964. A sede da UNE, no Rio de Janeiro, foi atacada e incendiada. A 140ª sessão extraordinária do Consuni da UFC delibera sobre “suspender as atividades administrativas e escolares desta Universidade, ou somente as últimas, como medida de precaução para resguardar o patrimônio da instituição e para manter o respeito à disciplina e à ordem”.

2 de abril (141ª sessão extraordinária do Consuni da UFC) - Comunicado do reitor acerca das providências tomadas para garantir a ordem na universidade: as autoridades, por meio do chefe de polícia do Estado, haviam solicitado a colaboração da Reitoria no sentido de assegurar a abstenção, nos meios universitários, de qualquer manifestação de caráter subversivo. Após votação do conselho, foi decidido pela colaboração da universidade. Ademais, o Clube do Estudante Universitário (CEU) é cercado pela polícia, na intenção de impedir a concentração de estu-

dantes que manifestavam resistência contra a deposição do presidente João Goulart.

3 de abril (142ª sessão extraordinária do Consuni da UFC)
- Dá-se início às prisões de lideranças estudantis e populares (RAMALHO, 2002). Voto de louvor às forças armadas, prestado pelos conselheiros.

27 de abril - Congresso Nacional aprova decreto que extingue a UNE e proíbe greves e atividades políticas nas universidades do país.

2 de maio (144ª sessão extraordinária do Consuni da UFC)
- Conselheiros discorrem sobre um telegrama originário do Ministério da Educação e Cultura entregue à Reitoria em 28 de abril, que tem como assunto uma portaria que determinava a instauração de inquéritos nas universidades para investigação de atividades subversivas. Nas universidades, as comissões de inquérito seriam designadas pelos reitores.

9 de maio (99ª sessão extraordinária do Consuni da UFC)
- Conselheiro Ailton Gondim Lóssio informa que a comissão de inquérito, da qual era presidente - designado pelo vice-reitor, mediante Portaria nº 155 (05/05/1964) para dar cumprimento à Portaria nº 259 (22/04/1994), do Sr. Ministro da Educação -, fora instalada e já estava em plena atividade. Conselheiros também debatem sobre a extensão das investigações da supracitada comissão - se deveria percorrer o corpo docente e técnico-administrativo ou se deveria abarcar também o corpo discente -, e concluem que, a esses casos, é reservada responsabilidade da universidade.

4 de junho (147ª sessão extraordinária do Consuni da UFC)
- Reitor solicita representante da 10ª Região Militar para assessorá-lo na realização das atividades da comissão de inquérito. Essa norma seria seguida em todas as universidades. O major Antônio dos Santos Mello é citado como o representante.

5 de agosto (151ª sessão extraordinária do Consuni da UFC) - Reitor comenta o resultado das investigações da comissão

de inquérito na universidade. Uma subcomissão incumbida de abarcar apenas o corpo discente investigará um total de 78 estudantes indiciados, classificados em cinco relações distintas. Na primeira, constavam 48 indiciados por atos de subversão, na segunda, constavam discentes indiciados por atos de indisciplina, na terceira relação, com nomes de 25 discentes, estavam epigrafados “processos arquivados por improcedência”.

10 de setembro (103ª sessão ordinária do Consuni da UFC) – Após deliberação dos conselheiros, são aprovados o adiamento das eleições para qualquer representação estudantil e a anulação de quaisquer outras que tenham acontecido no segundo semestre de 1964.

26 de setembro (154ª sessão extraordinária do Consuni da UFC) – Reitor declara que recebera telegrama da diretoria do Ensino Superior determinando a suspensão das eleições nos órgãos estudantis.

23 de outubro (157ª sessão extraordinária do Consuni da UFC) – É apresentado aos conselheiros o parecer da comissão de inquérito que investigaria discentes na universidade. Os discentes que cometeram atos indisciplinares receberiam uma série de punições, como não votar e não serem votados em eleições da representação estudantil; não poderiam gozar de bolsas estudantis; não poderiam participar de excursões e delegações oficiais; não poderiam ser admitidos como auxiliares de professor ou monitores; e, depois de graduados, não poderiam receber em 1964 grau na solenidade única de colação, sendo o respectivo grau conferido posteriormente na secretaria do estabelecimento.

9 de novembro – Adoção da Lei nº 4.464/1964, Lei Suplicy de Lacerda, que impunha restrições às atividades das entidades estudantis universitárias.

1965

21 de maio (182ª sessão extraordinária do Consuni da UFC) – Reitor comunica aos conselheiros acerca de um telegrama pro-

veniente do Conselho Federal de Educação, que tratava dos poderes atribuídos à universidade para fiscalizar o funcionamento do Diretório Central dos Estudantes.

Julho - A UNE realiza o seu XXVII Congresso de forma clandestina, na Escola Politécnica de São Paulo, com todos os membros da diretoria anterior no exílio, na prisão ou desaparecidos. Dezoito estudantes cearenses, a maioria da UFC, são processados na Justiça Militar pela participação nesse congresso (BARREIRA, René. Contribuição ao Relatório da Comissão da Verdade UFC-UECE).

1966

28 julho - A UNE realiza o seu XXVIII Congresso em Belo Horizonte, no porão da Igreja de São Francisco de Assis. José Luís Moreira Guedes é eleito presidente da entidade.

26 de agosto (220ª sessão extraordinária do Consuni da UFC) - O conselho comenta a apreensão do *Jornal Universitário*, órgão oficial do Diretório Central de Estudantes (DCE).

12 de setembro (127ª sessão ordinária do Consuni da UFC) - É trazido ao conselho o incidente ocorrido na Faculdade de Direito, quando agentes do Departamento Federal de Segurança Pública invadiram o Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, no dia 6 de setembro desse ano.

21 de setembro (221ª sessão extraordinária do Consuni da UFC) - Conselheiro Homero Ferreira Castelo Branco Neto comenta sobre um incidente ocorrido na Faculdade de Direito, quando agentes do Departamento Federal de Segurança Pública invadiram o Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, e relata que, por iniciativa do DCE, seria realizada uma concentração de estudantes de diversas escolas superiores da capital na praça Clóvis Beviláqua, numa iniciativa de solidariedade aos colegas estudantes do sul do país, que sofreram punições e tiveram seus centros e diretórios acadêmicos fechados. Reitor comenta sobre o Aviso Circular do MEC dirigido a todas as universidades fede-

rais, que tratava das providências a serem tomadas pelos diretores das unidades acadêmicas, a respeito das atividades dos diretórios acadêmicos. O conselheiro Homero Ferreira Castelo Branco Neto comenta que as proibições constantes da Lei nº 4.464 (Lei Suplicy), artigo 14, diziam respeito a pronunciamentos de caráter político-partidário e outras manifestações que tivessem como objetivo incitar, promover ou apoiar ausências coletivas nos trabalhos escolares. O conselho conclui que os diretores deveriam agir conforme a lei.

1967

7 de abril - Aprovação e nomeação de trinta professores sem concurso pelo Conselho Universitário da UFC.

20 de setembro - Após consenso em assembleia, estudantes vão às ruas. A repressão policial se faz presente, na tentativa de dispersar a manifestação, encurralando os estudantes na Faculdade de Direito. Após saírem em pequenos grupos, apenas estudantes seguem em direção às principais ruas e praças da cidade, realizando novos atos e, novamente, sofrendo repressão policial. Segundo Ramalho (2002), durante as refeições no CEU, estudantes realizam atos internos e sofrem ofensiva das tropas da PM e de viaturas do Corpo de Bombeiros; a ação policial ataca estudantes com jatos d'água e recebe como reação pedradas por parte do corpo estudantil que estava presente. A situação se resolve após intervenção da Reitoria, exigindo a retirada dos policiais do ambiente universitário, haja vista que o alunato realizava manifestação em espaço fechado. O acontecimento foi capa do jornal *O Coruja*, publicação oficial do Centro Acadêmico São Tomás de Aquino (CASTA), da Faculdade de Filosofia do Ceará - Fafice, instituição que foi incorporada à Universidade Estadual do Ceará em 1976.

4 de dezembro - Enquanto era impresso na Editora Gráfica em Fortaleza, novamente ocorre a apreensão do *Jornal Universitário* pela Polícia Federal.

6 de dezembro – Publicação de nota oficial pelo DCE denunciando a apreensão do *Jornal Universitário*. Segundo o diretório, “o ato expressa um abuso de força ditatorial” (Atas do Consuni da UFC, 27/12/1967:9).

1968

2 de março (143ª sessão ordinária do Consuni da UFC) – O conselho delibera uma sanção disciplinar imposta ao DCE por um manifesto proferido durante a aula magna, que fora ministrada pelo general Dillermundo Gomes Monteiro. As providências disciplinares aplicadas foram: suspensão do reconhecimento do DCE e de todos os diretórios acadêmicos que se mostraram solidários ao manifesto por seis meses.

1º de abril – Em lembrança a Edson Luís (universitário morto no Rio de Janeiro pela polícia, em 29 de março de 1968) e protestando contra a repressão da ditadura, os estudantes promoveram em Fortaleza uma grande passeata, a qual, segundo a imprensa, contou com cerca de dois mil jovens de escolas superiores e secundárias. No final do evento, um grupo de manifestantes, espontaneamente ou seguindo a orientação da cúpula local do PCdoB – há sobre isso controvérsias – depredou a sede do USIS,¹⁵ na Galeria Pedro Jorge, centro da cidade. O quebra-quebra do USIS levou vários estudantes a serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional e à “prisão preventiva” de dois deles, Antônio de Matos Brito e Juraci Mendes de Oliveira (ambos acadêmicos de Filosofia), por quase 30 dias no 23º BC, com base curiosamente em fotos batidas pelo então repórter fotográfico de *O Povo*, Egídio Serpa, e repassadas ao DOPS. Não por acaso, os jornais tornaram-se alvo de críticas e do furor estu-

¹⁵ O *United States Information Service* (USIS) foi uma entidade de intercâmbio cultural entre Brasil e Estados Unidos. O USIS “[...] refletia o trabalho de hegemonia dos Estados Unidos, inclusive recebendo verbas para programas de bolsas e assistencialismo” (Maia Júnior, 2008, p. 229).

dantil (houve agressões a repórteres e manifestações de repúdio ao *O Povo*) nas novas passeatas organizadas, que exigiam a libertação dos colegas. No mesmo intento, os estudantes soltaram notas pela cidade, promoveram comícios relâmpagos em praças e ônibus e paralisaram as atividades da Universidade do Ceará. Os dois jovens, que chegaram a acusar a Polícia Federal de tê-los torturado, foram libertos graças a um *habeas corpus* impetrado ao Superior Tribunal.¹⁶

23 de abril – Acatada a proposta do reitor de suspensão do DCE, durante reunião do Consuni. Novas eleições para os diretórios estudantis são propostas, a partir da Lei Suplicy.

24 de junho – Violenta repressão policial à manifestação estudantil na praça José de Alencar. A polícia cerca o logradouro e passa a agredir intensamente todos que estavam presentes. Segundo Ramalho (2002, p. 253), grande parte dos estudantes se refugiaram na Faculdade de Odontologia, que se localizava naquela praça. Ademais, cinco estudantes são hospitalizados, entre eles Antônio Juvenal Nogueira (baleado com dois tiros), Assuero Castro Pinto (baleado na coxa) e Bergson Gurjão Farias (ver seção “Casos emblemáticos”) – vice-presidente do DCE.¹⁷

7 de junho (146ª Sessão ordinária do Consuni da UFC) – O conselheiro Carlos Roberto Martins Rodrigues relata a repressão policial contra as manifestações estudantis. Comenta também que Antônio Juvenal Nogueira, da Escola de Agronomia, e Décio Farias, vice-presidente do DCE, foram gravemente feridos em embates contra a polícia.

24 de junho – Sob influência da Passeata dos 100 mil, realizada no Rio de Janeiro em protesto contra o assassinato do secundarista Edson Luís, manifestação estudantil com 30 mil parti-

¹⁶ Informações do jornal *O Povo* (2/04/1968, p. 2; 3/04/1968, p. 6; 7/04/1968, p. 6; 16/04/1968, p. 6).

¹⁷ Informações dos jornais *Tribuna do Ceará* e *Gazeta de Notícias* dos dias 25 e 26 de junho de 1968.

cipantes é duramente reprimida no episódio conhecido como Massacre da José de Alencar. Na ocasião,

Antônio Juvenal Nogueira, acadêmico de Agronomia, foi alvejado a tiros no fígado e no diafragma, na entrada da residência universitária, cerca de seis quarteirões do centro da Cidade; o acadêmico de Física Bergson Gurjão, vice-presidente do DCE, foi espancado severamente [ver “Casos emblemáticos”]; [...] [registrou-se] a depredação da Escola de Odontologia, localizada na praça José de Alencar e invasão a tiros, ferindo Assuero Castro Pinto, universitário de Odontologia, com um tiro na coxa, no Portão da Escola quando buscava se refugiar da violência das forças policiais (Maia Júnior, 2008, p. 91-92).

28 de junho (255ª sessão extraordinária do Consuni da UFC) – Nota do Consuni sobre os últimos acontecimentos na área estudantil; o presidente do DCE comenta a repressão policial contra os movimentos de reivindicação estudantil, cita também a invasão de policiais à Faculdade de Odontologia. O conselho decide publicar uma nota que expressava solidariedade às reivindicações estudantis e apelo às autoridades para que os estudantes detidos fossem libertados.

13 de outubro – É realizado clandestinamente o XXX Congresso da UNE em Ibiúna (SP). Os militares invadem o encontro e prendem cerca de mil estudantes, entre eles, lideranças da UNE como José Dirceu, Franklin Martin e Vladimir Palmeira. Maria Francisca Sales Pinheiro (Ciências Sociais), Bergson Gurjão Farias (Química); Francisco Assis Aderaldo (Filosofia Estadual e Direito); Francisco Inácio de Almeida (Escola de Administração); João de Paula Monteiro Ferreira (Medicina); José Genoíno Neto (Filosofia Estadual – presidente do DCE); Marco Antônio Holanda Penaforte (Medicina); Maria Ruth Ribeiro Cavalcante (Filosofia Federal); Inocêncio Rodrigues Uchôa, Pedro Albuquerque Neto e José Arlindo Soares (Direito), delegados cearenses, estiveram entre os presos de Ibiúna.

15 de outubro - Ato em protesto às prisões em Ibiúna, quando do Congresso da UNE, é severamente reprimido pela polícia.

23 de outubro - De acordo com Ramalho (2002), é decretada a prisão preventiva - promulgada pelo DOPS de São Paulo - de dez dos trinta representantes cearenses que participaram do Congresso da UNE, em Ibiúna (SP) - enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

28 de novembro - Adoção da Lei nº 5.540, da chamada Reforma Universitária, que fixa normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

13 de dezembro - O governo militar baixa o Ato Institucional nº 5 (AI-5), suprimindo as liberdades públicas que ainda perduravam no país.

1969

26 de fevereiro - Baixado o Decreto-Lei nº 477, que tornava legal a expulsão e perseguição de membros do corpo discente das instituições de Ensino Superior por atividades e manifestações políticas e reivindicatórias.

Abril - Realiza-se clandestinamente a Plenária da UNE, considerada a continuação do Congresso de Ibiúna. Elege-se aí uma nova direção da entidade integrada pelo estudante da UFC João de Paula Monteiro Ferreira.

Julho - Realiza-se o Conselho Nacional da UNE numa fazenda na Baixada Fluminense. Nessa ocasião, o estudante da UFC José Genoíno é integrado à direção no lugar de dirigentes presos ou desaparecidos.

Agosto - Organiza-se um DCE clandestino na UFC.

12 de setembro - Adoção do Decreto-Lei nº 869, que "dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no país, e dá outras providências".

1970

17 de fevereiro (13ª sessão extraordinária do Consuni da UFC) – É discutida pelo conselho a reabertura dos diretórios acadêmicos. O conselho, por unanimidade, mostra-se favorável à sugestão.

Maio-junho – Prisão de estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia da UFC.

1971

Janeiro – No âmbito das universidades, as AESIs foram criadas a partir de janeiro de 1971, após o Ministério da Educação e Cultura ter aprovado seu Plano Setorial de Informações.

14 de janeiro – Edição do Decreto nº 68.065, que regulamenta o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, acerca da oferta dos conteúdos de Educação Moral e Cívica em todos os níveis da educação nacional. O Decreto nº 68.065 estabelece, entre outras coisas, as bases doutrinárias da disciplina, podendo-se destacar no seu:

Art. 3º. – A Educação Moral e Cívica apoiando-se nas tradições nacionais como finalidade: a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus; b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história [...].

11 de junho – Adoção da Resolução nº 239/Consuni da UFC, de 11 de junho de 1971, que inicia a transição da estrutura da universidade para se adequar às mudanças da reforma administrativa federal, inclusive ao Plano Setorial de Informações. Curiosamente, no portal da UFC, na internet, não se acha ne-

nhuma referência à criação, no período de que trata esse relatório, da Assessoria Especial de Informação (ASI), embora se encontrem, como está registrado, os atos que levaram à sua extinção.

Setembro/outubro – Realiza-se, na mais absoluta clandestinidade, o 31º Congresso da UNE, que reelegeu Honestino Guimarães para presidente. O estudante da UFC José Francisco dos Santos Rufino foi eleito para essa diretoria. O evento foi esquecido em função da dispersão brutal imposta pela repressão, a tal ponto que o Congresso de Reconstrução, realizado em 1979, foi relacionado como 31º.

1972

28 de abril – Adoção da Resolução nº 250/Consuni da UFC, que normaliza a oferta da disciplina de Educação Moral e Cívica, obrigatória em todos os cursos de graduação e pós-graduação, sob a forma de Estudos de Problemas Brasileiros – EPB, de acordo com o Decreto-Lei nº 869/1969.

10 de outubro – O presidente da UNE, Honestino Guimarães desaparece, juntando-se às centenas de desaparecidos da ditadura de 1964.

1973

17 de março – Alexandre Vannucchi Leme, da Universidade de São Paulo (USP), é preso e morto pelos militares. A missa em sua memória, na Catedral da Sé, em São Paulo, é o primeiro grande movimento de massa desde 1968.

18 de outubro – A Lei nº 9.753 autoriza o Poder Executivo Estadual a instituir a Fundação Educacional do Estado do Ceará – FUNEDUCE, cuja primeira presidente foi a Prof.^a Antonieta Cals de Oliveira.

1975

5 de março - A Resolução nº 2 do Conselho Diretor da FUNEDUCE cria a Universidade Estadual do Ceará (UECE), que teve incorporada ao seu patrimônio as unidades de Ensino Superior existentes na época, tais como: Escola de Administração do Ceará, Faculdade de Veterinária do Ceará, Escola de Serviço Social de Fortaleza, Escola de Enfermagem São Vicente de Paula, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (em Limoeiro do Norte), além da Televisão Educativa Canal 5.

10 de março - O Decreto Estadual nº 11.233 referenda a criação da Fundação Universidade Estadual do Ceará.

26 de março - Adoção da Resolução nº 313/Consuni da UFC, que adéqua as normas da universidade ao Decreto nº 86.065/1971, que regulamentou a oferta dos conteúdos de Educação Moral e Cívica (EPB) no Ensino Superior. O Art. 2º da resolução repete literalmente os princípios contidos no Decreto nº 86.065/1971.

1976

Novembro/dezembro - Conforme documento do SNI (Informação nº 527, de 4 de agosto de 1977), ocorrem reuniões no âmbito da UFC com vistas à reorganização do movimento estudantil, identificando-se como responsáveis os alunos e alunas Waldeck Capibaribe, Silas de Paula, Fausto Arruda Filho, Fátima Regina Lopes, Socorro Saldanha e Fred Willams Coutinho, com o apoio de alguns professores e professoras: Agamenon Almeida, Adísia Sá e Célia Maria Guabiraba.

1977

30 de março - Primeira manifestação estudantil pública numa passeata em São Paulo, que saiu do *campus* da USP e foi até o Largo de Pinheiros, reunindo 5 mil pessoas.

2 de maio - Greve dos estudantes da USP contra a prisão de colegas presos em 29 de abril. A greve se alastra pelas universidades paulistas e atinge a marca de 80 mil grevistas.

3 de maio - Ato dos grevistas na PUC-SP.

9 de maio - Armando Falcão, então ministro da Justiça, envia telegrama a todos os governadores proibindo qualquer manifestação coletiva em logradouro público.

4 de junho - O III Encontro Nacional dos Estudantes (III ENE), em Belo Horizonte, para discutir a reconstrução da UNE, é impedido de acontecer em função da invasão das dependências da UFMG pelas forças de segurança. Quatrocentos jovens foram presos e detidos no Parque de Exposições da Gameleira.

17 de junho - Com autorização da administração superior da UFC, ocorre uma reunião voltada para a rearticulação das entidades estudantis nessa universidade, reunindo 150 estudantes.

23 de junho - Ocorre, mais uma vez com autorização da Reitoria da UFC, nova reunião de articulação da retomada das entidades, de novo na Faculdade de Direito.

19 de junho - Ocorre o Dia Nacional de Luta ainda referente à prisão dos estudantes participantes do III ENE.

11 de julho - Mais uma reunião dos articuladores da reabertura das entidades estudantis da UFC, agora tendo na pauta a discussão do modelo de estatutos para elas.

Agosto - Aparece o primeiro número do Boletim da Comissão de Reabertura dos Diretórios Estudantis, que se tornaria a Comissão Pró-DCE da UFC.

Setembro - Nova tentativa de realizar o III Encontro Nacional de Estudantes (III ENE) na PUC de São Paulo, com o objetivo de reorganizar a UNE. Luís Carlos Paes comparece a esse encontro representando a UFC. O evento foi interrompido pela invasão da instituição pelas forças da repressão, que prendeu centenas de estudantes. Dezesesseis sofreram queimaduras - quatro, com gravidade. No dia seguinte, estudantes foram para a rua protestar em várias cidades, inclusive Fortaleza.

1978

Outubro - No IV Encontro Nacional dos Estudantes (IV ENE), ocorrido em São Paulo, em outubro de 1978, os estudantes aprovam a formação de uma Comissão Pró-UNE encarregada de preparar o congresso de reconstrução da entidade em maio do ano seguinte, na cidade de Salvador.

Outubro/novembro - De acordo com documentos do SNI (Informação 062, de 3 de abril de 1979), rearticularam-se os diretórios acadêmicos do Centro de Ciências da Saúde (CCS), do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA) e do Centro de Tecnologia (CT) da Universidade Federal do Ceará (UFC), que realizaram eleições para suas diretorias. Foram eleitos para essas diretorias, entre outros, Luís Carlos Paes (CT) e José Policarpo Araújo Barbosa (CCS).

Dezembro - É rearticulado o Conselho de Entidades (CAs e DAs) da UFC, com vistas à refundação do DCE.

1979

30 de maio - Acontece em Salvador (BA) o XXXI Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), reunindo oito mil delegados nas dependências do Centro de Convenções de Salvador, ainda em construção.

Julho - Realiza-se a Reunião da SBPC nas instalações da UFC, momento em que se intensificam as articulações de retomada do movimento estudantil e das chapas que concorrerem às eleições da UNE.

2 e 3 de outubro - Ocorrem as primeiras eleições diretas da UNE após o Congresso de Reconstrução. Acorrem às urnas 356.722 estudantes em todo o Brasil para votar em cinco chapas inscritas no pleito. É eleito presidente o baiano Rui César Costa Silva, pela chapa Mutirão. Nos mesmos dias, ocorrem as primeiras eleições do DCE da UFC, depois de 1968, concorrendo cinco chapas e sendo eleito para presidente Luís Carlos Paes.

1980

Setembro – Estudantes e professores da UFC paralisam as atividades por três dias no âmbito da greve nacional convocada pela UNE, que abrangeu 1 milhão de docentes e discentes de 32 universidades, sendo 20 (de um total de 34) federais (Araújo, 2006, p. 73).

30 de setembro – Durante a apuração das eleições para o DCE da UFC, o Movimento Anticomunista (MAC) explode uma bomba no estacionamento da sede da entidade, no contexto de uma série de ataques de grupos de extrema-direita alimentados e protegidos pela ditadura. Destacam-se a tentativa de ataque terrorista ao show do 1º de maio no Rio de Janeiro, o atentado a bomba na sede da OAB e diversos atentados contra bancas de revistas que vendiam jornais da imprensa alternativa.

12 e 13 de novembro – Ocorre o XXXII Congresso da UNE, em Piracicaba (SP).

1981

16 e 17 de fevereiro – Acontece em Campinas (SP) o III Encontro Nacional das Associações de Docentes (ENAD). Na pauta, estava a criação de uma entidade nacional de docentes do Ensino Superior.

19 de fevereiro – Fundada a Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). O professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFC Agamenon Tavares Almeida integrará a diretoria como 1º vice-presidente.

11 de março – O DCE da UFC realiza assembleia de estudantes para tratar da majoração do preço do RU.

13 de março – Ato público nos jardins da Reitoria da UFC convocado pelo DCE.

13 de agosto – A Resolução nº 11/Consuni da UFC majora o preço das refeições do Restaurante Universitário, suscitando campanha do DCE pelo congelamento dos preços do RU.

21 de outubro – Ofício nº 0236/81/20/DSI/MEC informava a desativação da ASI-UFC.

Novembro – Realiza-se o XXXIII Congresso da UNE.

1982

1 a 5 de fevereiro – 1º Congresso da Andes. O professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFC Agamenon Tavares Almeida integrará a diretoria como 1º vice-presidente regional Nordeste I.

18 de março – DCE da UFC promove atividades locais do Dia Nacional de Luta contra o “Pacote do MEC”, a Portaria nº 3/82 que estabelecia, no âmbito das universidades federais, distinção entre estudantes “carentes” e “não carentes”, e arbitrava regras para cobrança de mensalidades a estes últimos.

24 de março – DCE da UFC realiza assembleia que delibera pela greve geral estudantil contra o “Pacote do MEC” que, com efeito, é retirado.

7 de maio – Lançamento pelo DCE da UFC da campanha em defesa do ensino público e gratuito, com ato-show na praça José de Alencar.

15 e 16 de maio – Seminário pelo Ensino Público e Gratuito é promovido pelo DCE da UFC com a participação do educador Lauro de Oliveira Lima.

Outubro – Realiza-se o 34º Congresso da UNE, em Piracicaba, São Paulo.

1983

Agosto – Realizam-se as primeiras eleições para o DCE da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Outubro – Realiza-se o 35º Congresso da União Nacional dos Estudantes – UNE, em São Bernardo do Campo, São Paulo.

1984

28 de janeiro - Realiza-se em Fortaleza, na praça do Ferreira, o comício das Diretas Já, reunindo um público estimado em 30 mil pessoas. Os movimentos estudantil e docente da UFC e da UECE se mobilizaram intensamente para participar do evento.

28 de março - “Ato-show” intitulado Arte e Resistência no Bosque da Reitoria da Universidade Federal do Ceará. Em seguida, após o evento, registra-se no relatório que os presentes ao ato foram em destino à praça do Ferreira, local do comício por eleições diretas. A atividade foi promovida pelos DCEs da UFC e da UECE.

25 de abril - Derrota da PEC nº 5, de 2 de março de 1983, de autoria do deputado Dante de Oliveira que reestabelecia as eleições diretas para presidente da República.

25 a 28 de outubro - Realiza-se o XXXVI Congresso da UNE, no ginásio do Maracanãzinho, no Rio de Janeiro.

31 de outubro - A UNE é reconhecida oficialmente pela Lei nº 7.395/1985.

1985

18 a 22 de setembro - Realiza-se a II Semana de Educação promovida em conjunto pelos CAs de Pedagogia da UECE e da UFC.

Agosto - Acontece a primeira greve dos professores e funcionários da UECE, a qual contou com o apoio dos estudantes.

1986

Abril - Realiza-se o XXXVII Congresso da UNE.

Julho - Informados da extinção da ASI/AESI, estudantes da UFC, convocados pelo DCE, resgatam os documentos acumulados pelo órgão numa ação que envolveu a participação de 22

alunos da instituição. O fato e a fartura de informações encontradas dão origem ao livro *A UNE contra o SNI*.

5 de agosto – Governo Sarney, por meio do MEC, edita a portaria nº 576, extinguindo as ASIs ainda existentes nas universidades brasileiras.

29 de agosto – Sem mandado judicial, a Polícia Federal invade o DCE-UFC e apreende grande parte do material levado pelos alunos, assim como prende a então diretora do DCE, Liduína Fontenele, Francisca Márthir e Inácio Arruda Cavalcante, respectivamente encaminhados ao presídio feminino Desembargadora Auri Moura Costa e ao Instituto Penal Professor Olavo Oliveira (IPPO).

30 de setembro – Decreto nº 93.314 dispõe sobre a extinção das ASIs/AESIs.

1987

9 a 12 de outubro – Realiza-se o XXXVIII Congresso da UNE, em Campinas, São Paulo.

1988

5 de outubro – Promulgada a Constituição Federal, fruto dos trabalhos do Congresso Constituinte eleito em 1986. O *habeas data*, instituto que permitiu o acesso à boa parte das informações do período da ditadura, inclusive acerca dos atingidos pelas medidas repressivas, está previsto no seu Art. 5º, LXXII.

Capítulo III

Vidas mutiladas

Casos emblemáticos

Esta seção foi fortemente induzida pela Comissão Nacional da Verdade, tendo em vista a escolha de casos que ultrapassaram a singularidade e limite do fato ocorrido. Nesse sentido, um caso emblemático seria demarcado pela forte violação dos direitos humanos, possibilitando análises e conclusões bem mais amplas do que o caso relatado.

O primeiro caso narra a trajetória de um estudante militante, de classe média, com uma sociabilidade comum a vários jovens de sua época, que, impulsionado pelos seus ideais em uma situação de repressão política, passou a viver na clandestinidade. A situação o levou a participar da Guerrilha do Araguaia e, em disputa com as forças da repressão, foi assassinado.

O segundo caso narra o entrelaçamento de famílias nas lutas políticas, unindo laços de consanguinidade e afinidades. A família se torna extensiva a partir de afinidades políticas que se ampliam a partir de novos integrantes.

O terceiro caso configura uma situação emblemática da repressão sofrida por uma instituição formada por um grupo de cientistas da UFC. A desativação do Instituto de Medicina Preventiva (IMEP) em 1969, logo após o Ato Institucional nº 5, ocorreu após a implantação da Reforma Universitária de 1969, momento de arbítrio instaurado no país.

Primeiro caso: *Bergson Gurjão Farias*

Nasceu em Fortaleza em 17 de maio de 1947. Pertencente a uma família de classe média, desde cedo foi um jovem profundamente engajado com as causas sociais. Tornou-se presidente do diretório acadêmico do Instituto de Química da UFC e colaborou na criação de um cursinho gratuito de aulas de matemática, preparatório para o vestibular.

Em 6 de outubro de 2009, **Bergson Gurjão Farias** voltou ao Ceará, depois de mais de quatro décadas da sua partida. Ou melhor, uma pequena urna com os seus restos mortais, identificados, desceu de um avião da Força Aérea Brasileira, percorreu Fortaleza em um carro do Corpo de Bombeiros e seguiu até a Reitoria da Universidade Federal do Ceará, onde Bergson havia sido estudante do curso de Química.

Os jardins da universidade foram palco da homenagem ao jovem generoso que dera ali os seus primeiros e importantes passos na vida política. Com honras de Estado, aquele foi um ato simbólico. Mais do que o reencontro de Bergson com seus velhos companheiros de luta, com seus familiares, com seus amigos, com as novas gerações de lideranças e militantes, aquele ato foi uma espécie de reencontro com a democracia, representou, simbolicamente, mais uma derrota da ditadura e do arbítrio, da mesma ditadura que ceifara a vida de Bergson quase quatro décadas antes.

Na Universidade Federal do Ceará, Bergson encontrou a militância estudantil e política. Foi um dos principais militantes do Partido Comunista do Brasil, que se consolidaria como a principal força política no meio dos estudantes cearenses nos anos finais da década de 1960. Bergson foi vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará e, como tal, uma das mais respeitadas lideranças do movimento estudantil.

Brincalhão, sempre de bom humor, era, na descrição dos familiares e amigos, um rapagão alegre e disposto, terno e tenaz,

aficionado pelo basquete e pela luta do povo. Era o “grandão”, no dizer da irmã Ielnia, ou, como afirmou Tânia, a outra irmã, “um diamante lapidado, cheio de facetas e muito brilhante”.

No curso da luta política, no horror que se abateu sobre o país naqueles anos tenebrosos, Bergson foi preso e expulso da universidade. Gravemente ferido na cabeça em uma das manifestações estudantis, condenado a dois anos de reclusão, não restou a Bergson outro caminho além da vida clandestina.

Mudou-se inicialmente para São Paulo, onde continuou a militância política na clandestinidade até que, em 1969, deslocou-se para a região de Caianos, no Araguaia, onde juntou-se a militantes que lá estavam e a outros que ainda viriam. Ali Bergson encontrou vários dos companheiros de luta do movimento estudantil do Ceará, igualmente militantes do Partido Comunista do Brasil.

Com o nome de Jorge, dedicou-se ao trabalho camponês e à integração com a população local, até que foi deflagrada a Guerrilha do Araguaia, com o ataque do exército à área, em 12 de abril de 1972. Bergson era muito respeitado pelos moradores e pelos guerrilheiros, exercendo ali também a liderança que lhe era peculiar. Os relatos dão conta de que Bergson foi provavelmente o primeiro morto entre os guerrilheiros do Araguaia. Ele foi dado como desaparecido em 8 de maio de 1972, e alguns dos seus camaradas afirmam que foi morto em combate. Seus restos mortais foram identificados quase quarenta anos depois e trazidos para Fortaleza, sendo entregues à sua mãe, Luíza Gurjão, e aos demais familiares.

Os restos mortais de Bergson retornaram em 6 de outubro de 2009, em ato carregado de emoção, que contou com a presença do governador do Estado do Ceará, Cid Gomes, da prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, do ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria dos Direitos Humanos, do presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Paulo Abrão, do senador Inácio Arruda (PCdoB/CE), dos deputados federais José Genuíno

(PT/SP) , Chico Lopes (PCdoB/CE), Daniel Almeida (PCdoB/BA), Pedro Wilson (PT/GO), Luiz Couto (PT/PB) e do deputado estadual Lula Moraes (PCdoB/CE), entre outros. Ainda prestigiaram o evento o vice-reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Henry Campos, o presidente da UNE, Augusto Chagas, o presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo, e diversas lideranças estudantis da época, como: Carlos Augusto (Patinhas), Benedito Bizerril, Helena Serra Azul, Fausto Nilo, Mariano de Freitas e Ruth Cavalcante.

A massiva presença da comunidade universitária, entre autoridades, familiares, amigos e companheiros que haviam militado com ele, representou um ato de reconhecimento à luta travada por ele e por tantos outros. Foi um reconhecimento à justiça daquela luta. Foi um reconhecimento à generosidade dos jovens daquela geração, muitos dos quais, como Bergson, deram a vida pela democracia e em defesa do povo brasileiro.

Segundo caso: histórias de família em tempos de ditadura militar – família Serra Azul/Fonseca

Em um contexto de injustiças, assassinatos, crueldade e desumanidades, em que se tentava impor o silêncio dos mortos, jovens sonhavam em construir um mundo melhor. Lutavam contra forças e aparatos grandiosos, seguiam em frente, arriscando vida, liberdade, futuro. Excediam na generosidade, no amor à humanidade. Desafiavam o perigo que espreitava.

Nesse cenário, casais se formavam no movimento estudantil, forjados na luta contra a ditadura. Famílias interagiam na busca do mesmo sonho. A luta era comandada por universitários da Universidade Federal do Ceará e da Universidade Estadual do Ceará, tão bem-conceituadas que seus alunos tinham garantia de êxito profissional, no entanto, jovens se arriscavam em nome do ideal que abraçavam, sendo duramente reprimidos e perseguidos.

O movimento secundarista era liderado pelo Centro dos Estudantes Secundaristas do Estado do Ceará (CESC), com papel destacado.

Helena Serra Azul Monteiro e Francisco das Chagas Dias Monteiro, estudantes de Medicina da UFC, começaram a militância política no movimento estudantil e integravam a Juventude Estudantil Católica (JEC). Queriam o socialismo cristão. Posteriormente, ingressaram na Ação Popular e passaram a defender o marxismo-leninismo. Em 1968, com o AI-5, tiveram sua casa invadida e foram para a clandestinidade, sendo presos em 1969, na Zona da Mata pernambucana, e torturados no Recife. Helena estava grávida, e seu filho, Manuel Carlos Serra Azul Monteiro, nasceu na prisão, em 1970, com graves problemas de saúde. Cumpriram dois anos de detenção.

No ano de 1972, já em Fortaleza, foram sequestrados na frente de familiares e vizinhos e na presença do filho, de quase dois anos, pela Operação Bandeirante - OBAN (DOI-CODI), comandada pelo delegado Fleury, sendo levados para o quartel do 23º BC. Após serem soltos, tiveram dificuldade de retomar o curso de Medicina, retornando após quatro anos de afastamento. Quando se formaram, tiveram de mudar-se para Campinas, em São Paulo, devido a perseguições profissionais.

Manoel Dias da Fonseca Neto militava no curso de Medicina na UFC (1967). Casou-se com Iracema Serra Azul (irmã de Helena e Cacau). Militante do movimento estudantil secundarista, ainda adolescente, era da JEC e, posteriormente, da Ação Popular. Fonseca teve prisão preventiva decretada em 1971, entrando na clandestinidade, e sua esposa Iracema, grávida de quase nove meses, não pôde acompanhá-lo. Com o cerco fechado e sem poder movimentar-se, Iracema teve a filha Andréia Serra Azul da Fonseca, sem condições de identificar-se nem mesmo a seus familiares, devido ao monitoramento executado pelos aparelhos de repressão.

Posteriormente, Iracema foi juntar-se ao marido na clandestinidade, levando, inicialmente, o filho Luís Ernesto Serra Azul da Fonseca, depois a filha Andreia. Foram presos na periferia de Recife, em 1974, ocasião em que tiveram os filhos sequestrados por cerca de quarenta dias, só sendo devolvidos após denúncia da advogada Dra. Mércia a organismos de direitos humanos internacionais. Torturados no quartel do 4º Exército no Recife, Iracema foi solta e Fonseca veio transferido para o IPPS, em Fortaleza (CE).

Manoel e Iracema tiveram suas vidas completamente destroçadas. Foram impedidos de estudar e depois perseguidos profissionalmente. Ainda na vigência do golpe militar, Iracema ingressou na Universidade Federal do Ceará, onde cursou Biologia.

José Machado Bezerra, estudante de Física da Universidade Federal do Ceará (1967), foi um dos líderes da ocupação desse curso, onde conheceu Maria do Carmo Moreira Serra Azul (Cacau), irmã de Helena e Iracema Serra Azul, que era uma das representantes do Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará (CESC). Machado foi preso em 1968, distribuindo panfletos em apoio a uma greve de operárias da Cione. O casal foi capturado pela Operação Bandeirante - OBAN (1972), que havia se deslocado ao Ceará para desbaratar pessoas acusadas de terrorismo. Foram torturados por Sergio Paranhos Fleury e sua equipe. Maria do Carmo foi solta, e Machado, transferido para o presídio IPPS, no Ceará.

Maria do Carmo Serra Azul ingressou na Faculdade de Economia da UFC, tendo sido acusada de participar do Diretório Central dos Estudantes - DCE/UFC e da Nova Esquerda. Concluiu a faculdade alguns anos depois.

Em 1974, José Machado foi sequestrado no Ceará e levado para o Recife, sendo barbaramente torturado. Lá estavam presos Iracema, Fonseca e sua irmã Fátima Elizabeth Ferreira da Fonseca, enquanto as crianças Ernesto e Andreia estavam desaparecidas.

Havia outros detidos no quartel. Na época o militante de Ação Popular Rui Frazão havia desaparecido e nunca mais foi achado. Em uma cela estavam gravadas, com sangue, as iniciais “ZE”, escritas por José Carlos da Matta Machado, torturado até a morte pela equipe do Fleury, para sinalizar sua passagem pelo local. Os carrascos gabavam-se de tê-lo assassinado e faziam questão de exibir aos outros torturados a cela onde ele agonizara.

Fátima Elizabeth ingressou no curso de Ciências Sociais da UFC e teve de ir para a clandestinidade, abandonando o curso e o emprego, por perseguições políticas. Foi presa em 1974, grávida de Manoel Carlos, em Recife. Juntamente com seu irmão Fonseca e sua cunhada Iracema, foi submetida a um teatro de horror. Quando foi solta, com a ameaça de ser novamente detida, entrou novamente para a clandestinidade com o companheiro Jeová Alencar, ambos integrantes de Ação Popular. Deslocaram-se para o estado de Mato Grosso, onde passaram por extremas dificuldades, continuando a participação em movimentos sociais e políticos da região. Lá nasceram mais três de seus filhos: Rocilda, Helenira (homenagem à guerrilheira de mesmo nome morta no Araguaia) e Jeová, que passaram por toda sorte de privações. Fátima foi extremamente prejudicada e sofre até hoje de profundas sequelas não cicatrizadas.

Rosa Ferreira da Fonseca (irmã de Fonseca e Fátima) era estudante de Ciências Sociais da UFC (1971) e integrante de Ação Popular. Debateu com o ministro da Educação da ditadura Cel. Jarbas Passarinho, como representante estudantil, sofrendo perseguição a partir desse episódio. Após um evento no Restaurante Universitário da UFC, no qual estudantes faziam reivindicações, ação que ficou conhecida como O Movimento Bandeja, houve perseguições, tentaram deter Rosa na Residência Universitária, mas ela conseguiu escapar. A liberdade durou pouco. Ela foi capturada, processada e transferida para o presídio feminino, onde ficou detida durante dois anos. Depois de solta, continuou militante e se envolveu firmemente nos movimentos sociais.

O regime de arbítrio destruía tudo que tocava, assim como destruiu a infância e adolescência dos filhos dos combatentes, traumatizou os pais, que queriam apenas, como Zuzu Angel, salvar a vida dos seus filhos, todos jovens, com menos ou na faixa dos 20 anos.

Celso Serra Azul foi detido e interrogado, tentava contatos com militares de seu convívio e viajava buscando proteger suas filhas. Maria do Socorro Moreira Serra Azul, impotente, aterrorizada, viu a casa invadida, vasculhada por homens armados e truculentos, temendo pela vida das três filhas, Helena, Maria do Carmo (Cacau) e Iracema.

Já Manuel Fonseca e Rocilda Ferreira da Fonseca procuravam localizar os filhos. Iam à imprensa e denunciavam, tentando salvar Fátima Elisabeth Ferreira da Fonseca, Manoel Dias da Fonseca Neto e Rosa Ferreira da Fonseca do horror que os cercava. Tanto Dona Rocilda como Maria do Socorro viajaram a Recife em busca dos netos sequestrados. Eram simples donas de casa, encontrando forças nos seus instintos maternos.

Alexandrino Monteiro foi intimado a comparecer à Polícia Federal, e Margarida Monteiro foi aterrorizada com uma arma e assistiu à invasão de sua residência, vendo seus filhos Chico Monteiro e Helena serem arrastados, encapuzados e jogados no piso de um veículo.

Antônio Bezerra e Maria do Livramento Machado Bezerra, além de sofrerem pelo filho José Machado Bezerra, namorado de Maria do Carmo (Cacau), perderam o arrimo econômico, mergulharam na miséria. Mesmo assim abrigaram Iracema grávida, que não podia voltar para casa. Livramento percorria instalações militares e policiais e viajou para Recife em busca do filho desaparecido.

A universidade foi um dos locais mais visados pela ditadura. Docentes, discentes e técnicos-administrativos foram fortemente perseguidos pela ditadura, como revelam os fatos históricos até aqui demonstrados.

Recuperar tais trajetórias e suas gerações de militância e lutas remete, de fato, às memórias individuais e coletivas de um contexto paradoxal entre lutas e resistências sociais, políticas e culturais da sociedade civil e o autoritarismo político do regime militar e das elites políticas que o apoiaram. São memórias de perseguição, estratégias de resistência e histórias de como tais agenciamentos foram vividos entre os que sobreviveram e os que se tornaram vítimas fatais do regime.

É importante pontuar como a legalidade institucional, no regime de exceção, foi arbitrariamente capsulada pelas ações ilegais, que se legitimaram no sistema autoritário da ditadura estabelecida. Tais ilegalidades, à revelia da própria Constituição, passaram a ser legítimas a partir dos atos institucionais, a exemplo do AI-5. É nessa moldura que também são construídos, na brecha do sistema, os agenciamentos cotidianos dos militantes que se insurgiram contra o regime, que, se não situados nas possibilidades de uma estratégia bem articulada racionalmente, realizaram-se no campo das táticas possíveis para permanecerem vivos e, ou mesmo, enfrentarem a repressão, enquanto tantos outros foram mortos e desaparecidos.

Assim, as redes familiares e seu papel de apoio, acolhimento cúmplice de vítimas perseguidas, sistemas de comunicação cifrada, a partir dos quais eram geradas denúncias das torturas sofridas nos porões da ditadura, além das atividades de natureza cultural e artística, comícios relâmpagos, panfletagens, elaboração de manifestos etc., soaram como dispositivos táticos de resistência.

Os pais dos resistentes fizeram parte de uma tragédia à parte, pois se viram contra a vontade envolvidos em toda a trama, sofreram e lutaram por seus filhos e não desistiram, não os abandonando. Foram traumatizados e destruídos por uma escolha que não fizeram, pagaram o mesmo preço. O Brasil democrático também tem uma dívida com eles.

Quem participou da luta contra a ditadura viveu momentos únicos: amizades foram forjadas por sangue derramado,

lágrimas vertidas, choros contidos, desespero silencioso, solidariedade, cumplicidade, renúncia, alegria, tristeza, emoções contrárias. Os filhos dos combatentes tornaram-se primos, e estes, seus tios, formando uma grande família. Quem combateu o arbítrio, a prepotência, o desamor, a truculência, o egoísmo, foi capaz de sentir e viver o maior de todos os amores, o amor pela humanidade, por seu semelhante, apesar de toda a tragédia vivida. Entregavam para a causa seus sonhos, seu futuro, sua vida, sua liberdade, isso não tem preço, não se esquece. O embate valeu a pena e passou para a história.

Terceiro caso: *Instituto de Medicina Preventiva (IMEP)*

O Instituto de Medicina Preventiva foi criado em 1959, tecnicamente vinculado à Faculdade de Medicina e administrativamente à Reitoria da Universidade Federal do Ceará. O IMEP teve como idealizador Joaquim Eduardo de Alencar, contando com o apoio do reitor Antônio Martins Filho. A proposta era a de integrar o curso de Medicina, articulando cadeiras clínicas com as disciplinas de prevenção, observando assim as dimensões sociais das doenças.

O instituto teve como objetivo imediato constituir um espaço para a instalação da campanha contra o calazar. Em março de 1961 foi criado o Centro de Saúde do IMEP, que teve por meta ministrar por meio de convênios disciplinas de cursos mantidos por outros estabelecimentos universitários.

Logo que foi criado, o IMEP estruturou um Centro de Saúde para operacionalizar suas atividades. Assim, manteve convênio com o Governo do Estado, reservando uma área da cidade de Fortaleza para tornar-se distrito-modelo. Foi então escolhida a área situada no bairro de Porangabussu, posteriormente nomeado Rodolfo Teófilo, em torno da Faculdade de Medicina. O trabalho foi operacionalizado através de subdivisões por

zonas, cada uma sob responsabilidade de um médico especializado, uma enfermeira e um guarda sanitário.

A perspectiva interdisciplinar tornou-se também uma das características relevantes do IMEP, que integrou profissionais das áreas de Farmácia, Antropologia e Serviço Social, apoiando estudantes em uma estrutura de ensino, serviço e integração.

O IMEP se tornou uma rica experiência que congregava pesquisadores na área de saúde, medicina em especial. Com sua destruição, logo depois da implantação do AI-5, demorou pelo menos dez anos para que os departamentos de Patologia e de Fisiologia/Farmacologia retornassem à pesquisa e à formação de pesquisadores no setor de saúde da Universidade Federal do Ceará.

Em sua curta existência, o IMEP criou um distrito sanitário, o primeiro do Ceará, integrando profissionais de medicina e de várias especialidades departamentais. Apoiou os estudantes dentro de sua estrutura de ensino, serviço, integração. Os alunos conviviam em locais insalubres, tomando conhecimento do cotidiano de vida de segmentos sociais marcados pela pobreza.

Por que o IMEP foi destruído? O Dr. Júlio Maria de Araújo Lima, em entrevista concedida a Francisco Monteiro (Chico Passeata) para elaboração da sua dissertação, no Centro de Ciências da Saúde da UFC, diz o seguinte:

O trabalho do IMEP incomodou na época. Fazíamos um trabalho de exceção e muita gente que não gostava do IMEP passou a fazer uma pressão junto às autoridades, minando as atividades do IMEP. O IMEP geraria fatalmente a Escola de Saúde Pública e isso incomodava.

O IMEP foi criado em 1959 e extinto em 1969.

“Advogados da liberdade”



Fonte: Acervo da Comissão Especial da Anistia Wanda Sidou.

Wanda Rita Othon Sidou

Fazer menção à doutora Wanda Sidou é, antes de tudo, mobilizar um símbolo de coragem na luta e resistência, no Ceará e no Brasil, contra a terrível Ditadura Militar (1964-1985).

Nascida em 22 de maio de 1921, na cidade de Fortaleza (CE), Wanda Rita Othon Sidou é advogada, graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC), e historiadora graduada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Como advogada, é reconhecida nacionalmente pela sua atuação destemida e corajosa, forte e determinada na defesa dos ideais da democracia e como advogada dos “comunistas”, dos presos políticos e dos torturados da ditadura militar.

Mediante consulta às várias fontes de informações sobre a vida da doutora Wanda Sidou, fica explícito um conjunto de representações em torno do seu nome e de sua importância na defesa dos direitos nos chamados “anos de chumbo”. São qualidades socialmente reconhecidas por intelectuais, pesquisadores, políticos, colegas de profissão, jornalistas, entre outros interlocutores, as seguintes adjetivações: “mulher corajosa”, que tem determinação, “abnegada”, “estudiosa”, “ardente e altaneira”, “advogada dos perseguidos políticos”, “militante pioneira dos direitos humanos”, “mulher destemida”, “voluntária da esperança”, “desapegada a dinheiro”, “inesquecível”, “verdadeira guerreira”, entre outros atributos mobilizados.

Em sua condição de mulher, imprimiu à sua atuação profissional a qualidade de “advogada militante dos direitos humanos”, com voz ativa e forte na defesa dos presos políticos, na denúncia às torturas desumanas cometidas pelos aparelhos repressores do Estado ditatorial, e na defesa intransigente da democracia. Atuou, nessa perspectiva, nos estados do Ceará, Piauí, Maranhão e Pernambuco.

Para muitos observadores, a sua coragem é destacada pelo fato de jamais recuar diante dos tribunais de acusação e não ter medo de defender, com toda energia e convicção, os perseguidos e massacrados pelos horrores da ditadura, cujas causas pareciam indefensáveis, perigosas e perdidas, enquanto muitos advogados, à época, se esquivavam de assumi-las com receio dos perigos de se exporem ao regime militar.

O grande campo de luta de Wanda Sidou foi o dos direitos humanos e o da democracia, no qual exercia com clareza plena o seu ofício de advogada, no horizonte de defesa dos presos políticos e consciência dos abusos e arbitrariedades cometidos pela ditadura. Não à toa, Othon Ari Sidou, também advogado, ex-presidente da Associação dos Professores do Ensino Superior do Ceará (Apesc), falecido em 2023, ao se reportar à irmã, a denominou de “guerreira da liberdade” e “uma guerreira na defesa dos direitos dos presos políticos”.¹⁸

A vitalidade e firmeza da Dra. Wanda Sidou a transformou em uma grande referência na defesa dos direitos dos presos políticos e transcendeu os limites do Ceará. Seu nome faz parte da galeria daqueles que enfrentaram os dispositivos do Estado autoritário, acionando as brechas do direito civil e dos direitos humanos em geral na defesa das vítimas do regime. Não atuou sozinha, tendo como parceiros, no exercício

¹⁸ Francisco Othon Ari Sidou é autor do livro: “Coragem – A advocacia criminal nos anos de chumbo”, iniciativa: OAB e OABSP, Organização: José Mentor, Março, 2014. Cf. <https://vozhumana.com.br/advogados/wanda-rita-othon-Sidou/>. Acesso em: 21 mar. 2024.

de sua advocacia, companheiros como os advogados Pádua Barroso e Jurandy Porto que, juntos, cavaram trincheiras na defesa dos opositores do regime e na defesa da anistia ampla, geral e irrestrita.

Ainda no campo profissional e político, o reconhecimento da Dra. Wanda Sidou se traduziu pela condução dela, por três mandatos consecutivos, no cargo de conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, seccional do Ceará. Levou-a também a candidatar-se a deputada federal pelo PCdoB, além de ter seu nome referenciado pela Anistia Internacional devido à sua atuação na defesa dos direitos humanos.

Um dos aspectos interessantes a destacar na trajetória da Dra. Wanda Sidou relaciona-se à mencionada qualidade pessoal de ser “desapegada a dinheiro”, no sentido de que suas defesas nem sempre eram remuneradas pelos clientes. Tratava-se, pois, de uma atuação com esteio na convicção e num apurado senso de justiça contra as iniquidades políticas da ditadura, a supressão das liberdades e a negação dos direitos da pessoa humana, razão pela qual assumia as causas da defesa de seus clientes sem visar ao retorno financeiro. Disso decorre a qualidade a ela atribuída de “voluntária da esperança”.



Fonte: Acervo da Comissão Especial da Anistia Wanda Sidou.

*Antônio de Pádua Barroso*¹⁹

Nasceu em 8 de abril de 1929, na fazenda Curral Grande, município de São Gonçalo do Amarante (CE). Advogado militante, OAB/CE nº 900, graduado em Direito pela Faculdade de Direito (UFC), em 1958. Casado, quatro filhos e seis netos.

¹⁹ Colaborou Felipe Barroso.

Ingressou no serviço público federal por meio de concurso público, em 1957, e aposentou-se como procurador federal (AGU) em 1992. Embora no cargo de procurador federal, não se intimidou em defender inúmeras pessoas durante todo o período da ditadura militar instalada no Brasil em 1964.

Advogou em favor de mais de cem perseguidos políticos (ao lado da advogada Wanda Rita Othon Sidou), como: João Farias de Souza (ferroviário, primeiro preso político no Ceará, vulgo Caboclinho); Valdemar Menezes; William Montenegro; Carlos Timoshenko; Blanchard Girão; Aníbal Bonavides; Fabiani Cunha; Swami Cunha; **Rosa da Fonseca**; Frei Geraldo Bonfim; Ester Barroso Pinheiro; Jonas Daniel; Pedro Jerônimo de Souza; Gilvan Queiroz da Rocha; **Bergson Gurjão Farias**; **Pedro Albuquerque**; Mário Albuquerque; Gilka Rabelo; **Helena Serra Azul**; Jana Barroso (desaparecida); Tarcísio Leitão; Olavo Sampaio; Benedito Bizerril; Maria José Aragão (MA); Pe. Xavier Gilles de Maupeau (MA); Pe. José Antônio (MA); João de Paula Ferreira Monteiro; Antônio de Matos Brito; Paulo Veras; Elpídio Cavalcante; Gilka Rabelo; Nadja Nogueira; **Ruth Barreto Cavalcante**.

Em razão de sua atuação em defesa dos perseguidos pela ditadura militar, é também reconhecido como um dos “advogados da liberdade” e recebeu, em vida, inúmeras homenagens de entidades protetoras de direitos humanos e da OAB nacional.

Faleceu em 3 de julho de 2016, em Fortaleza (CE).

Terminologia nos túneis da ditadura civil-militar brasileira

Trazer à tona a questão da terminologia no contexto da ditadura militar é uma maneira de espelhar os termos adotados pelo sistema para nominar as pessoas que foram violentadas e disfarçar as ações. Nesse contexto, também mostramos os termos que o movimento contra a ditadura adotava como uma espécie de confronto, não de balas ou cacetetes, porém de palavras, para dizer que não se calariam diante dos abusos.

Esses aspectos foram identificados a partir das leituras dos documentos a que tivemos acesso, nos quais pudemos verificar as inúmeras estratégias adotadas pelos torturadores para denominar estudantes, professores e servidores (Anexo 4).

Tais atos também alcançavam, de maneira camuflada, seus vínculos afetivos e familiares. Em relatório datado de 1969, observamos o rastreamento da vida do estudante do segundo ano da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, **Francisco Dias de Oliveira**. Nesse documento, grafam-se, além de sua filiação, o nome de sua esposa, a Sra. Maria Euzanita Castro de Oliveira, juntamente com a menção a seus cinco filhos, cujos nomes não são referidos, e o nome de seu irmão Jamil Dias de Oliveira; “foi condenado a revelia e estando o mesmo foragido” (DOPS/Ceará/ Relatório: 04/08/1969) (DOCS: 0067 - 0071). Em realidade, foi cassado pelo regime militar. Vemos a menção dos nomes de parentes de primeiro grau, irmão ou irmã, nas informações prestadas pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) em documento datado do ano de 1972. Versando sobre informações de “atividades terroristas no Nordeste”, o documento faz referência a estudantes da Universidade Federal do Ceará, como **José Machado**

Bezerra, que na época era estudante do curso de Física. No mesmo documento, também percebemos o rastreamento de **Maria do Carmo Serra Azul**, apontada como sua noiva, e de **Celso Serra Azul** e **Helena Serra Azul**, pai e irmã de Maria do Carmo, militantes da Ação Popular (AP) naquele período, conforme cópia transcrita do documento, a seguir:

CONFIDENCIAL- CIE/ ACF
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO- RIO DE JANEIRO
GABINETE DO MINISTRO- URGENTE
CIE- INFORMAÇÃO Nº/..-/103.4-CJE

1. ASSUNTO: ATIVIDADES TERRORISTAS NO NORDESTE
2. ORIGEM: CIE
3.: IV .. - 10ª RM - CIE/ADF - S/102 - S/104
4.:
5.:
6. Anexo:

Este centro remete as principais informações prestadas no DOI/ II Ex por GILBERTO THELMO SIDNEY MARQUES (“MAURO”, “JOAQUIE”), relativas a **atividades terroristas** no NORDESTE.

01. **JOSÉ MOREIRA DE ANDRADE** (“.....”, “.....”): militante da ALN no CEARÁ. Estudante de QUÍMICA e funcionário do D.U.O.C.S. Leva vida legal. Participou de uma ação expropriatória de quatro pares de placas de carro em FORTALEZA, em AGO 70.

02. **JOSÉ MACHADO BEZERRA** (“PAULO”): atualmente com vida legal, é estudante de FÍSICA na Universidade Federal do CEARÁ.) Ex-dirigente estadual da AP, tomou parte no roubo de placas citado no item anterior. Consta ter Sidou preso e liberado. Participou com GILBERTO THELMO SIDNEY MARQUES de um treinamento de tiro na Praia BARRA do CEARÁ. Tinha a incumbência de montar um GF (Grupo de Fogo) para atuar em FORTALEZA.

03. **MARIA DO CARMO SERRA AZUL** (“CACAU”): noiva de JOSÉ MACHADO BEZERRA (“PAULO”), iria integrar o GF coordenado por “PAULO”. Seu pai, CELSO SERRA AZUL, sua mãe e irmã, HELENA SERRA AZUL (“KEIDE”) são militantes da AP, bem como MARIA DO CARMO.

04. **ALVES DE OLIVEIRA**: militante do PCBR; trabalha no Instituto de Medicina Infantil em PERNAMBUCO, é irmã do RUBENS ALVES DE OLIVEIRA (“RUBÃO”) da ALM/CE.

04. **MOEMA CORREIA SÃO THIAGO** (“MADALENA”, “ROSA”, “MARIA”): atualmente, militando em SÃO PAULO, Em JUN 70, tomou parte no roubo do “Off-Set” do Instituto Básico do CEARÁ, em FORTALEZA. Sobrinha

- Continua -

CONFIDENCIAL

Passados 60 anos da “ditadura militar”, os militares ainda estão em cena quando o assunto é o “sigilo de informações”. Isso precisa ser observado, pois, como afirma Fabio Konder Comparato, em uma

[...] república, ninguém pode exercer o poder em benefício próprio ou de grupos ou de corporações às quais pertença, mas para a realização de bens públicos, que é o bem do povo (*res publica, res populi*). Todos os atos oficiais dos agentes públicos devem ser submetidos ao regime de integral publicidade. Todo cidadão tem o direito fundamental de saber a verdade e tomar conhecimento daquilo que foi feito em nome do povo, do qual ele, cidadão, é um dos componentes (Comparato, 2006, p. 635).

Esse pensamento é ratificado no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição de 1988, ao assegurar que:

[...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse cole-

tivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Assim, durante as fases de análise e tratamento das informações e conhecimentos registrados nessa documentação, trabalhamos seguindo a orientação da Comissão Nacional da Verdade, buscando levantar os seguintes aspectos: **tipos de documentos, a quem se referem, quem são os repressores, o que abordam, por que, onde e quando.**

Os tipos de documentos analisados são, em sua maioria, inquéritos, relatórios, informes, atos, ofícios. Também foi encontrada a lista dos exilados e as fotografias relacionadas aos movimentos estudantis. O caráter da maioria dessa documentação é de sigilo e confidencialidade, como pode ser comprovado pelo carimbo tatuado.

Com relação aos organismos responsáveis pela repressão, estão: Segurança Pública do Estado do Ceará, Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, Serviço de Informação, Seção de Investigações e Segurança Política (órgão criado mesmo com a finalidade de repressão política). Ademais, a terminologia concernente ao acesso aos documentos ficou claramente definida pelos artigos 25, 26 e 27 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. O Art. 25 assegura que “É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção”. No § segundo fica assegurado que “O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo”. Já o Art. 26 determina que

As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.

Com relação aos responsáveis pela definição do grau de sigilo de informação no âmbito da administração pública, o Art. 27 determina no inciso I:

no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades: a) Presidente da República; b) Vice-Presidente da República; c) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas; d) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáuticas.

A documentação analisada corresponde ao período compreendido entre 1964 e 1984 e reflete ao menos duas constatações:

a) A primeira demonstra que os órgãos de repressão tinham uma rede social de informação tão bem estruturada, mesmo sem os aparatos tecnológicos da contemporaneidade, que cercava qualquer suspeita de ação do movimento estudantil na cidade de Fortaleza ou arredores. Isso pode ser comprovado se observadas as seguintes passagens de texto:

DOPS tomou conhecimento de que o DCE da UFC, está convocando todos os estudantes para uma Assembleia geral na terça feira, 11 mar. 81, pela manhã nos seguintes locais: Campus do Pici, Benfica e Faculdade de Medicina (Pedido de Busca nº 001/81).

O Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, estará promovendo no período de 01 a 04 de jul. 81, um seminário de direito agrário.

Assim, ficou evidente, pela documentação do DOPS, do Ministério do Exército, que durante esse período, embora houvesse marcação acirrada dos órgãos repressores, ainda assim, as ações dos centros e diretórios acadêmicos, Diretório Central dos Estudante, União e Representantes Estudantis das Universidades Federal e Estadual do Ceará se faziam presentes em várias ações. Registra-se, ainda, a participação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará (ADUFCE).

Em 1965, o movimento estudantil se apresentava como a base que puxava as ações antitadadura em Fortaleza, desde o apoio a ações de outros movimentos até a realização de eventos de propósito contra as condições impostas pela ditadura militar. O **Centro Acadêmico Dias da Rocha**, do curso de Agronomia, era alvo desse controle, cuja estrutura era a seguinte:

Nome do Indivíduo	Outros Dados
Pedro Fernandes Pereira	Pres. do CA Dias da Rocha de Agronomia em 1965
João Batista De Queiroz Lima	Vice-Pres. do CA Dias da Rocha de Agronomia em 1965
Luiz Bezerra De Oliveira	1º Sec. do CA Dias da Rocha de Agronomia em 1965
João Batista Sales Sampaio Neto	2º Sec. do CA Dias da Rocha de Agronomia em 1965
Fernando George Silveira Franco	1º Tes. do CA Dias da Rocha de Agronomia em 1965
Jessê Marcelo Fonteles	2º Tes. do CA Dias da Rocha de Agronomia em 1965
Francisco Plácido Rodrigues Bezerra	1º Orador do CA Dias da Rocha de Agronomia em 1965
Oswaldo Gomes De Holanda	2º Orador do CA Dias da Rocha de Agronomia em 1965
Francisco Pereira De Souza	Bibliotecário do CA Dias da Rocha de Agronomia em 1965
Cesar Rodrigues Viana	Titular do CA Dias da Rocha de Agronomia em 1965
José Rebouças Lira	1º Sup. do CA Dias da Rocha de Agronomia em 1965
Nestor De Souza Maciel	2º Sup. do CA Dias da Rocha de Agronomia em 1965

Fonte: Inquérito.

b) A segunda constatação evidencia as competências, funções e atividades dessa rede de repressão.

A leitura desses documentos evidencia que, em um espaço de repressão do tipo militar ou outro, existem cargos, funções e nomes cuja essência está diretamente associada à violência, por exemplo: investigador, secretário de polícia, juízes e auditores.

Para a categoria **o que abordam**, mapeamos alguns sin-tagmas utilizados pelos órgãos de repressão, conforme mostram os exemplos:

- 1) “fichado criminalmente sob nº 6369, por exercer atividades subversivas” (25/04/1964);
- 2) “Comício subversivo e queima de bandeira americana” (23/09/1971);
- 3) “realizar um comício relâmpago, de teor subversivo, no interior do Restaurante Universitário (CEU) (2/7/1971);
- 4) “Foram encontrados materiais e anotações que permitiram verificar sua ligação com a subversão da área, possivelmente dando início a uma nova organização terrorista” (02/07/1971);
- 5) Francisco Teobaldo Mourão Landim “defendia teorias de Lenine e Carl Max, ainda como agitador, encabeçou e orientou várias pessoas”.

No que diz respeito à categoria **a que se refere**, ficou evidente na documentação analisada que os militantes eram estudantes, professores universitários que foram detidos e/ou presos e perderam suas funções:

Professores:

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes – Professor da Faculdade de Filosofia da UFC – Foi perseguido pelo então diretor Pe. Francisco Luz – Recebeu pedido de busca no dia 04/11/1971.

Condenados - 1973:

Carlos Roberto Rocha Cavalcante - 1 ano de reclusão
Aluísio Valério da Silva - 12 anos
José Calistrato Cardoso Filho - 12 anos
Arnaldo Cardoso Rocha - 12 anos
João Mendes de Araujo - 12 anos
Leonardo Mario de Aguiar Barreto - 12 anos

Condenados - 1964:

Adalberto de Alencar - 11 anos
Marcos Antônio de Holanda Penaforte - Foi preso pelo DOPS no dia 03/03/1967
Simone Simões Ferreira Soares - Foi presa em 08/05/1970

Condenados - 1969:

- 1) Lourival de Almeida Aguiar - teve a matrícula suspensa em 20/02/1969 e foi preso em 04/05/1970;
- 2) Raimundo Augusto Sergio Carneiro - Preso no 23 BC em 12 /06/1970;
- 3) Gerônimo Albuquerque Rocha (Codinome "CABRA") Zé Carlos - Estudante de Geologia - Foi enquadrado no artigo 8 do ato institucional, em 24/07/1964;
- 4) Francisco Teobaldo Mourão Landim - Foi enquadrado no Art. 8º do AI-5, em 1964;
- 5) Ada Nícia Nogueira Diogenes - Estudante de Veterinária, presa no mês de julho de 1973;
- 6) Tereza Helena de Paula Joca - Universitária, foi presa em 24/05/1970;
- 7) Maria Zilene Craveiro de Souza (Claudia) - Universitária, foi presa em 04/05/1970 (6 meses);
- 9) Maria Francisca Sales Pinheiro - Estudante, presa em 23/02/1972 (6 meses);
- 9) Paulo Emilio de Andrade Aguiar - Universitário, preso em 23/02/1972;

- 10) Rodger Franco de Rogério - Estudante, foi preso em 27/07/1966;
- 11) Bartolomeu José Gomes - Universitário (desaparecido).

Conforme as reflexões de Konder (2003, p. 396), o termo “desaparecido” ou “desaparecidos” representa:

[...] uma forma particularmente perversa de crime cometido pelos Estados autoritários ou totalitários. É a morte sem cadáver, na quase totalidade das vezes. É a dor que não termina. A busca permanente. O pesadelo do qual jamais se acorda. A cada dia, as famílias e amigos retomam o drama, como um fardo.

A ASI/UFC desempenhou papel de destaque como **informante** e **difusora** da universidade aos órgãos repressores, como constatado no que está enunciado no Pedido de Busca de nº 508/80: “Informamos a esse Órgão, que Carlos Augusto Assunção de Sousa foi preso e autuado em flagrante no dia 10 MAI, 80... (Natureza do documento: Confidencial, Reservada, secreto)”.

Estudando esses documentos, foi possível estruturarmos nos Quadro 1 e 2, a seguir, a terminologia presente, tanto no que concerne aos atos de violências cometidas pelos agentes da ditadura, como também aquela concernente à resistência da comunidade de estudantes, professores e servidores técnico-administrativos das Universidades Federal e Estadual do Ceará.

O Quadro 1 evidencia uma amostra da terminologia utilizada pelos agentes da ditadura, e o Quadro 2, aquela adotada pelos violentados. Essa terminologia espelha tanto ações de tortura quando de defesa dos direitos políticos.

QUADRO 1 – TERMINOLOGIA DOS MILITARES DA DITADURA

Agitador estudantil 5	Defendia teorias de Marx 2	Investigação sigilosa 5	Preservação da documentação 1
Agitadores 4	Defendia teorias de Lenin 2	Leninista 3	Presidente Figueredo 1
Antecedentes político-sociais 3	Elementos da esquerda 3	Marginado 2	Prisão preventiva dos mesmos 3
Assuntos ligados à subversão 1	Enquadrado em 1964 no Ato Institucional 2	Marxista 5	Procedimento policial 2
Assuntos ligados a terrorismo 1	Enquadrado por indisciplina 1	Material de natureza subversiva 5	Propaganda comunista 2
Ação popular marxista-leninista 1	Epigrafiado quando universitário (1964) 1	Membro atuante das esquerdas 2	Reuniões suspeitas 2
Atividades da fração trotskista neste estado 2	Organização terrorista 2	Movimento de agitação estudantil 3	Revolução 1
Atividades subversivas 3	Expansão do comunismo no globo terrestre 3	Movimento subversivo 4	Simpatizante do movimento 2
Atuação de imprensa marrom 1	Ficha no DOPS por atividades subversivas 3	Movimentos de esquerda 2	Subversivo/a 3
Caráter fraco 1	Implantação do socialismo 3	Organização terrorista 3	Tendências esquerdistas 2
Caráter subversivo 3	Implicados no inquérito 3	Partido Comunista 2	Teorias comunistas 4
Célula trotskysta-bolchevista 2	Inquéritos administrativos 3	Prender 6	
Conhecida agitadora 2	Intimidar e desmoralizar a direção 3	Preso no Hospital Militar 2	

Fonte: Dados da pesquisa levantados nos documentos da ditadura militar.

QUADRO 2 – TERMINOLOGIA DO MOVIMENTO CONTRA A DITADURA

Abaixo a carência, a panela está vazia 3	Contra a Lei de Segurança Nacional 3	Melhores condições de trabalhos para todos 3	Reitor e presidente quem elege a gente 3
Abaixo a ditadura fascista 10	Contra aliberdade 4	Mulheres unidas 2	Repúdio contra os atentados 1
Abaixo o ensino pago 5	Contra o desemprego 5	Não fique aí parado, você é explorado 5	Salário digno para a classe operária 3
Abaixo a opressão política contra estudantes 3	Contra salário de fome 3	Não só homem pode dirigir a nação 3	Severas críticas aos militares 2
Abaixo o governo terrorista 2	Estudante presa e torturada 2	Pão, terra e liberdade. Povo unido jamais será vencido 10	Sistema terrorista 3
Atentado contra a liberdade 3	É de noite, é de dia e a barriga está vazia 2	Por liberdades políticas 5	Situação tétrica 2
Atitude arbitrária 2	General Figueiredo e sua coija 2	Pela estabilidade no emprego 3	Solidariedade à luta dos trabalhadores 3
Atual atuação de terror no Brasil 2	Governo Figueiredo é uma goiaba cheia de bicho podre 2	Pelo direito de greve 3	Terrorismo na administração do presidente Figueiredo 2
Atual situação de terror implantada no Brasil 3	Hora do povo 2	Pelo congelamento dos alimentos 4	Terrorismo na Faculdade de Direito 4
A condição da mulher brasileira dentro do meio político e social 5	Igualdade de salários entre homens e mulheres 3	Por reajustes trimestrais de salário 3	Tribunal do genocídio no Nordeste 2
Basta de violência contra a mulher 5	Impressão de panfletos 3	Preservação da democracia 3	Terrorismo que se manifesta no Brasil 3
Bandeiras de luta 1	Jornal O Bizu 1	Punição dos assassinos 3	Unificação de salários já 3
Combate ao sistema de terror no Brasil 3	Lutar para construir um governo sadio para o povo 3	Queremos mais emprego 3	
Contra a carestia 2	Mãe administração do Presidente Figueiredo 3	Fim da repressão 3	

Fonte: Dados da pesquisa levantados nos documentos da ditadura militar.

Buscando ressaltar tal momento, construímos uma nuvem de palavras (Quadros 3 e 4) que evidenciam as ocorrências e co-ocorrências dos termos, tanto por parte dos opressores, quanto dos oprimidos.

Quadro 3 – Nuvem de palavras que mais se destacaram nos discursos dos opressores da ditadura



Fonte: Dados da pesquisa levantados nos documentos da ditadura militar.

Observando detalhadamente essa terminologia, percebemos que os termos de maior destaque se referem à violência “prender”. Em seguida, sobressaem adjetivos pejorativos (agitadores, subversivos, agitador estudantil etc.) e sintagmas adjetivais, também pejorativos, relacionados aos estudantes, docentes e técnicos-administrativos das universidades (teorias comunistas, agitador estudantil, movimento subversivo etc.).

Contrariamente, o Quadro 4 reflete a terminologia adotada pelos reprimidos e evidencia as necessidades básicas da população, a liberdade no contexto da cidadania e palavras de ordem.

Quadro 4 – Terminologia adotada pelas pessoas violentadas pela ditadura

TERMINOLOGIA DO MOVIMENTO CONTRA A DITADURA

Quêremos mais emprego
Atual situação de terror implantada no Brasil
Abaixo a carestia, a panela está vazia
Pelo congelamento dos alimentos
Por liberdade política
Repressão
Contra o desemprego
Contra o salário de fome

Pão, terra e liberdade. Povo unido, jamais será vencido

Abaixo a ditadura facista

Abaixo o governo terrorista
Impressão de panfletos
Abaixo o ensino pago
Atual condição da mulher brasileira dentro do meio político e social
Basta de violência contra a mulher
Não fique aí parado, você é explorado
Contra a liberdade
Sistema terrorista
Terrorismo na Faculdade de Direito
Pela estabilidade do emprego

Fonte: Dados da pesquisa levantados nos documentos da ditadura militar.

Além da terminologia, consideramos fundamental trazer uma pequena amostra da representação das fotografias de algumas das vítimas da ditadura, pois entendemos que esses documentos se configuram como memorialísticos e, naturalmente, expressam, com muita profundidade, detalhes desse momento. Assim, trazemos uma pequena análise das Fotos 1 a 5, que expressam tamanha violência cometida pelos militares contra estudantes, professores e servidores da UFC.

Foto 1 – Estudantes da UFC perseguidos pela ditadura militar



Fonte: Acervo de Helena Serra Azul.

Presos políticos em casa de detenção no Recife em 1971. Presentes na foto três estudantes da Universidade Federal do Ceará (UFC). Francisco Monteiro (Chico Passeata), do curso de Medicina, na segunda fileira no sentido esquerda para direita, com camisa escura e cabelo escuro, com o rosto virado para direita. Na mesma fileira, na oitava posição, encontra-se o estudante de Direito da (UFC) Arlindo Soares, com camiseta clara, óculos de grau e cabelo escuro. Na última fileira, no canto direito, de camisa social escura e óculos escuros, o estudante de Direito da (UFC) Inocêncio Uchoa.

Foto 2 – Responsáveis pela Colônia Penal Feminina do Bom Pastor



Fonte: Arquivo pessoal.

Da esquerda para a direita, Madre Divina Graça, responsável pelas presas políticas na Colônia Penal do Bom Pastor, em Recife. Na segunda foto, Ana Fonseca, que participava do movimento secundarista da Escola Justiniano de Serpa. Ao meio, Madre Amparo e, ao seu lado, Helena Serra Azul, grávida. Essas freiras tinham como características fundamentais o acolhimento, o cuidado e a solidariedade para com as presas políticas. Tais características evidenciam a atuação comprometida da Igreja Católica progressista, que sempre deu apoio aos movimentos de direitos humanos.

Foto 3 – Encontro da família Serra Azul



Fonte: Arquivo pessoal.

Helena Serra Azul e Chico Passeata, estudantes de Medicina da UFC, presos políticos, na casa de detenção do Recife, onde Chico estava preso. Essa casa de detenção foi a maior cadeia do Brasil no século XIX. Helena veio visitá-lo, com o filho Manuel, recém-nascido (no colo de Helena). Ela conta que seu filho nasceu, durante o período de detenção, na maternidade pública Casa Amarela, em Recife. Essa maternidade, conforme Helena, tinha um cuidado com as mulheres presas políticas.

Foto 4 – Cancelamento do processo contra a UFC



Fonte: Arquivo pessoal.

Em 11 de março de 1986, a sala da Assessoria de Segurança e Informação (ASI) foi invadida por estudantes a fim de identificar documentos da ditadura militar relativos a estudantes da UFC. Márthir fez uma análise iconológica da fotografia relatando que:

O Brasil vivia o momento de uma transição “pacificada” entre a ditadura militar e o que ainda se esperava do que viria a ser uma democracia. Pouco havia mudado no arcabouço jurídico dos governos militares, a “transição” se dava com algumas novas regras que sinalizavam expectativas: convocação da assembleia nacional constituinte, eleições diretas nas capitais, a volta do pluripartidarismo, legalização da UNE e dos partidos proscritos pelo golpe de 64. O chamado entulho da ditadura continuava intacto e foi a causa da nossa decisão de invadir a sala da ASI – braço universitário do SNI, na véspera da assembleia de estudantes, em reunião do DCE/UFC. Criamos um fato político muito maior que o esperado, desde a aclamação imediata de todos que estavam na reitoria no finalzinho da assembleia à grande mobilização local e nacional. O ato épico juvenil de tomar posse dos documentos de uma das estruturas mais nefastas dos militares repercutiu como denúncia da farsa da “transição democrática”, a ponto de anular a repressão da Polícia Federal e a tentativa de criminalizar estudantes. De memória e sentimento, tenho certeza que foi um dia em que o cotidiano comum foi suspenso para dar lugar à catarse coletiva da luta.

Considerações finais

Uma reflexão sobre os rastros deixados pelo Golpe Militar de 1964 nas universidades públicas do Ceará ou a busca de uma verdade, ainda não totalmente revelada, conduz a variados aspectos. Um deles poderiam ser as distintas posturas, nesses vinte anos de ditadura, de uma violência política. O primeiro período pós-1964 é fortemente marcado por um processo de desmantelamento ou de uma “operação limpeza” de possíveis opositores ao novo regime.

A resistência, então, transbordou para vários setores, que foram das organizações de base da Igreja Católica ao movimento estudantil universitário e secundarista, passando pelos movimentos de alfabetização e educação de base.

O desmantelamento ou a “operação limpeza” nas universidades, como analisado no corpo do trabalho, ocorreu, clara e principalmente, pela expulsão de alguns professores e na intervenção das entidades estudantis. Se, no primeiro momento, esse processo leva a um recuo dos movimentos de contestação no interior das universidades, logo em seguida, leva ao ressurgimento dessas contestações, principalmente por parte do movimento estudantil.

As contestações no Ceará ocupam o ápice em 1968, no dia 27 de junho, quando foi organizada uma passeata, com concentração na praça José de Alencar, que contou com aproximadamente, 20 mil participantes.

Com a implantação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, é configurado um novo momento no plano da repressão. É instaurado um clima de terror nas universidades, ocorrendo várias

prisões e expulsões de estudantes, forçando a que uma boa parcela deles entrasse na clandestinidade. A ilegalidade, como ressaltado, marca profundamente as prisões, tendo como aspectos delineadores a ausência de processos judiciais e o uso da força e da violência. As prisões ocorriam, na sua maioria, nas residências dos pais dos estudantes, sendo sequenciadas por torturas físicas e psicológicas.

As ilegalidades e não transparências marcavam os processos de expulsão: em alguns casos, o Decreto-Lei 477 era acionado, e, em sua maioria, decorriam de um ato administrativo da direção da universidade, constando afirmações como: “suspensa matrícula por ordem superior”. Nos retornos dos estudantes para as universidades, depois de vários anos, estava novamente marcada a ilegalidade ou não transparência: “reaberta matrícula por ordem superior”. Um dos aspectos que demarcam os prejuízos na universidade resultante do golpe de 1964 é o tempo que alguns estudantes levaram para a conclusão dos seus cursos, em virtude de prisões, afastamentos, expulsões e da vida clandestina.

Um aspecto importante, na configuração do movimento estudantil, são as perdas políticas e de cidadania sofridas ao longo do tempo. Os espaços políticos e culturais que eram ocupados pelo Diretório Central dos Estudantes e pelos centros acadêmicos são praticamente irrecuperáveis. Estes ocupavam uma pauta acadêmica, política e cultural relevante antes de 1964, totalmente cerceada em 1968. Até 1964, existia na Faculdade de Direito, por exemplo, um Parlamento-Escola, que tinha como principal objetivo exercitar a prática parlamentar, servindo de uma escola viva às funções de representação política.

O exercício de um viver democrático, com formação de líderes e os embates de ideias e de representação, era constituído na prática, em um espaço acadêmico. Havia no espaço cultural e artístico intensa movimentação e mobilização, em boa parte concentrada no Centro Popular de Cultura - CPC. O Diretório Central dos Estudantes era responsável e administrava,

como afirmado anteriormente, o Restaurante Universitário, bem como as residências universitárias. O DCE tinha assento regular nos principais conselhos universitários, composto por dois representantes: o seu presidente e outro representante, democraticamente eleito. Essa representação estudantil só foi perdida em 1968.

Ao considerarmos os depoimentos das vítimas diretas da denominada “limpeza” realizada nas universidades brasileiras pelo regime militar instalado em 1964, no Brasil, é possível constatar as atividades de intromissão na gestão acadêmica e administrativa nas universidades brasileiras, mais especificamente na UFC, por meio de graves violações de direitos humanos. Estas eram executadas por meio de funcionários ligados aos órgãos de segurança e informação do regime ditatorial (instalados nas ASIs/AESIs nos *campi* universitários), que “entravam em salas de aula, nos gabinetes de diretores, pró-reitores e do reitor”, “influenciando” decisões, censurando e promovendo denúncias num processo de “caça às bruxas” daqueles que ousavam divergir da nova ordem instalada no país.

Esse processo contou, também, com a colaboração de muitos servidores, adesistas da “nova ordem”. Observamos, ainda nesse período, que muitos dos cargos e direções da UFC foram ocupados por pessoas medíocres que aproveitaram a situação de vulnerabilidades de muitos colegas para os denunciar com objetivos de favorecimento pessoal, em troca de posições de destaque e influência com os novos “donos poder”.

Foi o varejo dos ressentimentos, invejas e vaidades pessoais transformado em questões de Estado. Dessa maneira, instalavam-se o medo e o terror da palavra dita entre os pares da comunidade universitária sobre os que ousavam pensar e discordar do “novo regime”. Contudo, o mais grave é que os expurgos ou a “limpeza” promovidos pelo regime de exceção na UFC, como nas demais IESs brasileiras, sufocaram duas gerações de cientistas e intelectuais no momento mais produtivo de suas vidas

acadêmicas, assim como os baniram da vida política (e muitos, de suas vidas familiares).

Em nossas análises, tendo como referências os dados primários e secundários coletados pela Comissão da Verdade Universitária, podemos constatar que a ditadura militar, além das práticas de expurgos, perseguições, torturas, assassinatos e do “massacre” imposto à inteligência brasileira, também foi responsável pelo que denominamos de desmoronamento da moralidade universitária, uma vez que a comunidade universitária vivenciou a delação, a denúncia e a injúria como práticas imorais de colegas contra colegas e o silêncio de muitos frente a esses acontecimentos. Isso nos revela como uma moralidade civilizada pode ser transformada.

Concluindo essa reflexão, é importante ressaltar e, em grande parte, lamentar que as práticas ditatoriais, no Ceará, castraram e alijaram da vida política brasileira, em boa parte, toda uma geração que estava sendo formada e gestada na prática política estudantil, uma liderança que vivenciava práticas democráticas, em um clima político de compartilhamento.

São sugestões dessa Comissão da Verdade Universitária UECE/UFC:

- 1) que se instale nas universidades públicas do Ceará políticas de mudanças nas estruturas administrativas de gestão das IESs, com objetivo claro de redemocratização radical dessa estrutura, considerando que muitos dos seus regimentos e normas como dispositivos de gestão ainda respiram muito do modelo ditatorial instalado nas IESs pela ditadura militar;
- 2) que sejam revistos todos os atos de outorga de títulos e condecorações a pessoas que participaram ou colaboraram com o regime ditatorial;
- 3) que sejam rebatizados todos os lugares (auditórios, salas e prédios) que receberam nomes de pessoas que participaram ou colaboraram com o regime ditatorial;

- 4) que o antigo espaço da ASI/UFC seja tombado, dando lugar à instalação de um espaço para a preservação da memória do período da ditadura militar no âmbito das universidades públicas do Ceará.

Este livro teve como autores César Barreira, Helena Serra Azul Monteiro, Geovani Jacó de Freitas, Virginia Bentes Pinto, José Eudes Baima Bezerra e Maria Glaucéria Mota Brasil, com o apoio da UFC, UECE e MEC. É um documentário da maior significação no resgate do triste e doloroso período da ditadura militar no Brasil, que perdurou no período de 1964 a 1985. Neste período, principalmente a partir 1966, os estudantes protagonizaram lutas contra o regime militar, que subverteu a ordem constitucional do país, instituindo um governo arbitrário alheio aos interesses da maioria da população. Através de manifestações e passeatas, os estudantes, com apoio da população, em atividades nas ruas e no *campus* da universidade, mantiveram uma permanente defesa das liberdades democráticas e da universidade pública, enfrentando uma violenta repressão nas ruas, prisões e condenações. Muitos dos estudantes protagonistas sofreram prisões, foram expulsos da universidade, marcando toda uma geração, com repercussão não apenas pessoal, mas no desenvolvimento da própria vida acadêmica das instituições de ensino.

Este livro resgata a **história vivida por uma geração** para que as gerações futuras encontrem nos valores democráticos a essência do combate às desigualdades, ao arbítrio e a todas as injustiças, nas suas várias dimensões. Sem prejuízo do que está narrado no livro, merecem destaque algumas bandeiras que pautaram a luta dos estudantes contra a ditadura:

- 1- Livre funcionamento de todas as entidades representantes legítimas dos estudantes, dos trabalhadores e do conjunto da sociedade civil;

- 2- Liberdade de expressão para as manifestações de todas as correntes culturais e políticas democráticas nas quais eram confrontadas as diferentes tendências ideológicas das lideranças;
- 3- Luta contra a introdução do acordo MEC-Usaid que representava uma ameaça às universidades públicas no país;
- 4- Resposta ativa às medidas de repressão que ameaçavam às lideranças estudantis e populares, mantendo denúncias constantes à opinião pública, e a busca de aliança com a Igreja, lideranças sindicais, associações de classes e lideranças políticas que se propunham a denunciar as arbitrariedades do regime;
- 5- Articulação com as lutas nacionais, como a Jornada de Protesto contra o assassinato do estudante Edison Luiz, em abril de 1968;
- 6- Ativa discussão sobre a natureza das mobilizações estudantis em vários países, de modo especial pelos estudantes do maio francês, como as demandas de liberdades políticas e culturais e de costumes.

Esses itens fizeram do movimento estudantil do estado do Ceará um dos mais organizados e mobilizados do Brasil, incorporando o respeito de segmentos importantes da sociedade, como ocorreu com a grande passeata de mais de 20 mil pessoas que contou com envolvimento da Igreja Católica, de líderes sindicais e de parlamentares, em protesto contra a brutal repressão na praça José de Alencar e Faculdade de Odontologia durante uma manifestação pacífica promovida pelo DCE e diretórios. Com a decretação do AI-5, foi imediatamente cancelada a solenidade de colação de grau de todos os formandos daquele ano, um ritual de muito valor simbólico na universidade, ocasião em que, no discurso representando todos os formandos, eu afirmava:

Para construirmos um novo mundo, dentro das fronteiras nacionais, não podemos nem devemos esquecer que a maior conquista dos tempos modernos é a livre expressão do pensamento. Essa liberdade pertence a todos. Ninguém ousará arrogar-se com o direito de possuí-la e desfrutá-la com exclusividade. Não esqueçamos a palavra de Rui Barbosa no fragor das tempestades políticas do seu tempo: "Nos dias de opressão, ser oposição é uma honra. A desonra é ser governo".

Logo em seguida ao congresso da UNE e publicação do AI-5, dez líderes estudantis cearenses tiveram suas matrículas cassadas, num prenúncio do que viria a ser o famigerado Decreto 477. Devemos, portanto, ressaltar que o livro *Tempos de "nunca-mais": às graves violações dos direitos humanos nas universidades públicas do Ceará (1964-1985)*, não é apenas um resgate do passado, mas um alerta para o futuro, tornando-se um marco significativo nas comemorações dos 70 anos de nossa universidade.

Galba Gomes²⁰

²⁰ Professor aposentado, cirurgião-dentista, ex-aluno da UFC e dirigente, no período da ditadura, na presidência do Diretório Acadêmico Raimundo Gomes e vice-presidente do DCE, Diretório Central dos Estudantes.

Referências

A UNE contra o SNI. *Autores variados*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1987.

BRASIL. *Constituição*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971. Regulamenta o Decreto lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. *Que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências*. Brasília, DF, 15 jan. 1971. Revogado pelo Decreto nº 9.917, de 18 de julho de 2019.

COMPARATO, F. K. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LORAUX, N. Elogio do anacronismo. In: NOVAIS, A. (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 57-70.

MAIA JÚNIOR, E. A. *Memórias de lutas: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969)*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MOTTA, R. P. S. *As universidades e o regime militar, cultura política brasileira e modernidade autoritária*. Rio de Janeiro, 2014.

OAB e OABSP. *Coragem: a advocacia criminal nos anos de chumbo*. iniciativa: OAB. Fortaleza, 2014.

OLIVEIRA FILHO, J. I. *A geração que não pode ser esquecida: a construção da memória estudantil cearense na resistência à ditadura civil-militar*. 2017. 202 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

PORTARIA CONJUNTA UECE E UFC nº 01, de 9 de julho de 2013. *Dispõe sobre a criação da Comissão Universitária da Verdade*. Fortaleza, 2013.

RAMALHO, B. E. P. *Foi assim! O movimento estudantil no Ceará (1928 – 1968)*. Rio de Janeiro/São Paulo/Fortaleza: ABC Editora, 2002.

RAMALHO, B. E. P. *As lutas políticas dos universitários cearenses (1964-1968)*. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1992.

SANTOS, C. M.; TELES, E.; TELES, J. de A. (org.). *Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009. v. 1.

SÊNECA, L. A. *Da felicidade*. Tradução e introdução de Lúcia Sá Rebello. Porto Alegre: L&PM, 2012.

SOUZA, P. de. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. Rio de Janeiro: Globo, 2000.

VOLKOFF, V. *Pequena história da desinformação: do Cavalo de Tróia à Internet*. Curitiba: Vila do Príncipe, 2004.

Jornais

Diário do Nordeste (29/08/1986).

Gazeta de Notícias (Junho/1968) – Acervo hemerográfico da Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

O Povo (2/04/1968, p. 2; 3/04/1968, p. 6; 7/04/1968, p. 6; 16/04/1968, p. 6).

Tribuna do Ceará (Junho/1968) – Acervo hemerográfico da Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

Sites consultados

<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=261&m=3>. Acesso em: 18 mar. 2024.

http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=117078&id_secao=61. Acesso em: 19 mar. 2024.

<https://vermelho.org.br/2017/12/08/o-cenario-culturalbrasileiro-perde-francisvareira/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

http://www.apontador.com.br/guia_de_ruas/ce/fortaleza/r_dr_laudelino_coelho.html. Acesso em: 15 jun. 2014.

http://www.apontador.com.br/guia_de_ruas/ce/caucaia/r_coronel_edilson_moreira_da_rocha.html. Acesso em: 15 jun. 2014.

<http://www.youtube.com/watch?v=yGxIA90xXeY>. Acesso em: 19 mar. 2024.

<https://www.youtube.com/watch?v=CRanvTtoCk4>. Acesso em: 22 mar. 2024.

<https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/sergio-paranhos-fleury/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

<https://vozhumana.com.br/advogados/wanda-rita-othonsidou/>. Acesso em: 21 mar. 2024.

<https://juniorbonfim.blogspot.com/2011/05/joao-de-paula-monteiro-ferreira.html>. Acesso em: 21 mar. 2024.

<https://www.ceara.gov.br/2016/08/26/cearadeatitude-especial-ruth-cavalcante-o-protagonismo-feminino-na-luta-contra-a-ditadura/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

<https://mais.opovo.com.br/jornal/vidaearte/2023/11/29/eduardo-diatahy-lanca-livro-em-que-analisa-a-literatura-de-cordel.html>. Acesso em: 20 mar. 2024.

<https://www.opovo.com.br/vidaearte/2024/03/22/morre-oswald-barroso-mestre-do-teatro-cearense-aos-76-anos.html>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Bibliografia

CRUZ, M. A. G. da. Transição democrática brasileira e movimento estudantil na Universidade Estadual do Ceará (1979-1989). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 16, n. 41, p. e0103, 2024. DOI:10.5965/2175180316412024e0103. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180316412024e0103>. Acesso em: 20 ago. 2024.

DOCUMENTOS REVELADOS. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/ditadura-civil-militar-de-olhos-estudantes-do-ceara-31-documentos-revelam-espionagem-na-ufc/>. Acesso em: 25 ago. 2024.ssssss

FREITAS, M. *Nós, os estudantes: breve história da vida dos universitários cearenses na década de 60*. Fortaleza: Livro Técnico, 2002. 185 p.

GOMES, G. *Sonho é realidade*. Fortaleza: Omni Editora, 2016. 240 p.

OLIVEIRA, J. A. de. Repressão, controle e expurgo estudantil na Universidade Federal Ceará (1964-1986). In: SIMPÓSIO

NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. *Anais* [...]. Recife: ANPUH, 2019. Tema: História e o futuro da educação no Brasil.

OLIVEIRA FILHO, J. I. de. *Sobre a comissão da verdade das universidades do Ceará*. eBook Kindle. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Sobre-comiss%C3%A3o-verdade-universidades-Cear%C3%A1-ebook/dp/B0CJL7SXWT>. Acesso em: 20 ago. 2024.

O POVO. Disponível em: https://especiais.opovo.com.br/acervo/2018/ai-5_50anosdogolpedentrodogolpe/index.html. Acesso em: 25 ago. 2014.

SUCUPIRA, T. G.; VASCONCELOS, J. G. O movimento estudantil na UFC: histórias da década de 1960 e no contexto da ruptura institucional de 2016. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 22, p. 1-25, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22196/rp.v22i0.3996>.

Anexos

Anexo 1

NOTA EXPLICATIVA

Há exatamente trinta anos um evento que seria semelhante ao que ora se realiza, impunha-me a grave preocupação de elaborar um discurso com o qual me desincumbiria da honrosa tarefa de interpretar os sentimentos da classe universitária cearense a colar grau no distante 16 de dezembro de 1968, pela Universidade Federal do Ceará.

Sombrios acontecimentos políticos, entretanto, cancelaram aquele evento e impediram que viesse à luz o teor da mensagem do então jovem odontolando.

Hoje, quando vivemos sob a brisa sagrada e benfazeja da liberdade, podemos, enfim, expressar o que nos fôra tolhido pela ditadura militar.

Por isto, em respeito aos nossos anseios de antanho que, em sua quase integralidade, ainda nos animam, e em memória dos que já se foram desta-concludentes e familiares-, alguns vítimas da infame ditadura, peço vênica para fazer a leitura daquele texto em sua inteireza original. Em homenagem póstuma gostaria de solicitar a nossa reflexão em respeito a dois símbolos de nossa geração que morreram na luta pela liberdade. O ex-aluno da Universidade Federal do Ceará, Bergson Gurjão e o dominicano cearense Frei Tito de Alencar Lima.

Na oportunidade gostaria de cumprimentar ao magnífico reitor da UFC (Universidade Federal do Ceará), ex-liceista Roberto Claudio Frota Bezerra, também concludente, que por delegação ao pró reitor Renê Barreira e ao prof. Haroldo Pontes determinou a realização desta simbólica e histórica solenidade, de resgate do que existe de mais sagrado no homem: A LIBERDADE.

Aos colegas concludentes o respeito pela certeza do dever cumprido no decorrer destas 3 (três) décadas passadas, tendo por referência a dignidade, e os aprendizados adquiridos nesta querida instituição.

Fortaleza, 16 de dezembro de 1998.

José Galba de Meneses Gomes
Cirurgião Dentista



Caros colegas;

Bem sinto a imensa responsabilidade ora a pesar-me sobre os ombros, distinguido que fui, livremente pela escolha dos meus companheiros da Faculdade de Odontologia, componentes da **Turma Prof. Raimundo Girão.**

E essa responsabilidade ainda se me afigura muito maior, ao ver que, nesta fascinante e comovedora solenidade, me cabe a honrosa, porem defícilima tarefa de falar em nome de todos os concludentes da Universidade Federal do Ceará e suas escolas agregadas.

Ao receber a espinhosa missão que me foi confiada, fi-lo na convicção que ela iria muito além de minhas possibilidades intelectuais. Realmente, nesta significativa festa de despedida, impõe-se um discurso de conteúdo sociológico. É que, no orbe atual, já não existe lugar para as clássicas e retumbantes flores de retórica, discurso indispensável dos oradores do passado, isto é, dos oradores de um mundo menos confuso, muito menos aflito que o nosso e, pôr isso mesmo, sem a marca visível dos dramas econômicos, das tragédias políticas, das guerras ideológicas dos dias de agora.

Quero, pois, dos meus colegas, disseminar idéias. Idéias para serem discutidas. No mundo de hoje, a nota tônica é o diálogo.

À luz dessas idéias, é claro, trarêi para o primeiro plano, pôr uma imposição lógica dos tempos que correm, os graves problemas que atribulam a nossa geração – a geração de maiores responsabilidades nesta Segunda metade do século XX, tais as esperanças que nela deposita o povo. Começarei perguntando: que papel, que posição nos cabe, a nós, profissionais de nível universitário? Respondo: ocupando um status na sociedade, participaremos, em função dele, do desenvolvimento do processo produtivo. E é justamente neste instante que passa a funcionar nossa capacidade profissional. E, no exercício dessa capacidade, cabe-nos ainda saber avaliar o sentido em que ela deve ser utilizada num país subdesenvolvido (ou em desenvolvimento, expressão menos humilhante), para o crescimento das suas forças produtivas e de toda a sua



superestrutura, a fim de que o progresso material e o progresso intelectual ocorram e marchem simultaneamente. Noutras palavras: a economia e a cultura se desenvolvam a um só tempo, numa luta lógica e planejada para a extinção da fome coletiva, do analfabetismo, da mortalidade excessiva, do atraso industrial, do obsoletismo da agricultura, que formam o cortejo do subdesenvolvimento.

Desenvolvimento é, nos dias de hoje, palavra que se pronuncia, que se ouve e que se lê a cada instante em nosso País. E, pôr isso mesmo, devemos procurar o seu sentido verdadeiro e fugir às deturpações da sua legítima significação. Desenvolvimento, é bom que se esclareça, não significa tão-somente o aumento quantitativo da produção. Devemos olhar para a natureza das relações de produção, para o modo e finalidade da apropriação dos produtos do trabalho. Não entendo desenvolvimento sem que se imponha um conjunto de transformações estruturais, mudando-se o arcaico pelo novo, o desumano pelo humano, o socialmente injusto pelo socialmente justo. Sem economia humanizada e sem paz política, torna-se claro que as nossas forças produtivas continuarão entravadas e não venceremos o trágico destino de povo semicolonial. Melhor: não existirá entre nós a felicidade coletiva e, muito menos, a nossa independência econômica e política.

É certo que tudo não há de fazer-se num só dia, na pressa, na velocidade de um salto dialético, em face dos atritos e conflitos de toda espécie na conjuntura universal, marcada pelo violento choque de contradições de dois mundos ideologicamente diversos e que, pôr essa razão, se negam com reciprocidade. Teremos que enfrentar uma luta sem distorções do seu plano reivindicante, sem perturbação do processo de mudança. Uma luta, afinal, pela progressiva transformação do velho arcabouço econômico, pelo desenvolvimento de novas forças produtivas, pela implantação de um regime social mais adequado à vida humana, numa crescente eliminação da pobreza, do analfabetismo, das deficiências de saúde e outros fatores do subdesenvolvimento. Só os obscurantistas poderão negar a existência do submundo brasileiro. E só eles se atreverão a negar a urgente necessidade de mudanças radicais em nossa infraestrutura, em benefício mesmo da sobrevivência do Brasil como país e como nação.

Eu sei que a marcha da história é irreversível. Lenta ou acelerada, essa marcha é vista a cada instante, na vida dos povos. Mas nós, filhos de um país economicamente atrasado, teremos de apressar os passos da história, se não quisermos ser surpreendidos pôr desgraças nacionais, já que, no futuro, só os povos progressistas terão direito a um local ao sol. Assim, meus caros colegas, cabe a todos brasileiros e, muito principalmente a nós, diplomados pôr Universidades, a premente tarefa de descobrir e de apontar saídas concretas, soluções salvadoras para os angustiantes problemas do povo brasileiro.

Resolver tais problemas com os nossos próprios recursos e a nossa própria inteligência, eis, pois, o caminho ideal que devemos seguir, pouco ou nada esperando dos países ditos realizados. No processo de solução lógica, nacional e audaciosa desses problemas é que nos realizaremos como pessoa humana e como profissionais qualificados.

Bem avalio os sacrifícios que nos esperam, na edificação de uma pátria justa. É como se estivéssemos a ouvir o imortal Castro Alves:

*Filhos do Novo Mundo: Ergamos nós
um grito*

*Que abafe dos canhões o horrísono
rugir,*

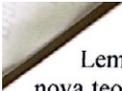
*Em frente do oceano! Em frente do
porvir!*

*Não deixemos, Hebreus, que a destra
dos tiranos*

*Manche a arca ideal das nossas
ilusões.*

*A herança do suor vertido em dois mil
anos*

*Há-de intacta chegar às novas
gerações.*



Lembremo-nos, colegas, de que a nossa mestra é a ciência e que cada nova teoria científica mais aperfeiçoa o homem, permitindo-lhe, no grupo profissional, na sociedade econômica, no mundo da nossa vida social, a natural substituição do velho pelo novo, num clima de mudança pacífica e sem excessos. Noutras palavras: devemos conservar o que de bom existir em nosso passado, longe da errônea concepção de substituir o velho simplesmente porque é velho.

Para construir um novo mundo, dentro das fronteiras nacionais, não podemos nem devemos esquecer que a maior conquista dos tempos modernos é a livre expressão do pensamento. Essa liberdade pertence a todos. Ninguém ousará arrogar-se o direito de possuí-la e desfrutá-la com exclusividade. Não esqueçamos a palavra de Rui Barbosa no fragor das tempestades políticas do seu tempo: *Nos dias de opressão, ser oposição é uma honra. A desonra é ser governo.*

Colegas:

Abramos os olhos par esta dramática e desumana realidade: no Brasil, apenas a uma parcela mínima da população – 0,9% -- tornou-se possível a instrução superior. É uma das taxas mais baixas do mundo, e nessa área apenas um número de privilegiados se permite frequentar faculdades e universidades. Poderíamos, acaso, nos acomodar a essa humilhante situação? Porque não estender-se a maiores parcelas de brasileiros a oportunidade do ensino superior?

É claro, é patente que não poderemos adiar pôr muito tempo uma reforma do ensino, atentando para nossa realidade social. Essa realidade – triste drama de um país subdesenvolvido – está a exigir o ensino gratuito, uma cultura técnica forjada e orientada pôr técnicos brasileiros. Em suma: cultura técnica tão-somente inspirada nos interesses nacionais. Sobre a matéria vale a pena lembrar as palavras do Prof. Roberto Lira, decano da Faculdade Nacional de Direito: *Carecemos, isto sim, é de material que nós mesmos fabricaremos, fazendo cessar a técnica dos que doam os*



aparelhos para transfusão de sangue, mas em troca, levam o nosso sangue.

Já não é possível admitir-se que, em pleno florescer da ciência e das grandes conquistas espaciais, suportemos no Brasil, e muito especialmente no Nordeste e na Amazônia, a trágica aritmética do subdesenvolvimento, expressa em números que nos envergonham no concêrto internacional, ou sejam as assombrosas cifras da mortalidade infantil, da tuberculose, do analfabetismo, do desemprego. E o pior é que se pretende sanear os nossos males sociais simplesmente com a restrição da natalidade – confissão de impotência do regime vigorante nos países subcapitalistas, que precisam de paz social, ou então o criminoso propósito de atenuar, da parte das nações superdesenvolvidas, o desenvolvimento populacional daqueles países, também pôr imposição da necessidade de paz social, de tranquilidade política entre os povos que figuram na carta comercial e econômica do mundo como simples fornecedores de matéria-prima, com os preços ditados pelo comprador.

Pôr tudo isso, nós, dentistas, farmacêuticos, advogados, médicos, engenheiros, agrônomos, enfermeiros, físicos, matemáticos, professores, químicos, bibliotecários, arquitetos e jornalistas, somos levados a meditar sobre o drama brasileiro. Esse drama, que desejamos não se prolongue tempos afora, grita pela presença premente num trabalho intensivo e planejado, que nos leve a solução dos nossos problemas.

Não exagero, meus colegas. O drama social brasileiro está bem à vista. E, negando-o, nós poderíamos cometer o erro funesto da omissão. Ou agimos com tempo de salvar-nos, ou teremos de conformar-nos com a desgraça do Brasil – desgraça que se deixa francamente adivinhar – entre as nações irremediavelmente condenadas à miséria e às humilhações do subdesenvolvimento.

Não me coloco entre os ufanistas, que romantizaram a nossa natureza, o nosso povo e o nosso futuro. Mas, acaso, poderia negar o potencial da nossa riqueza física e a força miraculosa da nossa inteligência? Acaso, também, poderia subestimar a nossa bravura, não apenas nos campos de batalha, mas no labor sem pausa de quatro séculos, para a construção de

uma nacionalidade que tem vencido a geopolítica, as tempestades internacionais, as tormentas internas, para surgir e manter-se na face da terra com uma língua única em oito milhões de quilômetros quadrados e um futuro que, a exemplo do passado e do presente, não esconderá as suas raízes bandeirantes, as raízes dos plantadores de currais, as raízes antiimperialistas que nos deram o Acre pela mão armada dos nordestinos?

Pergunto agora: a terra dos bandeirantes, dos vaqueiros e dos seringueiros – todos eles imortais conquistadores de desertos – merece, já na quase agonia do século, na era dos computadores, da astronáutica e do transistor, o castigo e as humilhações do subdesenvolvimento? Com a natureza que nos coube, o homem férreo que o destino nos legou, deveremos continuar entre as nações como envergonhada pátria de subnutridos e de analfabetos?

Meus colegas: chegou para nós esta hora suprema, a de abrirmos os olhos para o nosso futuro. Cabe-nos a guarda de riquezas imensas e cobiçadas. O estrangeiro tem as vistas voltadas para a Amazônia. Terra recém saída do Gênesis e onde um rio sem limites, já cansado de espelhar florestas inexploradas e o rosto triste do homem doente e abandonado, grita pôr navios, cais, guindastes e bandeiras de todos os países, na troca de produtos e no fecundo contato de culturas e civilizações. Em síntese: para nós as nossas riquezas, minerais, os nossos rios, as nossas cachoeiras, os nossos portos, as nossas florestas!

Disse Teixeira de Freitas, em página memorável: *Os detentores privilegiados deste meio Continente não se organizaram nem social nem economicamente*. E, pôr isso, segundo aquele ilustre brasileiro, não se abriram as estradas necessárias, não se criou um sistema de educação adequado, as populações desceram a incríveis e extremos níveis de pobreza e de saúde. A mortalidade, pôr seu elevado índice, ameaça o nosso futuro. Grande parte da nossa riqueza já foi entregue a estrangeiros. Finalmente: em face de nossas omissões, a nação ainda não conseguiu as condições basilares de independência econômica e de autonomia política.

Ponho-me gostosamente na companhia do mestre e vos peço – aos meus colegas, ao povo brasileiro e aos dirigentes deste país: ocupemos o



nosso território. Mecanizemos a lavoura. Asseguremos a vida atual e a futura das nossas populações rurais. Humanizemos a existência dos nossos operários. Eduquemos a nossa juventude para a construção do Brasil como potência mundial. Criemos as nossas indústrias de base. Aumentemos a nossa produção de Petróleo. Desenvolvamos as nossas forças produtivas em todos os sentidos. Aumentemos o número de nossas escolas primárias, médias e superiores. Façamos bons professores. Implantemos, no Brasil, o ensino gratuito. Enfim: asseguremos, pelo nosso desenvolvimento, o mercado de trabalho para os que se preparam para a vida nas Faculdades e Universidades do País.

Juremos, meus colegas, que batalharemos pela grandeza material do Brasil. Mas juremos também que lutaremos contra a injustiça social, a revogação tácita dos direitos do homem pelos Códigos e Constituições ditatoriais. Fechemos as nossas portas aos estrangeiros que ainda hoje cobiçam nossas riquezas, mas abramos nossos braços àqueles que, emigrando de suas pátrias, querem trabalhar conosco, ombro a ombro, respeitando e amando a nossa bandeira.

E que nosso juramento não passe de mera formalidade. A nossa geração responde pelo futuro do Brasil. Identifiquemos a nossa vida com o futuro do Brasil: Nos sofrimentos, nos sonhos, nas esperanças. Dentro de alguns minutos, o destino colocará entre nós a distância física, exigida pela variedade de nossas profissões. Mas estejamos certos de que se faz necessário um ponto de encontro, na encruzilhada de nossos caminhos. Esse ponto de encontro vós bem o adivinhais: é o futuro do nosso País.

Anexo 2



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC



*PORTARIA CONJUNTA - UECE - UFC nº
01, de 09 de julho de 2013, que
dispõe sobre a criação da Comissão
da Verdade.*

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ E O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, usando suas atribuições legais e de acordo Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012 e considerando:

- a relevância da busca da verdade histórica dos fatos ocorridos no seio da Universidade;
- que, assim agindo, estará a Universidade consentânea com o espírito democrático que a pauta, expedem a seguinte Portaria Conjunta:

Artigo 1º – Fica criada, na Universidade Estadual do Ceará e na Universidade Federal do Ceará – UECE/UFC, a Comissão da Verdade, destinada a examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos, praticadas durante a ditadura militar com apoio de setores civis que vigorou no País entre 31 de março de 1964 e 15 de março de 1985, contra docentes, alunos e funcionários não docentes das duas Universidades.

Artigo 2º – São objetivos da Comissão da Verdade:

- I – promover o esclarecimento dos fatos e circunstâncias das violações de direitos humanos, referidas no art 1º, e prestar assistência, quando necessário, às vítimas e suas famílias;
- II – encaminhar à Comissão Nacional da Verdade as informações obtidas, além de colaborar com o Poder Público para a apuração de violações de direitos humanos, ocorridas no período referido no art 1º;
- III – recomendar a adoção, nas Universidades públicas do Estado do Ceará, de medidas e políticas destinadas a prevenir a violação de direitos humanos;
- IV – elaborar relatório que contenha os resultados de seu trabalho de investigação dando ampla divulgação a esse texto.

Artigo 3º – Para a consecução de seus objetivos, a Comissão da Verdade da Universidade Estadual do Ceará e da Universidade Federal do Ceará – UECE/UFC está autorizada a:

- I – receber testemunhos, informações e documentos, assegurada a não identificação do informante, quando solicitada;
- II – requisitar informações e documentos de todos os órgãos da UECE e da UFC;
- III – convidar, para prestar depoimento, pessoas que se presume tenham ciência de fatos referentes às violações de direitos humanos, referidas no art 1º;
- IV – determinar a realização, por conta das duas Universidades, de perícias e diligências necessárias à obtenção de informações e documentos.

Artigo 4º- A Comissão da Verdade da Universidade Estadual do Ceará e da Universidade Federal do Ceará UECE - UFC será composta pelos seguintes membros, a saber:

I - Prof. César Barreira (Presidente);
Universidade Federal do Ceará

II - Prof. José Eudes Balma Bezerra (Vice-presidente);
Universidade Estadual do Ceará

III - Profa. Maria Glauécia Mota Brasil (Membro)
Universidade Estadual do Ceará

IV - Prof. Geovani Jacó de Freitas (Membro)
Universidade Estadual do Ceará

V - Profa. Helena Serra Azul Monteiro (Membro)
Universidade Federal do Ceará

VI - Profa. Virgínia Bentes Pinto (Membro)
Universidade Federal do Ceará

VII - Mauria Liduína Barbosa Martins (Membro)
Servidora da Universidade Estadual do Ceará

VIII - Liana Rabelo de Castro Andrade (Membro)
Servidora da Universidade Estadual do Ceará

IX - Francisco Carlos Alves de Lima (Membro)
Servidor da Universidade Federal do Ceará

X - José Agenor Cardoso Freitas (Membro)
Servidor da Universidade Federal do Ceará

XI - Bruno Rodrigues Costa (Membro)
Representante discente do CA de História/Centro de Humanidades-CH/UECE

XII - Maria Glayciany da Silva (Membro)
Representante discente do Diretório Central dos Estudantes- DCE/UECE

XIII - Anielly Maria Aquino Bezerra (Membro)
Representante discente do Curso de Serviço Social da UECE

XIV - Carolina Maria Abreu Maciel (Membro)
Representante discente do Diretório Central dos Estudantes-DCE/UFC

XV - Fábio Andrade de Araújo (Membro)
Representante discente do Diretório Central dos Estudantes-DCE/UFC

Anexo 3

XXX CONGRESSO DA UNE

IBIUNA 1968

REPRESENTAÇÃO
DO
CEARÁ



608



609



610



611



612



613





617



618



619



620



621



622



1568



1603



1571





636



637



638

- 608 - ANGELA SÔNIA BARRETO ALVES
 FILIAÇÃO : JOÃO CALIXTO ALVES
 MARIA DALTRÔ BARRETO ALVES
 NASC : 24 DEZ 42 CIDADE: SOBRAL/CE
 PROFISSÃO : Estudante do 1º ano da Faculdade de
 Biblioteconomia da UFC
- 609 - ARISTEU HOLANDA FILHO
 FILIAÇÃO : ARISTEU HOLANDA CAVALCANTE
 SARA AGUIAR HOLANDA
 NASC : 29 JUN 47 CIDADE: FORTALEZA/CE
 PROFISSÃO : Estudante do 3º ano da Faculdade de
 Ciências Econômicas da UFC
- 610 - BERGSON GURJÃO FARIAS
 FILIAÇÃO : GESSIMAR FARIAS
 LUIZA GURJÃO FARIAS
 NASC : 17 MAI 47 CIDADE: FORTALEZA/CE
 PROFISSÃO : Estudante do 3º ano do Instituto de
 Química da UFC
- 611 - CHARLENE FROTA SILVEIRA
 FILIAÇÃO : CHARLES ROCHA DA SILVEIRA
 SAFIRA FROTA SILVEIRA
 NASC : 02 OUT 46 CIDADE: VARZEA ALEGRE
 /CE
 PROFISSÃO : Estudante do 1º ano da Faculdade de
 Direito da UFC
- 612 - COSME OTONI MESQUITA CHAGAS
 FILIAÇÃO : JOSÉ DE SOUZA E CHAGAS
 MARIA CECI MESQUITA CHAGAS
 NASC : 19 DEZ 42 CIDADE: QUIXERAMOBIM/
 CE
 PROFISSÃO : Estudante da Faculdade de Veterinária do
 CEARÁ
- 613 - DELDY BASTOS FORTES
 FILIAÇÃO : AVELINO BERNARDO FORTES
 DALILA BASTOS FORTES
 NASC : 25 JAN 44 CIDADE: ITAPAGÉ/CE
 PROFISSÃO : Estudante do 2º ano da Faculdade de
 Ciências Econômicas da UFC
- 614 - FAUSTO NILO COSTA JUNIOR
 FILIAÇÃO : LUIZ COSTA
 RAIMUNDA HILDA FRUTUOSO COSTA
 NASC : 05 ABR 44 CIDADE: QUIXERAMOBIM/
 CE
 PROFISSÃO : Estudante do 4º ano da Escola de Ar-
 quitetura da UFC

- 615 - FRANCISCO DE ASSIS COSTA ADERALDO
FILIAÇÃO : TARCISO SORIANO ADERALDO
MARISTELA COSTA ADERALDO
NASC : 12 JUN 45 CIDADE: FORTALEZA/CE
PROFISSÃO : Estudante do 2º ano de Filosofia da Faculdade de Filosofia da UFC
- 616 - FRANCISCO INÁCIO DE ALMEIDA
FILIAÇÃO : JOSÉ PINTO DE ALMEIDA
LUIZA VIANA DE ALMEIDA
NASC : 16 NOV 39 CIDADE: BATURITE/CE
PROFISSÃO : Jornalista e Estudante da Escola de Administração do CEARÁ.
- 617 - FRANCISCO TORRES MARTINS
FILIAÇÃO : ZACARIAS DE SOUZA MARTINS
MARIANA DE SOUZA TORRES
NASC : 01 MAI 42 CIDADE: CRATEUS/CE
PROFISSÃO : Estudante de Odontologia da UFC
- 618 - FRANCISCO WELLINGTON DE ANDRADE
FILIAÇÃO : ALFREDO DE ANDRADE MOTA
JOANA DE ARRAIS MOTA
NASC : 01 FEV 43 CIDADE: PLO NONO/PI
PROFISSÃO : Estudante do 1º ano da Faculdade de Odontologia da UFC
- 619 - IELNIA GURJÃO FARIAS
FILIAÇÃO : GESSINER FARIAS
LUIZ GURJÃO FARIAS
NASC : 12 NOV 45 CIDADE: FORTALEZA/CE
PROFISSÃO : Estudante do 2º ano da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da UFC
- 620 - INOCÊNCIO RODRIGUES UCHOA
FILIAÇÃO : MANDEL DE SOUZA UCHOA
VIRGINIA DE SOUZA UCHOA
NASC : 31 DEZ 44 CIDADE: ARACATI/CE
PROFISSÃO : Estudante da Faculdade de Direito da UFC
- 621 - JOÃO DE PAULA MONTEIRO FERREIRA
FILIAÇÃO : NORBERTO FERREIRA FILHO
MARIA DE LOURDES MONTEIRO
NASC : 29 OUT 45 CIDADE: CRATEUS/CE
PROFISSÃO : Estudante do 5º ano da Escola de Medicina da UFC

- 622 - JOSÉ ARLINDO SOARES
 FILIAÇÃO : JOSÉ ARTUR SOARES
 RAIMUNDA VERAS SOARES
 NASC : 07 AGO 46 CIDADE: MASSAPÉ/CE
 PROFISSÃO : Estudante da Faculdade de Direito da UFCE
- 623 - JOSÉ GENÍDIO NETO
 FILIAÇÃO : SEBASTIÃO GENÍDIO GUIMARÃES
 MARIA LAIS NOBRE
 NASC : 03 MAI 45 CIDADE: QUIXERAMOBIM/CE
 PROFISSÃO : Estudante do 2º ano de Filosofia da Faculdade de Filosofia do CEARÁ
- 624 - JOSÉ LYDIO ARAUJO HOLANDA
 FILIAÇÃO : LYDIO HOLANDA FREITAS
 ROCILDA ARAUJO HOLANDA
 NASC : 24 ABR 38 CIDADE: MULUNGU/CE
 PROFISSÃO : Estudante do 4º ano do Curso de Ciências Contábeis da UFCE
- 625 - LAURO GOMES DE OLIVEIRA
 FILIAÇÃO : JOSÉ MOREIRA DE OLIVEIRA
 RAIMUNDA GOMES DE OLIVEIRA
 NASC : 09 MAI 45 CIDADE: FORTALEZA/CE
 PROFISSÃO : Estudante do 2º ano de Filosofia da Faculdade de Filosofia da UFCE
- 626 - MARCO ANTONIO DE HOLANDA PENAFORTE
 FILIAÇÃO : ANTONIO ABDON PENAFORTE
 HORTULANA BARRETO DE HOLANDA PENAFORTE
 NASC : 04 JUL 48 CIDADE: FORTALEZA/CE
 PROFISSÃO : Estudante da Faculdade de Medicina da UFCE
- 627 - MARCUS COSTA SAMPAIO
 FILIAÇÃO : ANIZIO PEQUENO SAMPAIO
 MARIA DE LOURDES COSTA SAMPAIO
 NASC : 08 MAR 46 CIDADE: ICÓ/CE
 PROFISSÃO : Estudante da Escola de Engenharia da UFBA
- 628 - MARIA FRANCISCA SALES PINHEIRO
 FILIAÇÃO : ATALIBA PINHEIRO
 AGLATINE SALES PINHEIRO
 NASC : 05 DEZ 47 CIDADE: JAGUARIBE/CE
 PROFISSÃO : Estudante do 1º ano da Faculdade de Filosofia da UFCE

- 629 - MARIA RUTH BARRETO CAVALCANTE
 FILIAÇÃO : FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE
 ANA BRASIL BARRETO CAVALCANTE
 NASC : 16 ABR 43 CIDADE: PEDRA BRANCA/CE
 PROFISSÃO : Estudante do 3º ano da Faculdade de
 Filosofia de Ciências e Letras da UFC
- 630 - MARIA TEREZA CARDOSO
 FILIAÇÃO : MILTON CARDOSO
 MARIA CRISTINA CARDOSO
 NASC : 11 JUN 48 CIDADE: TEREZINA/PI
 PROFISSÃO : Estudante do 2º ano do Curso de Servi-
 ços Sociais da UFCE
- 631 - MERCIA DE VASCONCELOS PINTO
 FILIAÇÃO : ANTONIO ESMERINO PINTO
 MARIA DE LOURDES VASCONCELOS PINTO
 NASC : 28 MAI 44 CIDADE: FORTALEZA/CE
 PROFISSÃO : Estudante de Música da Escola Superi-
 or (4º ano) de Música/CE
- 632 - OZEAS DUARTE DE OLIVEIRA
 FILIAÇÃO : LAURO ALVES DE OLIVEIRA
 MARIA TEMISTOCLES DE BEZERRA
 NASC : 03 JUL 41 CIDADES: JUCAS/CE
 PROFISSÃO : Estudante do 5º ano da Faculdade de
 Direito da UFCE
- 633 - PEDRO DE ALBUQUERQUE NETO
 FILIAÇÃO : MARIO ALBUQUERQUE
 MARIA DE LOURDES MIRANDA ALBUQUERQUE
 NASC : 19 JUN 44 CIDADE: FORTALEZA/CE
 PROFISSÃO : Estudante da Faculdade de Direito da
 UFCE
- 634 - RAIMUNDA DE OLIVEIRA ALMEIDA
 FILIAÇÃO : BERNARDO PEREIRA DE ALMEIDA
 JOSEFA VIANA DE ALMEIDA
 NASC : 31 AGO 43 CIDADE: SUCUPIRA DO
 NORTE/MA
 PROFISSÃO : Estudante do 2º ano da Escola de En-
 fermagem da Universidade Agregada
- 635 - RAIMUNDO FERREIRA FILHO
 FILIAÇÃO : RAIMUNDO FERREIRA DA COSTA
 MARIA ZILDA COSTA
 NASC : 06 ABR 43 CIDADE: QUIXERAMOBIM/
 CE
 PROFISSÃO : Estudante do 4º ano da Escola de Agro-
 nomia da UFCE

- 636 - ROSENDO MELO CORREIA LIMA
FILIAÇÃO : JOSÉ FERREIRA LIMA FILHO
 : MARIA DE MELO LIMA
NASC : 02 NOV 46 CIDADE: CRATEÚS/CE
PROFISSÃO : Estudante da Escola de Agronomia da
 UFCE
- 637 - SERGIO MIRANDA DE MATOS BRITO
FILIAÇÃO : JORGE DE MATOS BRITO
 : ANA MARIA DE MATOS BRITO
NASC : 23 NOV 47 CIDADE: BELÉM DO PARÁ
PROFISSÃO : Estudante do 3º ano do Instituto de
 Matemática da UFCE

Anexo 4

AFZ ACE 1 5 4 8 / 8 2
CNF 1 / 1

CONFIDENCIAL ACE Nº. 001548 / 82 12



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE FORTALEZA

ENCAMINHAMENTO Nº 071/740/AFZ/82



DATA : 09 AGO 1982
ASSUNTO : CLEIDE ANCILON DE ALENCAR PEREIRA - CAAP
REFERÊNCIA : - : -
DIFUSÃO : ST-750
ANEXO : Cópia dos Telex n.ºs 04482/74/AC/76 e 671/750/AFZ/76

Dados de qualificação e conceito (quanto aos aspectos político-ideológico, atitude face à Revelução, capacidade funcional e probidade administrativa) referentes a CAAP, cogitada para Vice-Diretor do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará (UFC), em MAR/76.

////////////////////////////////////

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 12 do RSAS) Dec. n.º. 79.099, de 06 de Janeiro de 77 - D. O. U. n.º. 5, de 07 de Janeiro de 77.

CONFIDENCIAL

ACE Nº. 001548 / 82

LDB - Busca
URGENTE

Sumário

621167SNIN BR
611005SNIND BR

BR262 APZ 04482/74/AC/76 05MAR/17,20

LDB/E

22177/76. SOLINCO, CLEIDE ANCILON DE ALENCAR PEREIRA, FIL JOSE LEITE PEREIRA ET CECI ANCILON DE ALENCAR LEITE., DLN 20 MAR 34-CRATO/CE, IDT 85.188/SPSP RES RUA ANTONIO DRUMOND., 643 -MONTE CASTELO- FORTALEZA/ CE, PROF. ASSIST. DEPARTAMENTO DE COMUNICACAO SOCIAL E BIBLIOTECONOMIA. COGITADA PARA VICE-DIRETOR DO CENTRO DE HUMANIDADES.(02/74). ESTA AC POSSUI REGISTRO QUE NOMINAD. EM 02 FEV 70, COMO DIRETORA DO SERVICO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTACAO DA UFCE CONCORDOU COM A RESPONSABILIDADE PELO SETOR DE INTERCAMBIO DA UFCE, MARLENE MENEZES DE ALBUQUERQUE ENVIAR PELO COARPEIO PARA A BIBLIOTECA NACIONAL JOSE MARTI, EM HAVANA/CUBA, UMA COLECAO DE LITERATURA JURIDICA ESPANHOLA. POR OUTRO LADO ENVIOU UMA LISTA DE OUTRAS OBRAS DISPONIVEIS PARA POSSIVEIS PERMUTAS COM A BIBL. JOSE MARTI. SOLAP REGISTRO FIM DEFINIR SUA POSICAO IDEOLOGICA E POSSIVEIS RELACOES COM ELEMENTOS ESQUERDITAS/COMUNISTAS. SOLICITO AINDA POSSIBILIDADE DE CARACTERIZAR NOMINADA QUANTO SUA PROBABILIDADE ADMINISTRATIVA E EFICIENCIA FUNCIONAL.

PROVIDENCIA
TLX Nº. 673 P. 1/10

=====
COLL... MARLENE MENEZES DE ALBUQUERQUE,

XWB05MAR/1841ZEL+
651167SNIN BR

611005SNINE BR
851167SNIN BR
FZ49 AC 671/750/APZ/76 09ABR1000
22177/76. RETEX 04482/74/AC/76. DAS BUSCAS REALIZADAS ARQ APZ ET DEMAIS OI AREA, NADA FOI ENCONTRADO EM DESABONO CONDUTA NOMINADA . FONTES IDONEAS FORAM UNANIMES EM AFIRMAR TRATAR-SE PESSOA DEMOCRATICA, INTEGRADA REVOLUCAO 31 MAR 64, CAPAZ ET CORRETA, DESCONHECENDO AS MESMAS FONTES QUALQUER LIGACAO COM ELEMENTOS OU ENTIDADES ESQUERDISTAS. QUANTO REGISTRO MENCIONADO TLX REF, ESTA ARAPUFOU NOMINADA FOI DIRETORA SERVICO BIBLIOGRAFIA ET DOCUMENTACAO/UFCE, PERIODO SET/69 A ABR/70, ET QUE REMESSA COLECAO DE LITERATURA JURIDICA ESPANHOLA AA BIBLIOTECA NACIONAL JOSE MARTI FOI EFETUADA ATENDENDO SOLICITACAO REFERIDA BIBLIOTECA CUBANA, DATA 07JUL69, DIRIGIDA IMPRENSA UNIVERSITARIA DO CEARA FACE REF O BRA TER SIDO IMPRESSA NAQUELE ORGAO. SEGUNDO FONTE FIDEDIGNA A O BRA EM APRECO NAO TINHA CONOTACAO IDEOLOGICA.

ZKT091035?RR/R:XJL
611005SNINE BR
UNO

F I M

Sobre os autores

César Barreira

Sociólogo, graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (1972), especialista em Metodologia da Pesquisa Social pela Universidade Federal do Ceará (1973), mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília (1977), doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1987), pós-doutor pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* - Paris (1990) e pós-doutor pelo Instituto de Ciências Sociais - Lisboa (2008). Professor titular em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará e fundador do Laboratório de Estudos da Violência da UFC. Pesquisador do CNPq (nível I-A), líder do grupo de pesquisa em Poder, Violência e Cidadania do CNPq e pesquisador/coordenador do Instituto Nacional de Violência, Poder e Segurança Pública (INViPS 2023-2029). Diretor do Colégio de Estudos Avançados da UFC (2016-2021).

E-mail: cbarreira08@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2382723098584720>

Helena Serra Azul Monteiro

Graduação em Medicina pela Universidade Federal do Ceará (1976) e doutorado em Medicina pela Unicamp (1990). Professora titular do Departamento de Fisiologia e Farmacologia da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de farmacologia, com ênfase em farmacologia cardiovascular e renal, atuando principalmente nos seguintes temas: toxinologia, venenos, toxinas, efeitos cardiovasculares, efeitos renais. Líder do grupo de pesquisa LFAVET (Laboratório de Farmacologia de Venenos Toxinas e Lectinas) e pesquisadora do CNPq,

nível-1C, com bolsa de produtividade em pesquisa, vinculada ao Departamento de Fisiologia e Farmacologia da UFC e à Pós-Graduação em Farmacologia e RENORBIO. É membro efetivo da SBFTE, da Sociedade Brasileira de Toxinologia (participou da diretoria 2004-2006) e membro da *International Society Toxinology* (IST). Possui intercâmbio científico com pesquisadores nacionais do Instituto Butantan, da Unesp, da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade Católica de Goiás, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade de Fortaleza (Unifor) e co-orientação de doutorado sanduíche com a *University of Michigan* (EUA), com o pesquisador Juan Calvette (Valencia, Espanha) e com o pesquisador Colin W. Taylor como co-orientador de doutorado, na *University of Cambridge, Pharmacology*, no Reino Unido (2017).

E-mail: hsazul@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3830155707659519>

Virginia Bentes Pinto

Professora titular da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisadora CNPq-1D. Líder do grupo sobre Representação da Informação, certificado pela UFC. Bacharela em Biblioteconomia (UFC). Doutorado em *Sciences de l'Information et de la Communication - Institut des Communications et des Médias* (ICM) pela *Université Stendhal - Grenoble-3-França* (1999). Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1989). Pós-doutorado em Filosofia – Tratamento cognitivo da informação – *Laboratoire d'Analyse Cognitive de l'Information* (LANCI), na *Université du Québec à Montreal* (2006). Estágio pós-doutoral no Instituto de Linguística Aplicada (IULA) na *Universidad Pompeu Fabra - Barcelona*. Estágio pós-doutoral em Direito e Genoma na *Cátedra Interuniversitária de Derecho y Genoma Humano* na *Universidad de Deusto*, no País Basco (2013). Especialização em Informação Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (1985).

Aperfeiçoamento em Informação Agrícola pelo Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Ex-professora do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Ex-coordenadora do doutorado interinstitucional em Ciência da Informação UNESP-Ci-Marília/UFC-DCINF. Ex-vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará. Ex-presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD-UFC). Membro da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Ceará. Conjuntamente com a professora Ana Maria Sá, foi idealizadora e colocou em prática o PROLER-CE, tendo sido sua primeira coordenadora. Também idealizou e colocou em prática o projeto Biblioterapia no Bloco de Oncologia do Hospital Albert Sabin e na Casa da Criança. Conjuntamente com a professora Juliana Buse, elaborou o projeto do Portal de Periódicos Científicos da UFC. É membro do Comitê Gestor do Serviço Eletrônico de Informação (SEI-UFC). Tem livros e artigos publicados no campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia. Orienta alunos de graduação e pós-graduação. Possui experiência nas áreas de Ciência da Informação e da Biblioteconomia, atuando em bibliotecas universitárias, públicas, escolares e especializadas. Projeto “Construção de um vocabulário eletrônico de nomes populares das doenças: contribuições para a organização, representação, recuperação e preservação de conhecimentos”, financiado pelo CNPQ. Teve uma questão na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2023. PQ-1D-CNPq. ORCID- <https://orcid.org/0000-0003-1283-8292>.

E-mail: vbentes@ufc.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8992341585329383>

José Eudes Baima Bezerra

Possui mestrado em Educação Brasileira (1996) e doutorado em Educação Brasileira (2010), ambos cursados na Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará, atuando no curso de Licenciatura em Pedagogia da FAFIDAM/UECE e no Programa de Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE-FAFIDAM/FECLESC). Tem experiência na área de educação, com ênfase em política educacional, planejamento e gestão, atuando principalmente nos seguintes temas: política educacional, planejamento, gestão, história da educação e filosofia da educação. Atua nos grupos de pesquisa Educação, Cultura Escolar e Sociedade (EDUCAS) e Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação Humana (GPOSSHE) do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário - IMO, ligados ao Centro de Educação (CED) da UECE. Coordena o grupo de estudos Obra Histórica e Filosófica de Demerval Saviani, ligado ao curso de Pedagogia da FAFIDAM/UECE e ao mestrado intercampi em Educação e Ensino - MAIE (UECE).

E-mail: eudes.baima@uece.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8686958928764248>

Geovani Jacó de Freitas

Licenciado em Letras pela Universidade Regional do Nordeste - URNE (1985); mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (1991) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2002). Atualmente, é professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará, nos cursos de Bacharelado e de Licenciatura em Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia - PPGS/UECE. É coordenador do Laboratório de Estudos da Conflitualidade e da Violência - COVIO/UECE. Pesquisador associado do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética - LABVIDA/UECE e do Laboratório de Estudos da Violência

- LEV/UFC. Tem experiências em pesquisas relacionadas a políticas de segurança, violência urbana e rural, juventudes e conflitualidades. Nesse campo, desenvolveu projetos de pesquisa e extensão sobre juventudes, cidades, territórios e violência; populações em situação de rua, juventudes, escola, violência e mediação de conflitos, pacificação social e juventudes nas periferias de Fortaleza, produção de cartografia da criminalidade e da violência em Fortaleza, projetos realizados em parceria com a universidade e o estado, a exemplo da SENASP, Ministério da Justiça, CNPq, Funcap, Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza/Prefeitura Municipal, entre outras instituições.

E-mail: gil.jaco@uece.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5060703559262291>

Maria Glauécia Mota Brasil

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (1981), especialização em Criminologia e Direito Penitenciário pela Universidade Federal do Ceará (1985), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (1989), doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Fez estágio de pós-doutorado em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014). Desde dezembro de 2017 é professora emérita da Universidade Estadual do Ceará, onde integra o Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (antigo Políticas Públicas e Sociedade), do qual foi coordenadora (2011-2013). Desde 2002, coordena o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos, Cidadania e Ética - LABVIDA. Na Universidade Federal do Ceará, participa do Laboratório de Estudos da Violência - LEV e do GPVC da UFRGS como pesquisadora associada. Tem experiência na área de Direito e Sociologia, com ênfase em direitos humanos e políticas públicas de segurança, atuando principalmente nos seguintes temas: segurança pública e organização po-

licial, educação das forças de segurança, direitos sociais e minorias, violência urbana, criminalidade e conflitos sociais. Na área de Saúde tem experiência em pesquisas sobre saúde mental e direitos humanos. É líder do grupo de pesquisa do CNPq Direitos Humanos e Políticas de Segurança Pública, pesquisadora e bolsista de produtividade do CNPq (2009-2019). Integrou de 2016 a 2019 o grupo de trabalho *Violencia, seguridad y obstáculos a la ciudadanía* do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), de 2019 a 2022, o GT *Violencias, Políticas de Seguridad y Resistencias* da CLACSO e, atualmente, o GT 87 *Violencia, Gobiernos y Democracia* (2023- 2025) da CLACSO.

E-mail: gmotabrasil@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6282343958338202>

Visite nosso site:
www.imprensa.ufc.br



Imprensa Universitária – Universidade Federal do Ceará
Av. da Universidade, 2932 – Benfica - CEP: 60020-181
Fortaleza – Ceará, Brasil
Fone: (85) 3366.7485 / 7486
imprensa@proplad.ufc.br